

ANA LUÍZA CASASANTA GARCIA

REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA, ÉTICA E MORALIDADE DA
AÇÃO VIOLENTA EM NARRATIVAS DE HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIA

Dissertação apresentada para
obtenção de grau de Mestre em
Psicologia, Programa de Pós-
Graduação em Psicologia,
Mestrado/Doutorado, Centro
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Beiras

FLORIANÓPOLIS, SC
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

GARCIA, ANA LUIZA CASASANTA
REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIA, ÉTICA E MORALIDADE DA
AÇÃO VIOLENTA EM NARRATIVAS DE HOMENS AUTORES DE
VIOLÊNCIA / ANA LUIZA CASASANTA GARCIA ;
orientador, Adriano Beiras, 2018.
192 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

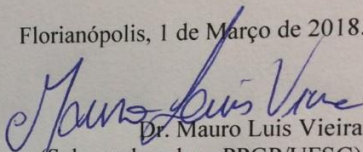
1. Psicologia. 2. violência contra as mulheres.
3. homens autores de violência. 4. sentidos de
família. 5. ética e moral . I. Beiras, Adriano. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de
Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

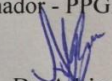
Ana Lúza Casasanta Garcia

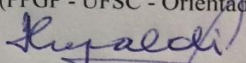
Reflexões sobre família, ética e moralidade da ação violenta em narrativas de homens autores de violência

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

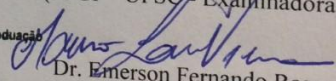
Florianópolis, 1 de Março de 2018.


Dr. Mauro Luis Vieira
(Subcoordenador - PPGP/UFSC)


Dr. Adriano Beiras
(PPGP - UFSC - Orientador)


Dra. Maria Aparecida Crepaldi
(PPGP - UFSC - Examinadora)

Prof. Dr. Mauro Luis Vieira
Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação
em Psicologia/CFH-UFSC
matrícula nº 1404/2017/GR


Dr. Emerson Fernando Rasera
(PPGP - UFU - Examinador Externo (videoconferência))

Dra. Kátia Maheirie (PPGP - UFSC - Suplente)

Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires
(PPG Saúde Coletiva - UFSC - Suplente)

AGRADECIMENTOS

Entendendo que somos construídos pelas relações que nos cercam e que nosso olhar frente ao mundo é lapidado pela linguagem que nos torna inteligíveis (Gergen, 1999; Rasera & Japur, 2005), parto da ideia de que nada é feito unicamente por nós, tudo é resultado da partilha para com o(s) Outro(s). Assim sendo, considero que a conclusão deste trabalho não seria possível ou seria mais difícil sem o auxílio de pessoas que escolheram me ajudar, escolheram estar comigo e em gestos ou palavras disseram: “Eu confio e acredito em você”.

Agradecendo, primeiramente ao apoio financeiro realizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na sequência apresento um trecho de narrativa sobre estes dois anos, a fim de demonstrar minha gratidão aos que também compuseram esta história.

O relato do pesquisar e o carinho do Outro

Faça. Refaça. Leia isso. Faça uma boa revisão de literatura. Qual é a relevância social e científica dos objetivos propostos? E a pergunta de pesquisa? Cite isso. Leia artigos. Faça artigos. Publique trabalhos em anais de congressos. Faça os trabalhos das disciplinas. Vá nas aulas. Envie os trabalhos. Envie os capítulos. Aguarde. Leia os comentários de seu orientador. Faça reuniões. Promova debates em grupos de pesquisa. Participe de mesas redondas. Veja as notícias do mundo. Atualize-se. Não desista. Verifique se realmente entendeu os conteúdos. Tenha mais atenção nisso. E naquilo também. Incorpore a teoria. Selecciona as principais obras a serem citadas. Inspire-se. Escreva. Escreva. Escreva. Escolha uma metodologia. Elabore o projeto. Escreva mais um pouco. Fique calma. Submeta a pesquisa no Comitê de Ética. Aguarde retorno. Verifique pendências. Submeta de novo. Verifique pendências. Submeta de novo e de novo. Não desista. Vá a campo. Transcreva as entrevistas. Pense. Pense mais. Use a metodologia proposta. Analise. Leia. Releia. É isso mesmo? Faça. Refaça. Escreva. Escreva. Escreva. Inspire-se. Relaxe. Vá para o congresso. Viaje. Vá a campo. Escreva. Escreva. Escreva. Envie a versão parcial. Tenha seu desktop cheio de versões finais. Escreva. Escreva. Escreva...

Era Agosto de 2015 quando decidi fazer com que esta narrativa interna de imperativos passasse a fazer parte do meu fazer cotidiano. Curiosa e buscando aprofundar conhecimentos acerca de uma temática que me motiva em estudar, o exercício de pesquisar, demonstrava-se, para mim, em paradoxo: ora me acolhia na identificação de possíveis respostas para minhas perguntas, ora me angustiava, deixava-me com sensação de impotência. Incrédula e, por vezes, vendo-me sob um pasto de ramerrames, minha escrita parada, meu coração apertado, os momentos de relaxamento, de euforia e todos os sentimentos que compuseram o eterno “suspiro” do pesquisar, foram suavizados, orientados e mais bem cuidados pelo apoio e pelo carinho de Outros, que aqui merecem serem reconhecidos. De antemão, confesso, que, à mim, esta tarefa de escrever esta seção foi um ofício um tanto quanto laborioso. Por onde começar? Como agradecer? Como conseguir abarcar a gratidão em poucas páginas assim?

Nesta tentativa, em um movimento vagaroso, aterro, primeiramente, meu olhar aos responsáveis pelas rezas e bênçãos primárias que teceram minha vontade de deixar-me ir pelo mundo. Agradeço, então, a Valéria Paiva Casasanta e ao Sérgio Rezende Garcia. Grata por me mostrarem, à tropeços e glórias, a vida como ela é e me incentivarem a seguir meus sonhos. Sigo me (re)virando em busca de fazer jus a afirmativa de que “a rosa mais bela é aquela que floresce meio à diversidade” e de entender que o amor genuíno “move montanhas”. À vocês, minha eterna gratidão.

Desmistificando lugares fixos de personificação de figuras paternas e maternas, sou também filha de outros, que me fizeram, por vezes, (re)nascer. Vejo, dessa forma, que este trabalho foi tecido pelas mãos de Nilva Maria da Paixão Rodrigues, Eudécio Casasanta Pereira, Hosana Paiva Casasanta, Hamilton Garcia, Vanilda de Fátima Rezende, Hamilton Garcia Júnior, Vani Rezende, Luzia Rezende, Luciana Paiva Casasanta, Flávio Garcia, Roberta Garcia, Jane Casasanta, Decinho Casasanta, Maurícia Borges, Juliana Lima, pelos meus primos e primas (Isabela, Mariana, Ana Flávia, Jéssica, Caroline, Carolina, Neto, João Pedro, Matheus e Daniel), pelo meu sobrinho Davi, pelo meu afilhado Vitor Hugo, pela Família Casasanta, pela Família Garcia, pela Família Silva Lacerda e pela Família da Cunha Rodrigues. Aqui, dou atenção especial àquelas vidas que não se apagaram com o evento da morte e se mantiveram vivas pelo meu amor que não cessa. Primeiros a compartilharem comigo do significado das palavras “companheirismo” e “resiliência”, “meus meninos” merecem destaque especial. Lucianne

Casasanta Garcia, Hugo Casasanta Garcia e Carolina Casasanta de Carvalho, obrigada por sempre cuidarem, cada qual do seu jeito, seja longe ou perto, da “rapinha do tacho”. À vocês, meu amor e meu mais sincero: “Obrigada!”.

Por falar em cuidado, sinto-me grata por todo apoio emocional, companheirismo e partilha de experiências para com meus amigos. Em especial, faço grifo em nomes que tiveram presenças marcantes ao longo deste processo e desta etapa.

Retomando ao início desta jornada, agradeço a Hugo Fernandes L. Pessoa e Paulo Otávio D’Tôlis por compartilhem comigo o cenário inicial regrado por horários de barquinho e noites de República. Aqui, destaco minha gratidão ao Luciano Magela, Leandro Brazuna, Wellem Christina, Mattheus Ikezawa, Lucas Diniz, aos amigos de amigos e semi-conhecidos, que não se importaram em fazer do espaço das suas casas, um ambiente de acolhida para “a mineira que prestava mestrado”. Grata.

Neste início, as paisagens cariocas foram as que embrulharam a novidade da aprovação no processo seletivo da PPGP e quem esteve comigo “de VH” foram os mesmos, salvo algumas exceções, que, mais adiante, não mediram esforços para entrecruzar estados e fazer-me companhia nos longos dias de inverno. À toda “Família VH”, em especial, Caroline de Oliveira, Laura Bedin Rocetto, Leandro Fiuza, Luis Felipe Gava, Luis Ratão, Luiza Vicari, Maura Sannini, Tamara Ramos, Thales Milet, Vero Garcia e Victor Volpato, todo meu amor.

Atentando-me ao tempo e à sua mansa ordem, sou grata aos corações que ansiavam e anseiam minhas idas e vindas a outros territórios, por saberem que, mesmo bambolenta sem, por vezes, saber datas concretas do quando ou como ir, mantiveram-se fiéis às conexões e relativizam distâncias. Agradeço, então à Amanda Matar, Amanda Vilaça, Ana Carolina Silva Lacerda, Anaíza Domingos, André Lemos, Andressa Fagundes, Arthur Reimann, Arthur Rodrigues, Bárbara Flores, Bárbara Reimann, Bruna Borges, Fernanda Faria, Fernanda Pantaleão, Gabriella Oliveira, Guilherme Martins, Hugo Martins, Isabela Andrade, Izabella Viríssimo, Jean Vicente, Júnior Honorato, Júlia Medeiros, Kelen Ribeiro, Laís Araújo, Leandro Araújo, Leandro Fernandes, Leonardo Firmino, Lucas Leão, Lud Sabino, Luis Fernando Rodrigues Nunes, Luciana Biffi, Maísa Khalil, Marcus Felipe, Mariana Lucas, Marina Benzaquen, Marina Figueroa, Marina Rossi, Neiva Queiroz, Rafael Tannus, Rodrigo Mendonça Lima, Suéllen Espíndola, Taíza Soares, Tamara Rossi, Thainá Carvalho, Thais Medeiros e Vinícius Carvalho.

Em ofício de infinita teceloa, a Ilha me trouxe outros nomes que abarrotam minha maleta de lembranças saudosas. Em entretempos de

acomodação, descobri uma prima distante que residia em Florianópolis: à Priscila Castilho, agradeço pela ressignificação deste “distante” e divisão de sua rotina, companhia e amigos. A considero uma irmã nesta jornada. Aqui, também agradeço especialmente Artur Porto, Jhonatan Alves e Michael Luiz Chagas Cisotto, pelas horas desperdiçadas na busca de repaginar o mundo.

Peregrina australiana, Poliana Garcia Temístocles, foi uma das primeiras que também me acolheu nas terras catarinenses. Dona de uma leveza ímpar, a agradeço não só o companheirismo durante este tempo, mas também por me proporcionar um bilhete para embarcar em certa “carreta”. O embarque com Elisa Wagner, Elisa Teixeira, Gabriela Zappellini, Ingridhe Magalhães, Ivan Piedemonte, Kelvyn Xavier, Matheus André Agnoletto, João Luis Bertoli e Rafaella Assis, então, testemunhou estrondosas diversões, uma festa surpresa de aniversário, domingos eternos, festas, almoços e bares, além de dias cheios destinados à escrita e à discussões sob teto da nossa querida “salinha”, regada à café, cuidado e conversas diárias com a querida Bety. Aqui, faço um agradecimento especial aos membros da Squard (Ingridhe e Ivan) e à Gabriela e João, pelas partilhas de teto, manias, rotinas e afetos. A todos vocês, “muito obrigada!”.

Companheiras e companheiros de mestrado, de vida, de luta, de alegrias, de viagens e de choros, agradeço Aline Sicari, Bruna Riedel, David Tiago Cardoso, Diane Macedo, Fidel Teixeira, Inaê Label Barbosa, Luis Antonio Bento, Maiara Gabriela Horongoso, Mariana Trajano, Mariana Pasqualotto, Melissa Jaeger, Nádia Ferreira, Natália Alves, Natália Todeschini Tonelo, Paula Lopes, Rayane Lima, Raquel Pimentel, Ruthie Gomes, Thais Miranda e Wenderson Magno Cruz por, tantas vezes, ter sido as mãos que me aflagaram nesta Ilha e disseram: “Calma, vai ficar tudo bem”. Aqui, faço um agradecimento especial ao Wenderson Magno Cruz e também ao Luis Bento, pela acolhida tão à moda mineira em sua casa, em tempos de veraneio. Sem mais palavras para demonstrar tamanho amor a estes seres que caminham comigo, deixo meu “muito obrigada” e todo meu amor a cada um.

Aos mestres, agradeço primeiramente ao Prof. Emerson Rasera, que hoje tenho a honra de tê-lo na banca de defesa e foi o responsável pela frase: “Ana, sobre estudos de violência contra as mulheres tem um grupo renomado que está em Florianópolis, por que não tenta mestrado lá?”. Dos tempos de graduação, agradeço aos mestres que encontrei na Universidade Federal de Uberlândia e na Universidade de Santiago de Compostela e, em especial, destaco os nomes: Hélvia Cristine Perfeito, Marineia Crosara de Resende e Tommy Akira Goto, pela orientação,

amizade, afeto e acolhida, em todos os momentos. Dos tempos de mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina, destaco os nomes: Prof. Dr. Carlos José Naujorks, Prof. Dr. Carlos Nunes, Prof^ª Dr^ª Kátia Maheirie, Prof^ª Dr. Marcela Andrade Gomes, Prof^ª Dr^ª Maria Juracy Filgueiras Toneli, Prof^ª Dr^ª Marivete Gesser e Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida Crepaldi, por me proporcionarem subsídios teóricos, terem contribuído tanto para meu desenvolvimento pessoal, como com a orientação, organização e qualidade deste estudo. Da Universidad de Chile, agradeço a Prof^ª Dr^ª Margarita Iglesias Saldana, pela contribuição e ricos diálogos durante minha imersão de campo em sua universidade. Também colaboradores para o trabalho de campo, destaco os nomes dos profissionais Ricardo Bortoli e Sheila F. Isleb pela cooperação com este estudo.

Durante este tempo, tive também a oportunidade de participar de grupos de pesquisa e projetos de extensão. Assim, dedico esta dissertação aos companheiros presentes no Projeto “Práticas de Terapia Familiar, de Casal e Individual na Abordagem Relacional Sistêmica, Terapias Narrativas e Construcionismo Social”, aos que componentes do grupo de estudos de “alunos do mestrado e doutorado”, aos membros do “Laboratório de Novas Tecnologias (saudoso NUTE)” e à “Equipe Trajetórias” (Elis, Elizandro, Brunna, Bruno, Chico, Evillyn, Jorge, Juliano, Pâmela, Gustavo e Wellington). Grata pela acolhida, compreensão, gestão, troca de conhecimentos, amizade e partilhas que tanto contribuíram para a confecção deste estudo. A todos vocês, meu mais sincero “Obrigada!”.

A Associação Surf Sem Fronteiras (ASSF), aqui, também merece destaque. Sou grata, aos membros da Diretoria, aos técnicos e aos alunos que, em trancos e barrancos, lutam para manter o funcionamento desta associação que tanto contribuiu para a ampliação de conhecimentos práticos que me auxiliaram para o feitiço desta dissertação que, hoje, dedico a vocês. Meu “muito obrigada”.

Dedico este trabalho também a todos os funcionários da PPGP, da UFSC e aos homens que puderam ser os participantes deste estudo. Grata a todos.

Por fim, meu profundo agradecimento ao Prof. Dr. Adriano Beiras, por ter sido um ótimo orientador, dedicação, confiança, amizade, companheirismo, diálogos e colaboração para este estudo. Você é uma pessoa admirável, obrigada.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

RESUMO

Complexa, multidimensional, multicausal e de construção cotidiana, a violência contra mulheres se configura como uma das formas de violações de direitos humanos que atinge as mulheres independente da raça, cor, religião, condição social ou cultural. Pautada em uma diferença simbólica de divisão de gêneros socialmente e culturalmente construída, este tipo de violência se caracteriza como um problema de Saúde Pública que deve ser abordado tanto na esfera pública, quanto na privada. Levando em consideração a abrangência deste fenômeno, leis e ações estatais, em todo o mundo, foram delineadas buscando promover a assistência e garantia de direitos aos envolvidos em situação de violência. Destas ações propostas e previstas, existem as ações com homens autores de violência. No caso do Brasil, previstos nos artigos 35 e 4 da lei conhecida como Lei Maria da Penha, os grupos reflexivos são considerados uma medida que promove o atendimento a homens autores de violência. Desta maneira, esta dissertação teve como objetivo principal fazer reflexões acerca da ética, moralidade e sentidos de família presentes nas narrativas de homens autores de violência que justificam a ação violenta. Para tal, foram analisadas as narrativas de homens autores de violência participantes de um grupo reflexivo em uma cidade do sul do Brasil. Em termos epistemológicos, a pesquisa centrou-se nos pressupostos do Construcionismo Social e utilizou também os estudos pós-estruturalistas de análise de gênero e os estudos sobre masculinidades para compor uma compreensão mais ampliada sobre o objeto estudado. Respeitando as diferenças teóricas e epistemológicas destas abordagens, a metodologia de pesquisa elegida foi de base qualitativa e entrevistas semi-estruturadas foi o instrumento utilizado para a realização do estudo. Ainda, a pesquisa baseou-se na técnica da análise das narrativas. Com isso, organizados e analisados os dados com o auxílio do software Atlas/ti 8.0 e baseando-se na Teoria Fundamentada (Grounded Theory), três categorias de análise foram moldadas: a) A trajetória pessoal relatada e o entendimento de si e do Outro; b) Sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família" e c) Reflexões acerca da ética, moralidade, masculinidades e sentidos de família que criam justificativas para a ação violenta. A partir do material estudado, foi possível identificar, nas narrativas das falas dos participantes, "éticas justas" relacionadas a tramas narrativas, relacionais e de sentidos sobre as concepções de si, do masculino, do feminino e da família que se configuraram como justificativas morais e éticas para o ato violento. Exemplo disso foi a fala

de um dos participantes que dizia que as mulheres “estão sendo quebradas, esturpadas” em razão da escolha de suas vestimentas. Ainda, enfatiza-se que a utilização de abordagens críticas acerca do gênero e sobre os estudos sobre masculinidades possibilitou a evidência de temas relevantes, como a necessidade de (re)negociação de sentidos e estigmas cristalizantes relativos à violência contra as mulheres, movimento este que pode promover a transformação subjetiva dos sujeitos envolvidos em uma situação em que há a violência.

Palavras-chave: violência contra as mulheres, sentidos de família, ética, moral, homens autores de violência.

ABSTRACT

Being complex, multidimensional, multicausal and a daily construction, violence against women is one of the forms of human rights violations that affects women regardless of race, color, religion, social or cultural status. Based on a symbolic difference of genders, socially and culturally constructed, this type of violence is characterized as a Public Health Problem, so it need to be analysed in both public and private spheres. Considering the comprehensiveness of this phenomenon, laws and state actions were outlined around the world to promote assistance and guarantee of rights to those involved in situations of violence. Of these proposed and foreseen actions, there are the ones regarding men who committed violence. In the case of Brazil, in the articles 35 and 4 of the law known as “Lei Maria da Penha”, reflexive groups are considered a measure that promotes attendance to men who commit violence against women. Based of this assumption, this dissertation had the main objective to make reflections about ethic, morality and family in narratives of men who commit violence against women that justify the violent action. For that, the narratives of male perpetrators of a reflexive group in city of the south of the country. In epistemological terms, this research focused on the presuppositions of the social constructionism and also used post-structuralism studies of gender analysis and studies of masculinities to compose a larger view of the object studied. Respecting the theoretical and epistemological differences of this approaches, the chosen research methodology was qualitative and semi-structured interviews was the instrument used to carry out the study. Still, the research was based on the narrative analysis technique. The data were organized and analyzed using the Atlas / ti 8.0 software and based on Grounded Theory, three categories of analysis were modeled: a) The reported personal trajectory and the understanding of self and the Other ; b) Senses produced about the categories: "woman", "man" and "family"; and c) Reflections about ethics, morality, masculinities and family meanings that create justifications for violent action. From the material studied, it was possible to identify, in the narratives of the participants' speeches, "fair ethics" related to narrative, relational and sense frames about the conceptions of self, masculine, feminine and family that were configured as moral and ethical justifications for violent act. An example of this was the speech of one of the participants who said that women "are being broken, raped" because of the choice of their clothes. Also, is necessary to emphasize that the use of critical approaches to gender and

studies on masculinities has made possible to evidence relevant themes, such as the need for (re) negotiation of senses and crystallizing stigmas related to violence against women, that can promote the subjective transformation of the subjects involved in a situation where there is violence.

Keywords: violence against women, senses of family, ethic, moral, men authors of violence against women.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID- Banco Interamericano de Desenvolvimento
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
HEPVA- Centro de reeducación de hombres que ejercen violencia de pareja
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
MBL- Movimento Brasil Livre
ONG – Organização Não Governamental
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1: Organização Mundial da Saúde (2002) | 27 |
| Figuras 2 e 3: Exposição Centro Galego de Arte Contemporânea (CGAC)- Outubro 2013- Santiago de Compostela- Espanha..... | 59 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 1.1 OS PILARES EPISTEMOLÓGICOS..... | 10 |
| 1.1.1 CONSTRUCIONISMO SOCIAL: O “ÓCULOS ANALÍTICO” | 11 |
| 1.1.1.2 DIALOGANDO COM O CONSTRUCIONISMO SOCIAL | 11 |
| 1.1.1.3 <i>POR QUE UTILIZAR O CONSTRUCIONISMO SOCIAL PARA ATINGIR OBJETIVO PRINCIPAL DESTA PESQUISA?</i> | 17 |
| 1.1.2 OS ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADES E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS..... | 17 |
| 1.1.3 OS ESTUDOS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE ANÁLISE DE GÊNERO | 18 |
| 1.1.4 REFLEXÕES SOBRE A OUSADIA DO ÓCULOS MULTIFOCAL EPISTEMOLÓGICO | 19 |
| 2 OBJETIVOS | 22 |
| 2.1 OBJETIVO GERAL | 22 |
| 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:..... | 22 |
| 2.3 PILARES TEÓRICOS | 22 |
| 3. “BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER”: LOCALIZANDO HISTORICAMENTE OS (NÃO) LIMITES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES | 24 |
| 3.1 VIOLÊNCIAS: QUE CONSTRUÇÃO É ESSA? | 24 |
| 3.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO | 29 |
| 3.3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO EM UM PANORAMA HISTÓRICO BRASILEIRO..... | 37 |
| 4. SEM LÁGRIMAS, COM VIRILIDADE E FORÇA- PERSPECTIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SUBJETIVIDADE MASCULINA E OS ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADES E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA | 43 |

| | | |
|-------|---|----|
| 4.1 | HOMEM QUE É HOMEM- SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DA SUBJETIVIDADE MASCULINA..... | 43 |
| 4.1.1 | O CONCEITO DE MASCULINIDADE HEGEMÔNICA | 48 |
| 5. | ENTRE QUATRO PAREDES: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E MORAIS DOS SENTIDOS DE FAMÍLIA QUE JUSTIFICAM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 51 |
| 5.1 | ÉTICA E MORAL: LOCALIZANDO ESTAS TERMINOLOGIAS..... | 52 |
| 5.2 | A FAMÍLIA COMO UMA REALIDADE DISCURSIVA | 61 |
| 6. | GRUPOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: ENTENDENDO O CAMPO DE PESQUISA | 69 |
| 6.1 | GRUPO: QUE ARRANJO É ESSE?..... | 69 |
| 6.2 | GRUPO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: MAPEANDO ESTE DESAFIO | 71 |
| 7. | CAMINHOS METODOLÓGICOS - ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS UTILIZADOS NESTA PESQUISA..... | 87 |
| 7.1 | CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA | 87 |
| 7.2 | CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA..... | 88 |
| 7.2.1 | CREAS: QUE SERVIÇO É ESSE?..... | 88 |
| 7.2.2 | O GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA..... | 90 |
| 7.3 | PARTICIPANTES..... | 91 |
| 7.3.1 | CRITÉRIOS DE INCLUSÃO | 92 |
| 7.3.1 | CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO | 93 |
| 7.4 | PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES . | 93 |
| 7.5 | INSTRUMENTO..... | 94 |
| 7.5.1 | ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE..... | 94 |
| 7.6 | PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES | 95 |

| | |
|---|-----|
| 7.6.1 AS NARRATIVAS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO SER SOCIAL | 96 |
| 8. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES | 102 |
| 8.1 A PRIMEIRA ETAPA: A TÉCNICA DA TEORIA FUNDAMENTADA (GROUNDED THEORY) E A OPERACIONALIZAÇÃO PELO SOFTWARE ATLAS TI VERSÃO 8.0..... | 102 |
| 8.1.1 CATEGORIA I: A TRAJETÓRIA PESSOAL RELATADA E O ENTENDIMENTO DE SI E DO OUTRO..... | 104 |
| 8.1.2 CATEGORIA II: SENTIDOS PRODUZIDOS ACERCA DAS CATEGORIAS: "MULHER", "HOMEM" E "FAMÍLIA" | 104 |
| 8.1.3 CATEGORIA III: REFLEXÕES ACERCA DA ÉTICA, MORALIDADE, MASCULINIDADES E SENTIDOS DE FAMÍLIA QUE CRIAM JUSTIFICATIVAS PARA A AÇÃO VIOLENTA . | 105 |
| 9. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES - DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS PESSOAIS, VALORES MORAIS, ÉTICA, SENTIDOS DE FAMÍLIA, SUBJETIVIDADE MASCULINA, GÊNERO E VIOLÊNCIAS | 106 |
| 9.1 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: Categoria I: A trajetória pessoal relatada e o entendimento de si e do Outro | 106 |
| 9.1.1 O RELATO DE SI | 107 |
| 9.1.2 O RELATO DO OUTRO..... | 122 |
| 9.2 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: Categoria II: sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família"..... | 127 |
| 9.2.1 OS SENTIDOS DE “HOMEM” NAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA | 128 |
| 9.2.2 OS SENTIDOS DE “MULHER” NAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA | 137 |

| | |
|---|-----|
| 9.2.3 OS SENTIDOS DE “FAMÍLIA” NAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA | 147 |
| 9.3 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: Categoria III: Reflexões acerca da ética, moralidade, masculinidades e sentidos de família que criam justificativas para a ação violenta | 155 |
| 9.3.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS E VALORES MORAIS PARA A FAMÍLIA, MULHER E HOMEM E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES..... | 156 |
| 9.3.2 EXPRESSÕES DE MASCULINIDADES, MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES | 169 |
| 10 POSSÍVEIS CONCLUSÕES..... | 174 |
| 11 REFERÊNCIAS..... | 179 |
| 12 APÊNDICES..... | 190 |
| APÊNDICE I: PUBLICAÇÕES ORIUNDAS A PARTIR DA CONFECÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO | 190 |
| APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE | 192 |

1 INTRODUÇÃO

A DIFÍCIL TAREFA DE RELATAR A SI MESMO

*“Pensaram que eu era surrealista, mas nunca fui.
Nunca pintei sonhos, apenas minha própria realidade”*

Frida Kahlo

Empenhada na tarefa de narrar esta dissertação, peço emprestado os dizeres de Frida Kahlo na tentativa de demonstrar meus limites e possibilidades de olhar e salientar sobre o quão amplo são os horizontes que nos constroem e como a vida está em constante formação. Assim, de antemão, introduzo a leitora ou o leitor sobre as premissas e reverberações que me inspiraram na escrita deste trabalho, buscando situar meu lugar de fala.

Começo, dessa forma, “não por um continente, por um país ou por uma casa, mas pela geografia mais próxima - o corpo” (Rich, 2002, p. 17). Falo de um corpo marcado¹ de uma “localização limitada e de um conhecimento localizado e não de uma transcendência entre sujeito e objeto” (Haraway, 1995, p.21). Dessa forma, cordialmente me apresento com meus posicionamentos móveis para narrar esta pesquisa: sou chamada de Ana Luíza Casasanta Garcia, me formei em Psicologia, tenho 25 anos, mulher, permeio pelas classes C e B segundo o IBGE², heterossexual, solteira e branca³. Por meio do silêncio ou da fala, este é o lugar de onde parto: da ausência de neutralidade e implicada eticamente pelo Outro (Butler, 2015).

Digo isso, pois acredito que existe uma correlação entre nossas atividades sociais e a (re)construção da nossa subjetividade. Ou em outras palavras, apresento-me por crer que “não é possível realocar-se em

¹ Conceito retirado do texto de Donna Haraway, intitulado “*Saberes localizados*”, de 1995.

² Justifico a utilização da divisão econômica de classes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em razão das multifacetadas que o termo “classe média” possui em outros campos de conhecimento, como no caso da Sociologia.

³ Saliento a preocupação de não utilizar o verbo “ser”, por acreditar que ele, além de problemático e contingente (Haraway, 1995), limita a ampliação da visão das possibilidades de ação do meu “eu” no mundo, que estão, constantemente, se reinventando com as convenções sociais que me interpelam (Souza, 2014).

qualquer perspectiva dada sem ser responsável por este movimento” (Haraway, 1995, p.25) e por levar em consideração que meu posicionamento é contingenciado por outros olhares e que as preposições dadas a partir disso são contextuais (Souza, 2014). Considero ainda que foi por meio das narrativas oriundas da minha construção relacional e discursiva com o mundo e com os outros que me foram transmitidas diretrizes diferenciadas, as quais incorporei para fundamentar minha subjetividade e este trabalho.

Entendo, a partir dessa compreensão, que o interesse em me aprofundar nos estudos sobre a violência contra mulheres foi construído na medida em que me aproximei do movimento feminista e me aliei aos seus pressupostos. Como mulher, sempre me senti incomodada com a posição social imposta a esta “categoria”. Desde pequena, questionava a disparidade entre os sexos e a teoria feminista passou a me acolher, ao mesmo tempo em que me ofereceu ferramentas para lutar em prol da diminuição desta disparidade entre os sexos. Este trabalho fala de mim e por mim. Fala da “categoria” que me inseriram, desde quando nasci. Fala da minha experiência enquanto constituinte de ser uma mulher nesta sociedade, bem como das minhas experiências e interesses acadêmicos.

Sobre o âmbito acadêmico, a inserção em projetos de extensão com grupos reflexivos ao longo da graduação me fez problematizar a violência e a construção de subjetividades neste contexto. Dessas experiências, uma fala merece destaque. Houve um momento que uma participante de um grupo reflexivo que eu coordenava disse: “Oras, ele me bateu porque eu estava errada, não havia posto a janta na hora certa...” Ao ouvir isso, me senti paralisada. Parecia que eu não tinha como argumentar. Parei e me senti impotente. Em casa, deparei-me com vários questionamentos acerca daquela lógica colocada ali: Haveria uma vítima e um culpado nesta relação? Quais as lógicas sociais, morais e éticas que sustentam a violência? Quem ou o que a (re)produz? Até que ponto o conceito de família e sua idealização estão relacionados com a violência de gênero?

Frente a estas perguntas, inferi que julgava eticamente e moralmente a fala daquela participante. Para mim, ela aniquilava sua humanidade naquele trecho. Embora seja dito que jamais devemos julgar, “os juízos são imperativa e igualmente necessários para a vida política, jurídica e pessoal” (Butler, 2015, sinopse). E foi assim que observei que debruçar sobre o estudo sobre a violência de gênero me motivava e foi neste momento que decidi elaborar meu Trabalho de Conclusão de Curso com o objetivo de fazer uma revisão bibliográfica sobre as políticas

públicas e programas sociais existentes no Brasil e na Espanha voltados ao combate da violência contra mulheres.

Com este estudo, identifiquei lacunas nos estudos sobre a violência e que ainda há muito o que se explorar e dar visibilidade ao que, durante muito tempo, foi silenciado e tratado como no ditado “problema de marido e mulher, não se mete a colher”. Diante desse paradigma e ainda tensionada pela complexidade do tema, optei em dar prosseguimento aos meus estudos na Universidade Federal de Santa Catarina na linha de pesquisa em Processos de Subjetivação, Gênero e Diversidades, o que deu origem a esta dissertação.

Esta pesquisa, então, discorre sobre o fenômeno da violência contra as mulheres, que além de ser uma grave problemática que abarca atos de violência física, sexual e psicológica (Rodríguez, 2001) tem adquirido maior visibilidade na literatura científica brasileira e internacional nos últimos anos em razão de sua relevância social, científica e caracterização enquanto um problema de Saúde Pública (Grossi, 1996). Em consonância com o exposto e explicitando a abrangência deste problema, compreendo que, sendo o sujeito um ser social construído por intermédio da linguagem e de processos sociais (Spink, 2010), estudar sobre a violência contra as mulheres é relevante para se compreender como, ao longo do percurso social e cultural ela se inseriu no tecido social e foi disseminada pelas práticas discursivas⁴.

Por se tratar de um fenômeno complexo, friso que me atentei em observar o objeto de pesquisa por um olhar “amplo” sobre esta tipologia de violência, já que ela não pode ser delimitada nas esferas de “público” ou “privado” (Diaz-Aguado, 2005). Isto se justifica pelo fato de que, sendo “tudo” resultado de uma construção social, mutante e em constante transformação e movimento (Gergen, 1985; Rapizo, 2002), a violência contra as mulheres se torna resultante de tramas narrativas, sentimentos, concepções, atribuições sociais e tradições culturais linguísticas (Rapizo, 2002), fazendo com que haja a compreensão de que o considerado “público” é afetado pelo “privado” e vice-versa.

A respeito do âmbito privado, embora seja difícil quantificar o número real de mulheres que sofrem algum tipo de violência, em razão da ausência de denúncia e pelo fato de que muitas das vezes as mulheres são agredidas dentro de suas próprias casas (Villela & Lago, 2007), estima-se que cerca de 65% das mulheres agredidas sofrem a violência

⁴ Conceito utilizado por Mary Jane Spink que se refere ao modo como as linguagens sociais existentes e os gêneros de fala subjetivam corpos e pensamentos.

pelo próprio parceiro de relacionamento. Maridos, companheiros, namorados, bem como ex-maridos, ex-namorados ou ex-companheiros se tornam, então, os atores principais no cenário da violência (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010).

Sobre o âmbito público, um bom exemplo a ser citado se pauta na análise da condição social e econômica da população feminina. Ainda hoje, conforme pesquisa realizada em 2009 pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mulheres ganham cerca de 30% menos que os homens desempenhando as mesmas tarefas. Este aspecto, para além de ser uma desigualdade social baseada na desigualdade de gênero, também causa consequências na relação conjugal, propiciando conflitos (Carneiro & Oliveira, 2008). Compreendo, então, que a violência contra mulheres representada por ameaças, desconfortos, medos, angústias e silêncios (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010) e sendo um fenômeno considerado mais praticado e menos reconhecido no mundo (Grossi, 1996) deixa marcas, por ora físicas e visíveis, por ora psicológicas e invisíveis em todos os envolvidos no processo (Santos & Moré, 2011).

A respeito do cenário brasileiro, o Brasil se encontra em 7º em um ranking de 84 países, no que tange às taxas de homicídios femininos decorrentes de violência contra as mulheres (Waiselfisz, 2012). Estima-se também que há uma agressão contra as mulheres a cada 4 minutos e que os dados alarmantes ainda podem não representar toda a realidade existente, visto que, por muito tempo e ainda é possível que haja uma tolerância socialmente aceita e escondida pela vítima em razão da sacralidade da instituição familiar (Oliveira, 2012).

Segundo pesquisa recente do Observatório da Mulher Contra a Violência publicada em Junho de 2017, estimou-se que 71% das mulheres declararam ter sofrido algum tipo de violência doméstica ou familiar. Talvez pela quebra do silêncio ou pelo fato de que, cada dia mais, a temática sobre violência contra as mulheres tenha atingido as redes sociais, a mídia e telenovelas, as mulheres passaram a responder mais “sim” a perguntas como esta.

Ainda sobre esta pesquisa, percebo que, comumente, ao se falar de violência doméstica, termo eleito pelo Direito Penal, acrescenta-se a expressão “ou familiar”. Novamente, é perceptível como as instituições sociais como a Família, a Escola e o Estado tornam-se entidades importantes no que se refere à disseminação de práticas discursivas que legitimam/ocasionam ou perpetuam a violência contra as mulheres.

Das justificativas sobre esta violência, o “foi por ciúme” é uma frase “típica” de ser usada para explicar casos como o de Eloá, Mércia, Luiza Brunet, Gisele, Renata Muggiatti e tantas outras. O corpo

queimado, amputado ou morto, muita das vezes, sofreu tais acontecimentos por reivindicarem a posse de um homem. Um cumprimento na rua, mensagens no celular, indícios de traição ou outras ocorrências se tornaram justificativas para tais delitos. Para além das atribuições sexuais esperadas de cada sexo, do ideal romântico e atravessamentos possíveis de serem pensados, ideais e sentidos⁵ “adequados” de família parecem também compor o leque das explicações dos atos violentos contra as mulheres.

Como exemplo, cito o caso de Fernanda Young⁶. Sentindo-se ofendida, este caso se trata de uma ação movida pela escritora, atriz e roteirista contra Hugo Leonardo de Oliveira Correa que teve de indenizá-la em R\$ 5mil reais por danos morais. O valor poderia ser maior, mas, segundo o juiz Chistopher Alexander Roisin, da 11ª Vara Cível de São Paulo, Fernanda tem uma “reputação elástica” por já ter posado nua, logo, os valores atribuídos aos danos morais puderam ser questionados.

Analisando os dizeres do juiz em questão, é perceptível que o fato de Fernanda já ter posado nua foi um motivo relevante para diminuição da indenização. Provavelmente, por ela ter fugido do padrão de “bela, recatada e do lar” de Marcela Temer⁷. Sobre os atributos da atual primeira dama Marcela, também é possível acrescentar que o presidente foi considerado “homem de sorte” por “possuir” em casa uma mulher dentro dos conformes éticos e morais esperados de uma mulher: ser bonita, ser recatada e ser do lar.

Pensando sobre todas as práticas discursivas que sustentam estes elogios que consideram Temer “um homem de sorte”, a pergunta

⁵ Por meio da comparação etimológica das palavras “sentidos” e “significados” é possível dizer que não há consenso a respeito da utilização dos termos sentidos e significados. No entanto, para esta dissertação, o conceito de Spink foi o utilizado, pois, segundo esta autora: “O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (Spink (2010, p. 34))”

⁶ Descrição do caso referido possível de ser acessado pelo link <<https://veja.abril.com.br/entretenimento/fernanda-young-tem-indenizacao-reduzida-por-ter-posado-nua/> >

⁷ Inferência a uma reportagem da revista Veja que teve como título a expressão “bela, recatada e do lar” para caracterizar a primeira-dama Marcela Temer e para justificar o fato de Temer ser um “homem de sorte”.

norteadora desta pesquisa de mestrado foi: *“Como refletir a respeito da ética, moralidade e sentidos de família utilizados como justificativas em narrativas de homens autores de violência?”* Para tal, de antemão, é necessário discorrer sobre os principais conceitos e fundamentos teóricos que compõem esta pergunta. É preciso, portanto, falar de: família, moral, ética, masculinidades, violência e violência de gênero para falar da complexidade e ter um olhar de esfera integral sobre o que se pretendeu estudar (Geldschläger; Ginés & Ponce, 2011).

Vale ressaltar também que esta dissertação almejou ancorar leituras sobre estes importantes estudos, levando sempre em consideração o entendimento da constituição do sujeito de forma construcionista, ou seja, o entendimento de que os termos e as formas por meio das quais alcançamos o entendimento do mundo e de nós mesmos são artefatos sociais e produtos de trocas históricas e culturalmente situada entre as pessoas (Souza, 2014).

Assim, em primeiro lugar, busquei enfatizar a importância social e científica de se estudar a violência contra as mulheres. Dessa forma, uma revisão de literatura sobre o tema foi realizada, dialogando com os movimentos feministas que tanto contribuíram para a disseminação da temática. Nesta conversa, também convidei as teóricas pós-estruturalistas de análise de gênero, como a Judith Butler (1998, 2003, 2009, 2015), a Dona Haraway (1995) e a Joan Scott (1990), por acreditar que estas teóricas, ao promoverem grandes debates sobre a categoria “gênero”, poderiam contribuir na compreensão sobre como a norma engendra os sujeitos e como interpretamos e compreendemos esse engendramento. Além disso, com suas teorias foi possível problematizar sobre a constituição social do sexo masculino como “produtor” de violência e principalmente para teorizar a respeito das relações entre os sexos como cultural e historicamente produzidas pelas operações de poder e como a violência contra mulheres se dá “dentro” do processo de formação da subjetividade dos sujeitos.

Ainda sobre estas dinâmicas sociais e levando em consideração que este estudo se trata de estudo com homens, teorias sobre as masculinidades receberam convite para esta conversa, com a justificativa de que era necessário entender sobre como os sentidos sobre o masculino construídos ao longo do tempo. Dessa forma, os trabalhos de Connell (1995), Medrado & Lyra (2003), Wexler (2007), Núñez Noriega (2008), Kimmell (2008), Rodríguez & Vázquez (2008), Beiras (2009), Toneli, Lago, Beiras, & Clímaco (2010), Flood (2011), Geldschläger, Ginés & Ponce, (2011), Beiras (2012), Ponce-Antezana (2012), Chagoya (2014) ofereceram suporte para pensar e realizar reflexões críticas sobre

o sujeito desta pesquisa, dando visibilidade a uma (des)construção da categoria homem. Com estes estudos, colocou-se em questão binarismos, heteronormatividade, corporeidade, opressões e aspectos relacionais políticos e mais amplos como vetores que naturalizam um único lugar possível de ser homem em nossa sociedade.

Acerca de ética e moral, conceitos tão complexos e utilizados em tantas áreas de conhecimento, fiz aliança com os teóricos Alan Jenkins (2009), Michel Foucault (1985), Theodor W. Adorno (1988) e Judith Butler (2015), por acreditar que os escritos destes autores promovem, além do questionamento do binarismo sexual, uma noção relevante do que é a dinâmica relacional do sujeito ético e moral, pressupostos que serão apontados em uma seção mais adiante.

Ainda sobre ética e moral, Carole Partman (1993) também foi uma das convidadas para contribuir com as discussões teóricas sobre o tema. Em seu livro, esta autora discorre sobre o contrato sexual que, transversalizado na relação entre homem e mulher, dissemina normas e atribuições esperadas por cada membro familiar, de acordo com os princípios da economia moral vigente. Nesse sentido, espera-se pelo contrato sexual que uma mulher na família seja e aja de certa maneira, e, se não o faz, pode sofrer violências. Essa noção, por sua vez, auxiliou para dissecar os dizeres encontrados nas narrativas dos homens autores de violência e identificar como eles atribuíam sentido à mulher, à família e a si mesmo, bem como faziam destes sentidos justificativas para a ação violenta.

Sobre o conceito de família, a partir de um olhar construcionista, busquei superar visões simplistas, naturalizadas e essencialistas deste conceito, em direção ao entendimento de que a família e seu conceito são sistemas linguísticos de sentidos (Moscheta, 2014). Assim, família aqui foi compreendida como um conceito discursivamente moldado que se construiu e se constrói como uma organização a depender de práticas, valores e regras de um contexto histórico específico (Neves, 2008).

Apresentados os principais conceitos e teóricos que foram convidados para a confecção desta dissertação, vale ressaltar que ela também versa a respeito da importância do trabalho com homens autores de violência, já que os participantes deste estudo foram homens participantes de tais grupos. Sobre isto, aponto que este tipo de intervenção grupal é importante para transformar realidades e pensamentos na medida em que a intervenção com eles pode auxiliar para que o reconhecimento, clareza e conhecimento sobre suas ações e sobre sua posição perante o ato violento sejam problematizados,

responsabilizados e avaliados por eles mesmos quando postos à tona (Jenkins, 2009).

Para além dessas questões, enfatizo que o atendimento de homens autores de violência possui características distintas, uma vez que muitas vezes estes homens são obrigados ou indicados ao atendimento (Beiras, 2008). Também, ao promover um diálogo com o autor de violência e buscando analisar como eles legitimam eticamente e moralmente a violência cometida, o estudo auxilia para que algumas “verdades” com relação à violência contra mulheres sejam (re)pensadas pelo entrevistador e pelos entrevistados. Isso, por sua vez, (re)constrói e desmistifica a ideia da mulher como impotente e vitimizada e garante o caráter proativo dos seres humanos na construção de significados e da realidade intersubjetiva (Geldschläger, H, Ginés, O., Ponce, A, 2011). Isto, por sua vez, pode auxiliar para a construção de soluções mais criativas de atendimento especializado, convergindo domínios de significado divergentes, dando atenção particular ao diálogo. O trabalho em conjunto com homens e mulheres também desmistifica a noção de mulher-vítima e homem-agressor. Além disso, ele também adquire uma importante relevância social, pois segundo Ponce-Antezana (2012) se não houver essa aproximação e este trabalho em conjunto, possivelmente há um incremento ainda maior na distância subjetiva e social das pessoas de gêneros diferentes, além de provocar um estranhamento crítico e influenciar para que emergja um efeito perverso onde haja a exacerbação da violência de gênero na convivência social. Discorrido sobre todos estes conceitos e pilares que sustentam este escrito, agora, abro o convite à leitora ou ao leitor para mergulhar na leitura desta dissertação. De antemão, portanto, justifico a escolha por escrever na primeira pessoa do singular e, por vezes, do plural. Em primeiro, considero que escrever desta forma demonstra a implicação crítica do relato descrito, por fugir de uma forma neutra, em que não se explicita a multiplicidade de vozes que perpassam a nossa leitura e escrita (Rasera, & Japur, 2007).

Ainda, ancorando-me no que discorreu Scheila Mcnamee (2014) no livro intitulado “Construccionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento”, compreendo que a postura construccionista entende a linguagem para além de uma ferramenta de transmissão de informação e, assim, ela é construtora de realidades e fala a respeito dos nossos mundos sociais. A escolha da primeira pessoa no singular e por vezes do plural, então, faz jus a este entendimento, uma vez que teve como intuito localizar historicamente e culturalmente as formas pelas quais foram processadas as informações e transpostas em forma de escrita. Além disso, considerando que a pesquisa não se trata de uma descoberta, mas

sim parece ser produto da construção de possibilidades de ações e de formas de entendimento do processo de investigação, entendo também que a utilização da primeira pessoa é plausível e desmistifica a ideia de que há uma postura distanciadora e diagnóstica do pesquisador. Por fim, considero que esta utilização e o uso de perguntas reflexivas à leitora e ao leitor são formas para convidar quem lê a um processo de construção de conhecimentos em conjunto, já que não há uma verdade unívoca sobre o mundo.

Dito isso, na sequência, então, apresento a primeira seção desta dissertação que contém a introdução, destinada à apresentação da coerência entre minha trajetória profissional e pessoal com a motivação de realização deste trabalho, bem como a relevância social e científica do estudo; a apresentação dos pilares epistemológicos e os objetivos e perguntas norteadoras. Na seção seguinte abordo os principais conceitos teóricos e a revisão de literatura. Na sequência, trago os caminhos metodológicos a caracterização do campo de pesquisa e escolha de método de análise. Por fim, a última seção se refere à apresentação das informações coletadas e análise temática das narrativas dos homens autores de violência, bem como as considerações finais do estudo.

1.1 OS PILARES EPISTEMOLÓGICOS

Configurando-se como “a ciência da ciência”, ou, em outras palavras, como o conhecimento acerca da ciência, os pressupostos epistemológicos são os princípios críticos e científicos utilizados para se estudar um objeto de estudo. O fazer ciência funciona como uma casa não se sustenta sem que haja um trabalho bem qualificado de fundação. Dessa forma, para tecermos uma boa análise científica é necessário dialogarmos com pilares epistemológicos que sustentam esta análise.

Desta forma, a fim de situar a leitora ou o leitor sobre o óculos analítico utilizado para a leitura do objeto de estudo, há a apresentação dos pilares epistemológicos utilizados para a realização desta pesquisa. Este bloco é dividido em: a) o construcionismo social; b) os estudos sobre a análise pós-estruturalista de gênero e c) estudos sobre as masculinidades e masculinidade hegemônica. Sucintamente, portanto, este bloco foi criado apenas para delimitar como diferentes epistemologias foram usadas para o entendimento e construção desta pesquisa.

De antemão, ressalto que estes campos epistemológicos possuem tensões e perspectivas diversificadas, que podem tanto se complementarem ou se contradizerem nas leituras sobre a violência e o gênero. Desta maneira, saliento que a ousadia da mescla das epistemologias não desconsidera que existem diferenças entre elas. Pelo contrário, a todo momento, mesmo que este estudo tenha como óculos de leitura principal o Construcionismo Social e sua compreensão de sujeito, enfatizo aqui que a lente destes óculos é multifocal e considera que outros campos de saberes podem contribuir para este estudo. É como se as teorias pós-estruturalistas de análise de gênero e os estudos sobre masculinidades fossem a proteção UV e a tecnologia que aprimoram a lente de vidro dos óculos, fazendo com que a “correção visual” seja, um pouco mais, eficaz.

Neste sentido, destaco também que, dado a complexidade do tema violência, um olhar multicentrado, multifactorial e variado em epistemes é muito útil e auxilia na busca de diferentes frentes estratégicas para produzir maior equidade de gênero e transformação social, mostrando-se eficazes no campo de trabalho e aprofundamento teórico sobre ações grupais com homens autores de violência. Assim sendo, este capítulo está dividido em quatro tópicos: a) Construcionismo Social: o “óculos analítico”; b) Os estudos sobre masculinidades e masculinidade hegemônica c) Os estudos sobre a análise pós-estruturalista de análise de gênero d) Reflexões sobre a o “óculos de leitura epistemológico”.

1.1.1 CONSTRUCIONISMO SOCIAL: O “ÓCULOS ANALÍTICO”

*Afinal, quantos lados tem o mundo no parecer dos
olhos do camaleão?
A menina sem palavra-
Mia Couto*

Olhar, analisar, observar, experimentar. Diversos são os verbos da língua portuguesa que utilizamos para conceituar o que vem a ser o nosso pesquisar. Haveria, então, uma maneira única? O que seria e como o conhecimento é produzido por nossas formas de pensar? Meio a este movimento, meio a esta sede em conhecer e articular o que se emerge nesta dinâmica, o Construcionismo Social vem à tona.

Vem e traz consigo questionamentos. Traz também movimento, não deixando ninguém, nem nada no lugar em que estavam. Frente a todo este reboliço, os construcionistas sociais questionam a Verdade com “V” maiúsculo, dizendo que a verdade absoluta é passível de problematizações já que somos construções sócio-históricas, ou seja, nossas “verdades” são construídas pelas convenções sociais, pela moralidade, pelo contexto e pelas relações, e, como tudo isso está em constante transformação, nossas verdades também estão (Spink & Frezza, 2004). Partindo desse pressuposto, apresento a vocês este movimento mutável, fluído e diverso que tanto privilegia a construção do saber a partir das relações e do contexto social e histórico que estão inseridas.

1.1.1.2 DIALOGANDO COM O CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Antes de discorrermos a respeito do construcionismo social, é necessário, primeiramente, situá-lo no contexto do pós-modernidade, momento este que ofereceu mudanças culturais e de formas de se pensar. A pós-modernidade, deste modo, pode ser representado como um movimento científico, cultural e artístico, que consiste no reconhecimento de novas possibilidades discursivas em contraponto as verdades explicativas únicas e absolutas. Ele se foca não no que se é retratado, mas no que se produz, no nosso estranhamento, desconforto e na nossa necessidade de teorizar o que nos é apresentado (Moscheta, 2014).

Dentre os muitos questionamentos acerca da existência da pós-modernidade e o que ela realmente engloba, ela pode ser entendida como um movimento científico que se oriunda em contraponto com a modernidade, época esta em que a tarefa do pesquisador era apontar um retrato fidedigno do mundo. Segundo Moscheta (2014) existem quatro pressuposições que podem definir a modernidade. Em primeiro lugar, este movimento científico separa o sujeito do objeto. Assim, de um lado está o sujeito que investe suas capacidades racionais para compreender o mundo e, do outro, está o objeto, a vida, o mundo e a realidade.

Em segundo lugar, a modernidade considera que esta realidade a ser estudada possui atributos: a) exterioridade (é externa ao sujeito); b) independência (existe separado do sujeito); c) precedência (já existia antes do sujeito); d) definição (ela possui características estáveis); e e) singularidade (é de um mesmo modo para todos). Partindo desse pressuposto, o terceiro atributo dado à modernidade seria a concepção de que o sujeito pode conhecer a realidade tal como ela é. Por fim, caracterizando o quarto atributo, a modernidade considera que o sujeito consegue, portanto, transmitir aos demais, por intermédio da linguagem, um relato claro e preciso da realidade estudada (Moscheta, 2014, p.31).

Assim, para Moscheta (2014) os pós-modernos consideram que o discurso da ciência moderna é metanarrativo, ou seja, presume-se que existe um modo único e verdadeiro de se conhecer a realidade, sendo este acessível e coeso. Contraindo-se a esta lógica, os pós-modernistas operam em duas frentes: a primeira delas consiste no discurso crítico em relação aos pressupostos modernos e a segunda faz referência a não existência de uma verdade única pautada na realidade, legitimando, deste modo, as diferenças nas nossas possíveis descrições de mundo. Spink (2010), frente a este paradigma, discorre a respeito da “Modernidade Tardia”.

Independente da definição deste movimento e se ele realmente existe ou não, mediante a leitura da grande maioria das teorias contemporâneas, se pode perceber que elas questionam padrões e estruturas previamente estabelecido. Além disso, há um foco na linguagem como forma de comunicação dentro dos discursos científicos. A linguagem, “orientada pelos seus efeitos, pela contextualização de seus objetivos, da voz de seu autor e das tramas que cooperam na construção de seu status, e também pela parcialidade (ou incompletude) na produção narrativa”, auxilia na composição de um cenário cultural onde se podem emergir diferentes modos de se pensar e de se fazer ciência (Moscheta, 2014).

Um importante nome, considerado como precursor do Construcionismo Social é o Kenneth Gergen. Gergen em 1973, publicou o artigo intitulado “Social Psychology as History” que tinha como intuito analisar os processos de conhecimento e de construção social por intermédio da cultura e do contexto social. Nessa forma de compreensão, Kenneth Gergen e Mary Gergen publicaram várias obras com o intuito de disseminar a teoria, pautada nos processos sociais (Gergen, 1999).

O casal Gergen, então, é conhecido como precursores deste movimento e grandes influenciadores do grupo *micro social construcionism* (Burr, 2003). Segundo a autora Vivien Burr (2003), a pluralidade dos pressupostos oriundos da mudança de pensamentos pelo giro linguístico do séc XX pode ser pensada em uma divisão de dois grupos: o *micro social construcionism* e o *macro social construcionism*. Dessa forma, têm-se que no primeiro grupo há uma ênfase na construção social por intermédio das trocas interpessoais cotidianas, com um enfoque principal no discurso como mecanismo disparador a construção das relações sociais. Neste grupo, destacam-se os nomes: Kenneth Gergen, John Shotter, Jonathan Potter, Derek Eduards, Malcolm Ashmore, Margaret Wetherell e Rom Harré.

Também valorizando a linguagem como agente constructor das relações, o grupo *macro social construcionism* se difere do grupo *micro social construcionism* por trazer à tona debates acerca do poder e aspectos estruturais e materiais da sociedade. Aqui, portanto, o foco está no “macro” e os estudos se centram nas relações de poder de desigualdade social. Imersos neste campo estão os nomes: Foucault, Parker, Hollway, Burman, Willig e Ussher (Burr, 2003).

O grupo *micro social construcionism*, portanto, engloba a teoria do construcionismo social, sobre a qual estamos discorrendo neste estudo. Ela, considerada por muitos como um “movimento”, considera que não há uma realidade única. Tudo que existe é uma construção social e histórica. Dessa forma, “a investigação construcionista preocupa-se com a explicitação dos processos por meio dos quais as pessoas descrevem e explicam o mundo em que vivem” (Gergen, 1985). Nada existe para nós, já que é a partir das nossas relações, das nossas práticas discursivas, que concebemos o que é mundo (Gergen & Gergen, 2010).

No que se refere aos pressupostos metodológicos, essa teoria traz em si uma postura desreificante, desnaturalizante e desessencializadora, culminadas no radicalismo da natureza social e na historicidade das práticas sociais (Spink, 2004). Segundo Rasera & Lapur (2005) este movimento está pautado em três críticas do fazer científico: a crítica social, a ideológica e a retórico-literária.

A crítica social faz inferência ao saber científico baseado no social, cultural e historicamente situado. A crítica ideológica possui uma forte identificação com a teoria crítica da Escola de Frankfurt, Horkheimer, Adorno, Marcuse, entre outros. Ela busca rejeitar a ideia de neutralidade na ciência e sua possibilidade de descrição objetiva do mundo. Por fim, a crítica retórico-literária, por sua vez, busca mostrar como as descrições e explicações científicas são determinadas pelas regras de apresentação literária, as quais absorvem o objeto de tais descrições, fazendo-o perder seu status ontológico, sua independência do processo descritivo (Rasera & Japur, 2005).

Em paralelo aos estudos literários, a investigação retórica aponta as formas pelas quais tais descrições ganham seu poder persuasivo, através do uso de determinadas metáforas, e formas específicas de apresentação da relação autor/leitor e do objeto descrito. Ela desloca a investigação do objeto para os meios de sua apresentação. A partir desta crítica, o texto científico fica então aberto para análise de suas metáforas, as quais não são derivadas da observação, mas “servem como estruturas retóricas através das quais o mundo observacional é construído” (Gergen, 1997, p. 41).

Assim, estas três críticas redimensionam as teorias científicas, explicitando seu caráter comprometido, sua determinação histórico-cultural e enfraquecendo uma visão da ciência como uma descrição objetiva e acurada da realidade, na qual a linguagem é sustentadora da verdade. É no bojo do pensamento pautado por estas críticas que emerge o construcionismo (Rasera & Japur, 2005).

Segundo Rasera & Japur (2005), o construcionismo social faz inferência a uma compreensão multifacetada e a um discurso que circundam questões centrais. Por mais que seja difícil determinar um conjunto unificado de descrições que se englobam todos os chamados construcionistas, parece haver um consenso entre os autores que remete a quatro descrições centrais. A primeira delas é a especificidade cultural e histórica das formas de se conhecer o mundo. Essa descrição diz respeito a ideia que os construcionistas tem de que as descrições do mundo estão ligadas a realidade situada. Dessa forma, a linguagem é construída a todo momento, dadas a partir de condições sócio-históricas concretas dos sistemas de significação, de tempo e lugar.

A segunda descrição remete a primazia dos relacionamentos humanos na produção e sustentação do conhecimento. Aqui há o enfoque do ser relacional e parte do pressuposto de que o significado das palavras é resultante do seu uso social. As descrições sobre o mundo, segundo a óptica construcionista, não são o resultado da visão apurada e objetiva da

natureza, mas sim uma construção de uma comunidade linguística constituída por processos sociais (Rasera & Japur, 2005).

A terceira descrição diz respeito à interligação entre conhecimento e ação. Descrever o mundo aqui implica formas diferentes de ação social. Dessa forma, a manutenção de determinadas tradições é dependente do processo contínuo de produção de sentido. Por fim, a quarta descrição faz inferência a postura crítica e reflexiva do construcionismo (Rasera & Japur, 2005).

O construcionismo, portanto, assume uma postura crítica constante sobre a forma de descrever o mundo, visto que considera que o conhecimento é relativo e oriundo de um conjunto de práticas e condições sócio-históricas. É possível destacar uma série de implicações do construcionismo, destacadas por Rasera & Japur: a. o antiessencialismo; b. o anti-realismo; c. A linguagem como forma de ação social; d. O foco na interação e práticas sociais e e. o foco no processo (Rasera & Japur, 2005).

Com essa pontuação apontada pelos autores Rasera & Japur (2005), podemos pensar sobre o quanto este movimento teórico se ancora na ênfase na linguagem e nas relações sociais. Vemos que aqui a linguagem é entendida não só como construção de conceitos sobre uma realidade, mas no jogo arbitrário que esta construção possibilita para o entendimento não só dos significados, mas da relação de diferenciação que estes conceitos possuem dentro de um contexto específico.

Entendendo que as pessoas coordenam entre si linguagens compartilhadas sobre o real e o bom, imprimindo, em suas falas, seus costumes e convenções, neste processo, cria-se o “nós” e “o nosso modo”, e, ao mesmo tempo, que se cria o domínio externo do “eles” e do “modo deles” (Gergen & Gergen, 2010). Nesse sentido, pensando de modo construcionista, ou seja, partindo da ideia de que não há a dualidade entre o certo e o errado, e que o certo e o errado estão presentes no sentido e nas significações do lugar de fala, a questão central muda de direção: ao invés de estar centrada em como persuadir ou doutrinar, impondo a visão de mundo de um sujeito sobre o outro, o que pode causar conflitos, o foco se volta no como manejar e fazer domínios divergentes se convergirem (Gergen & Gergen, 2010).

Nesse sentido, o pensamento construcionista se contrapõe a ideia de “Verdade Universal” encontrada na modernidade, considerando que não existe um real, não existe “uma verdade para todos”, mas “uma verdade no âmbito de uma comunidade”. Assim, o construcionismo social coloca em xeque a neutralidade da pesquisadora ou do pesquisador, já que os objetos de pesquisa estudados são construídos considerando as

comunidades de produção da comunidade a que pertencem os pesquisadores e a própria subjetividade dos sujeitos pesquisadores.

Considerando também a interseccionalidade do estudo, esta visão teórica permite que haja uma mescla entre disciplinas e categorias, permitindo uma intersecção de múltiplas realidades e de múltiplos valores (Gergen & Gergen, 2010). Assim, o construcionismo social oferece ferramentas para relativizar conceitos tão polêmicos, fazendo com que seja comum a publicação de pesquisas que buscam criticar as noções de saúde e doença, sexualidade e desigualdade social (Moscheta, 2014).

Partindo desse pressuposto, podemos pensar que compreender o mundo de forma construcionista faz com que haja um encontro de saberes, de narrativas e de produção de conhecimento pautada na transdisciplinaridade e na não neutralidade do sujeito pesquisador (Minayo, 2010). Assim sendo, a posição construcionista pode ser definida pelos seguintes elementos: o antiessencialismo que se refere a visão construcionista de que as pessoas e o mundo social são resultantes de processos sociais; o relativismo, que faz referência ao fato de que o construcionismo social não considera que exista uma realidade e o questionamento das verdades geralmente aceitas, que considera uma determinação cultural e histórica do conhecimento e destaca o papel da linguagem na construção social (Iñiguez, 2003).

Após esta explanação sobre o construcionismo social, trago que este movimento é passível de críticas e, frente a isto, trago uma das grandes críticas à esta abordagem: o relativismo que a abordagem tem como posição. Segundo os críticos, o Construcionismo Social ao afirmar que “as realidades são socialmente construídas” (Sousa, 2014, p. 65), é impossível que abordagem consiga explicar os fenômenos sociais. Mediante esta crítica, o construcionismo social se defende afirmando que não é porque assume uma afirmação de que os eventos são relacionais e linguísticos que está negando a existência de um mundo material ou físico. O que ele tenta provar é que, considerando o mundo como socialmente construído, questiona o “real” imposto e suas afirmações como fundamentalmente reais.

Assim,

Quando deixamos de nos preocupar com as essências do mundo, passamos a olhar para as teorias humanas como performances possíveis para a construção de realidades mais ou menos adequadas, sendo a avaliação dessa adequação

sempre realizada de forma contextualizada” (Souza, 2014, p.68).

Em acréscimo, dizer que o mundo é social e culturalmente construído não quer dizer que por isso conseguimos fazer e refazer o mundo como bem quiser. Na realidade, observar o mundo desta maneira é pensar que o mundo é construído a depender do social, assim existem critérios compartilhados de definição de objetos, realidades e verdades, logo, o real só consegue ser feito em recortes e não moldado como se decide por (Souza, 2014). Tomemos então um exemplo. Entender que as atribuições sociais de gênero foram construídas ao longo do tempo não quer dizer que, simplesmente, podemos mudar esta realidade do dia para a noite, como bem queremos. Compreender desta forma, na realidade, quer dizer que, a depender do contexto, da história, da sociedade e do modo como a sociedade construiu conhecimentos ao longo do tempo, fizeram com que determinados comportamentos, condutas e modos de ser fossem atribuídos aos sexos. Ou seja, observar o mundo dessa forma nos faz compreender que existiram e existem certos critérios compartilhados de definição do que é ou não é esperado por uma pessoa de um determinado sexo, em uma sociedade propriamente dita.

1.1.1.3 POR QUE UTILIZAR O CONSTRUCIONISMO SOCIAL PARA ATINGIR OBJETIVO PRINCIPAL DESTA PESQUISA?

A perspectiva construcionista contribuiu para esta pesquisa pela forma como entende o sujeito e na medida em que entende a linguagem como forma de ação social. As falas dos homens autores de violência, portanto, foram vistas para além da transmissão de informações, e compreendidas a depender da construção sócio histórica de saber daquelas narrativas específicas e nas formas como os sentidos dados pelos participantes com relação à família possam englobar uma ética e uma moral que justifica a ação violenta.

1.1.2 OS ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADES E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: APONTAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Compondo o leque epistemológico desta pesquisa, os estudos sobre masculinidades e masculinidade hegemônica auxiliaram para

entender os sentidos acerca da categoria homem ao longo da história. Com um olhar construcionista, utilizei destes estudos para fazer reflexões sobre as implicações que a categoria “homem”, socialmente e culturalmente moldada, possui nas narrativas dos homens entrevistados.

Enfatizando que discorrerei mais adiante sobre tais teorias, aqui saliento que, por mais que venha a ser problemático e paradoxal utilizar conceitos que se remetem a ideias sobre uma “identidade”, vejo que trazer estas categorias seja importante. Em primeiro lugar, porque parto do intuito de problematizá-las e coloca-las à tona para múltiplas interpretações. Em complemento, analiso que o diálogo com estas “posições” e “atribuições sociais” ao masculino e complementarmente ao feminino nos auxilia a compreender como foram historitizadas as categorias “homem” e “mulher” e como elas delimitaram e delimitam verdades, padrões e normas que constituem, a todo o momento, subjetividades.

Partindo desse pressuposto, os estudos sobre masculinidades e masculinidade hegemônica foram convidados para um “jogo de verdades” nesta pesquisa. Dessa forma, estes conceitos são postos em xeque e provocados a saírem de suas localizações essencializantes. Acredito, portanto, que sem a pretensão de solucionar as problemáticas de utilização destas categorias, coloca-las em discussão é um exercício de desconstrução de verdades pré-estabelecidas e amplia a visão sobre o problema de pesquisa deste estudo, visto que, considerando a realidade como uma construção social, a modificação dela é também, (des)construída.

1.1.3 OS ESTUDOS PÓS-ESTRUTURALISTAS DE ANÁLISE DE GÊNERO

A teoria feminista pós-estruturalista de análise de gênero, caracterizando-se como crítica, anti-essencialista, não-universal e localizada, ajudou a compreender como os sujeitos são engendrados socialmente e culturalmente, bem como auxiliou para que a “encrenca” da “categoria” gênero fosse melhor compreendida (Azeredo, 2010). Ainda, com estes estudos foi possível historicizar a maneira pela qual as operações de poder se construíram e como a violência contra mulheres mantém um lugar “dentro” do processo de formação da subjetividade dos sujeitos.

Além disso, a utilização dos estudos pós-estruturalistas de análise de gênero deu suporte para que questões referentes aos binarismos, heteronormatividade, corporeidade, opressões e aspectos relacionais políticos referentes à construção social do “sexo masculino” como “produtor” de violência fossem refletidas a partir da perspectiva do gênero. Ainda, a teoria feminista deu suporte para que o caráter performático do gênero pudesse ser analisado, dando uma base teórica para o entendimento de como a regulação dos corpos e comportamentos são moldados e auxiliam para haja a violência contra as mulheres.

Por fim, saliento que a escolha dos estudos pós-estruturalistas de análise de gênero se justifica pelo fato de que esta possui mais proximidade ao olhar construcionista do que as outras abordagens que visaram se debruçar sobre estudos acerca do gênero, como, por exemplo, as teorias marxistas. Das proximidades, aponto que ambas as teorias, pós-estruturalistas de análise de gênero e o construcionismo social, partem de um movimento teórico anti-essencialista, que tem como foco discursos e a linguagem e se pautam em um “tempo teórico” da pós-modernidade.

1.1.4 REFLEXÕES SOBRE A OUSADIA DO ÓCULOS MULTIFOCAL EPISTEMOLÓGICO

Apontando contradições e refletindo sobre o fazer da ciência, o construcionismo social se caracteriza como um movimento teórico que permite, por uma postura crítica, o diálogo com pontos divergentes e convergentes (Gergen, 2006). Vestindo-me com essa postura crítica sob o entendimento do Construcionismo Social, assumo, então, o ato de pensamento que trabalha com a reflexão humana que visa dialogar com realidades construídas e institucionalizadas, sejam elas contraditórias ou não. Este ato, a saber, possibilita que diferentes pontos de vistas sejam postos em debate, gerando um espaço para que haja um diálogo colaborativo (Kaye, 1995).

Assumindo esta postura, compreendo que o convite de diferentes epistemologias para compor esta pesquisa se faz justificável e coerente. Em primeiro lugar, pois a abertura ao diálogo colaborativo, além de ser condizente com a epistemologia construcionista, possibilita o entendimento de como diferentes formas de imprimir conhecimento acerca de um mesmo objeto de pesquisa podem possuir pontos

convergentes que dialogam entre si, contribuindo para o objetivo maior que é a compreensão acerca da temática.

Afirmo também aqui que, com uma postura crítica, vejo que a utilização de olhares lapidados de diferentes posturas epistemológicas pode servir para analisar como o processo de conhecimento pode ser ativo e cooperativo visando a composição de conhecimentos acerca de um objeto comum. Assim sendo, considero que os estudos utilizados foram importantes para elaborar reflexões críticas acerca da violência contra mulheres.

Considerando que o questionamento das dicotomias, binarismos e lógicas dominantes a partir destes estudos promove uma mudança epistemológica no que tange a maneira de entendimento das questões de gênero, atribuições sexuais de gênero e violência. Assim, compreender a violência de gênero a partir destes pressupostos teóricos apontados, fez com que fosse rompida a lógica essencialista de gênero e considera as diferenças e particularidade de cada caso. Além disso, estas teorias são úteis para visualizar a questão das masculinidades e feminilidades como presentes em corpos constituídos social e culturalmente a partir de uma norma e de gêneros performatizados que adestram corpos e comportamentos (Butler, 2003).

Saliento também a complexidade da violência de gênero que é transversalizada por várias categorias e fatores macro e micro estruturais e sociais. Partindo dessa compreensão e considerando a definição de gênero como construção social, tem-se que a violência contra mulheres não é um problema das relações entre macho e fêmea, mas sim um fenômeno histórico, produzido e reproduzido pelas relações de poder de gênero, como apontado nas teorias discutidas aqui. Assim, a violência emerge no contexto de desequilíbrio de poder, não sendo nem o sexo, nem o amor mecanismos disparadores de violência, mas sim, o poder (Cantera, 2005).

Por fim, é possível pensar que estas teorias apreendem a realidade sem a necessidade da criação de estereótipos ou identidades fixas. Dessa forma, entendo que tanto os estudos sobre masculinidades, como as teorias pós-estruturalistas de análise de gênero promovem discursos possíveis de entendimento e inteligibilidade para compreender a construção da violência e suas relações com o masculino. Apesar da existência de tensões relativas às diferenças conceituais e teóricas das duas teorias, acreditamos que é possível produzir diálogos e conexões em diferentes pontos, ações e intervenções para problematizar a construção da masculinidade e a produção de violência contra mulheres a partir do processo de subjetivação dos corpos adestrados socialmente.

Além disso, acredito que tais teorias refinam o olhar da pesquisadora ou do pesquisador, destacando como a produção de sujeitos dentro e fora da norma promovem e sustentam a violência de gênero. Em complemento, destacamos a contribuição destas teorias na interpelação com o fazer científico atual, já que compreendem a sociedade em sua complexidade, cheia de inquietudes, desigualdades e contradições.

Ainda, estudar gênero seria também estudar como o sistema sexo-gênero opera nos sujeitos definindo, desde o nascimento, a expectativa de comportamento masculino que pode configurar identidades, subjetividades, práticas, relações sociais e violência de gênero (Núñez Noriega, 2008). Apresentado sobre o tema, o estudo e os marcos epistemológicos, apresento, na sequência, os objetivos desta pesquisa.

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Diante da complexidade da temática da violência contra mulheres e considerando também que para que os profissionais desempenhem um atendimento de qualidade é necessário que compreendam o significado dado de violência, este trabalho tem como objetivo principal realizar reflexões sobre moralidade, ética e sentidos de família que são utilizadas como justificativas para a ação violenta em narrativas de homens autores de violência. Para tal, foram utilizadas as narrativas de homens participantes de grupo reflexivo para homens autores de violência de uma cidade do Sul do Brasil.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Identificar nas narrativas a (des)construção de moralidade e ações éticas dos homens autores de violência
2. Mapear as atribuições sociais esperadas pela família, homem e mulher, por homens autores de violência
3. Identificar como os sentidos de família, mulher e homem atribuídos pelos homens autores de violência se correlacionam com a justificativa da ação violenta

2.3 PILARES TEÓRICOS

Visando atingir os objetivos propostos deste estudo, esta seção tem como objetivo apresentar as principais bases teóricas que foram utilizadas. Desta forma, o Bloco Pilares Teóricos é dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo é exposto como a violência contra mulheres é compreendida nesta pesquisa, a partir da perspectiva de gênero. Uma vez entendida desta maneira, neste capítulo o diálogo com o conceito de gênero e com os estudos acerca deste tema.

O segundo capítulo destina-se ao entendimento da construção da subjetividade masculina e sua relação com a violência contra as mulheres. Para tal, os estudos sobre as masculinidades, masculinidade hegemônica, olhados sob a óptica do Construcionismo Social foram utilizados para

arquitetar este capítulo. O terceiro capítulo é destinado à apresentação acerca dos princípios éticos, morais e os sentidos de família em nossa sociedade. Neste, apresenta-se os conceitos de ética, moral, contrato-sexual em diálogo com os teóricos: Theodor Adorno (2001), Judith Butler(2015), Fassin(2014) e Carole Partman(1993). Por fim, o último capítulo destinou-se à apresentação dos grupos reflexivos de homens autores de violência e se justifica pelo fato de que os sujeitos desta pesquisa são participantes de um grupo reflexivo para homens autores de violência em uma cidade do Sul do Brasil. Ainda, neste capítulo, há o diálogo com as leis e mecanismos de enfrentamento da violência contra as mulheres.

3. “BRIGA DE MARIDO E MULHER NÃO SE METE A COLHER”: LOCALIZANDO HISTORICAMENTE OS (NÃO) LIMITES DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Complexa, multidimensional, multicausal, de construção cotidiana e configurando-se como um problema de violação de direitos humanos e de Saúde Pública (Grossi, 1996; Rifiotis, 1997; Toneli e colaboradores, 2010), estudar a temática violência contra mulheres requer um olhar ampliado que leva em consideração as referências éticas, culturais e políticas que envolvem o fenômeno. Partindo desse pressuposto, este capítulo destina-se à apresentação da violência contra as mulheres, bem como descreve a relevância e importância de se estudar sobre o assunto para o avanço do conhecimento acerca dos processos sociais que constroem os sujeitos em nossa sociedade. Assim sendo, o capítulo divide-se em três tópicos: a) "Violência: que construção é essa?", que tem como objetivo apresentar a complexidade do tema da violência; b) "Violência de gênero", que se destina à apresentação da relação existente entre a construção social acerca do gênero e a violência contra mulheres; c) "Violência contra mulheres na perspectiva de gênero" que tem como objetivo apresentar a violência contra mulheres na perspectiva de gênero e o panorama histórico que revela a importância científica e social de se estudar este fenômeno.

3.1 VIOLÊNCIAS: QUE CONSTRUÇÃO É ESSA?

Devido à magnitude do fenômeno das violências, nas últimas décadas identifica-se um aumento considerável nos estudos na área de saúde sobre o tema, especialmente sobre casos de violência contra as mulheres. Isso se remete ao fato de que a violência passou a ser considerado um problema de Saúde Pública (Gross, 1996; Rifiotis, 1997; Toneli e colaboradores, 2010), que, frente a sua alta incidência e consequências, causa prejuízos consideráveis tanto fisicamente como psicologicamente. Como um termo abrangente, um aspecto relevante apontado pelos estudos se refere à polissemia do conceito. Frente a isso, começo esta apresentação com uma pergunta ao leitor: como é possível definir o que é violência?

Considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade”

(Krug et al, 2002, p.05), a identificação de um ato violento parece não ser uma tarefa difícil. Ao nos depararmos com esta palavra pensaremos em eventos e ações de cunho negativo que afetam a vida as pessoas como mortes, roubos, negligência, danos físicos, danos psicológicos e etc. Porém, a conceituação de violência é uma tarefa árdua para os estudiosos que desejaram debruçar nestes estudos.

É árduo, pois o ato de escrever e estudar situações de violências não parece ter um fim, pois estes estudos não nos dão respostas acabadas, nem mesmo é um exercício de estilo livre (Bandeira, 2017). Além disso, o estudo sobre violências requer “um envolvimento emocional afetivo e um compromisso intelectual particular e político de quem escreve, pois a violência é em si uma “força perturbadora”, um poder inquietante” (Bandeira, 2017, p.16).

Para se estudar violência é necessário levar em consideração o contexto histórico e cultural em que este fenômeno está inserido. Por exemplo, há mais de seis mil anos, rituais de mutilação genital feminina são realizados em rituais religiosos (Palhares & Squinca, 2013). Para alguns, este ato seria uma prática de demonstração de amor a Deus e de preservação da entidade familiar. Para outros, seria um procedimento de violação de direitos humanos e de violência física.

Mediante este exemplo e contrapondo-se à ideia de que há pensamentos certos e errados, a questão a ser discutida aqui é que a violência, assim como todas as práticas sociais, é construída socialmente. Teóricos dirão que esta diferença em se considerar o que é e o que não é uma violência tem relação ao caráter biopsicossocial que a violência assume (Barus-Michel, 2011). Para eles, a depender da especificidade histórica e cultural, a violência se performatiza e abrange problemas da política, economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais e do plano individual. Nas palavras de Barus-Michel (2011), a violência integra não apenas a racionalidade da história, mas se constitui na contraposição à tolerância, ao diálogo, ao reconhecimento e à civilização, estando ligada ao poder, à força e à destruição.

A complexidade em se conceituar violência não está presente apenas nas características e na abrangência que este fenômeno atinge, mas também, na complexidade com relação à intencionalidade da violência, que estaria imbricada na face subjetiva da violência segundo Dejours (2011). Para este mesmo autor, a violência pode ser concebida como uma conduta humana que há duas faces: uma objetiva e outra subjetiva. Na esfera subjetiva há a intenção violenta ou uma fantasia violenta não realizada, ou seja, há uma violência “não visível”. Já na face objetiva se

pode notar uma manifestação de ato violência, ainda que este não atinja seu objetivo de destruição.

Pensemos em outro exemplo problematizador: uma pessoa pode manifestar um ato violento sem ter a intenção de causar danos físicos ou psicológicos, ou pode não manifestar nenhum ato, porém ter tido a intenção de ferir ou causar algum dano a si próprio ou ao outro (Organização Mundial da Saúde, 2002). No primeiro caso, a pessoa pode ser considerada violenta? E no segundo? Até que ponto é violência sem haver intencionalidade? O ato violento é desconectado dos atravessamentos invisíveis como poder, normas e conjuntura social?

Ao pensarmos em respostas para estas perguntas, concluímos que a violência pode alcançar tantas formas e significados, sendo multicausal, complexa e abrangente. Ela parece ser uma categoria vazia, singular e, apesar de seu uso de modo tão familiar e recorrente, está em constante expansão (Rifiotis, 1999). Ela parece se mover como um polvo que, com seus tentáculos, atinge a vida e o destino das pessoas em certas ocasiões, de maneira colossal. De uma maneira tão intensa e ampla que se configura como uma das principais causas de morte de pessoas na faixa etária de 15 a 44 anos e mata, todo ano, mais de um milhão de pessoas (Organização Mundial da Saúde, 2002). E tudo isso por quê? Para quê? Frente a estes dados, questionamos: Seria a violência parte da natureza humana? Que tipo de explicação psicológica pode dar sentido ou justificam a violência?

Essas e outras tantas perguntas são e foram feitas pelos estudiosos da área. Uns dirão que há violência quando há o impedimento de expressão de singularidade e da liberdade em uma relação (Chaiu, 1982) e que ela é uma relação assimétrica de forças existentes no campo social e no relacional com a finalidade de dominação/exploração (Chaiu, 1985). Outros trarão em seus textos olhares que revelam que a violência seria um problema social complexo de construção cotidiana, individual e coletiva, que engloba sentimentos, corpos, sexualidades e o meio em que está inserida (Rifiotis, 1997; Toneli & colaboradores, 2010).

Também encontramos, na literatura, tipologias, explicações para o surgimento da violência e categorizações relativas à natureza deste fenômeno. Com relação à tipologia, a OMS (2002) divide a violência em três grandes categorias: a violência autoinfligida; a violência coletiva e a violência interpessoal. A violência autoinfligida, nesse sentido, subdivide-se em duas outras categorias: o comportamento suicida e auto-abuso, que engloba a ideação suicida, tentativas de suicídio, automutilação e agressões a si próprio. A violência coletiva, por sua vez, inclui os atos violentos que acontecem em âmbitos macrossociais, ou seja, no âmbito social, político e econômico. Guerras, atos terroristas, crimes

de multidões e etc estariam, então, nesta categoria. Por fim, a violência interpessoal é dividida em duas subcategorias: a violência intrafamiliar e de parceiro íntimo ou a violência comunitária. Esta subdivisão está ligada à contextos onde ocorrem a violência: enquanto a primeira se aloca, majoritariamente, em ambientes domésticos, a segunda inclui a violência juvenil, atos aleatórios de violência realizados por estranhos, por grupos institucionais, escolas, prisões, asilos e instituições. Frente a esta classificação, o autor Minayo (2006) inclui também a violência estrutural. Esta categoria, a saber, se refere aos processos sociais, políticos e econômicos que (re)produzem a fome, a miséria e as desigualdades sociais de gênero e etnia, perpetuadas sócio historicamente. Ainda, podemos encontrar também divisões e categorias com relação à natureza da violência. Assim, tem-se que a violência pode ser física, sexual, psicológica e envolvendo privação ou negligência, assim como melhor representado pela figura (Organização Mundial da Saúde, 2002).

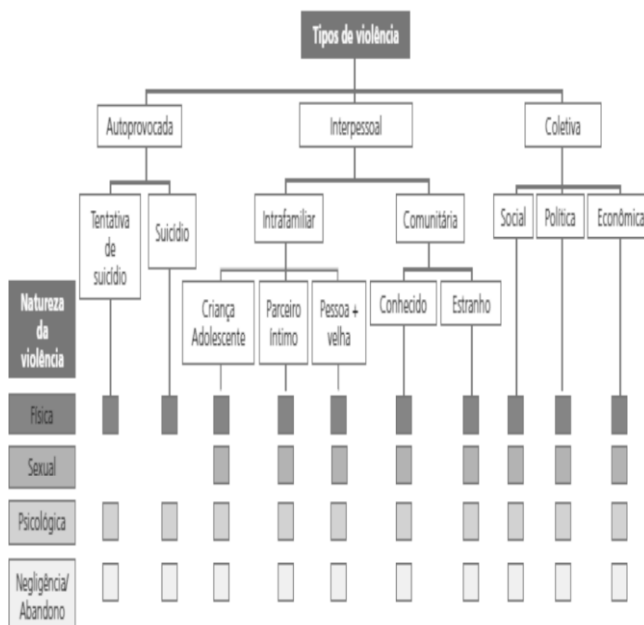


Figura 1: Organização Mundial da Saúde. 2002

De forma didática, experimental, reflexiva, questionadora ou até mesmo com uma visão acurada e objetiva, teóricos procuram maneiras possíveis de se conceituar a violência e revelam algo em comum: que a

violência é fenômeno complexo. Seja por abordagens molares que se focam no indivíduo ou por abordagens que irão investigar os processos sociais e interindividuais, vemos que este fenômeno é atravessado por diversas categorias. Categorias estas que se esbarram, se englobam, se atravessam. E é por isso que a ampliação do olhar ante a violência é importante. É preciso, para se estudar violência, de um olhar integrador que considera tanto a natureza das relações em que ocorre a violência, como também se consideram os significados culturais que estão associados a elas (Marchi-Costa et al, 2013).

Mayorga (2014) dirá que este olhar integrador pode ser lapidado por meio da análise interseccional da violência. Nesta análise, se considera os diversos níveis de relação entre categorias submetidas à opressão, tais como raça, etnia e sexualidade. Por isso, essa autora destaca que é preciso estar sensível aos antagonismos existentes entre as categorias como gênero, raça, classe e sexualidade em sua complexidade e não entende-los como uma somatória de um sistema opressivo (Mayorga, 2014).

Neste cenário, faço um destaque: por mais que vivamos em um mundo que não nos dará respostas concretas e acabadas, este fenômeno que estamos falando, que é traduzido por bilhões de dólares americanos gastos anualmente com assistência à saúde (OMS, 2002), é sim, uma temática relevante para ser estudada. Não somente a violência deve ser estudada pelo seu conceito polissêmico, porque talvez, nunca chegaremos a um consenso conceitual. Mas, pelo seu caráter multifacetado que o faz ser um mecanismo disparador de interrogações acerca do direito, da ética (Barus-Michel, 2011) e da intencionalidade da violência. Caráter este que pode qualificar vidas passíveis de vida e excluir outras (Butler, 2015). Caráter este que é atravessado e constituído por muitos tipos de violências, originárias de diferentes naturezas. Caráter este que, ora é escancarado pela brutalidade do extermínio de judeus, ora é silenciado, por entre quatro paredes, e tratado como um simples problema conjugal.

“Problema conjugal”... uma expressão passível de muitas problematizações. Considerada por muito tempo “um problema onde não metemos a colher”, a “violência conjugal” é uma das terminologias utilizadas para nos referirmos à violência contra mulheres. Das expressões utilizadas de referência ao fenômeno, existem outras cinco que merecem destaque: “violência contra mulher”, “violência doméstica”, “violência familiar”, “violência de gênero” e “violência contra mulheres” (Debert & Gregori, 2008)

A noção e abrangência da expressão “violência contra mulher” se consolidou meio às tensões do movimento feminista que tinha como

principal objetivo a eliminação das discriminações sociais, econômicas, políticas e culturais de que a mulher é vítima (Pinafi, 2007). Paralelamente, outros termos surgiram e se alocaram neste contexto. A “violência familiar”, mais empregada no âmbito jurídico, é passível de críticas, já que “violência familiar” se remete à violência permeada pelos membros que se consideram pertencentes a um grupo familiar, o que exclui outras formas de violência contra mulheres para além deste contexto e inclui violências entre outros membros, que não com a mulher.

Outro termo que também é passível de problematizações é a “violência doméstica”, também pelo fato de não considerar, em sua terminologia, as violências ocorridas para além do âmbito doméstico. Assédios de cantadas na rua, por exemplo, não estariam englobados nesta terminologia. Por fim, uma expressão recente é “violência de gênero” que é usada, majoritariamente, por feministas que questionam o essencialismo da noção de mulheres e coloca a violência contra mulheres como um problema que se insere no quadro das relações de gênero, que tem como característica a dominação masculina e a subordinação do poder feminino (Godelier, 1995).

Dentre todas essas possibilidades de terminologias, me localizo e justifico a minha escolha de utilizar a terminologia da “violência contra a mulher” no plural, sendo então: “violência contra mulheres”. Aliada ao movimento feminista, utilizo do termo “mulheres” numa perspectiva de gênero para demonstrar a diversidade e não homogeneização ou universalidade desta categoria (Lago, Toneli & Souza, 2013). Para além disso, ressalvo que o uso desta expressão engloba também os múltiplos contextos e casos que ocorrem a violência contra mulheres (Lago, Toneli & Souza, 2013) e destaca o caráter ambivalente do sujeito no feminismo (Costa, 2002), pois afinal, não nascemos mulheres, nos tornamos (Simone Beauvoir). Na sequência, portanto, apresento a compreensão da violência contra mulheres na perspectiva de gênero.

3.2 VIOLÊNCIA DE GÊNERO

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, gênero é definido como:

s.m. Grupo da classificação dos seres vivos que reúne espécies vizinhas, aparentadas, afins, por apresentarem entre si semelhanças

constantes; maneira de ser ou de fazer: é esse o seu gênero de vestir-se; gênero literário, variedade da obra literária, segundo o assunto e a maneira de tratá-lo, o estilo, a estrutura e as características formais da composição; gênero humano, a espécie humana. Gênero de vida, modo de viver, de proceder. I

Gênero, então, parece estar ligado à ideia de um conjunto, a ideia de categorias. E essa ideia também perpassa quando nos referimos ao “sexo biológico”. Escutamos, frequentemente, “sexo masculino” e “sexo feminino” ou “gênero feminino” e “gênero masculino” quando a sociedade quer referir-se a um conjunto de quem possui os aparatos sexuais: pênis ou vagina. Ainda, observamos que, frequentemente, a orientação sexual é correlacionada com qual órgão genital o corpo possui.

Comumente também escutamos que algo é “de menino” e algo é “de menina”. Tudo isso que engloba cada uma dessas categorias é o que chamamos de “atribuições sociais de gênero”. Estas atribuições se remetem à condutas, coisas, objetos, brinquedos, roupas, comportamentos e modos de ser e estar às pessoas que nascem com o aparato sexual feminino ou masculino. É mulher? Tem que vestir assim, fazer assim, gostar do sexo oposto, se comportar assim. É homem? Tem que vestir assim, fazer assim, gostar do sexo oposto, se comportar assim. E a subjetividade de cada sujeito?

Compreendendo o biológico como um entendimento construído socialmente, para pensarmos sobre essas perguntas, temos que levar em consideração que existem possibilidades múltiplas de se entender o corpo. É como destaca Galeano (2002): “A Igreja diz: o corpo é uma culpa. A Ciência diz: o corpo é uma máquina. A publicidade diz: o corpo é um negócio. E o corpo diz: eu sou uma festa”. E nessa festa, há, então, as múltiplas possibilidades de ser.

Usando a metáfora da festa de Galeano, cito um exemplo: quando somos chamados para uma festa, já imaginamos o que podemos esperar dela. O que se espera aqui, seriam as atribuições sexuais de gênero. Mas, existem gêneros múltiplos. Possibilidades múltiplas. Assim como em uma festa onde podemos encontrar diferentes tipos de pessoas, jeitos e etc. Ou seja, existem mil e uma possibilidades de gênero, não somente duas. No entanto, existem o que Butler (1999) vai nomear de “normas reguladoras do sexo” que tem como intuito “materializar o sexo no corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (Butler, 1999, p. 154).

Vemos, então, que, em nossa sociedade, existem normas e padrões que tentam regular e engendrar os sujeitos. Há a linguagem que produzem uma construção fictícia de sexo que sustenta vários regimes de poder (Butler, 2003). E, é também, por essa linguagem e pelo modo como ela é performatizada e disseminada em nossa sociedade que se tem uma heterossexualidade presumida, que presume que existe uma relação entre sexo, gênero e desejo sexual (Butler, 2003). Essa relação presumida sobre essas categorias é passível de problematizações. Na medida em que existem vários modos de ser e estar no mundo, que não se relaciona com o sexo biológico que a pessoa tem, nem mesmo seu desejo sexual, vemos que os atos de gênero rompem as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade, o que ocasiona uma re-significação subversiva e uma proliferação para além da estrutura binária dos sexos (Butler, 2003).

Dessa forma, por intermédio das discussões das teóricas pós-estruturalistas, entende-se como sujeito aquele que é constituído e produzido pela linguagem. Paralelo a este olhar, o “gênero” é entendido como uma matriz discursiva binária que normativamente produz sujeitos posicionados segundo essa norma. Este construto não é presumido pela sua materialidade, ou seja, não é presumido pelo sexo biológico. Gênero e sexo, assim, são categorias distintas, que operam de forma diferente (Butler, 1998).

Uma vez que o gênero é considerado um fenômeno para além do sexo, não se tem que este construto nega a materialidade existente no corpo físico. Muito pelo contrário. Há aqui a tentativa de libertar o gênero de uma morada metafísica. Aqui é problematizada a matéria dos corpos, é discorrido a respeito da materialidade ontológica fictícia do corpo e do sexo. Assim, o gênero não é preestabelecido pelo sexo e o sexo não descreve uma materialidade prévia. O sexo produz e regula a inteligibilidade da materialidade dos corpos. Ele se constitui, então, como uma “unidade fictícia e reguladora” e uma causa da violação instalada como o princípio formador do corpo e da sexualidade. Ele é uma categoria e impõe uma violência e a racionaliza após o fato (Butler, 1998).

Assim, ser “um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social” (Butler, 2015, p.16). O corpo não é “sexuado” se a ele não for atribuído um sentido significativo. Neste processo, o gênero se encontra como uma categoria relativa de convergência entre um conjunto de relações, cultura e história, rompendo com as categorias de corpo, sexo, gênero e sexualidade e imerso em um processo de re-significação subversiva e de proliferação para além da estrutura binária masculino e feminino (Butler, 2003).

Importantes teóricas pós-estruturalistas, Scott (1990) e Butler (2003), irão dizer que os domínios da representação política e linguística, constituem sujeitos e estão ligados ao gênero, na medida em que estabeleceram previamente o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados (Butler, 2003). A linguagem, então, é entendida aqui não como disseminadora apenas de palavras, mas são ordens simbólicas, de domínio real da fala, da leitura e da escrita (Scott, 1990).

Desta maneira, os sujeitos são formados e regulados também por estas estruturas e reproduzidos conforme as exigências delas. Gênero é, portanto:

culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo. Assim, a unidade do sujeito já é potencialmente contestada pela distinção que abre espaço ao gênero como interpretação múltipla de sexo (Butler, 2003, p. 13).

Gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Problematizando o biológico como fundamento determinante, o termo torna-se uma forma de indicar “construções culturais”, configurando-se como categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Partindo desse pressuposto, o gênero enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade (Scott, 1990). Em acréscimo, Scott (1990) aponta que distinguir a “diferença dos sexos” ou a “diferença sexual” é muito menos importante do que problematizá-la em termos históricos. É necessário, a partir de sua visão, questionar como as relações de gênero foram construídas ao longo da história, o porquê foram constituídas daquela maneira e quais foram as forças que as produziram, ou seja, é importante historicizar a ideia de como as categorias homem e mulher foram construídas socialmente.

Com relação ao lugar do corpo e se o gênero é ou não uma organização social do sexo, Para Scott (1990), o corpo é carregado de uma história e essa autora entende que “toma-se o corpo para encontrar algo, para legitimar alguma coisa. Sim, nós temos um corpo, o conceito de corpo, mas o uso do corpo, o “status” do corpo, isto depende do contexto social e histórico” (p.10). Logo, esta autora considera que não devemos considerar o corpo como algo pré-concebido, é necessário pensá-lo na retórica, nas discussões sobre a diferença dos sexos (Scott, 1990).

Diante dessa explicação acerca do gênero, ao nos debruçarmos na literatura, encontramos que a perspectiva de gênero é uma das formas de explicações para a violência das mulheres. Além desta, outras duas fazem parte das três correntes de explicações. A primeira se centra na perspectiva de que o homem é violento porque tem um problema psicológico ou psiquiátrico, ou seja, é uma vertente que enfatiza os processos intraindividuais. A segunda diz respeito a explicações biológicas e a terceira se centra na perspectiva de gênero (Hernández, 2002).

Justifico a escolha pela terceira explicação destacando o porquê as duas primeiras vertentes não me contemplam. Dessa forma, ao analisarmos a primeira explicação, vemos que por focar apenas nos processos interindividuais, ela parece não considerar as influências sociais e culturais que existem na relação entre o sujeito e o mundo. Para, além disso, ela responsabiliza apenas a pessoa por todo e qualquer ato violento. Para nós, portanto, essa explicação não é válida para este estudo, já que acreditamos que o homem é histórico e suas relações o constroem, logo, um enfoque que considera o sujeito isolado de seu meio, não nos contempla.

Seguindo por essa mesma lógica, a segunda explicação também pode ser considerada uma armadilha. Focando no desenvolvimento filogenético como forma de explicação da violência, ela parece estar preocupada em formular leis gerais sobre o comportamento social do sujeito, como se, por exemplo, dado que a mulher, em sua formação biológica é aquele ser que gera filhos, ela se comporta de tal e tal maneira. Ou, dado que o homem possui maior índice do hormônio testosterona, ela tende a ter maior agressividade em certas ocasiões. Isso, para nós, não nos contempla, pois, partimos da ideia de que o homem tem possibilidade de transformação social, apesar dos aspectos biológicos e filogenéticos.

Por fim, pensemos na terceira explicação, a explicação pelo gênero. Segundo Hernández (2002), é em razão da estrutura hierárquica da divisão dos gêneros e de como essa relação foi construída ao longo do tempo e em cada localidade que a violência contra mulheres se consolidou, mantendo a estrutura social, cultural, política e econômica de opressão contra mulheres.

Esta perspectiva entende que a violência contra mulheres existe imersa na compreensão do como fomos construídos a entender sobre o que é ser mulher e sobre o que é ser homem na sociedade. Em outras palavras, compreende-se que é através da linguagem, que atribuições sociais de gênero foram construídas e postas para nós. Entendemos, portanto, que o gênero está potencialmente carregado de “uma teoria

positiva de ação política” (Butler, 2015, p.174) que o torna uma matriz binária que constroem sujeitos (Butler, 2015) e, conseqüentemente, dissemina, ou não, violências.

Por muito tempo, a violência contra mulheres era considerada um tabu. Em alguns lugares e sociedades, possivelmente, ela ainda é. Junto com esse tabu, se construiu uma carcaça em volta deste assunto e, muitas das vezes, este assunto era silenciado e tolerado pela família, pela mulher e pelo Estado (Oliveira, 2012). Com o movimento feminista, o cenário veio mudando e algumas conquistas, como o direito ao voto ou a colocação do feminicídio no rol de crimes hediondos (Lei Nº 13.104, 2015), foram alcançadas. Vemos, então, que possibilidades de transformação social foram adquiridas por meio da conscientização das mulheres frente à opressão por elas vivenciada. A partir desta compreensão, entender melhor a relação entre violência e a construção social de gênero.

Em meados do quarto mês de gestação é esperada a resposta à pergunta martirizante: é menino ou menina? Se a resposta for “menina”, o balde rosa de tinta já pinta a cena, enfeitado por laços, vestidos, bonecas, brincos, pérolas, saltinhos, coroas e etc. Afinal, vai ser linda igual uma princesa. Se a resposta for “menino”, é a vez do azul, dos carrinhos, das bolas, bonés, bermudas, tênis e futebol. Pois ele será um menino fortão/valente.

Isto é tão naturalizado que muitas das vezes as pessoas simplesmente reproduzem das mais diversas formas essas atribuições sociais de gênero. É que, na sociedade vigente, existem coisas consideradas “de menino” e coisas “de menina” e a depender do sexo, são atribuídas normas sociais a serem seguidas (Ferreira, 2013). As coisas de menino, as coisas de menina, o “isso pode”, o “isso não pode” estão relacionados com vários valores, crenças, hábitos, comportamentos condizentes com as atribuições sociais que são dadas pela sociedade e muito se relacionam com a construção da subjetividade dos indivíduos. Assim, cada mulher e cada homem aprende como se deve ou não agir, o que deve ou não fazer, como se deve ou não ser, já que tudo deve ser respectivamente correlacionado com o que se espera do “ser feminino” e do “ser masculino” (Ferreira, 2013).

Algumas feministas diriam que tais atribuições se correlacionam com o patriarcado. Segundo Macedo & Amaral (2005), o patriarcado é um sistema que atribui privilégios aos homens, exercendo domínio e oprimindo as mulheres. Esta opressão, por sua vez, não é natural nem justificada pelo biológico, sendo sustentada por um processo histórico (Rodríguez, 2001). Mediante este quadro, o surgimento da violência de

gênero se torna propício e se baseia nesta disparidade discursivamente construída entre os sexos. É visto que o feminino e o masculino culminam em representações dos sexos e caracterizam relações de gênero. As relações de gênero, bem como as relações sociais de modo geral são engendradas e foram culturalmente construídas, ao longo dos anos e dos séculos (Ferreira, 2013).

Estas construções relativas ao masculino e ao feminino recebem ênfase em diversas instituições sociais, como a Igreja, a família, a escola e o Estado. Por intermédio do corpo biológico, são atribuídas funções sociais esperadas para cada sexo. À mulher, espera-se que ela engravide, cuide dos membros da família e eduque os filhos do casal e que desempenhe comportamentos sutis, delicados, sensíveis e maternais. Ao homem, é esperado que manifeste padrões de comportamento condizentes com os construtos de proteção, segurança, provisão material, força e liderança. Assim, tanto os homens como as mulheres aprenderam, desde a infância, a relacionar-se com o social de forma distinta. Dessa forma, assumem posturas e espaços diferentes na sociedade (Ferreira, 2013).

Tanto os homens como as mulheres sofrem de violência de gênero. Frente às atribuições sociais esperadas a serem exercidas por homens e por mulheres, os comportamentos configurados como “desviantes” aos padrões, são subjugados, questionados e, por vezes, extremamente rechaçados. Entretanto, os sexos sofrem a violência de formas diferentes. Enquanto os homens tendem a serem vítimas de violências por parte do espaço público, as mulheres, predominantemente, sofrem a violência doméstica (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010).

Nesse sentido, são os atos que abarcam a violência contra mulheres segundo a declaração 48/104 da “Assembleia Geral das Nações Unidas” sobre a eliminação da violência contra a mulher (adotada em 20 de dezembro de 1993): a) violência física, sexual e psicológica que se produz na família, incluindo maus tratos, o abuso sexual de meninas no lar, a violação pelo marido, os atos de violência perpetuados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração; b) a violência física, sexual e psicológica perpetuada dentro da comunidade em geral, a violação, o abuso sexual, o mau trato psicológico e as intimidações no trabalho, em instituições escolares e em outros lugares, o comércio ilegal de mulheres e a prostituição forçada; c) a violência física, sexual e psicológica perpetuada o tolerada pelo Estado, em qualquer lugar que ocorra (Rodríguez, 2001).

Vemos, portanto, que a violência contra mulheres é atravessada por um sistema de poder que delimita privilégios. Segundo Smigay (2002), compreender a dominação masculina (Bourdieu, 2007) para

entender a violência na esfera privada é o ponto chave para o entendimento sobre como os sujeitos de sexos diferentes são atingidos pela violência de gênero de maneiras distintas. Neste contexto, o entendimento sobre a socialização de gênero onde os homens sustentam o modelo da “virilidade triunfante” e a mulher ligada a uma categoria submissa é crucial para a compreensão da construção social da violência de gênero.

Analisando estas posturas e posições de disparidade, entendo o “porquê” Cantera (2007) diz preferir o termo “violência no casal” para identificar a violência contra as mulheres na perspectiva de gênero. Constituindo-se socialmente e culturalmente, um casal se baseia em pressupostos específicos da cultura específica que são disseminados pela linguagem. Uma vez que a desigualdade simbólica entre os sexos é um fenômeno perpassado pelas narrativas e condutas em nossa sociedade, o casal se constrói inseridos na compreensão de que a disparidade entre os sexos seria algo “pré-concebido” e “certo”. A violência no casal então se constrói inserida nesta compreensão e este processo é possível de ser identificado antes, durante e depois do estabelecimento da relação formal entre duas pessoas. Caracterizando como um comportamento intencional que causa dano físico, psicológico, jurídico, econômico, social, moral ou sexual e limita a liberdade do outro, a violência no casal se configura como resultante das tramas narrativas, relacionais e de sentidos que atravessam e subjetivizam sujeito (Cantera, 2007).

Ainda sobre a violência contra mulheres no casal, Ribeiro (2004) aponta que analisar esta rede de conexões se torna uma tarefa difícil, visto que, há, intrínseco a ela, uma mescla de sentimentos, emoções e posturas. Esta mescla, além disso, é contraditória, especialmente quando se trata de violência na dinâmica relacional familiar de casal, visto que, muitas vezes, a situação ocorre com alguém que possui um lugar de referência para aquele que sofre a violência, trazendo à tona um misto de amor e ódio (Ribeiro, 2004). Além disso, tem-se que considerar também que a violência no casal pode ocorrer tanto no espaço físico como no social, por isso é sempre interessante ressaltar que é necessário um olhar ampliado acerca das dinâmicas relacionais que constituem a dinâmica da violência, considerando a complexidade envolvida neste processo (Morin, 2000; Vasconcellos, 2003),

Em termos explicativos, entende-se, portanto, que não podemos deslocar a violência contra as mulheres da esfera pública e nem alocá-la especificamente na esfera privada. Pautada em uma diferença simbólica construída socialmente e culturalmente, a violência contra as mulheres é um processo relacional não linear de conhecimento e de aprendizagem

(Morin, 2000) e está em constante interação com outros fenômenos, instituições, objetos, corpos que estão interligados e se influenciam entre si (Moraes & La Torre, 2006; Vasconcellos, 2003). Fica evidente então que o estudo sobre a violência contra mulheres deve considerar as referências éticas, morais, culturais e políticas que envolvem o fenômeno, bem como é necessário que haja uma análise acerca das ações dos envolvidos que podem tanto manter e gerar violência (Santos & Moré, 2011). Discorrido isto, trago, no outro tópico, um panorama histórico brasileiro sobre a violência contra as mulheres na perspectiva de gênero, para poder situar o marco sócio-histórico que discorro nesta dissertação.

3.3 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA PERSPECTIVA DE GÊNERO EM UM PANORAMA HISTÓRICO BRASILEIRO

- Bota um batom, um pó, um brilho, um brinco, um rímel, um delineador, um lápis de olho. E não reclame, assim você fica mais bonita.

- Bota um salto, um sutiã, ajeita esse cabelo, faz uma prancha, faz uma progressiva. E não reclame, assim você fica mais bonita.

-Arranque esses pelos, faça academia, use cinta-liga, faça uma plástica. E não reclame, porque, afinal, você tem que ser atraente.

- Senta direito, fale com doçura, seja delicada, seja amável, seja recatada. E não reclame, afinal, você nasceu para ser uma princesa.

-Aprenda a cozinhar, a cuidar dos filhos, a cuidar do lar. E não reclame, afinal, 'ele' pode te trocar por outra.

-Foi estuprada? Foi porque pediu.

-Engravidou? Foi porque quis.

-Abortou? É vadia.

(Texto de minha autoria)

Em uma canção do grupo de músicos “Francisco El Hombre”, é dito que “triste, louca ou má” são os adjetivos atribuídos às mulheres quando elas recusam as qualificações dadas por homens e pela sociedade. Acrescento, que não só estes, mas outros vários adjetivos opressores e violentos foram e são atribuídos às mulheres pela nossa sociedade. Todos

eles para adequá-las em padrões desejados e fazer com que perdesse a figura feminina submissa ligada ao frágil, ao emocional e a sensibilidade (Buytendijk, 1976). Frente a isso, pergunto: quantas vezes deixamos de fazer algo pelo simples fato de sermos enquadradas na categoria “mulheres”? Com que frequência à violência contra mulheres é escondida e por qual razão é deixada de lado, é silenciada pelo Estado ou pela sociedade?

Por muitas vezes. É que, ainda, a violência contra mulheres é socialmente tolerada e escondida pela vítima em razão da sacralidade da instituição familiar (Oliveira, 2012). Mas, frente ao aumento das denúncias (58 mil registros de denúncias no primeiro semestre de 2016) parece que este cenário vem mudando e esta importante temática tem ganhado visibilidade, o que aumentam as chances de assegurar os direitos humanos da mulher, bem como fazem com que as políticas públicas e ações de enfrentamento da violência contra mulheres sejam mais bem pensadas e articuladas.

Começando com a palavra “violência”, não é de se surpreender que a violência contra mulheres seja um fenômeno complexo, mas isso não impede que possamos dialogar com ele e construirmos, em conjunto, um entendimento sobre esta questão social que atinge todas as mulheres independente da raça, cor, religião, condição social ou cultural (Grossi, 2006). Comprometo-me, portanto, a apresentar este novelo de lã atravessado e constituído por uma gama de fios que se relacionam, formando um emaranhado não passível de recortes enquadrantes. Novelo este que exerce grande impacto nas taxas de homicídio contra mulheres (Secretaria de transparência, 2013).

Seja fatalmente ou não, a violência contra mulheres se apresenta nas mais diversas formas e graus. Segundo pesquisa apresentada pela Secretaria da transparência (2013) este fenômeno é denunciado por 13 milhões e 500 mil mulheres e é, majoritariamente, cometida pelos companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas (Secretaria de transparência, 2013). No que tange ao local da agressão, estudo realizado por Blay (2008) apresentou que cerca de 44% dos crimes são cometidos na própria moradia da vítima e em cada 10 mulheres agredidas, 6 são brancas, 1 é negra e 3 são pardas (Blay, 2008).

Frente a este registro de dados, é possível pensar em diversas questões. Primeiramente, destaco que eles são registros parciais da realidade. Parciais por várias razões. Primeiro, porque são dados formais, que, muitas das vezes, não permitem esclarecimentos sobre a inserção de classe dos envolvidos, nem sobre o nível sócio-econômico, o que não nos permite garantir a inteligibilidade da denúncia. Além disso, a denúncia é

apresentada pela narração feita por um dos protagonistas da cena, o que pode enviesar o que realmente de fato ocorreu. Fora isso, não podemos deixar de problematizar um dado curioso apresentado pelos dados acima: mulheres brancas, aparentemente, parecem ser mais agredidas do que as negras e pardas segundo estudo realizado por Blay (2008). Seria isso um dado concreto? Ou esse dado apenas ilustra a detenção de privilégios de informação, financeiros e outros tantos por parte dos brancos?

Neste contexto, vale aqui lembrar que o feminismo negro e o feminismo branco traçaram caminhos diferentes ao longo dos anos, o que pode enviesar estes dados destacados por Blay (2008). Como diria bell hooks (2015), enquanto um grupo seletivo de brancas, de formação universitária, de classe média e alta questionavam acerca dos direitos das mulheres, as mulheres negras estavam buscando formas de se conectarem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. Logo, sempre quando nos deparamos com dados como estes, é preciso pensar interseccionalmente (Mayorga, 2014) e levar em consideração as diversas formas de opressão que estes dados podem revelar.

Seja contra negras, mestiças, brancas, pardas ou contra qualquer outra etnia, classe ou raça, a violência contra mulheres se manifesta, afetando e prejudicando a vida dos envolvidos. O Brasil, terra do samba e do carnaval, parece não levar esta alegria às mulheres, já que este país se encontra em 7º em um ranking de 84 países no que tange à taxa de feminicídios, matando mais mulheres que a maioria de seus vizinhos da América do Sul (Waiselfisz, 2012).

No entanto, o país parece estar preocupado em alcançar uma posição mais vantajosa neste ranking, preocupação esta que podemos observar na implementação de políticas públicas e intervenções voltadas para esta temática. Nessa fundamentação argumentativa, partiremos, então para um esboço panorâmico que nos trará datas e ações importantes que marcaram o desenvolvimento das políticas públicas pelo enfrentamento da violência contra mulheres no Brasil.

Nesse sentido, ao analisarmos a história dessas políticas e ações, observamos a grande influência que os movimentos feministas tiveram na criação e manutenção dessas políticas e ações. Voltemos, então, na história destes movimentos, para entendermos de que forma eles impulsionaram a criação das políticas públicas no Brasil.

Começemos nas últimas décadas do século XIX. Primeiro na Inglaterra e depois no resto do mundo, a primeira onda do feminismo teve seu marco com as sufragetas, grupo de mulheres que se organizaram para lutar por seus direitos, em especial, pelo seu direito ao voto. No Brasil, esta inquietude frente ao direito de votação veio em 1910, com a bióloga

Bertha Lutz. Após 23 anos de luta, o direito ao voto foi conquistado e foi promulgado o Novo Código Eleitoral Brasileiro (Pinto, 2010).

Embora o Brasil tenha conquistado o sufrágio feminino em 1933, o movimento feminista se consolidou, enquanto movimento propriamente dito, em meados da década de 1960, impulsionado, também, pelo contexto de injustiças oriundo do regime militar que ocorria na época. Ao som de Bossa Nova, este movimento veio não só pedir espaço para a mulher, seja no trabalho, na vida pública ou na educação, mas, principalmente, veio pedir uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, com o intuito de lutar a favor da diminuição da disparidade entre os sexos (Pinto, 2010).

Assim, enraizados no movimento feminista que buscou ações para garantir atendimento e apoio as mulheres, as Delegacias Especializadas de Atendimento a Mulher (DEAM's) surgiram na década de 70 e 80. Segundo Pasinato e Santos (2008), dois fatores contribuíram para o surgimento das delegacias da mulher: Primeiramente, devido ao grande impacto que os movimentos feministas passaram a ter no início dos anos 1970 e o segundo fator refere-se a transição política ocorrida na primeira metade dos anos 1980, de um regime militar para um regime civil e de redemocratização do Estado. Essa mudança política fez emergir novas instituições e leis condizentes com um Estado de Direito Democrático.

Neste contexto, a primeira delegacia da mulher, criada em 1985 em São Paulo, atendeu um grande número da população do sexo feminino sob efeito da violência. Isso demonstrou a existência do problema, sua gravidade e carência de um atendimento policial especializado. Baseando-se nisso, criaram-se delegacias em vários outros estados e grupos feministas e de mulheres passaram a lutar a favor da implantação de novas delegacias (Pasinato & Santos, 2008).

A criação de tais delegacias é resultante das diretrizes estabelecidas pela Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), criada em 1928, durante a Sexta Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, Cuba. Com o intuito de cumprir seus objetivos, a CIM possui diversas funções, sendo elas condizentes com o intuito de traçar e implantar estratégias para auxiliar na participação integral da mulher na sociedade, sua capacitação e educação, promover ações para eliminar a discriminação contra a mulher e sua proteção (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010).

O Estatuto da CIM prevê a criação de Comitês Nacionais de Cooperação para auxiliar com a Delegacia Titular para os propósitos e finalidade da Comissão de cada país. Particularmente no Brasil, até o ano

2001 foi o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) que cumpriu o papel estipulado pelas diretrizes da CIM. Nos tempos atuais, quem cumpre a função, antes exercida pelo CNDM é a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Com o objetivo de afunilar e fazer com que as políticas públicas de enfrentamento da violência contra mulheres sejam melhores direcionadas, em 2003 foi criada a “Secretaria de Políticas para as Mulheres” no Brasil. Consequentemente, as políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres foram fortalecidas, por meio da elaboração de conceitos, diretrizes, normas e da definição de ações e estratégias de gestão e monitoramento relativas à temática da violência contra as mulheres.

Em agosto de 2007, o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra a mulher foi lançado pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte da Agenda Social do Governo Federal. Ele consiste num acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da “Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres”, por meio da implementação das políticas públicas integradas (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010).

Este pacto se baseia em quatro eixos/áreas estruturantes: Implementação da “Lei Maria da Penha” e Fortalecimento dos Serviços Especializados de Atendimento; Proteção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS; Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres; Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.

Tais eixos são alinhados aos aspectos técnicos, políticos, culturais, sociais e conceituais acerca do tema, orientando os procedimentos, os protocolos, normas e fluxos que institucionalizem e garantem legitimidade aos serviços prestados (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010). A responsabilidade em lidar com essa questão passa, então, a ser atribuída a diferentes áreas do governo, no que se refere ao planejamento, orçamento, justiça, educação, saúde, assistência social, trabalho, segurança pública, cultura, entre outros (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010).

Outro grande avanço a ser apontado é a criação da Lei nº 11.340/2006 no Brasil, mais conhecida como “Lei Maria da Penha”. Ressalvo que irei discorrer mais sobre ela no capítulo sobre grupos reflexivo para homens autores de violência, porém, vale aqui apontar que com essa nova legislação, se tornou possível criminalizar e

responsabilizar os agressores, aplicando assim sanções para os atos de violência contra as mulheres. Além disso, com essa lei sancionada, o reconhecimento e a denúncia da violência contra mulheres se tornaram possíveis, porém no que tange as denúncias das mulheres em delegacias especializadas, por exemplo, foi visto que a produção dessas acusações é ainda pouco expressiva comparada ao significado do problema em si (Oliveira & Lopes, 2010).

4. SEM LÁGRIMAS, COM VIRILIDADE E FORÇA- PERSPECTIVAS SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA SUBJETIVIDADE MASCULINA E OS ESTUDOS SOBRE MASCULINIDADES E MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Compreendendo que a subjetividade do sujeito é construída socialmente e culturalmente por intermédio de práticas discursivas, este capítulo tem como objetivo principal discorrer a respeito do entendimento da subjetividade masculina como uma construção social (Rasera & Japur, 2005; Spink, 2010). Para tal, portanto, este capítulo dialoga com os estudos sobre as masculinidades e masculinidade hegemônica que nos deram suporte para entender de que forma a subjetividade masculina é/foi construída.

A respeito da subjetividade, ela é compreendida aqui como uma construção social oriunda de sentidos imbricados em um contexto social e cultural específico (Iñiguez, 2003). A noção de si mesmo, então, torna-se compreensível a partir de uma análise do entorno e das práticas narrativas que constroem modos de vida e subjetividades. A continuação, dessa forma, apresento estudos e teorias referentes ao processo de subjetivação da subjetividade masculina, entendendo que é a partir das práticas narrativas, afetadas por ideologias, relações e processos sociais contextuais que se moldam os homens, os sujeitos e visões de mundo. Este capítulo é dividido em dois tópicos: a) Homem que é Homem- sobre o processo de subjetivação da subjetividade masculina, que tem como objetivo introduzir o leitor acerca dos processos de subjetivação da subjetividade masculina em nossa sociedade, com um diálogo com os estudos sobre masculinidades; b) Masculinidade Hegemônica, tópico este que especifica um conceito importante trazido pela autora Raewyn Connell. Ambos se destinam ao entendimento entre a relação existente entre masculinidades e violência.

4.1 HOMEM QUE É HOMEM- SOBRE O PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DA SUBJETIVIDADE MASCULINA

“Homem que é Homem não usa camiseta sem manga, a não ser para jogar basquete. Homem que é Homem não gosta de canapés, de cebolinhas em conserva ou de qualquer outra coisa que leve menos de 30 segundos

para mastigar e engolir. Homem que é Homem não come suflê. Homem que é Homem — de agora em diante chamado HQEH — não deixa sua mulher mostrar a bunda para ninguém, nem em baile de carnaval. HQEH não mostra a sua bunda para ninguém. Só no vestiário, para outros homens, e assim mesmo, se olhar por mais de 30 segundos, dá briga (...)”

Texto extraído do livro “As Mentiras que os Homens Contam” de Luís Fernando Veríssimo (2000)

É recorrente escutar os comentários e ditados apontados por Veríssimo (2000) em nossa sociedade. Mas, pode ser que não se tenha pensado sobre o que realmente está “por detrás” destes dizeres, o que eles revelam, apontam e como eles constroem a subjetividade masculina na nossa sociedade. Ouso dizer que, provavelmente, você tenha reproduzido e falado coisas parecidas, por ter aprendido que “homem que é homem é assim...”. Mas, por que “é assim”? Por que os escritos de Veríssimo se parecem tanto com os comentários que escutam?

Sensibilizados por este trecho de conto, este capítulo tem como objetivo discorrer a respeito dos estudos de masculinidades e masculinidade hegemônica. Primeiramente, portanto, falaremos um pouco da história que construiu espaço para que fossem levantados questionamentos a respeito do que é “ser mulher” e “ser homem” em uma sociedade, importantes para a emersão dos estudos sobre as masculinidades.

Partindo desse pressuposto, durante a história da humanidade, foram estabelecidas aos homens e as mulheres atribuições sociais de gênero e, nesse processo, a figura da mulher foi comparada à figura masculina de forma constante e normativa. A figura masculina, desta forma, foi constituída pela dominação física e biológica, respaldada na virilidade. Já a figura feminina é ligada ao frágil, ao emocional e à “função natural” da criação dos filhos (Buytendijk, 1976).

Essa comparação dicotômica demonstra a desigualdade existente entre os dois. Sobre as origens e justificativas dessa disparidade, há aquelas de cunho biológico e as que interpretam a desigualdade como sendo um fenômeno cultural (Castillo & Oliveira, 2005). Partindo desse pressuposto, existe uma série de posturas vistas como “apropriadas” para homens e mulheres, definindo o conceito de masculinidade. Neste

sentido, dentre os questionamentos disparadores dos estudos sobre masculinidades, encontram-se aqueles destinados a indagar o que deve ser um homem e o que se espera deles em uma sociedade. Qual são as definições sociais do masculino e feminino? Quais lugares de poder assumidos por cada um? O que isso afeta na dinâmica social? (Moreno, 2016).

Diante deste paradigma, os estudos de masculinidades, tensionados pelo feminismo emergente da época, surgiram nos finais dos anos 70, início dos anos 80 (Kimmel, 2008). Se fala de “estudos sobre as masculinidades”, pois “los estudios sobre los hombres equivalían al estudio de la literatura, la filosofía, las ciencias políticas o la historia, etc., ámbitos en los que las mujeres habían sido prácticamente excluidas” (Kimmel, 2008, p.15).

Faz-se referência ao feminismo neste contexto em razão do papel fundamental que ele exerceu em dois sentidos: em primeiro lugar, este movimento pôs à tona o gênero, bem como a categoria mulheres. Em segundo lugar, devido aos questionamentos feitos por homossexuais e afrodescendentes que fizeram com que a homofobia e o preconceito racial fossem reconhecidos como “princípios organizadores do masculino” (Kimmel, 2008, p.16).

Pautada nesse quadro, Kimmel (2008), nos anos 90, identificou três modelos que justificariam as diferenças entre homens e mulheres: o modelo biológico, o modelo antropológico e o modelo de socialização. O modelo biológico diz respeito à atribuição das diferenças de comportamento pelas diferenças biológicas entre os corpos. O modelo antropológico analisa as diferenças culturais entre homens e mulheres. E, por fim, o modelo de socialização condiz com o estudo de como os meninos e as meninas foram adaptados a seguirem os padrões esperados de comportamento de cada sexo.

Além disso, o conceito de masculinidade só existe em contraste como o conceito de feminilidade, já que se existem uma polaridade de características que definem ambos os sujeitos (Connell, 1995). Neste sentido, o gênero se configura como uma prática social que “constantemente se refiere a los cuerpos y a lo que los cuerpos hacen, pero no es una práctica social reducida al cuerpo (...) precisamente em la medida que la biología no determina lo social” (Connell, 1997, p. 6). Reconhecer isso, portanto, não é dizer que a masculinidade e a feminilidade são débeis ou triviais “es colocarlas firmemente en el mundo de la acción social” (Connell, 1997, p. 16).

Mas, a que características se referem estes conceitos? Mediante essa problemática, Connell (1997) aponta que o conceito de

masculinidade parece ser um produto histórico bastante recente, com no máximo cem anos. Quando falamos de masculinidade, para esta autora, estamos fazendo gênero, de uma forma culturalmente específica, desde nosso ponto de vista cultural. Neste sentido, se estabeleceram quatro enfoques principais no que se refere a definição do conceito de masculinidades: definições essencialistas, positivistas, normativas e semióticas.

As definições essencialistas consideram que há uma essência que define o que é masculinidade e é este ponto que os críticos a classificam como débeis, na medida que faz com o que a visão de homem e de mulher seja arbitrária. A visão positivista define a masculinidade como “o que os homens realmente são”, considerando, em especial o conjunto de seus comportamentos. Connell (1997) aponta que este pensamento seria a base mais lógica das escalas de masculinidade/feminilidade em psicologia, porém existem três dificuldades deste modelo: em primeiro lugar, dado que a epistemologia reconhece uma definição a partir de um ponto de vista, não existem descrições neutras. Logo, elas sempre estarão apoiadas por atribuições sobre o gênero. Segundo, listar o que fazem homens e mulheres, requer que eles já estejam inseridos em categorias de homens e mulheres. E, terceiro, definir a masculinidade como “o que os homens empiricamente são” parte do pressuposto de que quando chamamos algumas mulheres de mulheres-masculinas ou alguns homens de homens-femininos, desconsideramos quem realizam os comportamentos.

O terceiro enfoque, por sua vez, se centra nas definições normativas. Tais definições partem da ideia de que existem diferenças entre homens e mulheres e oferecem o modelo de que masculinidade seria o que os homens deveriam ser, respaldando-se em padrões normativos. No entanto, uma dificuldade sutil deste modelo é de que uma visão puramente normativa não engloba as influencias que ela exerce sobre a personalidade (Connell, 1997).

Por fim, os enfoques semióticos definem a masculinidade mediante a um sistema de diferença simbólica onde se encontram o masculino e feminino. Masculinidade, desta maneira, seria o não-feminino. Enfocando o discurso que estabelece o que é ou não é masculino e feminino, esta definição tem sido muito efetiva para a análise cultural. Porém ela se limita, ao menos que assuma, como os teóricos pós-estruturalistas fazem, de que o discurso é tudo que podemos dizer (Connell, 1997).

Seja qual for o enfoque e a definição do que é masculinidade, é visto que há uma posição vantajosa masculina frente à posição feminina no que se refere ao conhecimento, como salientado por Núñez Noriega

(2008). Este autor relata que isto se deriva da prevalência do “ponto de vista masculino” nas operações epistemológica e acadêmicas ao longo da história. Há, então, um ponto de vista epistemológico comum a todos os homens derivado de um processo de socialização, e não por um cunho biológico, que é mais ou menos homogêneo com relação a formação das identidades de gênero. Nesse paradigma, o homem ocupa uma posição de privilégio e poder, dentro de uma sociedade patriarcal. “Ser homem” e “ter um ponto de vista masculino”, baseando-se nesse quadro, é pensado, portanto, a partir da “experiência” de socialização masculina homogênea e coerente.

Em consonância com o exposto, existem duas realidades diferentes que problematizam a concepção do “ponto de vista masculino”. Em primeiro lugar, existem os “machos biológicos” e suas trajetórias concretas em uma sociedade patriarcal. Por outro lado, existem os discursos dominantes de gênero que legitimam a distinção/dominação masculina e estabelecem coordenadas simbólicas para a socialização dos homens (Núñez Noriega, 2008).

Diante disso, Medrado & Lyra (2003) apontam quatro matrizes de análise sobre os estudos dos homens e masculinidades no campo de saúde. Adotando o “gênero” como categoria analítica, a produção, apesar de se basearem em referenciais diferentes, tem como objetos: 1. a organização social das masculinidades em suas “inscrições e reproduções” locais e globais; 2. a compreensão do modo como os homens entendem e expressam “identidades de gênero”; 3. as masculinidades como produtos de interações sociais dos homens com outros homens e com mulheres, ou seja, as masculinidades como expressões da dimensão relacional de gênero (que apontam expressões, desafios e desigualdades); 4. a dimensão institucional das masculinidades, ou seja, o modo como as masculinidades são construídas em (e por) relações e dispositivos institucionais.

Dessa forma, o homem pode também ser subjugado no sistema patriarcal. A partir do momento que se espera que este não apresente sensibilidade frente às situações da vida e que assuma um papel de valente e de proteção ante os seus, há o surgimento de “silêncios masculinos” oriundos de uma depreciação e negação daquilo que se diverge do “ser homem” e ter “um ponto de vista masculino” na sociedade (Núñez Noriega, 2008).

4.1.1 O CONCEITO DE MASCULINIDADE HEGEMÔNICA

Apresentado sobre os estudos de masculinidade cabe ressaltar e discorrer aqui a respeito de um conceito chave neste âmbito, o conceito de Masculinidade Hegemônica. Importante para os estudos sobre as masculinidades, Raewyn Connell (nascida Robert William Connell), traz que o conceito de masculinidade hegemônica muito influenciou no pensamento sobre homens, gênero e hierarquia social. Apesar de ser contestado, o termo ainda é utilizado nas lutas contemporâneas e nos estudos sobre sexualidade, violência pública e privada, bem como as transformações de família presentes na sociedade. Proposto por escolas australianas que visavam estudar sobre desigualdade social, o conceito surge em uma discussão conceitual sobre a construção de masculinidades e à experiência dos corpos masculinos (Connell, 2013).

Os primeiros estudos sobre masculinidades foram sistematizados no artigo denominado “Towards a New Sociology of Masculinity”, estudo que criticou o “papel sexual masculino” e teve como proposta um modelo de masculinidades em múltiplas relações de poder. Baseando-se no termo gramsciano de “hegemonia” que visava compreender a estabilização das relações de classe, a masculinidade hegemônica, por sua vez, utiliza dessa lógica para fazer um paralelo com as relações de gênero. Em acréscimo, o termo também foi influenciado pela psicanálise: primeiramente pelo olhar freudiano no caso do “Homem dos Lobos”, história que discorre a respeito da personalidade adulta como sistema sob tensão e imerso a contracorrentes reprimidas e posteriormente por Stoller, psicanalista que popularizou o conceito de “identidade de gênero” e mapeou os desenvolvimentos de meninos (Connell, 2013).

A masculinidade hegemônica foi compreendida como uma série de práticas (coisas realizadas, não somente a desenvoltura de papéis ou identidades) as quais possibilitaram que a dominação por parte dos homens continuasse a se difundir na sociedade. Distinta das outras masculinidades, em especial das masculinidades subordinadas, a masculinidade hegemônica não se definiu na normalidade. No entanto, ela é uma norma, que geralmente os homens adotam. Assim, ela é repleta de exigências que pretendem que os homens se curvem à ela e que legitimem a subordinação feminina. Apesar disto, a hegemonia não significa, necessariamente, ações violentas, por mais que seja sustentada pela força. Ela significa, dessa forma, “a ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (Connell, 2013).

A partir desta terminologia, diversas pesquisas receberam suporte para dialogar a respeito das atribuições dadas ao sexo masculino e das diversas formas que o homem pode manifestar sua masculinidade. Amasculinidade não se configura como sendo fixa e ligada ao corpo, nem nos traços de personalidade dos indivíduos. Há, desta maneira, a existência de diversos tipos de masculinidades que consistem em práticas realizadas no tecido social, diferenciando-se de acordo com as relações de gênero, imersas em uma trama social individual (Connell, 2013).

A partir dessa compreensão, é possível pensar que a masculinidade hegemônica como um termo referente a um discurso de construção social. Sob uma óptica construcionista social, portanto, relativizo esta expressão e concordo com os teóricos que utilizam a masculinidade no plural. Diante disso, compreendo que não existe apenas uma masculinidade e apenas uma maneira de manifestá-la, e sim, várias. Diante desse quadro, este termo se relaciona com diversas categorias sociais, tais como: trabalho, tecido social, família, sexualidade, homofobia, globalização, corporeidade e etc. Assim, não se torna possível entender este conceito em sua forma isolada, logo, é necessário levar em consideração toda sua micro e macro influência e em uma perspectiva individual e coletiva (Beiras, 2008).

Trabalho, economia, violência, identidade e raça são algumas esferas onde as masculinidades se sustentam. No trabalho, espera-se que os homens sejam responsáveis e provedores do lar. Isso, no entanto, faz com que “las dificultades para obtener seguridad y permanencia laboral en una proporción de la población de hombres lleva consigo la movilidad de muchos de ellos, con la consecuente ausencia en la familia por períodos largos” (Rodríguez & Vázquez, 2008, p. 88). Além disso, as atribuições de gênero também afetam a economia, pois “traducidas en mandatos como el de proveedor, empiezan a tener dificultades al no poderse cumplir cabalmente porque las condiciones estructurales de la economía no lo favorecen” (Rodríguez & Vázquez, 2008, p. 89).

No âmbito da violência, uma vez que se tem a imagem de que uma pessoa do sexo masculino deveria ser viril e forte, tais atribuições sustentam um lugar propício para que haja a violência contra a mulher, pois muitas das vezes, o homem manifesta atos violentos para reafirmar a figura de virilidade. Por outra parte, as mulheres também reproduzem e exercem tal violência contra elas e contra outras mulheres, a fim de legitimar o poder e a norma de gênero (Rodríguez & Vázquez, 2008). Esse movimento consiste na configuração da “identidade”. A identidade masculina está associada ao “macho”: “una figura anclada al esencialismo, a una concepción arbitraria, y que puede estar basada en la

valentía, la virilidad, el carácter y el control sobre las mujeres y también sobre otros hombres” (Rodríguez & Vázquez, 2008, p.93). Por fim, a raça muito tem a ver com as masculinidades, já que diferentes raças exercem domínio e poder sobre outras, configurando imagens e reproduzindo a normatividade (Rodríguez & Vázquez, 2008).

5. ENTRE QUATRO PAREDES: OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E MORAIS DOS SENTIDOS DE FAMÍLIA QUE JUSTIFICAM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

"Há normas que alcançam mais efeito e são mais significativas pelo que se calam do que pelo que dizem"
(Salvador, 2017 p.76)

Inspirada neste trecho, presente no livro do professor Bartolomé Clavero Salvador, dou início a este capítulo, onde busco discutir a respeito da ética e dos valores morais presentes em nossa sociedade. Parafrazeando Salvador (2017) e fazendo referência ao livro Quadros de guerra, de Butler (2015), destaco que frente às normas vigentes de um determinado contexto histórico cultural específico, atribuições sociais esperadas são construídas, bem como há a precarização de vidas não qualificáveis como vidas, como parte do humano. Se certas vidas, certos comportamentos são enxergados assim em detrimento de certos enquadramentos, existe "algo" que sustenta estes (não) lugares. Este "algo", a saber, se refere às normas, aos discursos, à moral e à ética que moldam e constroem os sujeitos. Falar de valores morais e da ética é falar de discursos e normas que calam e dizem. Ou seja, é falar da linguagem que, sendo performática e constituindo normas e discursos, constrói modos de ser e de se pensar (Souza, 2014).

Assim sendo, falo aqui a respeito das normas que moldam, de discursos que excluem, de valores morais e da ética que constroem sentidos sobre família que intensificam e que podem justificar determinadas ação violenta contra as mulheres. Ainda, neste contexto, promovo problematizações e questionamentos a respeito das atribuições construídas, ou seja, faço então uma "desterritorialização" de corpos (Preciado, 2011) para resistir aos processos normalizadores, com o intuito de gerar ansia de promoção de novos enquadramentos que tornarão mais formas de se viver, inteligíveis.

Este capítulo é dividido em dois tópicos: a) Ética e moral: localizando estas terminologias, que tem como objetivo apresentar a conceituação e construção social b) Família como uma realidade discursiva, que pretendeu discorrer a respeito do entendimento da instituição familiar como uma entidade em que valores morais e princípios éticos são culturalmente e socialmente moldados e como esta construção pode servir de justificativa para a emersão ou manutenção da violência contra as mulheres.

5.1 ÉTICA E MORAL: LOCALIZANDO ESTAS TERMINOLOGIAS

Ética, ético, boa postura, conduta adequada. Diversas são as terminologias utilizadas para se definir o que vem a ser a ética e a moralidade, termos tão estudados em diversas áreas de conhecimento. Amiúde encontramos frases do tipo: “Aquele profissional não tem ética”, “Que falta de ética”, “Tem que ser ético”, “O comitê de ética aprovou a sua pesquisa”, “Isso foi ético”, “Isso é imoral” “Ele não tem valores morais”... Mas, a que situações/conduitas/valores elas estão se referindo? Neste primeiro momento, portanto, discorrerei sobre a localização das terminologias da ética e da moral que trago nesta pesquisa, já que, por se tratar de um termo tão discutido pelos estudiosos, é relevante para que eu localize a minha leitura destes termos, para mostrar como analiso as narrativas dos homens autores de violência.

Sobre a origem destas terminologias, a Ética vem do grego, *ethos* e significa: “o modo de ser, o caráter” (Motta, 1984). E Moral vem de *Morales* e faz inferência ao significado de “costume” de uma cultura (Motta, 1984). Entretanto, assim como sinalizado por Pedro (2014), apesar da divergência de significados, há uma forte relação e articulação entre estes dois termos, na medida em que a ética tem como principal objetivo o estudo da moral. Nesse sentido, tem-se uma relação dialética entre o construto da ética e o constructo da moral e, nessa relação, é possível observar algumas implicações como, por exemplo, a forma pela qual a moral implica a ética para se repensar e como a ética é construída pela moral vigente (Pedro, 2014).

Essa dinâmica relacional, por sua vez, nos leva a pensar que, se algo é ético ou moralmente aceito, este algo está se comportando ou se apresentando da forma como se espera que ele se comporte ou aja. Percebemos também que ninguém “nasce sendo ético” ou “nasce praticando os valores morais”, esse predicado só é atribuído aos verbos quando os sujeitos da frase se alocam em uma cultura e em um contexto histórico e é atravessado por diversas categorias que lhe dirão o que é “ser ético” e o que são os “valores morais” daquela sociedade específica (Fassin, 2014; Butler, 2015). Falar de ética e moral, portanto, é falar de modos de ser de uma sociedade. É falar de como aquela sociedade, em específico, funciona, se mantém, se articula e se relaciona. É falar, portanto, de política, de normalização e de processo de subjetivação dos sujeitos.

Para ilustrar este pensamento, trago um exemplo. Na época do feudalismo, a economia era agrícola e autossuficiente. No entanto, com o

surgimento das Cruzadas, impulsionadas pela campanha feita pelo Papa Urbano em 1095 em contraposição cristã à expansão do Islã, criou-se uma nova classe social da burguesia que, como não possuía um lugar social específico em uma sociedade feudal, exigiu uma transformação social da moral vigente para se estabelecer. Vemos aqui que na época feudal haviam valores morais e um costume específico. Os vassalos e nobres, a partir disso, pensavam de uma certa maneira e se tornavam sujeitos a partir daquela condição sócio-histórica. Havia, também, comportamentos esperados de um vassalo e de um nobre. A ética, nesse sentido e neste sistema era construída de certa maneira e produziam sujeitos pensantes para a manutenção do sistema feudal.

Ao longo dos anos, as cruzadas e o surgimento da burguesia fizeram com que fosse necessária a quebra do sistema anterior. Diante disso, aqueles valores morais, aquele costume, aqueles pensamentos e aquela ética envolvida já não abarcavam os interesses do Terceiro Estado. Foi necessária uma transformação no processo de subjetivação dos sujeitos e, com a ajuda do Renascimento, novos costumes foram construídos para englobar o novo sistema capitalista e isso implicou em novas maneiras dos sujeitos se relacionarem e imporem condições de funcionamento desta nova forma de sociedade.

Ainda trazendo um pouco de História, no livro *Raízes do Brasil* (1936) do autor Sérgio Buarque de Holanda, há um diálogo a respeito da construção histórica e cultural do sujeito, que trouxe reflexões a respeito da colonização na formação da ética e dos valores morais dos brasileiros. Clássico da literatura, o livro aborda como as características dos nossos avós e tataravós europeus moldaram os comportamentos brasileiros, trazendo em seu cerne a "ociosidade" e aversão a todo esforço disciplinado (Holanda, 1936).

Tal como posto por Holanda (1936), o modo como a história brasileira foi traçada, de colonização, majoritariamente, portuguesa e economia escravista, deixou heranças para a performance estrutural e cultural de nossa sociedade. Atributos relativos à "ociosidade", à "imprevidência" e à "intemperança", comumente atribuídos aos nossos indígenas, são, na verdade, bem mais parecidos aos tradicionais padrões de vida das classes nobres europeias. Isso, por sua vez, leva-nos a pensar que os nossos critérios éticos e morais foram construídos em um contexto de desleixo e certo abandono por nossos colonizadores que, desde nossa "descoberta", criaram raízes para que a frouxidão das instituições e a falta de coesão social fossem comportamentos em resposta ao modo como nossa realidade foi construída pelos países da Península Ibérica.

Frente ao discorrido no livro de Sérgio Buarque, percebemos como a performance da construção social age sobre o modo de ser e de se pensar dos sujeitos. Ainda, percebemos que existem certas condutas e vidas que foram moldadas para serem mais bem "vistas" e aceitas em um grupo social. A esta preposição, trago aqui como exemplo a história dos negros no Brasil. A pele negra, escolhida para compor um modo de produção onde as más condições de trabalho eram a cena principal, não foi tida como merecedora de um lugar onde houvesse a garantia de prosperidade, riqueza e estabilidade. Assim, as chibatadas sob à luz do dia abriram feridas nos corpos infamados, escancarando, à carne viva, a opressão e a precarização das vidas não passíveis de serem vividas (Butler, 2015). Diante desse contexto, apesar da abolição da escravatura através da Lei Áurea, assinada em 13 de julho de 1888, não podemos dizer que a liberdade aos negros foi consolidada. O preconceito tem suas raízes no modo escravista e, construído socialmente desde esta época, ainda marginaliza "a pele não-nobre" onde não circula o "sangue azul", e, ainda, ocasiona pobreza aos negros (Holanda, 1936).

Reafirmo, a partir destes exemplos acima, que a construção localizada de valores morais e éticos ocasiona consequências no modo de viver e de se compreender o mundo a depender da história, da sociedade e da temporalidade em que nos referimos. Nesse sentido, ainda, é possível pensar que as emoções, a vivência e os valores individuais dos sujeitos também se imbricam nestas conexões de valores e normas. O antropólogo francês Didier Fassin (2005), com a implementação do conceito de "economia moral" nos auxilia na compreensão de como a moralidade e a ética em uma sociedade tangencia um "modo de funcionamento social". Nesse sentido, entende-se como economia moral, o fenômeno continuamente recomposto segundo as normas e limites historicamente constituídos dentro de uma dimensão política, social e histórica (Fassin, 2005).

Para explicar este conceito melhor, retomemos o exemplo que o próprio Fassin (2014) aborda em um artigo escrito por ele que discorre a respeito do processo de imigração de centenas de imigrantes de Kosovo, Curdistão e Afeganistão que estavam fugindo da opressão em busca de asilo na Grã-Bretanha. A partir da análise deste processo, Fassin (2014) aponta que o corpo em sofrimento parece ter mais legitimidade do que um corpo ameaçado. Isso quer dizer que, perpassado por paixões, normas, sentimentos e estereótipos, é mais aceitável ao Estado rejeitar um pedido de asilo do que ir contra uma perícia médica de um corpo que clama cuidados de saúde (Fassin, 2014). Vemos, dessa forma, que há ética e valores morais envolvidos nesta distinção. O sofrimento, aqui, parece ter

mais legitimidade, por retratar um sentido de humanidade comum coletivamente expressa por meio da atenção prestada às necessidades humanas (Fassin, 2014).

Outro caso em que também podemos pensar em premissas éticas e morais é o polêmico caso que envolveu o ator José Mayer, em Abril de 2017. Nesta data, a figurinista Susllem Tonani denunciou José Mayer por assédio sexual, tanto por intermédio de palavreado impróprio, como por toque em partes íntimas, sem o consentimento da figurinista. Envolvendo um ator da Rede Globo, os holofotes e a mídia não iriam deixar de produzir de diversos conteúdos sobre o assunto. Assim, manchetes, fofocas, especulações e comentários fizeram parte desta cena questionando o comportamento de José Mayer. Neste sentido, comentários do tipo: "Pra ser mau/caráter, basta ser homem!", "Mexeu com uma mexeu com todas!" "Agora, a gente fica até com medo de fazer um elogio, encostar. Não dá para fazer nada" são algumas das frases que podemos encontrar nos websites. E que reflexões podemos fazer frente à estas frases? Por que um homem é comparado com o mau-caratismo? Que senso de justiça está por "de trás" da frase "mexeu com uma mexeu com todas?" Por que o assédio relatado pela figurinista foi comparado à um elogio? Quais "elogios" nossa sociedade faz para as mulheres? Será que há ética e valores morais na produção de tais falas?

Pensando sobre estas perguntas e com estes exemplos acima, discorro aqui sobre esse "senso de justiça" que pareceu mover milhares de internautas frente ao caso de José Mayer que muito se relaciona com o "pensamento moralmente aceito" discorrido nos exemplos anteriores. Este senso, a saber, se refere ao que Adorno (2001) irá chamar de *éthos coletivo*. O *éthos coletivo*, trazido pelo pensador da escola de Frankfurt, se refere a uma "unidade", totalmente questionável, que, agindo de forma conservadora, representa o pensamento "universal" de uma sociedade, ou seja, uma normalidade esperada. Por normalidade, entende-se tanto como uma expectativa biomédica de padrão de funcionamento da espécie quanto um preceito moral de produtividade e adequação às normas sociais. Que, segundo Foucault (2001),

se opõe a irregularidade, a desordem, a esquisitice, a excentricidade, o desnivelamento, a discrepância e de outro a norma ancorada na medicina orgânica ou funcional, a norma como regularidade funcional, como princípio de funcionamento adaptado e ajustado; o "normal" a que se oporá

o patológico, o mórbido, o desorganizado, a disfunção (Foucault, 2001, p. 204).

Assim sendo, a norma, a normalidade, o *éthos coletivo* podem ser entendidos como regras de conduta e regularidade funcional social, que se opõe ao considerado desordem e irregularidade e disseminado pelo poder de normalização (Adorno, 2001; Foucault, 2001). O poder de normalização, a saber, a maneira como ele se formou, a maneira como se instalou, segundo Foucault (2001) “se deu sem jamais se apoiar numa só instituição, mas se deu através do jogo que conseguiu estabelecer entre diferentes instituições” (p. 31). As instituições se constituíram, portanto, como instâncias de controle do anormal e é isso que transforma a norma, segundo o autor, como um importante problema teórico e político.

Assim sendo e retomando os exemplos dados, pensemos: por intermédio das instituições sociais devidamente localizadas sócio-historicamente, o modo de agir de um sistema feudal, o modo de ser do brasileiro, o preconceito aos negros e o modo de pensar sobre o caso do ator José Mayer foram construídos socialmente e construíram sujeitos inteligíveis que pensaram sobre cada situação (Moscheta, 2014). Desta forma, a Família, o Estado, a Escola e a Igreja fazem parte deste leque de instituições que disseminam normas e constroem sujeitos a depender de preceitos dicotômicos de "certo" e "errado" presentes na sociedade.

Ora, se falamos de sociedade, estamos falando de pessoas, de corpos, de sujeitos. Neste sentido, falamos de "eus" que se "subjativizam" frente aos valores morais e éticos de uma sociedade, interiorizando normas e disseminando pensamentos. Estes "eus", mergulhados em um contexto específico falam não só deles, mas de tudo e de todos que os constroem. Falam de suas políticas de localização. Falam de seus corpos biopolíticos (Foucault, 2001). Os sujeitos, então, não são unificados, mas sim fragmentos, composto de imagens e eventos desintegrados.

Fragmentados e desintegrados, os "eus" quando não estão de acordo com as normas morais, deliberam, por intermédio da linguagem (Spink, 2010), sobre normas e esta liberação ocasiona uma compreensão crítica de sua gênese social e de seu significado (Butler, 2015). O "si mesmo", neste processo, se constroem constantemente e a linguagem se torna crucial para a elaboração dos sujeitos (Gergen, 1985).

E como um sujeito pode narrar a si mesmo? O que seria o "si mesmo" se somos resultados de um conjunto de atravessamentos sociais que o constrói (constantemente)? (Souza, 2014). Percebemos, então, que o sujeito não pode narrar a si mesmo sem se responsabilizar-se e que esta responsabilidade não está alheia às condições sociais em que está inserido

(Butler, 2015). Além disso, percebemos que o narrar, o falar de si é uma tarefa sem fim. Sem fim pois, ao falar de mim, falo de tudo que constrói e, nesse processo, não sei o que é meu e o que é da sociedade que molda. Ou seja, não sabemos o que são interesses particulares e os interesses universais, visto que “não somos simples díades independentes, uma vez que nossa troca é condicionada e mediada pelas convenções, pela sedimentação das normas que são de caráter social e que excedem a perspectiva daqueles envolvidos na troca” (Butler, 2015).

A moralidade e a ética, nesse sentido, se insere no entre o eu e o mundo (Butler, 2015). Ou seja, ela se insere na relação entre o eu e o mundo que, imersa sob um tecido social específico, se mantém de forma dialética: o "eu" se constrói pela sociedade e a sociedade é formada pelos "eus" que também deliberam valores morais e princípios éticos a depender de um contexto histórico e cultural específico. Nesse sentido, não sei nada de mim, sou despossuído (Butler, 2015) de mim, já que tudo que sei sobre mim são reverberações e conteúdos que fazem meu corpo ser marcado socialmente (Mcnamee, 2014). Não há, então, essencialismo. Não temos uma essência, não temos "algo pré-moldado". Somos produto constantemente construído, a depender da linguagem que age socialmente sobre nós e a depender também das nossas relações sociais (Rasera & Japur, 2005). Bem, talvez tenha sido inspirado pela análise deste processo que nunca se cessa que Barros (2005) destaca que "a maior riqueza do homem é a sua incompletude", incitando-nos a pensar que o que nos "move" são os processos sociais que nos constroem, logo, a nossa realidade, nossa completude não existe, pois está em constante transformação (Rasera & Japur, 2005).

"Incompletos", somos sujeitos sociais que performatizam práticas morais, definindo uma posição em relação ao que fomos construídos a respeitar e estabelecendo para nós um certo modo de ser que vale como uma realização moral de nós mesmos (Foucault, 1990; Guanaes-Lorenzi, et al, 2014). Esta realização, a saber, só encontra sentido por intermédio do reconhecimento. Para entendermos melhor sobre o termo *reconhecimento*, convido dois outros autores importantes: Axel Honneth e a feminista Nancy Fraser.

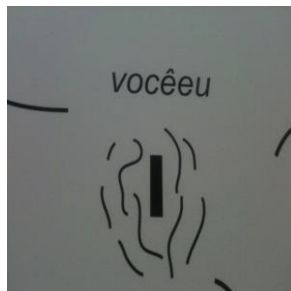
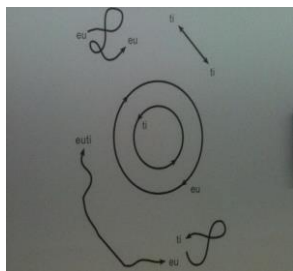
Baseando-se na teoria hegeliana, Axel elabora a obra *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais* (2003) que teve como tema central defender a ideia de que os sujeitos e os grupos sociais se inserem na sociedade por meio de uma luta por reconhecimento intersubjetivo e não somente pela autoconservação, como é dito nos escritos de Maquiavel e Hobbes. Tal reconhecimento, segundo este autor, se manifesta em diferentes dimensões da vida, como no amor, nas

relações jurídicas e na esfera da solidariedade social. Para cada forma de reconhecimento há uma autorrelação prática do sujeito (autoconfiança nas relações amorosas e de amizade, autorrespeito nas relações jurídicas e autoestima na comunidade social de valores). E, se há um desrespeito mediante estas autorrelações, haverá, segundo Honneth, lutas sociais (Salvadori, 2011).

Nancy Fraser (2007), por sua vez, integra o reconhecimento com a redistribuição, defendendo a tese de que a luta por reconhecimento é a luta dos grupos marginalizados, transversalizados pela nacionalidade, etnicidade, raça, gênero e sexualidade. Nesse sentido, essa luta reivindica a justiça social por meio de dois tipos: pela ordem redistributiva que defende a busca por distribuição de renda e de recursos e pelas chamadas “políticas de reconhecimento” que lutam em prol de um mundo mais igualitário e justo, que trata amistosamente as diferenças. É visto, dessa forma, que tanto Fraser (2007) como Honneth (2003) apontam em suas teorias a ideia de que a categoria do reconhecimento estaria ligada às lutas sociais contemporâneas, teorizando, assim, sobre os padrões de justiça presentes na sociedade capitalista (Ferreira, 2010).

Neste sentido, podemos pensar que os sujeitos buscam serem reconhecidos e este processo só se realiza pelo olhar de um Outro externo ao sujeito. Este olhar, por sua vez, reconhece e despossui. Despossui na medida em que causa vulnerabilidade e insegurança social e civil frente ao (não) reconhecimento do sistema individual do sujeito (Butler, 2015). Para além disso, o próprio sujeito, considerando o fato de que ele é formado por um conjunto de convenções sociais e por formas de racionalidade que o torna inteligível (Butler, 2015), se despossui, por não conseguir distinguir o que é seu, do outro e do meio em que se insere. Para ilustrar esse fragmento, as seguintes imagens falam sobre a nossa constante relação com o outro e sobre a impossibilidade de nos distanciarmos dele.

Figura 1 e 3: Exposição Centro Galego de Arte Contemporânea (CGAC)- Outubro 2013- Santiago de Compostela- Espanha.



Frente a incapacidade de nos distanciarmos do Outro que nos constrói, ao questionarmos sobre nós mesmos, ao questionar sobre a nossa história pessoal, estamos questionando a respeito de como a realidade ao nosso redor é organizada, ou seja, como à nível prático, teórico, cotidiano e existencial o processo de subjetivação é realizado e construído (Perea, 2003). Nesse sentido, tomemos como exemplo a desigualdade de gênero, tema central deste estudo. Assim como nos outros exemplos, este fenômeno que aumentam as taxas de feminicídios ao redor do mundo, foi construído socialmente. Desta maneira, na maior parte dos contextos sociais, há uma diferença simbólica na representação social de se ter nascido com vagina ou pênis. Esta "diferença", que não se refere tão somente às atribuições sexuais esperadas socialmente, mas também a direitos que mulheres e homens possuem pelo simples fato de ter nascido com uma certa genitália, subjetiviza e despossui corpos. Assim sendo, a genitália, o "biológico", o pênis e a vagina se tornaram justificativas para a desigualdade entre os sexos e os modos de ser dos sujeitos se constroem frente a esta compreensão de mundo.

Podemos pensar, então, que com essa diferença simbólica uma vez inserida no tecido social, molda valores morais e éticos baseando-se nela. A violência contra mulheres, sendo uma construção social, também deve ser olhada por intermédio desta diferença simbólica, ou seja, deve ser olhada pela perspectiva de gênero. A este respeito, é necessário olhar pela perspectiva de gênero (Butler, 2015) a violência contra mulheres

para desessencializar as formas de ser homem e de ser mulher na nossa sociedade para que haja uma transformação social que sinalize a incoerência da dita "diferença" entre os sexos. É preciso, portanto, que práticas e discursos sejam moldados para questionar, historitizar e reinventar estes modelos propagados pelas instituições sociais e pela sociedade. É preciso incorporar a perspectiva de gênero para "reconhecer as diferenças, negociar liberdades, assumir responsabilidades e sobretudo, resolver conflitos de maneira coletiva" (Perea, 2003, p.5).

Neste sentido, sob a perspectiva de gênero e do construcionismo social, é possível historizar as normas, desmistificar a visão atemporal de sua existência e fazer uma arqueologia dos valores morais e éticos presentes em uma sociedade. Ainda, com este olhar é possível reconhecer as possibilidades para transformação no futuro e, em especial, demonstrar que existem atores sociais e práticas sociais que contribuem para a modificação de contextos e conjunturas sociais específicas (Perea, 2003). Diante disso, problematizar códigos, leis, atribuições sociais, valores morais e ética com esta perspectiva é quebrar a visão essencialista da noção de gênero e nos auxilia a compor novas formas de pensar sobre nós e sobre os outros, na medida em que somos construídos em relacionamentos e somos resultado da coordenação da ação humana (Rasera & Japur, 2005).

Ao problematizar essencialismos, reconhecemos as limitações das matrizes normativas da individualidade liberal e as denunciamos (Butler, 2015). Ainda, ao fazermos isto, apontamos a importância do *reconhecimento* como condição para a humanidade e salientamos como a experiência de ter um gênero deve, “necessariamente, caminhar em direção a discussões mais amplas sobre como o campo da ética e da política são redimensionados quando os reconstruímos a partir do problema do reconhecimento” (Butler, 2015, p.177).

A respeito da violência contra as mulheres, Jenkins (2009) aponta que comumente os homens autores de violência, ao serem questionados do porquê da ação violenta, a justificam em nome do amor ou em nome da natureza e da limitação humana. Dessa forma, podemos inferir há implicações éticas e morais que estão presentes nas narrativas dos homens que legitimam a ação violenta. Ainda, podemos pensar como estas implicações se imbricam na concepção de família pensada por estes sujeitos. Quais os sentidos atribuídos pelos homens autores de violência à violência? Estes sentidos estariam atravessados pelas atribuições familiares esperadas por cada membro familiar? O que estes sujeitos têm a dizer sobre a violência de gênero? Como eles compreendem a “violência” e a “família”? O que o não cumprimento das atribuições

sociais e sexuais dentro de uma família pode acarretar? Haveria uma relação entre violência contra mulheres e sentidos de família moralmente aceitos e perpassados? Meio a estas questões, trago um panorama histórico acerca do que é "ter uma família" em nossa sociedade para discorrer a respeito de como os sentidos sobre família podem agir sobre os corpos socialmente construídos (Gergen, 1985) e disseminar (ou não) a violência contra mulheres.

5.2 A FAMÍLIA COMO UMA REALIDADE DISCURSIVA

Mesa cheia de quitandas, um céu azul, crianças brincando no quintal, a avó, o avô e um casal composto de um homem e uma mulher. Esta é a cena que, comumente, é vista nos “comerciais de margarina” da televisão. Camuflada por entre os sorrisos e pela suposta felicidade em utilizar um produto destinado à venda, há, nestes tipos de propagandas, uma explicitação de um ideal de família ocidental, derivado de um modelo moldado desde a Revolução Francesa.

Até então, não problematizaria esta cena se, disseminada por ela, não existisse uma série de práticas discursivas que enaltece um modelo familiar em detrimento de outros. Esta composição familiar escancarada no comercial televisivo, quando despida em suas miudezas, parece dizer que aquela realidade e “felicidade” ali compartilhada é mais bela, mais sedutora e mais atraente que as realidades das famílias de composições diferentes desta.

Sei que pode parecer prepotência dizer isto de uma “simples” propaganda, mas a ausência midiática da exposição de outros modelos familiares em comerciais brasileiros ou a quantidade de comentários preconceituosos que surgem quando uma empresa retrata famílias diferentes da do modelo tradicional, dá margem para que pensemos que parece existir um “melhor” modelo familiar legitimado pela nossa sociedade. Pensando sobre isso, pergunto: afinal, o que é uma família? Como esta instituição se consolidou e se moldou ao longo do tempo? Como os sentidos de família podem se relacionar com a violência contra as mulheres?

Frente a estes questionamentos e concordando com Neves (2008), aponto que a "família" é uma unidade dinâmica que, possuindo características e funções próprias, se moldou e se molda a depender de determinadas práticas localizadas em um tempo e um espaço de um tecido histórico. Dessa forma, a família é regulada por um sistema de relações

interiores e exteriores, compondo uma forma singular de interação, de sistemas e de subsistemas, por meio de práticas compartilhadas específicas (Gergen, 1997), que articula as “relações de organização” das partes (Capra, 1996), da rede familiar.

A rede familiar não é a soma das partes, mas sim “relações de organização” das partes (Capra, 1996), onde cada sujeito interage de maneira singular (Sluzki, 1997). A respeito dessa interação, percebe-se que o sujeito não só interage com os membros familiares, pois, como um ser relacional (Rasera & Japur, 2005), ele está em constante interação com os outros, fazendo com que estes “outros” se configurem como parte dele mesmo, bem como compõem um conjunto de seres com quem realizamos trocas sociais significativas, nossas redes sociais (Sluzki, 1997).

Interagindo com o meio e sendo uma realidade baseada na comunicação (Anderson, 1997), a família é “uma realização discursivamente produzida a partir de processos interacionais” (Martins, Mcnamee, Guanaes-Lorenzi, 2015, p.16). Não existe, desta maneira, uma “realidade” independente, o “lá fora da família”. “Tudo” é resultado de uma construção social, que, mutante e em constante transformação e movimento (Gergen, 1985; Rapizo, 2002), engloba desde o nível da corporalidade até as tradições culturais linguísticas do mundo em que se vive (Rapizo, 2002, p. 51).

A respeito da historicidade do conceito de “família”, este se deriva do latim *famulus*, expressão esta que está estreitamente ligada a ideia de escravidão (Osório, 1996). Atravessada pela relação entre o Estado e o sistema econômico vigente, ao longo do tempo e nas mais diversas culturas e países, a família esteve ligada ao matrimônio: uma vez casados, o casal constitui uma família. Vale ressaltar que, tradicionalmente pela cultura ocidental, este casal se refere a um homem e uma mulher que, heterossexuais e monogâmicos dará início a uma família sagrada de princípios e valores, centrada nas relações de aliança (relação entre os pais), filiação (relação entre pais e filhos) e consanguinidade (relação entre irmãos) (Osório, 1996).

Heterossexual, cisgênera e composta, preferencialmente, de pai mãe e filhos, a família tradicional tem suas raízes nos séculos XVI e XVIII, no advento do sistema capitalista. Nesta época, a sociedade sofreu profundas mudanças e trouxe "pra dentro de casa" o modelo burguês-liberal que se centra na justificativa do vínculo amoroso entre homem-mulher (Carvalho & Mansano, 2017). Assim sendo, a família, se ancorando também em outras instituições como, por exemplo, a Igreja, mantém o ordenamento social capitalista, criando um impasse entre os

desejos dos sujeitos e os interesses do sistema, o que afeta os modos de ser e estar dos sujeitos (Carvalho & Mansano, 2017).

Neste sentido, espera-se socialmente que a família, o sexo, o amor e a religião sejam esferas que caminhem em um mesmo sentido de normalidade de sujeitos (Carvalho & Mansano, 2017). No entanto, nem sempre a instituição familiar foi vista desta forma. Antigamente, a família era consolidada de acordo com as chances melhores de sobrevivência e de trocas sociais, e não propriamente o amor romântico. Na Grécia e na Itália, por exemplo, o sexo, o amor e o casamento eram considerados três fenômenos completamente distintos e o amor espiritual e não carnal era idolatrado. Os guerreiros gregos buscavam no sexo com outro homem a força espiritual para guerrilhar e a mulher era vista como reprodutora. Em uma análise histórica, compreende-se que, em diversas épocas, o casamento não era realizado em razão de um vínculo amoroso, já que a entidade familiar era vista como uma unidade política e social que se formava através de combinados entre as famílias por razões financeiras ou políticas (Branden, 2002).

Com o passar dos anos e com o advento do pensamento moderno, a ideia de união plena que fazem dois corpos se tornarem "o número perfeito: um" (Andrade, 1992) passou a se alocar na cama matrimonial e o casamento, nesse contexto, se fundou a partir de uma concepção moderna de amor singular e eterno. Entretanto, "o foram felizes para sempre" dos contos de fadas, ao ser posto em prática na realidade, foi problematizado e precisou ser desmistificado. A ideia da eternidade das relações, portanto, foi abalada e as famílias foram se remodelando, abrindo espaço para que divórcios e separações fossem movimentos autorizados pelos tribunais de justiça (Vaistman, 1994).

Não alheia às relações de poder e saber historicamente e culturalmente localizadas, as relações familiares se estabelecem tanto entre os membros, como consigo mesmos, como com os outros. Ao pensarmos em família, devemos levar em consideração também a relação que a instituição familiar tem com o espaço público, bem como as relações que se estabelecem no âmbito privado (Carvalho & Mansano, 2017). A família, então, deve ser analisada de forma dialógica- entre o público e o privado. E esta análise não se detém a algo intrínseco ou extrínseco ao sujeito. Tudo está interligado.

Ainda, ao analisarmos a história e a maneira pela qual a família foi se constituindo ao longo do tempo, vemos que, constantemente, os problemas familiares são postos como problemas a serem resolvidos "entre quatro paredes" (Carvalho & Mansano, 2017). Desde um olhar repressivo à uma criança quando ela age de forma incorreta na frente

dos pais em um espaço público, seguido da fala: "quando chegarmos em casa, vamos conversar", até a noção de que "briga de marido e mulher não se mete a colher" são alguns exemplos de que "assuntos familiares devem ser tratados no ambiente doméstico". Ao nos depararmos com isso, vemos que o olhar do Outro, ou seja, o olhar do ambiente público, parece ser visto como uma ameaça ao ambiente doméstico. Ora, se os problemas, se alguns assuntos devem ser discutidos apenas "em casa", o que o "fora de casa" representa então? Seria uma certa "ameaça" para o seio familiar o ambiente público? Ou melhor, o olhar do Outro que se aloca no "fora de casa" afeta tanto assim? É tão invasivo assim? Que "mal" o Outro pode trazer à família?

Frente à estas questões, é possível pensar no movimento de fechamento que a família apresenta frente ao público, ao "fora de casa" (Carvalho & Mansano, 2017). Segundo Holanda (1936), esta entidade, assim como se construiu socialmente, caracteriza um princípio de autoridade pouco acessível às tensões que a abale ou a modifique. Nesse sentido, o quadro familiar se torna tão poderoso e exigente que, mesmo em sua ausência, os membros são afetados por esta organização. A família, dessa forma, representa "a ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens" (Holanda, 1936, p.80), que, no mundo ocidente, se pauta no modelo romancanônico tradicional.

Este modelo, sustentador da união familiar, produz enquadramentos relativos a uma normalidade de comportamentos e atribuições sociais esperados que são replicados e disseminados pelas instituições sociais (Carvalho & Mansano, 2017). Constitui-se um ideal de família que, caracterizado pela cisheteronormatividade, monogamia e composta, preferencialmente de pai, mãe e filhos, se configura também como uma solução para a "desestruturação familiar" identificada pelos conservadores.

Caminhando lado a lado com o "bem-estar" assegurado pelas outras instituições sociais, este modelo produziu e produz enquadramentos relativos a uma normalidade de comportamentos e atribuições sociais esperados que são replicados e disseminados pela entidade familiar. A Família, o Estado, a Escola e a Igreja, dessa forma, representam uma ordem, um mecanismo de regulação da organização social, que se contrapõe ao que se considera "errado" pela sociedade (Butler, 2015). Configurando os preceitos dicotômicos de "certo" e "errado" presentes no tecido social, os valores morais e a ética produzem sujeitos e imprimem, sobre eles, modos de ser e sentidos de família

considerados mais bem adequados e “corretos” em uma sociedade (Adorno, 2001; Perea, 2003).

Falar de família, portanto, é pensar sobre normas, modos de ser e atribuições esperadas por cada membro familiar. Ainda é preciso dizer que esta instituição possui uma valoração diversificada a depender da cultura e da sociedade em que estamos nos referindo. No caso do Brasil, talvez pela cultura majoritariamente dita religiosa, a família brasileira é vista como uma importante configuração almejada pelos brasileiros (Fonseca, 2005). Nesse sentido, ela se apresenta, por entre discursos políticos ou falas cotidianas, como uma entidade “sagrada” a ser defendida e aparenta ter a mesma “força” política de um Estado, pois, afinal, “com a ajuda de Deus, pela minha família e pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da nação toda, pelos meninos do MBL⁸, pelo Vem pra Rua, dizendo que Olavo⁹ tem razão, dizendo tchau para esta querida, e dizendo tchau ao PT, partindo das trevas, eu digo sim”¹⁰ (Feliciano, 2016).

Para além deste valor atribuído à família brasileira, Fonseca (2005) aponta que a depender também do poder aquisitivo da família, características diferentes são atribuídas. Assim, segundo a autora, nas classes cuja renda per capita é maior, se prevalece a família como linhagem, o patrimônio mantido, o que mantém entre elas um espírito corporativista. Nas camadas médias percebe-se uma prática de família nuclear, identificada com a modernidade. E, em famílias com baixa renda, o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua, a família em sua moradia, sendo essa o refúgio frente à sociedade (Fonseca, 2005).

No entanto, independente da classe e pelo modo como se é caracterizada a família, o Estado, a fim de assegurar os direitos civis, formula uma noção do que é ser família no território brasileiro. Assim sendo, o Código Civil Brasileiro de 2002 se destina a assegurar os direitos civis de todo e qualquer cidadão, salvaguardando, também, os direitos relativos à entidade familiar. Neste sentido, trago aqui uma discussão a respeito do Código Civil Brasileiro de 2002, para podermos dialogar

⁸ O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014.

⁹ Neste trecho, Feliciano faz inferência à Olavo de Carvalho, jornalista, filósofo brasileiro e um dos principais representantes do conservadorismo brasileiro

¹⁰ Utilizo aqui a fala de Marco Feliciano, pastor da Catedral do Avivamento e deputado federal brasileiro, que foi utilizada na votação do impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

sobre de que forma a estrutura social e o modo de funcionamento do Estado, bem como as leis vigentes se configuram como ferramentas sociais reguladoras que podem influenciar os pensamentos e as consciências dos sujeitos.

Como instâncias de controle do anormal, da desordem, da esquisitice, da excentricidade, do desnivelamento e da discrepância (Foucault, 2001) o Código Civil Brasileiro de 2002 promoveu diversas mudanças com relação ao antigo Código, datado em 1916 (Código Civil Brasileiro, 2002) e é composto de 2046 artigos divididos em duas partes (a Parte Geral e a Parte Especial). Nesse sentido, o código apresenta algumas atribuições sociais esperadas por uma família brasileira. No que tange ao Direito da Família, ao considerar a família como uma “comunhão plena de vida, com base na igualdade de direitos e deveres dos cônjuges” (Código Civil Brasileiro, 2002) e o casamento como um ato que “se realiza no momento em que o homem e a mulher se manifestam, perante o juiz, a sua vontade de estabelecer vínculo conjugal, e o juiz os declara casados” (Código Civil Brasileiro, 2002), o código deixa em aberto o asseguramento dos direitos dos possíveis outros arranjos familiares que não cumprem com a lógica heteronormativa e cisgênera, por mais que decretos foram elaborados à favor da união de casais homoafetivos, já que há um discurso do “tolerável” nas entrelinhas.

Debruçando-me mais ainda na interpretação dos escritos do código, é possível observar, no art. 1566, que a “ditadura” da monogamia é escancarada, ao colocar como deveres de ambos os cônjuges, a fidelidade recíproca. Além disso há uma valorização da religião pelo Código, pois ele equipara a religião com as leis estatais, considerando que ao atender às exigências da lei, o casamento religioso produz efeitos a partir da data da celebração e pode então ser equiparado com o casamento civil, desde que devidamente registrado (Art. 1515). Diante disso, cabem as questões: Quem são as vidas à margem da norma e como elas são afetadas por isso legalmente? Até que ponto somos construídos pelo Estado ou construímos nossas leis? Como problematizar esta normatividade relativa à família postas nos dizeres do Código Civil de 2002? Quais famílias não são incorporadas pela lei?

Meio a essas questões, recorro novamente aos estudos pós-estruturalistas e feministas para discorrer a respeito das implicações da hegemonia da normalidade. Entendemos, portanto, que é preciso causar a vida e devolver a morte (Foucault, 2001) àqueles que não cumprem com os requisitos constituintes das normas sociais. É preciso, portanto, problematizar acerca do pacto sexual-social que foi socialmente construído e disseminado por entre as instituições sociais que construíram

normas subjetivadoras onde o que se entende por verdade é enquadrado, fazendo com que a construção do “eu” social seja um fundamento para reflexões éticas e políticas.

Sobre essas reflexões éticas e políticas acerca da entidade familiar, que, como visto, pode ser encontrada nos códigos e leis que asseguram os direitos dos sujeitos, trago uma reflexão acerca do pacto sexual-social de Carole Pateman (1993). Uma vez considerado que a família se forma a partir de uma união conjugal ilustrada pelo casamento ou união estável (Código Civil Brasileiro, 2002), de preferência[8] por um homem e uma mulher, é possível pensar que a relação que se estabelece entre o casal é uma instância passível de problematizações. Nesse sentido, Pateman (1993) irá dizer que o casamento seria uma ilustração onde o pacto sexual-social pode ser visto.

Ampliando a noção de contrato social, a autora Pateman (1993) discorre que somos produtos de contratos sociais, de pacto sexuais-sociais, de códigos civis, de códigos éticos, de padrões de comportamento, de leis e de resoluções que diz respeito a uma história de sujeição, de uma dominação masculina e de uma sujeição feminina. Nesse sentido, este pacto, permeado socialmente, cria o direito político dos homens sobre as mulheres. Assim sendo, "contar a história do contrato sexual é mostrar como a diferença sexual, o que é ser “homem” ou “mulher”, e a construção da diferença sexual enquanto diferença política são essenciais para a sociedade civil" (Pateman, 1993, p. 34-35).

Esta importância dada à "diferença" política sexual, diz respeito a forma como a sociedade foi construída historicamente e culturalmente. A forma como o "feminino" e o "masculino" foram construídos. Assim, disseminada pela linguagem, a subordinação/submissão/sujeição feminina esteve e está presente no contrato sexual. Ainda, ela é constituinte da sociedade civil, podendo ser perpassado por intermédio do contrato de casamento, pelas leis e ou pelo contrato de trabalho (Pateman, 1993).

Diante desse quadro, uma vez que este contrato sexual se refere à um impedimento de expressão de singularidade (Chauí, 1982) e à uma relação de dominação/exploração, podemos pensar: De que forma esta relação entre dominador/dominado propaga/cria violências? Que tipos de violências estão presentes nessa relação? A este respeito, o sociólogo francês Pierre Bourdieu arquiteta a expressão "Violência Simbólica". Para o autor, em uma relação de dominação/exploração onde há a "dominação masculina", o dominador exerce a violência simbólica, impondo e reproduzindo a relação de poder-submissão, que afeta também

relações laborais e se baseia em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais (Bourdieu, 2007).

Percebemos, portanto, que, tanto a "diferença" sexual socialmente construída, como a relação de dominação masculina e sujeição feminina, são categorias/constructos que manejam um terreno fértil para o aparecimento de violências. Ainda, a genitália, o corpo, aqui se tornam instrumentos justificáveis para uma opressão/dominação. Ter uma vagina ou ter um pênis deveria ser uma justificativa para ser um corpo mais bem aceito e respeitado em uma sociedade? Até que ponto a ontologia do corpo é articulada com uma ontologia social? Quais preceitos, razões, sentidos beneficiam certos corpos em detrimento de outros?

Pensando sobre a família, como a relação de poder sexual se manifesta, por entre as quatro paredes, da tão respeitada e desejada família? Que atribuições sociais se espera por cada membro familiar? Como estas atribuições se relacionam com a "diferença sexual" socialmente construída? O não cumprimento das atribuições sociais esperadas de cada membro família, em especial, pela mulher[U2], seria uma justificativa para a ação violenta? Que ética e moralidade estão envolvidas na relação entre violências, sentidos de família e pacto-social-sexual? Frente a estas questões, este estudo pretende, a partir da análise das narrativas de homens autores de violência, que será apresentada à posteriori, fazer uma reflexão sobre como os sentidos de família, ética e moralidade podem ser identificados nas narrativas de homens autores de violência, bem como se tornam justificativas para a disseminação de violências contra mulheres.

6. GRUPOS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: ENTENDENDO O CAMPO DE PESQUISA

Mediante a problemática, abrangência e complexidade da violência contra mulheres, estratégias de enfrentamento deste fenômeno é parte da agenda nacional de diversos países. Como parte dessas estratégias, programas de atendimento a homens que cometeram violência contra mulheres e políticas públicas voltadas ao cuidado da vítima de violência são realizados. No caso do Brasil, em 7 de agosto de 2006, com a chamada Lei Maria da Penha que se configura como o principal instrumento jurídico de proteção e combate à violência contra mulheres, a modalidade de atendimento à homens autores de violência passou a ser prevista e incentivada (Beiras & Bronz, 2016). Nesta lei, especificamente, prevê-se a implementação de grupos de homens autores de violência, grupo este que os sujeitos desta pesquisa são participantes. Assim sendo, ressalto a importância de se apresentar uma revisão histórica e reflexiva sobre os grupos destinados aos homens autores de violência, com o intuito de aproximar a leitora ou o leitor ao contexto específico em que foram selecionados os participantes deste estudo. Este capítulo, portanto, divide-se em dois tópicos. O primeiro se refere ao entendimento da configuração do arranjo grupal, seja ele qual for. Já o segundo discorre a respeito de grupos de homens autores de violência.

6.1 GRUPO: QUE ARRANJO É ESSE?

Este capítulo é destinado para falar sobre grupos e, em especial, falar de grupos de homens autores de violência. Segundo Guattari & Rolnik (1986), o sujeito depende sempre de uma coletividade, e, parece que imbricados na condição humana, está nosso sentimento de pertencimento a grupos. Vivemos em grupos, somos constituídos por eles e, de certa forma, dependentes deles. Nesse sentido, grupos são utilizados também para fundos terapêuticos, pois um espaço grupal pode assumir posições, compartilhar experiências, fazer negociações e coproduzir sentidos, onde as práticas discursivas são construídas e circulam por ele (Spink, 2010).

Nesse sentido, um grupo não é uma somatória de sujeitos, é uma nova unidade, que possui leis e mecanismos próprios de funcionamento. É como uma melodia que não se resume apenas da "soma das notas musicais, mas, sim, da combinação e do arranjo entre elas" (Zimmerman, 1997, p. 29). Analisar um grupo exige uma postura ampla de tudo o que

ocorre na prática grupal. Assim sendo, a análise vai além do relato sobre os problemas de ajustamentos de papéis existentes. Seu objetivo se revela não por tentar desvendar a verdade estática que existe pela sintomatologia, mas tem como intuito realizar condições favoráveis a um modo particular de interpretação.

Ao falarmos de grupo com cunho terapêutico ou reflexivo falamos de "escuta aguçada" e "fala treinada". Os coordenadores de um grupo, nesse sentido, devem se livrar de qualquer preconceito psicológico, sociológico ou pedagógico, abrindo espaço para que haja a (re)negociação de sentidos para a constante construção e transformação social por intermédio da prática grupal e da linguagem (Spink, 2010).

Apesar de salientado que a escuta e a fala devem promover negociação de sentidos para o objetivo daquele grupo em específico, não há, segundo Spink (2014), uma receita a ser seguida para se coordenar e para se fazer grupos. Porém, é possível destacar alguns aspectos e características grupais que devem ser levados em consideração, a saber: a) a composição dos grupos; b) o número de participantes dos grupos; c) o número de encontros grupais; d) a coordenação; e) as ações, as falas e as intervenções dos coordenadores; f) os aspectos éticos; g) a forma de registro das informações; h) a observação das dinâmicas grupais; i) a importância de se registrar o encontro e as impressões dos coordenadores e dos colaboradores. Partindo do exposto, portanto, é possível concluir que um grupo deve ser pensado como uma construção social (Rasera & Japur, 2007). Isso implica dizer que é importante que o processo grupal seja reconhecido como um processo aberto de construção e negociação do "como" fazer esse grupo e não "para que" fazer o grupo, "quem" convidar para esse grupo e "o que" tratar nesse espaço. Baseando-se nestes apontamentos e considerando a importância da dinâmica grupal, cabe agora discorrer a respeito do grupo reflexivo de homens autores de violência.

6.2 GRUPO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: MAPEANDO ESTE DESAFIO

“Por que analisar, refletir e problematizar o homem autor de violência? Porque ele representa, na sua dimensão física e simbólica, a outra ponta da mesma equação, o outro ator na dinâmica das relações de gênero, o outro contendor do campo de batalha da violência doméstica (...)”
Jacqueline Pitanguy (2017)

Com este trecho de fala retirado do livro “Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro” de Beiras & Nascimento (2017), inicio este tópico, a fim de discorrer a respeito dos grupos de homens autores de violência. Frente à inquietação que a fala de Pitanguy (2017) me traz, exponho aqui sobre os desafios, problematizações, dimensões e atravessamentos que este tipo de atendimento mobiliza na esfera social. Em primeiro lugar, atento-me que Pitanguy (2017) inicia o trecho com uma pergunta. Pergunta essa que fora feita à mim, em diferentes ocasiões, quando relatava que, no estudo que estava realizando no mestrado, trabalhava com homens autores de violência (HAV). Neste processo, escutei vários comentários como: “Mas você é mulher, por que não trabalha mulheres? São elas que sofrem!”; “Sério que vai trabalhar os homens? Aqueles que violentaram? Que horror!”; “Cuidado com isso, Ana... ”; “Vai ser violentada igual as mulheres lá... ” e etc.

Confesso que estas pontuações me fizeram questionar a respeito do objeto de estudo desta pesquisa, visto que fui induzida a “temer” um homem autor de violência. Confesso também que o processo de campo foi minucioso e tiveram reverberações que, talvez, se a configuração fosse distinta, se, por exemplo, um homem fosse pesquisador, provavelmente alguns cuidados não seriam tão “necessários”. No entanto, compreendendo que os fenômenos são construídos por relações e “o relacionamento antecede tudo que é inteligível” (Gergen, 1999, p. 48), para se analisar e intervir no processo que constrói o fenômeno, é necessário um olhar ampliado que se atente à todos os pilares, pessoas e atravessamentos que o formam. Neste sentido, o trabalho com homens autores de violência se faz justificável e importante para a desconstrução

de padrões que sustentam tramas narrativas que naturalizam e auxiliam a permanência da violência contra as mulheres em nossa sociedade.

Explicitada esta introdução, saliento à leitora ou ao leitor que a razão da existência deste capítulo se justifica em prol do fato de que os participantes entrevistados neste estudo de mestrado são participantes de um grupo reflexivo para homens autores de violência em uma cidade do Sul do Brasil. Neste sentido, fez-se necessário discorrer aqui sobre o que são estes grupos, seus objetivos, que política pública que o legitima no Brasil, suas repercussões e limitações. A respeito do grupo específico que tive contato, ele será melhor apresentado na parte da metodologia e aqui trago uma apresentação geral destes grupos, bem como articulo com os ensinamentos teóricos que adquiri na imersão de campo em Santiago do Chile¹¹.

De antemão, portanto, para iniciar este capítulo atendo-me à expressão “homem autor de violência”. Aqui, parece existir uma etiqueta social: além de ser considerado um homem, este sujeito é também um autor de violência. Para adquirir tal carimbo, este homem, portanto, foi denunciado por um ato cometido contra, especificamente, uma mulher. Uma vez denunciado o ato de violência, no Brasil, abre-se um processo jurídico para a medida protetiva amparada pela Lei 11.340/2006. Essa lei, mais conhecida como Lei Maria da Penha, define e criminaliza abusos inaceitáveis e brutalidades desumanas praticadas no ambiente familiar e doméstico contra mulheres.

A respeito desta Lei, aponto que este instrumento jurídico, apesar de ainda ser passível de problematizações e questionamentos, corresponde a uma boa medida para o movimento internacional de ampliação da defesa dos direitos humanos. Acrescento também que não existe dúvida de que este respaldo judicial pode ser considerado uma vitória dos movimentos feministas que tanto lutaram e lutam para que haja uma igualdade de direitos aos diferentes segmentos e situações sociais.

Concordando com Rifiotis (2004), apenas a existência desta lei na agenda nacional brasileira não altera os costumes e as regras moldadas socialmente e culturalmente pelos sujeitos. Um bom exemplo disso foi o caso do juiz Colombelli que, em 2008, negou 60 medidas protetivas da Lei Maria da Penha por considerar que homens e mulheres possuem, de

¹¹ Buscando aprofundar meus conhecimentos teóricos, fiz uma imersão de campo em Santiago do Chile, em dezembro de 2017. Nesta, para além das atividades teóricas realizadas com a prof^a Margarita Iglesias Saldana, na Universidad de Chile, fiz uma visita ao Centro

acordo com o artigo 5º da Constituição Federal direitos iguais. Nas palavras de Colombelli, a lei viola os postulados da Constituição e nas palavras dele:

a melhor forma de a mulher se proteger é não escolher homem bagaceiro e pudim de cachaça, pedindo separação ou divórcio, quando preciso, e não perpetuando uma situação insustentável¹²(Colombelli, 2008).

Ainda sobre este instrumento jurídico, também postulados na Lei 11.340/2006, os serviços de responsabilização ou grupos de (re)educação para homens autores de violência são previstos nos artigos 35 e 45. Assim, o sujeito desta pesquisa se define a partir do momento em que é criminalizado e responsabilizado, legalmente, por cometer um ato violento contra a mulher e, após isso, é encaminhado ou indicado para participar de um grupo reflexivo que prevê trabalhar com os valores que envolvem a construção e desconstrução da subjetividade masculina e como esta (des)construção se implica nas relações de gênero e na bioética das relações pessoais (Lima, Buchele & Clímaco, 2008).

Sobre o trabalho com homens, quando nos atentamos à história, percebemos que, ao longo das últimas décadas, houve uma preocupação em incluir o trabalho com homens e meninos na promoção da equidade e igualdade de gênero (Flood, 2011). Estes esforços partem da premissa de que as relações de gênero moldam estereótipos, modos de vida, injustiças e patologizações de corpos, movimentos estes que requerem um trabalho minucioso de discussão, debate e problematizações em prol da desconstrução de paradigmas e dicotomias que sustentam a violência contra as mulheres (Beiras & Bronz, 2016). Neste sentido, Beiras & Bronz (2016) apontam que o trabalho de grupos de homens autores de violência é uma ação se faz eficaz, pois, assim, as compreensões acerca das relações de gênero, bem como dos processos sociais que mantêm ou culminam na violência contra mulheres podem ser melhores entendidos.

A respeito dos atendimentos voltados à HAV, ainda que esteja aumentando em vários contextos culturais, este incremento pode ser considerado muito reduzido quando pensamos no território brasileiro. Isso, segundo Beiras (2014), se refere ao fato de que as propostas de serviços se apresentam instáveis em ordem política e/ou legislativa. Dessa

¹² Trecho retirado da reportagem que pode ser acessada pelo link: < <http://www.correiodopovo.com.br/jornal/A113/N300/html/07LEI9MA.htm> >

forma, é visto que muitos programas se iniciam, porém não conseguem dar continuidade ao trabalho, devido à falta de uma política específica e de recursos financeiros (Beiras, 2014).

Retomando a Lei que precoriza o atendimento à HAV, pergunto: a não especificidade e não existência de uma legislação específica que regulamenta e dá ordem para que sejam feitos atendimentos à HAV evidencia quais pensamentos acerca do HAV? Estes aspectos alimentam a compreensão de que o HAV é o culpado da situação e estimula a manutenção e promoção de violências? Quais outras problematizações podemos fazer a respeito desse paradigma?

Recorrendo à Fassin (2014) e ao entendimento de que um corpo em sofrimento dá mais legitimidade que um corpo ameaçado, ainda questiono: como os sentidos atribuídos ao homem autor de violência pode fazer com que estigmas e compreensões sustentem a violência contra as mulheres? O trabalho com esta “especificidade” de homem é visto de que maneira pela a esfera social? Será que a Lei em si mantém a dicotomia de “vítima” e “agressor”?

A respeito das noções de “vítima” e “agressor”, Ribeiro (2004) discorre que elas devem ser entendidas como lugares que não são fixos e cristalizantes, já que cada envolvido na situação pode promover ações que sustentam o sistema da dinâmica da violência, o que faz com que, no desenrolar deste processo se misturem posturas, ações, sentimentos e emoções (Ribeiro, 2004). Dessa forma, ressalta-se também que ao abordar o tema da violência contra mulheres, é necessário que haja uma proposta de abordagem e de responsabilidade relacional que permita a compreensão de um contexto para além do foco nas experiências da mulher em suas questões pessoais (Timm, Pereira & Gontijo, 2011).

Entende-se, então, que para se enfrentar a violência contra as mulheres, o trabalho em conjunto com quem comete a violência e quem a sofre deve ser realizado. Ainda, uma vez que a violência se remete a uma violação de direitos e isso pode culminar em processos no âmbito jurídico, o discurso jurídico deve também ser analisado para compreender de que forma eles podem auxiliar no combate ou na manutenção da violência contra as mulheres.

Diante desse quadro, cabe aqui parênteses no que se refere à funcionalidade estatal. O Estado, assim como se moldou e se consolidou em nossa sociedade, supostamente representa a legitimidade dos valores morais e princípios éticos de uma sociedade. Espera-se que, por intermédio de leis, códigos, ações e iniciativas o “bem-estar” subjetivo, assistencial e jurídico sejam assegurados. Neste sentido, tem-se que o processo de subjetivação dos sujeitos perante à regulagem estatal se dá

em paradoxo: é um “jogo” socialmente e culturalmente construído ao mesmo tempo que “preserva” os direitos e dissemina violências sobre estes corpos (Foucault, 2001).

Isso se faz compreensível na medida em que entendemos que o poder jurídico e legislativo operam em nós atribuições de normalidade. Atribuições estas que, em muitas ocasiões, se diferem dos desejos e afetos dos sujeitos. Além disso, ao considerar comportamentos, modos de vida e sujeitos como “normais”, o que foge às regras é tido como “anormal”, irregular, esquisito, excêntrico. Há então, um desnível: aos “normais” privilégios e vantagens lhe são oferecidos. Aos “anormais” lhe são impostas sanções ou outras condições que negam a apropriação da produção material, cultural e social, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto, causando sofrimento ético-político (Sawaia, 2009).

Sobre este pensamento, Zaffaroni (2007), cita que a sociedade e a cultura jurídica parecem distinguir os “cidadãos”, dos “inimigos”. Englobando estereótipos de criminosos, tornando-se alvo de detecção pelas agências de controle ou ocupando alguma posição de invulnerabilidade ao sistema, os inimigos são aqueles que são selecionados a serem condenados, justificado pelo uso indiscriminado do poder punitivo para reforçar o cumprimento de certas obrigações públicas. Ainda, este processo pode sustentar também uma cultura jurídica que culmina em um processo de conformação das orientações axiológicas e práticas diante do direito que se baseia em uma normatividade que funciona em paradoxo: por ora garante direitos, por ora não os assegura àqueles considerados inimigos do sistema.

Ainda pensando sobre esse binarismo, percebe-se que nos artigos, códigos e leis existem condutas adequadas e aquilo que não se adequa ao esperado, é condenável pelo Código Penal. Prevê-se que com isso haja o bem-estar comum a todo e qualquer cidadão e este movimento se caracteriza como normativo e trabalha com categorias já existentes previamente, operando sobre corpos e sujeitos um saber sobre suas condutas (Quaglia Cerruti & Rosa, 2008). Mediante esta explicação, pergunto: até que ponto o Estado, implementado para legitimar a “vontade geral do povo” consegue assegurar os direitos de todo e qualquer sujeito? De que forma o Estado, como agente político de construção social, dissemina dizeres que sustenta a violência contra mulheres ou cristaliza noções binárias de “vítima” e “agressor”?

Pensando sobre isso, no que se refere à lei Maria da Penha, compreendo que tal lei dá atenção à temática da violência de homens contra mulheres e suporte para que verdades, opiniões públicas e práticas

institucionais e sociais sejam melhor problematizadas. No entanto e segundo Beiras & Bronz (2016), esta legislação, uma vez enquadrada em uma sociedade heterocentrista e patriarcal, apresenta contradições que se alinham à um discurso dicotômico e linear que sustenta posicionamentos fixos e heterocentrados, contribuindo para construção e permanência de um estereótipo e antinomia homem-maltratador versus vítima-mulher.

Faço uma ressalva que, mesmo reconhecendo a necessidade de responsabilização do ato de violência, também enfatizo que o entendimento sobre a violência contra as mulheres deve ser moldado a partir de perspectiva ampla que considera os contextos conversacionais e relacionais que sustentam os lugares de “vítima” e “agressor” (Timm, Pereira & Gontijo, 2011). Ainda, mediante essa colocação, questiono: como perceber o homem autor de violência? Como um criminoso? Como um ser que precisa de tratamento? Como alguém que “não tem solução”? Seriam estas as concepções que trariam base para o enfrentamento da violência contra as mulheres na nossa sociedade?

Frente a estas perguntas, reafirmo que se atentar às posições da “gangorra” da violência contra as mulheres seja importante. Não cabe aos estudiosos, profissionais e sociedade civil de modo em geral culpabilizar nenhuma das posições. Ambas, de algum modo e, por certo, de maneiras distintas e desvantajosas, auxiliam para que haja uma manutenção da violência, promovendo ações e desdobramentos que justificam e sustentam a ação.

É evidente também que, construídos socialmente e culturalmente, as tramas narrativas, relacionais e de sentidos que envolvem a “categoria mulher”, as colocam em uma posição um tanto quanto desvantajosa frente à “categoria homem”, mantendo uma lógica dicotômica sexual desigual (Butler, 2004; Beiras & Cantera, 2012 & Scott, 1990). No entanto, apegar-se à noção de que a mulher é a “vítima” e o homem o “agressor” não contribui em nada para que este padrão relacional consiga moldar estratégias eficazes de enfrentamento do fenômeno. Ouso dizer que, talvez, este movimento de taxação de quadrantes comportamentais e personificados pode (re) produzir ainda mais a violência contra as mulheres.

Reconheço e reafirmo, dessa maneira, que o trabalho com o homem autor de violência é relevante e que ainda há muito o que avançar e a se pensar sobre a modelagem, focos e diretrizes desta especialidade de trabalho. No que tange às leis brasileiras que se referem à este tipo de trabalho, percebe-se que elas apresentam muitas lacunas a serem preenchidas sobre este assunto. Tal como já posto, a Lei Maria da Penha prevê o trabalho com HAV. Ao prever, ela não estabelece um

delineamento, uma metodologia e nem recomenda diretrizes para a confecção do atendimento à HAV. Isso, por sua vez, dá espaço para que tensões, questões e problematizações surjam neste contexto, bem como revelam a necessidade de avanços sobre esta temática (Beiras & Nascimento, 2017).

No entanto, ainda que seja possível identificar desafios com respeito a implementação desta modalidade de atendimento, é observado que o trabalho com os HAV, quando implementado, tem demonstrado resultados relevantes para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Baseado na compreensão de que o sujeito pode reconhecer e responsabilizar-se pela violência que cometeu e procurar novas formas de agir (Toneli & colaboradores, 2010), o atendimento a homens autores de violência se configura como uma alternativa para a contenção, prevenção e (re)negociação de sentidos e valores que envolvem a construção e desconstrução da subjetividade masculina e sustentam a violência desempenhada por homens (Beiras & Cantera, 2012; Lima, Buchele & Clímaco, 2008).

Nesse sentido, várias são as formas de se fazer grupos reflexivos para homens autores de violência e, apesar da diferença em como intervir, o principal objetivo desses grupos é fazer com que os participantes deixem de utilizar a violência física ou emocional como método de exercício de poder na família. Além deste objetivo principal,

outros são almejados, a saber: revisão de condutas, estereótipos e atribuições de gênero, revisão de racionalizações utilizadas para justificar qualquer conduta violenta, controle dos impulsos, revisão de aspectos da história individual de cada membro, treinamento de novas habilidades sociais, diminuição do isolamento social e aumento da autoestima (Beiras, 2009, p.135).

Dessa forma, o trabalho grupal com homens autores de violência visa também a reconstrução de significados referentes às atribuições de gênero e se torna um espaço de trocas de sentimentos, experiências e reflexões (Beiras, 2009). Promovendo isto, este tipo de grupo faz com que seja (re)pensadas algumas “verdades” com relação a violência contra as mulheres, desmistificando as posições sociais atribuídas aos homens e às mulheres e garantindo o caráter proativo dos seres humanos na construção de significados e da realidade intersubjetiva (Geldschlager, H, Ginés, O.,

Ponce, A, 2011). Além disso, a atuação conjunta tanto com homens como com mulheres, sugere articular com os pilares estruturantes que afetam este problema, com o intuito de eliminar os desvios de ordem sexistas que nelas estão inseridos (Rampage & Avis, 1998).

Diante desse quadro, Antezana (2012) descreve diferentes modelos ou enfoques de intervenção com homens em situação de violência intrafamiliar e de gênero: a) o modelo psicopatológico; b) o enfoque psicoeducativo pró-feminista; c) o enfoque cognitivo-comportamental; d) o enfoque construtivista-narrativista com perspectiva de gênero.

No primeiro enfoque há o entendimento de que os homens que promovem violência possuem alguma patologia, seja ela ocasionada por fatores históricos ou biológicos. O segundo enfoque diz respeito à compreensão de que a violência pode ser entendida a partir de uma leitura feminista sobre gênero, baseando-se nos pressupostos teóricos de Paulo Freire e a conceituação de dominação masculina. O terceiro enfoque se assemelha ao primeiro enfoque, pois considera que a violência é inerente aos sujeitos, sendo resultado de uma forma equivocada de “pensar”. Por fim, o último enfoque entende que a violência exercida por homens contra mulheres é resultante de um contexto cultural que estabelece relações violentas.

Cabe ressaltar também que o atendimento com homens autores de violência possui características distintas, já que muitas das vezes eles são encaminhados ou indicados a participar do grupo, o que, comumente tornam os participantes mais resistentes às propostas do grupo (Beiras, 2008). Nesse sentido, no livro intitulado *Sin golpes*, David Wexler (2007) aponta, didaticamente, conselhos clínicos para os atendimentos com homens autores de violência. De acordo com este autor, existem doze pontos chaves para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, portanto, é necessário que o facilitador do grupo tenha respeito pelas histórias contadas pelos participantes e, por mais que se sintam incomodados com o que é dito, é preciso que eles considerem com seriedade as falas dos participantes e que reconheça, também, a impotência sentida pelos homens autores de violência, por mais que o domínio e o controle sejam temas centrais na constituição de homens autores de agressão.

Com relação ao conteúdo das narrativas dos participantes, Wexler (2007) salienta que, frequentemente, os homens atacam verbalmente a mulher e o sistema e para trabalhar com isso, os facilitadores devem confrontar as falas apresentando outras perspectivas de analisar a queixa apresentada. No que tange às técnicas utilizadas, o

autor aponta que a estratégia clínica *pacing and leading* (marcando o passo e guiando) que se pauta na técnica do espelho é eficaz. Esta estratégia significa refletir, juntamente com o homem, sobre o nosso entendimento de sua experiência, para compreender melhor a experiência da outra pessoa.

Por fim, Wexler (2007) aponta que é preciso que os cofacilitadores sejam compostos por homens e por mulheres para que a política de gênero seja produzida de forma distinta e leva em consideração que a divulgação de experiências dos terapeutas pode ser uma boa ferramenta para dialogar com os participantes e que também é preciso que os terapeutas estejam preparados para a resistência inicial dos membros do grupo, já que muitos chegam reativos e resistentes.

Percebe-se, a partir destas colocações acima, que a transversalidade da perspectiva de gênero é uma estratégia para o enfrentamento da violência contra mulheres. Isso se faz condizente, pois, segundo a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (M.S, 2004), condutas hegemônicas de masculinidade e feminilidade são consideradas produtoras de sofrimento, adoecimento e morte. Tem-se, neste sentido, que desmistificar e (re)construir novas condutas se tornam estratégias e instrumentos para o combate da violência de homens contra mulheres. Além disso, compreende-se que, ainda que culturas e sociedades possuem modos de se organizar distintos, o gênero se caracteriza como um instrumento de organização social que performatiza corpos, molda condutas, atribui comportamentos e ações à sujeitos (Butler, 2004; Scott, 1990). Diante desse quadro, podemos pensar que a partir do trabalho com homens e mulheres visando a problematização e historicização de como o gênero se moldou socialmente e culturalmente novas formas de organização social podem ser lapidadas.

De acordo com Heise (1994), pesquisas etnográficas realizadas apontam que novas maneiras de se organizar socialmente e culturalmente foram possíveis e nessas sociedades a violência de gênero não existia. Isso, por sua vez, dá um suporte ainda maior para a teoria de que é possível que haja uma remodelagem de sentidos, comportamentos e ações em prol da diminuição da violência contra as mulheres.

Com este objetivo, o Instituto Noos, no Brasil, pode ser citado como um exemplo de mobilização para a inclusão dos homens no enfrentamento da violência contra as mulheres. Participante da Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), da Campanha Brasileira do Laço Branco e, posteriormente, da MenEngage Alliance, a atuação do Noos pode ser bem vista como uma valiosa contribuição para o enfrentamento deste tipo de violência, desde a década de 1990.

Considerando que esta modalidade de trabalho envolve processos tanto internos como externos em várias instâncias, os autores Bronz & Beiras (2016), no livro intitulado “Metodologia de Grupos Reflexivos” apresentam um passo a passo descritivo sobre uma abordagem proposta de grupos para homens autores de violência. Em primeiro lugar, aponto aqui a necessidade de localizar a expressão e preferência de uso do termo “grupo reflexivo” e não o uso dos termos “reeducativo” ou “de reabilitação” por estes autores e esta metodologia proposta.

O adjetivo “reflexivo”, então, sugere uma ideia dialógica, de (re)negociação de sentidos. Por esta linha de raciocínio e por acreditar que existe uma correlação direta entre a forma pela qual falamos das coisas e a forma como agimos em relação a elas, a descrição de algo muito tem a ver com ao modo como agimos e pensamos sobre este. A ideia de “reflexão”, assim, se alinha mais ao tipo de metodologia construcionista destacada por estes autores e por essa metodologia de grupos, na medida que compreende que os grupos para homens autores de violência não devem atuar de forma impositiva, catequizante ou punitiva que os termos “reeducativo/educativo” e “reabilitação” sugerem.

O enfoque aqui não é “educar”, partindo da premissa que o homem está “mal-educado”, nem de “reabilitá-lo”, como se o homem estivesse doente ou com distúrbios de conduta, mas sim, dialogar com os sentidos e pensamentos que fizeram com que o homem fosse construído a pensar e agir de uma forma violenta. Esta ação, por sua vez, parece ser mais efetiva para o processo de transformação dos pilares que sustentam a violência contra as mulheres, já que auxilia para que novas formas de se pensar e de se viver sejam moldadas.

Desta forma e esperando que os grupos reflexivos possam abrir construções de relações de gênero mais equitativas para que novos modos de vida sejam construídos, Bronz & Beiras (2016) defendem a metodologia de grupos composta por três etapas: a) constituição do grupo; b) realização dos encontros reflexivos; c) avaliação do trabalho.

Na primeira etapa, sugere-se que os facilitadores do grupo adotem uma postura reflexiva. Baseando-se na abordagem do psicólogo Tom Andersen, a postura reflexiva se pauta na tríade: escutar, avaliar o impacto social de terceiros e compartilhar esta avaliação. Além disso, espera-se que os facilitadores “disparem” conversas, façam a síntese dos encontros e perguntas. Ainda, cabe ressaltar que a presença de mais de um facilitador é interessante, pois um grupo, ao ter muitas informações compartilhadas, necessita de mais olhares para que nenhum detalhe seja perdido (Bronz & Beiras, 2016).

A respeito da segunda etapa proposta pela metodologia destrinchada no livro de Bronz & Beiras (2016), tem-se que, em primeiro lugar, para se realizar o grupo, dá-se preferência para grupos fechados em detrimento de grupos abertos, visto que a mesma composição grupal pode fortalecer o grupo enquanto uma unidade dinâmica de trocas. Um grupo aberto, que permite a entrada de outros membros ao longo do processo, pode criar inquietações, que podem dificultar o andamento dos objetivos daquele grupo em específico.

Os autores também ressaltam, nesta etapa, a importância de realização das entrevistas para que o participante possa avaliar os objetivos e propostas do grupo, alinhar seus horários e dias para participação e que tenha um primeiro contato com o processo, para maior vinculação ao trabalho. Considerando a dificuldade em manejar horários, sugere-se que o encontro ocorra uma vez na semana ou quinzenalmente e que dure, em média duas ou três horas. Este tempo se justifica pelo fato de que, em menos que duas horas, os participantes não teriam tempo hábil para se colocarem e promoverem discussões e, um grupo que dure mais de três horas pode se tornar uma atividade cansativa (Bronz & Beiras, 2016).

Ainda sobre o processo de constituição dos grupos, Bronz & Beiras (2016) sugerem “a agenda do grupo”. Este instrumento, por sua vez, refere-se a um estabelecimento de um repertório de temas de interesse do grupo, para que os encontros sejam e seus debates sejam (co)construídos.

Por fim, na última etapa, a de avaliação, os autores propõem uma combinação que mescla a abordagem qualitativa e quantitativa. No âmbito da abordagem quantitativa, questionários são utilizados, tanto na entrevista inicial, como no decorrer do processo grupal. No âmbito qualitativo, um grupo focal é destinado para a troca de informações a respeito da avaliação do grupo. Já sobre os aspectos teóricos que sustentam esta metodologia, tem-se o construcionismo social, o diálogo com os estudos de gênero e teorias feministas, a visão sistêmica, ecológica e complexa e a educação popular de Paulo Freire (Bronz & Beiras, 2016).

No que se refere aos aportes teóricos, Toneli, Lago, Beiras & Clímaco (2010) identificaram uma grande variedade: terapia familiar sistêmica, construcionismo social, psicanálise lacaniana, perspectiva de gênero, perspectiva feminista, processo de meditação, *process work*, modelo terapêutico, ecológico multidimensional, masculinidades, dentre outros. É no âmbito da avaliação em que os autores do mapeamento encontraram as maiores “carências” dos programas. Sobre estas

“carências” apontadas pelos programas, Toneli, Lago, Beiras & Clímaco (2010) destacaram que uma série de desafios foram possíveis de serem diagnosticados. Dentre eles, a ausência de recursos financeiros, dificuldades na divulgação dos programas, no acesso de infraestrutura adequada para a realização do trabalho, desinteresse dos participantes de mudar as formas de estar no mundo, ressentimento com relação ao Estado acerca do trabalho, abandono recorrente dos usuários, a falta de reconhecimento do serviço oferecido foram algumas das principais dificuldades encontradas.

Outro estudo que também merece destaque aqui foi o de Toneli, Beiras & Ried (2017) que demonstrou, além do mapeamento dos programas de atendimento a homens que cometeram violência contra mulheres na América Latina (Brasil, Argentina, Peru, México, Nicarágua e Honduras), os programas de atendimento em Portugal. No que se refere à Portugal, percebe-se que este país possui uma aproximação com o Brasil no que se refere à este tema: em ambos os países, embora haja legislações que prevejam o atendimento com homens autores de violência (Lei Maria da Penha no Brasil e V Plano de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2013) em Portugal), as políticas públicas privilegiam principalmente o atendimento a mulheres vítimas de violência (Toneli, Lago, Beiras & Clímaco, 2010). Já com relação aos programas voltados ao atendimento de HAV em si, obteve-se que há uma predominância das intervenções individuais na terra de Pedro Álvares Cabral (Toneli, Lago, Beiras & Clímaco, 2010).

No caso do Chile, a política é um pouco diferente das demais. Ali, há um ministério (Ministerio de la Mujer y la Equidad de Género) e um serviço (Servicio Nacional de la Mujer, (Sernam) específicos para questões relativas à violência contra mulheres. Neste contexto, o atendimento à homens autores de violência é obrigatório e funciona como os Centros de Referência em Assistência Social no Brasil: os serviços são oferecidos a depender da quantidade de habitantes dos municípios e é uma política pública de seguridade social, logo, possui protocolos e diretrizes específicos de atendimento, além de recursos financeiros para a sua realização¹³.

Sobre a dinâmica funcional deste serviço, os grupos chilenos funcionam da seguinte maneira: facilitadores compostos de um homem e uma mulher, sendo que devem ser um assistente social e um psicólogo.

13 Informações possíveis de serem acessadas no link:
<http://www.minmujeryeg.cl/contra-la-violencia-te-apoyamos/hepva/>

Aqui, a profissão não é limitada ao sexo, mas, de acordo com a política, é necessário a presença de um profissional do serviço social e outro da psicologia.

Para acesso ao serviço, há três formas: por demanda espontânea, pelo sistema judicial e por encaminhamentos. De acordo com os profissionais entrevistados do centro de reeducação de homens que exercem violência de pareja (HEPVA) de Santiago do Chile¹⁴, os homens acessam o serviço mais por demanda espontânea e pelo sistema judicial. Estes grupos possuem o respaldo teórico freiriano e possuem um modelo específico de realização: os homens participantes, inicialmente, passam por uma entrevista, na que lhe são aplicados instrumentos de avaliação de risco para moldar seu “perfil psicológico” em quatro sessões.

Uma vez sendo “aceito” e não detectado nenhum distúrbio mental pelos testes, o homem é encaminhado a participar do primeiro nível de grupo. Neste primeiro nível, baseando-se no modelo educativo de Paulo Freire, os profissionais abordam temas específicos, como abuso sexual e abuso físico, temas estes já previstos nas diretrizes da política nacional. Após este primeiro momento, há o grupo de segundo nível, que tem um cunho mais terapêutico e trabalha as emoções dos participantes. Sobre as dificuldades de atendimento sinalizadas pelos profissionais, o preconceito ao redor do estigma do “homem autor de violência” e do serviço em si foi considerada por eles a mais problemática.

Refletindo sobre este serviço, constatei que o fato de serem destinados recursos governamentais para este tipo de serviço e ele fazer parte da agenda nacional de um ministério, são fatos que auxiliam para que o serviço não acabe por falta de respaldo financeiro. Na cidade que foram feitas as entrevistas, há também um respaldo por uma Lei Municipal que garante subsídios financeiros para os grupos, por isso eles ainda permanecem com o serviço. Além disso, por mais que haja ainda muito preconceito a respeito deste serviço, o fato dele estar inserido neste âmbito político, faz com que ele adquira um “status” jurídico que pode culminar, mesmo que lentamente, em novos pensamentos a respeito do tema. Mesmo que essa moldagem não ocorra, a colocação do serviço nas

¹⁴ Visando aprofundar mais sobre o tema da violência contra as mulheres, paralelamente, inseri-me em outro projeto de pesquisa coordenado por meu orientador. Neste, e aproveitando minha imersão de campo teórico em Santiago do Chile, entrevistei profissionais da rede de proteção à mulher, mais especificamente, profissionais que trabalham com o serviço para homens autores de violência.

políticas públicas, promove, por si só, a colocação do atendimento à homens autores de violência em debate.

Em estudo realizado por Beiras (2014) que tinha como intuito promover um mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro, o autor constatou também que o respaldo jurídico também pode ser considerado um marco que impulsionou novos projetos de atuação, como os com homens autores de violência. Analisando este ponto, ainda que o Estado e suas ações possam ser questionadas por, por vezes, promoverem mais violência e disseminarem práticas discursivas que objetivam a normalização de corpos e sujeitos que pode ocasionar sofrimentos ético-políticos (Sawaia, 2009; Butler, 2004, Spink, 2010), observa-se que, após a promulgação da Lei Maria da Penha, diversas intervenções com o objetivo de enfrentar a violência contra as mulheres, passaram a ser implementadas ao redor do Brasil (Beiras, 2014).

Dos 19 programas analisados, por Beiras (2014), a maioria são oriundos de instituições de caráter governamental ou derivadas de serviços psicossociais dentro do sistema judiciário. Apenas alguns pertenciam a organizações não governamentais (ONGs), sob respaldo financeiro de projetos do governo os financiamentos internacionais. Sobre os objetivos da intervenção, os grupos reflexivos são os “preferidos” encontrados pelo mapeamento, buscando cessar conflitos e promover a responsabilização dos atos violentos, bem como refletir sobre a identidade masculina e construção de masculinidades (Beiras, 2014).

No que se refere às metodologias utilizadas, elas são variadas e, de maneira geral, os encontros são realizados semanalmente, sob formato de dinâmicas e exposições explicativas. Dos 25 programas, apenas um é realizado em formato misto, com homens e mulheres como facilitadores. Sobre as dificuldades apontadas, os profissionais entrevistados por Beiras (2014) apontaram que as mudanças de gestão pública, como também o déficit no sincronismo institucional do serviço e de políticas públicas federais, tornam-se os principais entraves para a continuidade do serviço.

Assim, partindo dessa apresentação dos serviços e analisando os postulados teóricos, metodológicos de cada um, pergunto: quais princípios deveria orientar as ações e o trabalho com homens autores de violência? Pensando sobre esta pergunta e sobre a necessidade do trabalho com homens para o enfrentamento da violência contra a mulher, retomo que alguns temas devem ser considerados “temas-chaves” para este trabalho.

Seguindo esta linha de raciocínio, noções de “certo” e “errado” no que se refere aos comportamentos femininos ou masculinos devem ser

colocadas em pauta na dinâmica grupal de homens autores de violência. Isto se justifica, pois, no caso da mulher, haja vista que a ela se atribui certo modo de vida considerado correto a ser desempenhado, uma vez que se identifica uma fuga à este padrão esperado, violências e sanções podem ocorrer. Em especial e também considerando que a maior parte das violências ocorrem dentro das próprias casas das vítimas pelos seus parceiros (Ministério da Justiça e Cidadania, 2010), aspectos relacionados à família e os valores éticos e morais que lapidam esta entidade também devem ser abordados por estes grupos. Neste sentido, aqui aponto a importância social e científica do objetivo principal desta pesquisa de mestrado.

Por fim, haja vista a importância destes grupos, é possível pensar que um preparo e treinamento dos profissionais que são destinados à realização desta atividade, pois a falta de preparo, bem como a ausência de conhecimento de temas tão importantes como o estudo acerca do gênero, por exemplo, pode fazer com que o grupo perca sua eficácia e continue propagando os mesmos pensamentos que sustentam a violência contra as mulheres.

Também, analisando os modelos de atendimento, considero que a postura construcionista e dialógica nestes grupos, é um fator que oferece subsídios para as práticas de redução de conflitos, na medida em que constrói, juntamente com os homens, pensamentos e reflexões. Sobre os facilitadores, como mostrou Bronz & Beiras (2016), a presença de mais facilitadores é relevante para que não haja a perda de informações importantes no grupo. Além disso, a composição por gêneros diferentes é interessante para que sejam produzidos conhecimentos respaldados nas experiências dos facilitadores por terem nascidos com “certa genitália” (Wexcler, 2007).

A partir do exposto, portanto, ainda que considerados recentes, destaco a relevância social e científica do estudo com grupos reflexivos para homens autores de violência. Sobre a relevância científica, saliento que mergulhar nestes estudos é justificável para aumentar o número de pesquisas sobre o tema que ainda é considerado pouco na literatura (Oliveira, 2005). Além disso, estudar sobre o tema da violência dá suporte para a reflexão direcionada à população masculina e sua subjetividade socialmente e culturalmente construída.

A respeito da relevância social, é importante ressaltar que o trabalho em conjunto com homens autores de violência pode diminuir a distância subjetiva e social das pessoas de gêneros diferentes, o que pode fazer efeito no combate à violência de gênero (Ponce-Antezana, 2012). Além disso, haja vista que os grupos reflexivos dialogam com as questões

acerca da discussão das atribuições sociais de gênero, cabe ressaltar aqui que adotar uma proposta de implementação de políticas públicas voltadas à estas questões é fazer parte de um movimento de reconhecimento frente ao processo de marginalização, exclusão e violência própria das relações desiguais entre os sexos. Ainda, considerando que a lei que prevê a implementação destes grupos no Brasil ainda é considerada recente, pensar, dialogar e estudar a formatação, manutenção e possibilidades de manejo grupal se torna importante para estruturar um atendimento mais eficaz e analisar melhores estratégias para o combate da violência contra as mulheres. Finalizado este capítulo, apresento, na sequência os caminhos metodológicos que este estudo de mestrado perpassou.

7. CAMINHOS METODOLÓGICOS - ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS UTILIZADOS NESTA PESQUISA

Discorrido a respeito dos pilares epistemológicos e teóricos que sustentam esta pesquisa, esta seção foi destinada para apresentar os caminhos metodológicos e procedimentos éticos utilizados para a realização deste estudo de mestrado. Assim, apresento a seguir a caracterização da pesquisa, a caracterização do campo da pesquisa, os participantes, os critérios de inclusão exclusão, o processo de seleção dos participantes, o instrumento e os procedimentos éticos utilizados.

7.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Considerando que a escolha do caminho metodológico é uma prática que diz respeito à essência do trabalho e a visão de mundo da pesquisadora ou do pesquisador sobre o objeto de pesquisa, é possível entender que a escolha da metodologia de pesquisa faz referência ao modo como nos relacionamos com o objeto de pesquisa e com os outros (Mcnamee, 2010; Minayo, 2004). Frente a esta reflexão, esta pesquisa, vinculada ao Núcleo de Pesquisa Modos de Vida, Família e Relações de Gênero (MARGENS) e ao Núcleo de Pesquisa em Psicologia Jurídica (NPPJ), moldou-se a partir da abordagem qualitativa de pesquisa, em razão da busca em compreender a violência contra mulheres como uma construção social (Gergen, 1985). O delineamento de pesquisa foi de cunho exploratório e descritivo que a caracteriza como um estudo de corte transversal, uma vez que os dados coletados se referem a um determinado momento de tempo (Minayo, 2010).

Na sequência, trago os procedimentos que deram suporte para este delineamento de pesquisa, bem como demonstro como foram arquitetadas as condutas e relações com o campo de estudo. Dessa forma, serão apresentados: a caracterização do campo de pesquisa, a seleção dos participantes e os participantes, o instrumento de levantamento de informações, os procedimentos éticos e o processo de análise das informações.

7.2 CARACTERIZAÇÃO DO CAMPO DE PESQUISA

Os participantes elegidos para este estudo são também participantes de um grupo reflexivo para homens autores de violência de uma cidade do Sul do Brasil. Dessa forma, vejo a necessidade de apresentar a respeito de toda a conjuntura que constrói este grupo específico, bem como discorro a respeito das políticas públicas envolvidas neste contexto. Assim, serão apresentados a seguir os tópicos: a) o serviço do Centro Especializado de Assistência Social I (CREAS I) b) Grupo Reflexivo de Homens Autores de Violência

7.2.1 CREAS: QUE SERVIÇO É ESSE?

Antes de discorrer a respeito do Centro de Referência Especializado de Assistência Social I (CREAS I), localizado em uma cidade do Sul do Brasil, onde foram realizadas as entrevistas deste estudo, cabe salientar a respeito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que "encabeça" todas as políticas e diretrizes de ação da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011), possuindo uma estreita relação com a concessão, garantia, acompanhamento e fiscalização dos direitos sociais de todo e qualquer sujeito brasileiro (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

O SUAS faz parte das políticas sociais brasileiras, políticas estas que estão relacionadas com as primeiras revoluções industriais, do século XIX. Visando organizar e dar respostas às demandas sociais decorrentes do sistema capitalista, as políticas sociais se referem à ações que buscam dar proteção social e diminuição das desigualdades produzidas pelo sistema socioeconômico (Höfling, 2001). Neste contexto, a autora Höfling (2001) ressalta que existe uma diferença entre políticas públicas e políticas sociais. Para ela, o termo que alude à esfera pública é restrito, pois se refere apenas a ações implementadas pelo Estado. Dessa forma, Höfling (2001) diz que a utilização da terminologia "políticas sociais" é mais condizente e coerente para a promoção da cidadania, já que este sinaliza a complexidade das ações e diretrizes que devem ser implementadas para garantir os direitos sociais dos sujeitos. Por promoção dos "direitos sociais" entende-se a garantia dos direitos como moradia, alimentação, saúde, etc, esferas estas que garantem a vida do

sujeito. Prevista pela Constituição de 1988, estes direitos são salvaguardados pela Seguridade Social, que subdivide-se em: Previdência social, Saúde e Assistência Social.

Os Centros de Referência Especializado de Assistência Social, nesse sentido, se alocam na esfera da Assistência Social, já que ela tem como objetivos gerais garantir a vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos. As diretrizes básicas da Assistência Social estão contidas na Constituição brasileira nos artigos 203 e 204 e sua regulamentação está sistematizada pela Lei nº 8.742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). Assim sendo, o sistema organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: a) Proteção Social Básica; b) Proteção Social Especial. A Proteção Social Especial ainda se subdivide em: Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

A Proteção Social Básica, diante deste quadro, é destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Ela é garantida pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) que tem como principal ação prevista a acessibilidade dos serviços de proteção social, que vão de assistência financeira ao planejamento familiar. Nesse sentido, o CRAS desenvolve e é responsável por cadastrar as famílias para a concessão do benefício do Bolsa Família, já que cabe a ele promover ações de de inclusão sócio-familiar-comunitário e desenvolver os programas: a) PAIF- Programa de Atenção Integrado para a Família; b) Bolsa Família; c) proteção social básica a infância e adolescência; d) agência jovem; e) proteção social básica a pessoa com deficiência; f) proteção social básica a pessoa idosa (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011).

Atendendo casos de alta e média complexidade, a proteção social especial se destina aos casos onde houve violações dos direitos humanos. Assim sendo, o Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) atendem casos de média complexidade e em suas atividades destinadas há a realização do trabalho social de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos- o PAEFI (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2011). Visando a garantia de direitos, o CREAS exige uma gestão mais completa e articulada do poder judiciário, Ministério Público e outros órgãos.

Além disso, vale apontar aqui também que os serviços socioassistenciais brasileiros funcionam em rede. Isso quer dizer que, a fim de garantir os direitos sociais ao sujeito, várias esferas e vários órgãos

e instituições estão em constante comunicação a fim de proteger o sujeito e prevenir que ocorram situações em que haja violação de direitos.

Após esta explanação, percebe-se que ao longo da história brasileira, importantes transformações culminaram em desenhos e estratégias que abriram um leque de programas e aumentaram o volume de recursos destinados ao combate da desigualdade social. Atualmente, o Brasil é referência mundial pela grande variedade de programas sociais modernos e descentralizados. No entanto, é válido ressaltar que apesar dos avanços, alguns problemas permanecem (Barros & Carvalho, 2003). Dentre eles, os autores Barros & Carvalho (2003) destacam: a falta de integração entre os programas sociais atuais, a ausência de coordenação entre os três níveis de governo, a precária focalização na população mais carente e as raras avaliações de impacto dos programas. Todos estes pontos destacados pelos autores, a saber, podem ser pensados a partir da forma pela qual a sociedade enxerga a desigualdade social e a pobreza. Após a apresentação dos serviços socioassistenciais brasileiros, apresento, a seguir, o CREAS, contexto no qual foram realizadas as entrevistas com os homens autores de violência.

7.2.2 O GRUPO REFLEXIVO DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Com relação aos serviços de proteção à mulher, na cidade em que foram realizadas as entrevistas, há desde 1997, ações junto à Política de Proteção à Mulher, objetivando a construção de espaços para reflexão crítica das relações sociais com enfoque sobre as questões de gênero, raça/etnia, classe, idade, violência no interior das famílias, estímulo à participação feminina na vida comunitária e à organização de trabalhos coletivos para a geração de renda familiar. Por intermédio desta intervenção realizada, situações que diziam respeito à violência doméstica, discriminação social, alcoolismo, drogadição, doenças, desemprego, entre outras, foram apontadas pelas mulheres.

Em parceria com Ongs, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social da Cidade, iniciou em agosto de 1999, uma mobilização em torno dessa problemática, sendo que várias regiões do município foram contempladas com encontros sobre esta temática. Como resultado da mobilização surgiu o Fórum em Defesa das Pessoas em Situação de Violência Doméstica. Esta mobilização desencadeou na

criação do Programa de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e Intrafamiliar, que teve início em maio de 2001, Lei Municipal nº. 5.825/01, financiado pelo Fundo Municipal de Assistência Social. A partir de 2014, visando adequar-se à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), este serviço passou a ser oferecido no serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Pessoas e Indivíduos - PAEFI, o qual é executado nas duas unidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

O PAEFI é composto por uma equipe de psicólogos e assistentes sociais que prestam atendimento especializado a crianças, adolescentes, mulheres e idosos que vivenciam situação de violência ou violação de direitos na relação familiar, inclui também o trabalho com o autor de violência. Assim sendo, desde 2004, as equipes do CREAS vêm realizando o Grupo de Homens Autores de Violência, o qual se mostra como efetivo instrumento de intervenção para reflexão e manejo das relações familiares caracterizadas pela prática da violência pautada nas relações de poder/ opressão relacionadas ao gênero. Os encontros são realizados quinzenalmente, as quartas-feiras das 15:00 às 16:30 e a equipe que intervém neste programa é heterogênea e interdisciplinar, com profissionais das áreas de psicologia e serviço social, pertencentes à equipe do PAEFI do CREAS 1. Sendo aberto, o grupo possibilita a inserção de novos participantes a qualquer momento, para discorrer a respeito de temas que foram previamente estabelecido pela equipe coordenadora. É importante dizer que os encontros não possuem uma lógica sequencial e, para contemplar a aplicação da medida de prazo determinado judicialmente, é previsto a participação de seis meses nos encontros quinzenais.

7.3 PARTICIPANTES

Participaram desta pesquisa quatro homens participantes do grupo reflexivo para homens autores de violência, conforme tabela:

Tabela 1- Dados dos participantes:

| Participantes | Naturalidade | Estado civil | Grau de Escolaridade | Idade |
|-----------------------|----------------|--------------|-------------------------------|-------|
| Rogério ¹⁵ | Santa Catarina | Separado | Ensino fundamental Completo | 44 |
| Frederico | Santa Catarina | Separado | Ensino fundamental Completo | 44 |
| Mário | Santa Catarina | Separado | Ensino fundamental incompleto | 53 |
| Oswaldo | Santa Catarina | Casado | Ensino fundamental incompleto | 43 |

O número menor de participantes se justifica tanto pelo fato de que foram realizadas entrevistas em profundidade.. Vale ressaltar que os nomes utilizados aqui são fictícios, a fim de preservar o anonimato e as questões éticas dos procedimentos de pesquisa. Como critérios de eleição dos participantes, destaca-se:

7.3.1 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO

Os critérios de inclusão para participação na pesquisa foram: ter idade igual ou superior a 18 anos; Ser participante do grupo reflexivo para

¹⁵ Saliento que para nomeação dos participantes desta pesquisa, foram utilizados nomes fictícios para a preservação da identidade e condutas éticas de pesquisa. Ainda, destaco que a tabela de caracterização dos participantes desta pesquisa se encontra na pág 107, desta dissertação, para maiores informações.

homens autores de violência contra as mulheres de uma cidade do Sul do Brasil; Aceitar participar da pesquisa.

7.3.1 CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

O único critério de exclusão foi a não recomendação das unidades da rede de atenção de uma cidade do Sul do Brasil, por algum motivo de saúde mental.

7.4 PROCEDIMENTOS DE SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES

Inicialmente, para a seleção dos participantes deste estudo, foi feito um contato prévio com os coordenadores do CREAS, com o intuito de apresentar os objetivos principais da pesquisa e conseguir a autorização da instituição para a realização do estudo. Após a aceitação da instituição, os documentos necessários para a submissão do projeto na Plataforma Brasil foram elaborados e enviados para avaliação do Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos (CPSH). Assim, depois da aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina, , sob parecer nº 2.229.173, iniciaram-se as visitas à instituição. Ao todo, foram realizadas duas visitas e, em cada dia, foram realizadas duas entrevistas em profundidade.

Os participantes, previamente, foram convidados a participar deste estudo pelas coordenadoras e pelos coordenadores do grupo reflexivo para homens autores de violência. O convite, juntamente com a apresentação prévia da pesquisa, foi feito no encontro anterior à realização das entrevistas, quinze dias antes da data em que eu iria realizar a visita à cidade que realizei o trabalho de campo. A partir disso, nos dois dias, os interessados foram convidados a comparecer na instituição duas horas antes do início do grupo reflexivo e as entrevistas foram realizadas em uma sala silenciosa, localizada no próprio CREAS I.

Na primeira visita, três interessados apareceram antes do encontro do grupo reflexivo para as entrevistas. Após uma apresentação cordial juntamente com a coordenadora do CREAS, tive contato com os três possíveis entrevistados. Acompanhei, então, o primeiro entrevistado até a sala destinada para a realização da pesquisa e apresentei o estudo, seus objetivos, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE e

o Termo de gravação. Mauro compreendeu o intuito e a relevância da pesquisa, mas decidiu por não mais participar, após lhe ser apresentado o TCLE e o Termo de gravação. Notei um receio por parte de Mauro certo medo, pois me perguntou se a pesquisa era obrigatória e se fazia parte do processo judicial. Expliquei a ele que não, e ressaltai novamente que era uma pesquisa ligada à Universidade e que ele teria a liberdade de participar ou não da pesquisa. Mauro, dessa forma, optou por desistir e justificou que não queria falar sobre o tema, nem “reviver” (Fala de Mauro) as coisas que aconteceram. A escolha de Mauro foi respeitada e agradei o interesse na participação. Despedimo-nos e chamei por Rogério para realizar a entrevista com ele. Neste dia, Rogério e Frederico foram entrevistados individualmente e, em todas as entrevistas utilizei o seguinte procedimento ético de conduta: apresentei-me como pesquisadora, apresentei a pesquisa, entreguei e expliquei o TCLE e o Termo de Gravação

A entrevista com Frederico seguiu como esperado, sem nenhum desconforto. No entanto, na entrevista com Rogério, a primeira entrevista realizada, cabe ressaltar aqui sobre um impasse que ocorreu. Rogério, ao ler o TCLE ficou muito nervoso, olhou-me com muita raiva e disse que era um absurdo o que eu estava tentando fazer. Disse que eu não sabia o que estava dizendo ao chamá-lo, como escrito no termo, de "homem autor de violência". Confesso que, naquele momento, fiquei estagnada. Não sabia o que fazer, o que falar. Expliquei novamente sobre a pesquisa e quis acalmar a situação. Com este gesto e exposição dos objetivos da pesquisa, Rogério ficou mais calmo e decidiu participar do estudo e durante a entrevista ele não demonstrou mais agressividade.

Por fim, na outra visita as outras duas entrevistas em profundidade foram realizadas com Mário e Oswaldo.

7.5 INSTRUMENTO

7.5.1 ENTREVISTAS EM PROFUNDIDADE

Foram realizadas entrevistas em profundidade com os homens autores de violência usuários do grupo reflexivo. O instrumento para a obtenção das informações foi composto de perguntas relacionadas aos sentidos atribuídos pelos homens autores de violência ao ato violento e suas compreensões a fim de explorar a economia moral referente ao conceito de família presente nas narrativas. A escolha deste instrumento

se justifica pela riqueza de informações que podem ser obtidas por meio de uma entrevista mais aprofundada e pela possibilidade de ampliação do entendimento dos objetos a serem investigados (Flick, 2004).

7.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

Para a análise das informações, ela foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, foram utilizados os procedimentos da Teoria Fundamentada (Grounded Theory), com o auxílio do software Atlas ti 8.0¹⁶. Já no segundo, a Análise Temática das Narrativas (Riessman, 1993) foi utilizada. Configurando-se como diretrizes que auxiliam o pesquisador em estudos de processos sociais, a Teoria Fundamentada (Grounded Theory) se baseia em estratégias flexíveis que buscam acelerar a coleta das informações e de análise do material (Charmaz, 2001).

Frente às possibilidades de utilização desta técnica, optei pelo uso da teoria baseando-me nas diretrizes da autora Kathy Charmaz (2009). Esta autora recomenda três tipos de codificação para a técnica: a codificação inicial, a codificação focalizada e a codificação axial. A primeira consiste na fragmentação dos dados em palavras, linhas ou segmentos de dados. Já na segunda, o pesquisador utiliza os códigos gerados na primeira codificação para construir categorias iniciais mais significativas ou frequentes para classificar, sintetizar ou integrar e organizar as informações. Por fim, na última codificação, são especificadas as propriedades e as dimensões de cada categoria traçada.

Utilizando estas diretrizes, primeiramente, organizei as transcrições das entrevistas com o auxílio do software Atlas ti 8.0 e realizei a codificação inicial, recortando trechos de falas e os codificando em palavras. Depois disso, foi possível confeccionar categorias iniciais e, por fim, três categorias finais foram construídas: (a) Categoria I: A trajetória pessoal relatada e o entendimento de si e do Outro; (b) Categoria II: Sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família"; (c) Categoria III: Reflexões acerca da ética, moralidade, masculinidades e sentidos de família que criam justificativas para a ação violenta.

¹⁶ O Atlas ti é um software utilizado para organizar as informações adquiridas em entrevistas. Para esta dissertação, utilizei a versão 8.0

Vale ressaltar que a escolha desta abordagem da técnica se justifica pelo fato de que esta pode ser considerada a que mais se aproxima dos pressupostos teóricos construcionistas. Apesar de se esperar um delineamento claro e preciso, a abordagem elaborada por Charmaz (2009) sinaliza a linguagem performática e dá espaço para que a pesquisadora ou o pesquisador possa imprimir sentidos sobre aquelas informações adquiridas. Sob um olhar construcionista que almeja o cuidado e compreensão sobre as construções relacionais de significados, considero que este delineamento da técnica da teoria fundamenta possibilitou-me um auxílio para organizar as informações coletadas, bem como me ofereceu subsídios para que fossem identificados os sentidos que os homens dão sobre toda a conjuntura da justificativa da ação violenta.

No que se refere à Análise Temática das Narrativas, neste segundo momento atentei-me em analisar “o que diziam” os trechos que destaquei e ao modo pelo qual as narrativas dos participantes se apresentavam a mim. Frente a este contexto, no seguinte tópico, dou visibilidade à importância das narrativas para esta pesquisa bem como apresenta este tipo de análise e de que forma ela se correlaciona com a epistemologia principal utilizada neste estudo e, posteriormente, analiso as informações e categorias deste estudo.

7.6.1 AS NARRATIVAS COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DO SER SOCIAL

*“Senta que lá vem a história”
Castelo Rá-Tim-Bum*

Davi tinha pouco mais de 3 anos quando sua bisavó, Vanilda, faleceu. Não se passaram muitos dias após o velório e o enterro e Davi foi visitar Valéria, sua avó. O clima na casa não estava agradável e receptivo, um ar pesado sustentado por uma angústia compunha a decoração doméstica daquele local. Era uma semana de luto e Valéria, sempre translúcida na maneira de expressar seus sentimentos, falava pelos seus olhos que algo havia acontecido que a deixara cabisbaixa. Sensível a tudo a sua

volta, o menino olhava o rosto entristecido e cansado da avó. Ela fingia estar atenta na brincadeira proposta por ele, mas seu olhar se alocava em uma concentração profunda, a fazendo esquecer do mundo circundante. E tão logo e quase que igual a um golpe abrupto, Valéria foi surpreendida pela pergunta:

- Cadê a bisa, vovó 'Leléia'?

Ensaando um meio-sorriso e franzindo a testa por, de certo, não saber se alguém havia dito ao neto sobre a morte de Vanilda, Valéria respondeu com todo cuidado e carinho: - "Davi... Sua bisa agora está em um outro lugar... Mas ela está bem. Neste lugar, ela está cuidando de nós e nos mandando toda aquela energia boa que sempre esteve presente em seu sorriso" - Mas é longe? - respondeu Davi.

Valéria riu e encheu os olhos de lágrimas. Era longe, bem longe. Mas como dizer àquela criança de 3 anos que ele não mais veria sua bisavó, assim, tão de repente? Quão cruel é a realidade! Mas quão necessário era dizer e convidá-lo a compreender que na vida, a morte é uma certeza. Olhou bem os olhos do menino e balbuciou, totalmente desconcertada pela pergunta e pela situação:

- É longe sim, Davi... Mas...

- Mas dá pra ir de foguete? – exclamou o menino, abrindo um sorriso e enchendo de brilho seus olhos.

Com este trecho observado por mim, há uns quatro anos atrás, início este capítulo sobre narrativas. Trago-o ele para pensarmos sobre as narrativas em nossas vidas. Valéria, psicóloga, mãe e avó possui, em sua fala, sua experiência, frente ao modo como se pôs no mundo e como construiu, ao longo de sua história de vida, possibilidades conversacionais. Provavelmente, ao iniciar a conversa com seu neto, Valéria pode ter buscado os dizeres aprendidos nos livros de psicologia e pode ter resgatado memórias que contribuíram para moldar uma melhor estratégia para lidar com esta situação com Davi. A história contada por Valéria, portanto, é localizada e diz respeito ao seu contexto sociocultural específico, bem como é atravessada pelas emoções e afetividade envolvidas deste contexto.

Como caminho possível para situação em que ela se encontrava, ela esboçou uma história de um lugar onde se encontram pessoas que morrem. Para mim, Valéria quis dar segurança emocional ao seu neto com esta história. Essa necessidade de dar “segurança emocional”, a saber, deve ser entendida pelo viés construcionista, ou seja, como uma estratégia

resultante de como a morte foi um tema comumente abominado e repellido pelos homens ao longo da história (Kubler-Ross, 1996). Assim sendo, se consolidando histórico e culturalmente como um “tabu”, a morte se tornou um assunto a ser tratado de maneira delicada e, por isso, histórias como a contada por Valéria são recorrentes.

Voltando para o trecho citado, para a surpresa de Valéria, Davi, ao invés de concordar com a história contada, mudar de assunto, ou até mesmo chorar, ele propôs uma estratégia para ver sua bisavó. O foguete, meio de transporte rápido e um veículo frequentemente presente em desenhos infantis era, para criança, uma ótima maneira para ir a um lugar longe. Para ele, provavelmente, ir de foguete para visitar sua bisavó era uma possibilidade real de ação. Valéria, sabendo que não e considerando o vínculo afetivo que possui com o neto e com Vanilda, se comoveu ao ser interpelada. Ela entrou em colapso pela interpelação do Outro (Butler, 2015) que, localizado em um contexto infantil onde “tudo é possível” e onde a “imaginação pode fluir” disse algo que a deixou desconcertada, sem saber o que dizer.

Ainda, é possível pensar também que esta conversa, produziu novos entendimentos, tanto para ela, como para Davi. A realidade de Davi, de seus desenhos infantis e de seu imaginário que constrói sua subjetividade, contribuiu para que houvesse um processo de negociação e de ressignificação da história que sua avó contou. Também podemos pensar que ao iniciarmos qualquer conversa, as posições, os interesses e as histórias são renegociadas e que, independente da história e posição dos sujeitos que conversam, o desenvolvimento futuro da conversa não é algo que se define previamente (Mcnamee, 2014).

Nesse sentido, Valéria, provavelmente, não imaginou que seu neto poderia dar uma “solução” frente ao “desaparecimento” de sua bisavó. Consigo também pensar que todo o conhecimento e experiência adquirida ao longo dos anos por Valéria, até mesmo levando em consideração sua profissão, pode ter auxiliado para a construção da melhor estratégia inicial para responder Davi ao ser interpelada por: “Cadê a bisa, vovó Leléia? ”. No entanto, por intermédio desta conversa, novos entendimentos foram construídos e novos rumos conversacionais foram moldados. Não que a estratégia inicial tenha falhado. Pelo contrário, ela tomou um novo rumo, um novo resultado. O modo como Valéria iniciou a conversa possibilitou que a imaginação de Davi fluísse, trazendo à tona uma “solução” para aquele problema. Frente a tudo isso, podemos concluir que a maneira como nós nos construímos como pessoas em nossas conversas com outros tem profundas implicações “para a

construção conjunta do conhecimento, onde as regras básicas são: inclusão, colaboração e respeito” (Ruffino, 2014, p. 331).

Após esta explicação, percebemos que “ninguém pode viver em um mundo radicalmente não narrável ou sobreviver a uma vida radicalmente não narrável” (Butler, 2015, p.81). Somos feitos de histórias e de nossas memórias e construídos a todo e qualquer momento, por meio da relação com o Outro (Butler, 2015). Além disso, nossas narrativas “falam” sobre como nós nos colocamos no mundo, fazendo com que a linguagem seja uma ferramenta propulsora de como nos tornamos sujeitos e construímos novas formas de ser e de estar (Moscheta, 2014). Nesse sentido, analisar as narrativas é analisar como são transmitidas o lugar de fala dos sujeitos a fim de conhecer de “onde” aquela voz “fala”, quais são as “categorias” que construíram seus dizeres e qual é a visão de mundo que aqueles sujeitos específicos têm perante uma determinada situação. Diante disso, somos "produto de narrarmos histórias uns aos outros e a e a nós mesmos acerca de nós, e as que outros narram para nós e sobre nós" (Goolishian & Anderson, 1996, p. 195).

Frente a isso, vemos que as narrativas se constitui como uma importante ferramenta de análise social, pois sua concepção, intimamente ligada ao pensamento pós-moderno e semelhante a outras formas de artes, e se caracteriza como cópias do mundo material que podem gerar conhecimentos sobre a psicologia dos seres humanos, de suas experiências e de seus processos. Dessa forma, na medida em que a pós-modernidade propaga o pluralismo natural da realidade, da falibilidade dos termos e do papel imperativo das relações de dominância da sociedade no processo científico, ele se aproxima do método narrativo por aceitar que existem outras formas de se obter conhecimento para além do modo empirista (László, 2008).

Implicada no pós-modernismo, portanto, a narrativa apresenta duas consequências segundo László (2008). A primeira delas é dada pelo fato de que as narrativas são fictícias, uma vez que é o narrador que constrói a trama e dá a ela significados para serem tratados como realidade. Em segundo lugar, dado que a linguagem permite a criação das histórias, é possível que haja várias interpretações destas, logo, a realidade pode ser relativizada, o que se aproxima à lógica pós-moderna de relativismo. (Lószló, 2008).

Para se fazer uma análise de narrativa adequadamente, é necessário levar em consideração o contexto e a situação em que o narrador se encontra, visto que a construção da narrativa de um mesmo fato muda de pessoa para pessoa e de situação para situação, portanto, não há uma interpretação universal. Dessa forma, o princípio da narrativa

procura não eliminar a subjetividade, o nível psicológico do fenômeno e o envolve no mundo linguístico de interpretação (Lószló, 2008).

Em 1984, Gareth Williams publicou sua pesquisa com o método narrativo, iniciando, assim a história deste método nas ciências humanas. Este autor utilizou o método para pesquisar quais seriam os significados imaginativos dados pelas pessoas com doenças crônicas sobre as expectativas de vida delas. Dessa maneira, o autor desenvolveu a concepção de “narrativas reconstruídas” que considera que “a reconstrução das narrativas possui a tentativa de reconstruir e reparar as rupturas entre corpo, ser e mundo” (Riessman, 2008).

Mediante entrevistas narradas de forma extremamente longas, James Gee desenvolveu uma teoria da narrativa com base em uma combinação de trabalho anteriormente realizado por Cazden e Michaels que considera a narração estendida, de segmentos não lineares e associativa. Além disso, esse método divide a narrativa em unidades prosódicas, em linhas, estrofes e peças (Riessman, 2008).

Embora os métodos de Labov e Gee sejam diferentes, ambos são pragmáticos, o que faz com que se obtenha transcrições mais detalhadas dos discursos. Por fim, é válido ressaltar que as análises estruturais de narrativas oferecem ferramentas para que investigadores analisem como os participantes utilizam da linguagem para construir suas histórias (Riessman, 2008).

Apesar de não pretender a generalização e, tampouco, criar verdades universais, o método narrativo possui algumas limitações, que, segundo Lószló (2008) podem ser vistas em três níveis: estruturalmente, as histórias são demonstradas como possuindo um início, meio e fim; funcionalmente, a narrativa representa um emaranhado econômico de significados e, com relação ao conteúdo dito, as histórias possuem significados socialmente compartilhados.

No entanto, considerando que a narração possui um papel primário que desenvolve o pensamento humano e na constituição da cultura, ela se torna capaz de imprimir a realidade vista pelos sujeitos. Além disso, é importante ressaltar que cada narrativa permite inferências a conteúdo da natureza emocional dos indivíduos, de seus grupos sociais, de seu desenvolvimento psicológico e das condições nas quais este se insere. Diante disso, tais conteúdos podem ser testados à luz das hipóteses das teorias psicológicas e do método narrativo (László, 2008). Em acréscimo, os investigadores narrativos também se preocupam com a não generalização das explicações dadas, logo, tanto o tempo, bem como o espaço e o ponto histórico em que a narrativa se encontra são considerados (Riessman, 2008).

Riessman (2008) aponta, em seu trabalho, duas formas de análise do método narrativo: a Análise Estrutural e a Análise Temática ou Sistemática. A grande diferença entre elas está no enfoque de estudo de cada uma: enquanto a análise temática se preocupa mais com o “que” foi dito na narrativa, a análise estrutural se foca mais no “como”, “por que” e “para que” das falas relatadas. Independente da forma de análise, é perceptível que por trás das histórias relatadas, existem significados dados em cada história, bem como são criadas possibilidades para as identidades sociais e de grupos.

Após esta explanação sobre a técnica da Análise das Narrativas, aponto que, para esta dissertação, especificamente, a análise temática foi eleita. Assim, fragmentos das falas dos participantes foram selecionados com o objetivo de avaliar qual a estrutura interna do que se foi dito, elaborando-se “temas” que são traduzidos conforme os objetivos de pesquisa (Riessman, 2008). A escolha desta análise se justifica, pois através desta metodologia é possível analisar como a realidade é/foi criada por cada sujeito e quais são as formas em que se manifesta e como ela opera, considerando a maneira como são construídas e (re)construídas as subjetividades desses sujeitos frente à violência contra as mulheres. Na sequência, trago, então, a análise das informações coletadas, baseando-me nas referidas técnicas de análise.

8. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Buscando atingir os objetivos deste estudo, este capítulo se destina a apresentar os resultados. Dessa forma, apresento, na sequência, as duas etapas de análise das informações.

8.1 A PRIMEIRA ETAPA: A TÉCNICA DA TEORIA FUNDAMENTADA (GROUNDED THEORY) E A OPERACIONALIZAÇÃO PELO SOFTWARE ATLAS TI VERSÃO 8.0

Configurando-se como diretrizes que auxiliam o pesquisador em estudos de processos sociais, a Teoria Fundamentada (Grounded Theory) se baseia em estratégias flexíveis que buscam acelerar a coleta das informações e de análise do material (Charmaz, 2001). Esta metodologia ou abordagem de análise, proposta, inicialmente por Glaser e Strauss (1967) consiste em construir de modo indutivo uma teoria assentada nos dados objetivos por intermédio da análise qualitativa.

Frente as possibilidades de utilização desta técnica, optei pelo uso da teoria baseando-me nas diretrizes da autora Kathy Charmaz (2009). Esta autora recomenda três tipos de codificação para a técnica: a codificação inicial, a codificação focalizada e a codificação axial. A primeira consiste na fragmentação dos dados em palavras, linhas ou segmentos de dados. Já na segunda, o pesquisador utiliza os códigos gerados na primeira codificação para construir categorias iniciais mais significativas ou frequentes para classificar, sintetizar ou integrar e organizar as informações. Por fim, na última codificação, são especificadas as propriedades e as dimensões de cada categoria traçada.

Vale ressaltar que a escolha desta abordagem da técnica se justifica pelo fato de que esta pode ser considerada a que mais se aproxima dos pressupostos teóricos construcionistas. Apesar de se esperar um delineamento claro e preciso, a abordagem elaborada por Charmaz (2009) sinaliza a linguagem performática e dá espaço para que a pesquisadora ou o pesquisador possa imprimir sentidos sobre aquelas informações adquiridas. Sob um olhar construcionista que almeja o cuidado e compreensão sobre as construções relacionais de significados, considero que este delineamento da técnica da teoria fundamentada possibilitou-me um auxílio para organizar as informações coletadas, bem

como me ofereceu subsídios para que fossem identificados os sentidos que os homens dão sobre toda a conjuntura da justificativa da ação violenta.

Importante para o manuseio dos materiais, no recorte das falas e na codificação dos trechos das narrativas dos homens autores de violência, a análise das informações foi feita com o auxílio do software Atlas ti 8.0.

A partir destes delineamentos, portanto, três categorias foram possíveis ser delineadas: (a) Categoria I: A trajetória pessoal relatada e o entendimento de si e do Outro; (b) Categoria II: Sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família"; (c) Categoria III: Reflexões acerca da ética, moralidade, masculinidades e sentidos de família que criam justificativas para a ação violenta. Estas, por sua vez, foram subdivididas em subcategorias, tal como demonstra a tabela:

| Subcategorias | Categorias e |
|--|---|
| 1. A trajetória pessoal relatada e o entendimento de si e do Outro | 1.1 O relato de si |
| | 1.2 O relato do Outro |
| 2. Sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família" | 2.1 Os sentidos de "homem" nas narrativas dos homens autores de violência |
| | 2.2 Os sentidos de "mulher" nas narrativas dos homens autores de violência |
| | 2.3 Os sentidos de "família" nas narrativas dos homens autores de violência |

| | |
|--|--|
| 3. Reflexões acerca da ética, moralidade, masculinidades e sentidos de família que criam justificativas para a ação violenta | 3.1 Princípios éticos e valores morais para a família, mulher e homem e sua relação com a violência contra as mulheres |
| | 3.2 Expressões de Masculinidades, Masculinidade Hegemônica e sua relação com a violência contra as mulheres |

As descrições de cada categoria são dadas na sequência e, posteriormente apresento como foi feita a análise temática das narrativas:

8.1.1 CATEGORIA I: A TRAJETÓRIA PESSOAL RELATADA E O ENTENDIMENTO DE SI E DO OUTRO

Compreendendo o sujeito como um ser relacional (Gergen, 1985), esta categoria foi feita com o intuito de englobar as histórias contadas pelos participantes relativas à sua trajetória de vida. Aqui, não se busca entender a história de vida de cada um deles, mas sim entender de que forma a subjetividade masculina foi construída mediante as relações estabelecidas ao longo do percurso de vida e das experiências dos sujeitos e como a visão de mundo, ou seja, como os valores morais, a ética e os sentidos de família formam culturalmente e socialmente construídos e como eles sustentam e justificam a ação violenta cometida pelos participantes. Dessa forma, esta categoria subdivide-se entre: a) o relato de si; b) o relato do outro.

8.1.2 CATEGORIA II: SENTIDOS PRODUZIDOS ACERCA DAS CATEGORIAS: "MULHER", "HOMEM" E "FAMÍLIA"

Entendendo que, a depender da relação com o Outro se constroem também sentidos e atribuições esperadas e que isto aduba um terreno propício para o surgimento de violência contra mulheres, esta

categoria faz referência ao modo como os sujeitos entrevistados atribuem características e ações esperadas pela mulher, pelo homem e pela família.

8.1.3 CATEGORIA III: REFLEXÕES ACERCA DA ÉTICA, MORALIDADE, MASCULINIDADES E SENTIDOS DE FAMÍLIA QUE CRIAM JUSTIFICATIVAS PARA A AÇÃO VIOLENTA

Por fim, esta última categoria tem como objetivo de identificar como os sentidos acerca da noção de família e como os valores morais e princípios éticos envolvidos nesta conjuntura possuem relação com a violência contra mulheres. Esta categoria subdivide em: a) *Princípios éticos e valores morais para a família, mulher e homem e sua relação com a violência contra mulheres*; b) *Expressões de Masculinidades, Masculinidade Hegemônica e sua relação com a violência*. A primeira categoria busca localizar os sentidos de família e os valores morais e princípios éticos envolvidos nesta conjuntura possuem relação com a violência contra mulheres. A segunda categoria visa identificar sentidos relacionados com as Masculinidades e com a Masculinidade Hegemônica idealizada pelos homens autores de violência.

9. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES - DIÁLOGO COM AS EXPERIÊNCIAS PESSOAIS, VALORES MORAIS, ÉTICA, SENTIDOS DE FAMÍLIA, SUBJETIVIDADE MASCULINA, GÊNERO E VIOLÊNCIAS

"Todo conhecimento requer um ato de interpretação" (White & Epston, 1933, p.20)

Este capítulo é destinado para a apresentação da análise das informações coletadas. Uma vez que o estudo delineou categorias de análise de acordo com as técnicas da Teoria Fundamentada (Grounded Theory) e Análise Temática das Narrativas, na sequência, trago reflexões acerca de cada categoria e um diálogo com os autores das perspectivas teóricas e epistemológicas previamente escolhidas.

9.1 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: Categoria I: A trajetória pessoal relatada e o entendimento de si e do Outro

Na primeira categoria, denominada "A Trajetória Pessoal Relatada", englobei as narrativas dos sujeitos de expressão de suas vivências e experiências estabelecidas ao longo do percurso de vida. Esta categoria nos leva a entender como a visão de mundo foi construída pelo sujeito, ou em outras palavras, como os valores morais, a ética e os sentidos de família formam culturalmente e socialmente construídos e como eles sustentam e justificam a ação violenta cometida pelos participantes baseando-se na concepção de si e do Outro. Essa categoria se foca no processo relacional de vida dos sujeitos e foi subdividido nas categorias: a) o relato de si; b) o relato do outro.

9.1.1 O RELATO DE SI

*Eu já não sei se sei
De nada ou quase nada
Eu só sei de mim
(Secos e Molhados)*

Baseando-se nos escritos da melodia de Secos e Molhados, ressalto que, comumente, no início de um encontro com outra pessoa, buscamos saber quem ela “é”. Perguntamos sobre seu trabalho, nacionalidade e interesses em comum. Queremos, por este movimento, saber que atravessamentos sociais constroem aquele sujeito que está perante de nós. Em meio a julgamentos e percepções (Butler, 2015), portanto, costumamos o entendimento acerca daquela pessoa.

Frente a esta compreensão, é possível perceber que, o outro pode se apresentar com o “melhor de si”, já que “é a primeira impressão que fica”, de acordo com os ditados populares. Seguindo esta linha de raciocínio, foi possível atribuir, de antemão, que ao iniciar o relato sobre si e sobre sua trajetória de vida, os sujeitos, em algum momento, justificaram o “porquê” estarem participando do grupo e ser visto pelo Outro como alguém considerado um “homem autor de violência”, um ser “agressivo”, um ser “violento”.

É curioso que eles trouxeram essas informações sem antes terem sido interpelados para fazerem este relato. Parecia que eles sentiam certa “necessidade” de se justificar pelo ato e de fazerem jus à premissa de que “nossas histórias pessoais são produtos de nossos engajamentos em relacionamentos e em diálogo” (Martins, Silva & Guanaes-Lorenzi, 2014, p.21). Ainda, podemos pensar que estas falas, estas justificativas seriam, talvez, uma “Luta por reconhecimento” (Axel, 2003), movimento em prol de não serem reconhecidos por etiquetas sociais que não gostariam.

Diante desse quadro, o entrevistado Mário, traz:

Mário: Bom, estava tudo muito bem até 3, 4 anos atrás né. Ai eu comecei a envolver com bebida, antes disso ocorreu a separação... também bebida e más companhias... não dá pra esconder... dai começou a desandar. Perdi bons empregos. Hoje em dia eu trabalho como pedreiro, há quase 20 anos. Mas teve um problema em casa, faz um mês e pouco”

(Entrevistado Mário, diário de campo, Agosto de 2017).

É interessante que esta fala de Mário, no começo da entrevista, parecia ter sido “sem contexto”, naquele momento. Isso se deve ao fato de que o entrevistado não foi interpelado a falar sobre o “porquê” do ato violento realizado contra sua mãe e seu pai. De início, pedi para que ele falasse de sua vida, que se apresentasse. No entanto, Mário se apresentou assim: com uma justificativa sobre o porquê tudo começou a “*desandar*”, ou seja, quando “*a bebida e as más companhias*” (Entrevistado Mário, diário de campo, Agosto de 2017). passaram a ser protagonistas em sua vida. Logo mais e ao longo de toda a entrevista, Mário retoma que a bebida e as más companhias não só o fizeram perder bons empregos, como também pode tornar alguém agressivo. Em um outro momento da entrevista, Mário citou um exemplo de violência contra mulheres, justificando que foi “*tudo em virtude da bebida*” (Entrevistado Mário, diário de campo, Agosto de 2017) que o homem batera em sua esposa.

Mediante esta colocação de Mário, consegui considerar que o entrevistado coloca a justificativa de ações “malosas” e “violentas” em decorrência, especialmente, da bebida e das más companhias. Parece que “essencialmente” ele se considera como um ser humano “bom”, mas, se tiver contato com nuances e atravessamentos deste tipo, pode apresentar comportamentos desviantes. A bebida e as más companhias aqui se configuram como um Outro que afetam as relações e o “si próprio”, fazendo tudo “desandar”.

Na entrevista com Frederico, ao falar de si, o participante relatou sobre “seu comportamento agressivo” e, juntamente com isso, discorreu a respeito do como a agressividade alocou-se em sua vida. Através da narrativa dita por ele, é possível perceber que ele se via como um homem agressivo. No entanto, ao comparar “*a família do passado e do presente*” (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017), Frederico atribuiu o seu comportamento agressivo ao modo pelo qual ele foi criado: na ausência de carinho paterno e em um contexto onde a agressividade e a violência eram tidas como “normais”, como é possível ser analisado pelo trecho:

é... a geração de antigamente era totalmente diferente né. Eu me criei assim no estilo de brutalidade, entendesse? Pra mim era, um... com 6,7 anos de idade eu andava com a faca de madeira na cinta... entendeu? A minha vó,

eu uma vez tava vindo do colégio e tinha dois rapaz me seguindo e queria me bater e aí eu cheguei em casa e contei pra minha finada vó. Ela disse, não filho, amanhã cedo a vó vai prepara uma coisa pra ti, pra te defender. Ela pegou e fez uma faca de madeira pra eu levar amanhã pra defender das pessoa... da dos meus inimigos. Com 7 anos de idade! Entendesse? Então eu fui criado desse ritmo. Entendesse? Até os último tempos eu não andava desarmado, eu sempre tava com uma faca, ou dentro da bolsa ou na cintura (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017).

A partir desse trecho, reflito sobre alguns pontos-chaves importantes, ancorando-me aos pressupostos teóricos que sustentam esta pesquisa de mestrado. Em primeiro lugar, ressalto que as narrativas, tal como elas se apresentam e são construídas pelo narrador, são ilustrações de como o sujeito entende a construção de sua própria subjetividade (Riessman, 1993). Frederico, por exemplo, poderia narrar sua trajetória de vida das mais diversas formas, citando dias e eventos quaisquer. No entanto, este sujeito “preferiu” discorrer a respeito de um acontecimento específico: quando sua avó deu a ele uma faca aos 7 anos. O que então poderíamos pensar sobre esta “preferência”?

Entendendo que a forma pela qual o sujeito utiliza da linguagem diz respeito ao como ele produz sua própria realidade (Gergen, 1999; Riessman, 1993), é possível entender que Frederico lapidou, neste trecho, sua fala em prol de uma justificativa para o fato dele apresentar atos violentos. Como foi criado para “ser homem” e, consequentemente para “ser violento”(Connell, 1995), até mesmo sua avó, quando ele tinha 7 anos, presenteou-o com uma faca para se defender. Sustentando uma realidade própria e certas modalidades de ordem social (Riessman, 1993), Frederico dá sentido à ação de sua avó e conclui que ela faz parte de uma “série” de ações e conjunturas “responsáveis” por ele ser considerado um homem violento.

Parece haver aqui também uma ação ética: Frederico entende que suas características que moldam, para a sociedade, seu rótulo de homem “violento”, são justificadas pelo “estilo de brutalidade” (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017) pelo qual ele foi criado. Negando, assim, a etiqueta de “violento”, “maltratador”, podemos

pensar, então, que a violência masculina foi aqui um fenômeno justificado, que antes era aceito pelos moldes da geração de antigamente, segundo Frederico. Aqui, faço uma pergunta à leitora ou leitor: será que Frederico se considera um homem violento? Esta etiqueta faz sentido para ele? Ou suas ações violentas seriam apenas “consequências” possíveis de serem justificadas?

Pensando sobre estas questões, em outro momento da entrevista, Frederico diz a respeito de como lhe foram oferecidas possibilidades de desconstrução de sua realidade social relativa “a geração de antigamente” vivenciada. A este respeito, o entrevistado diz que:

Frederico: Na minha época, não existia... pra mim, ter força, ter hoje um diálogo pra conversar com meu filho. Ensinar que meu filho tá errado, que não pode ser assim, assim, ou pegar e chamar a mulher e falar: nossa, o nosso filho fez isso... vamos conversar...de que forma nós vamos conversar com ele agora? Antigamente não existia isso... entendesse? Por isso que eu falo que ficou muito difícil... a preparação do pai e da mãe com os filhos né... porque antigamente, muitas vezes, a gente via com os próprios olhos né... a mãe segurando o filho de 18, 19 anos e o pai, com a madeira de mato assim, surrando, surrando... até derrubar o filho, entendesse? Então a gente criou com essa forma de agressividade. Mas com o tempo eu conseguia, eu não vou dizer muito, mas 80% da agressividade de dentro de mim saiu (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017).

Aqui, é possível pensar que Frederico parece se identificar mais com o modelo da geração de antigamente, que, mesmo lhe oferecendo moldes para que sua agressividade fosse construída, parece que neste contexto ele possuía mais liberdade de expressão, mais “facilidade” para atuar dentro de sua família e sentir-se “ele mesmo”. Pensando sobre isso, aponto que, Frederico dá um sentido “positivo” para os modos de vida de uma família onde a violência poderia perpetuar sem sanções ou retaliações. Sem que lhe fosse tirada suas características de um homem

legítimo, tais como: apresentação de força física superior e dominação do feminino e dos filhos.

Alinhando-me aos pensamentos teóricos de Judith Butler a respeito da divisão dicotômica, binária e heteronormativa presente em nossa sociedade, ressalvo que aqui senti um lamento, uma “saudades”, por parte de Frederico, de poder exercer, como seu pai lhe ensinou, suas características que o fazem sentir-se um “verdadeiro” homem e poder resolver tudo na base da “cinta”.

Aqui também faço outro adendo, no sentido da relação entre Frederico e seu pai. Condizente com outra fala do entrevistado, que diz que:

eu não tinha o carinho do meu pai, meu pai sempre viajava pra longe, não é isso? Eu passei fome, passei frio, eu passei muita dificuldade na minha vida. Então tudo isso trouxe pra eu ser essa pessoa" (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017).

Este entrevistado aponta um aspecto importante a ser analisado aqui, sobre a relação entre pai e filhos como ponto-chave no relato de si. Em primeiro lugar, pelas falas de Frederico, é possível pensar a respeito de como a falta de carinho paterna que se configurou também como justificativa para o “modo de ser agressivo” de Frederico. Além disso, convidando o autor Welzer-Lang (2001) para a discussão, aponto que, comumente, os filhos, para tornarem-se “homens” passam a reproduzir comportamentos violentos paternos. Nesta luta de reconhecimento (Axel, 2003), o sujeito, no caso a criança nascida com a genitália masculina, promove ações e comportamentos para ser reconhecida como um mini-homem, que, exercendo a violência legítima masculina alcançará o respeito, o temor e a dominação para com os demais.

Entendo, então, que Frederico se reconhece neste lugar: como a criança que buscou reproduzir os comportamentos do pai que, mesmo ausentes de carinho, moldaram a conjuntura que hoje ele a utiliza como forma de justificativa para suas ações violentas. Frederico parece não se reconhecer enquanto homem autor de violência, mas como um produto das ações de seus antepassados que fizeram com que ele tivesse, “dentro dele”, esta agressividade. Mas, ao que me pareceu, como um “homem bom” e “valente” que é, conseguiu “tirar” 80% da agressividade de dentro de si.

A identificação por uma figura de homem associada ao “macho”, à valentia, virilidade e controle sobre as mulheres (Rodríguez & Vázquez, 2008) também pôde ser traçada na narrativa de Rogério. Em sua entrevista, Rogério diz que existem vários tipos de homem e que, em seu caso, ele se considera Homem-Cabeça. No entendimento de Rogério, homem-cabeça é aquele que gera muito emprego, muitos materiais de construção, aquele que “pensa”, “protege” “controla” os demais. Nas palavras de Rogério:

em volta de mim roda muito, eu gero emprego, gero materiais de construção, gero emprego pro pessoal da loja, gero emprego pra uma cadeia perto de mim. E o homem que vai merecer, que vai trabalhar por conta de mim. Não é que eu seja mais. Mas é assim que funciona a sociedade” (Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017)

, Relatando-se a si próprio como “um homem-cabeça”, “um homem sério”, analiso que Rogério atribui à si uma subjetividade masculina tradicional, na que é sua função “proteger”, “olhar de cima-embaixo” o comportamento da mulher, pois assim, preserva-se sua masculinidade, sua virilidade e seu controle sobre as mulheres (Rodríguez & Vázquez, 2008). Adotando essa postura de “macho”, “provedor”, “supervisor” em vários trechos da entrevista, Rogério também não se enxerga como um homem violento. Para ele, ele foi acusado injustamente e o que fez foi em prol da proteção de seus filhos. Nas palavras de Rogério:

só que nem eu to falando pra ti, eu to aqui porque houve um episódio que nem eu to falando pra ti, eu to sendo acusado, automaticamente por uma situação que eu não fiz. Porque se eu tivesse batido, agredido, mesmo, eu teria o maior prazer em pagar. Até isso te comentei. Só que hoje eu to aqui pra defender meus filhos. E eu não vou mover mais nenhuma palha porque minha cabeça tá em paz, meu coração tá em paz, fiz tudo que foi possível. Agora as pessoas da alta... da lei jurídica tao conhecendo os fatos. Entende?

Porque se eu fosse um cara bandido, fosse um cara agressivo, minhas mãos não eram calejadas. Você tá falando com um homem que veio da roça, que veio do mato. Um homem que teve princípios na educação (Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

Aqui, novamente, o entrevistado justifica a ação violenta, sem antes ter sido questionado a respeito. Este movimento, a saber, pode ser interpretado como uma reafirmação de que Rogério não se considera um homem violento, nem agressivo. Afinal, as mãos calejadas não são de “homem-bandido”, “homem-agressivo”, é de um homem “que veio da roça, que veio do mato” (Entrevistado Rogério). Tem-se aqui um raciocínio lógico dado por Rogério. Analisando seus dizeres, foi possível concluir que: Rogério é violento? Não. Por quê? Rogério é trabalhador, veio da roça e do mato, logo, não é um homem violento. Mas, e seus atos violentos? Segundo ele, eles são justificáveis, afinal, ele fez tudo para defender seus filhos.

Pensando em conjunto com as autoras e com os autores convidados para confeccionar esta pesquisa, analiso que Rogério demonstra que ele “apenas” agiu conforme o que se espera dele, apenas exerceu seus comportamentos masculinos, em prol da proteção e zelo pelos filhos, pois "ser homem" significa ter controle e proteger os outros (Rodríguez & Vázquez, 2008, p.93).

Parece que, para o entrevistado, suas ações são coerentes e justificáveis. Ele não é um homem autor de violência. Ele é um homem-cabeça, um homem sério, é aquele que defende, é aquele que protege, é aquele que zela. Suas ações violentas, quando percebidas por um Outro ou denunciadas, são pontuais e possui uma justificativa em prol do bem-estar coletivo dos seus e das suas atribuições frente ao mundo.

Além disso, pela narrativa da mão calejadas e de sua trajetória de vida, também é possível pensar a respeito da luta pelo reconhecimento do Outro, utilizando como instrumento principal uma narrativa que enfatiza momentos difíceis, emoções, sentimentos e sofrimento para retratar mais legitimidade (Axel, 2003; Fassin, 2014). Rogério molda sua narrativa e usa da linguagem para dizer que ele não é um homem mau. Ele é um homem que sofreu e sofre e este sofrimento está impresso em seu corpo, em suas mãos calejadas.

Oswaldo, também evidencia sua jornada de trabalho para falar de si, remetendo a ideia de que ele sempre fora um homem trabalhador, provedor. Nas palavras dele,

Eu sou um cara madrugador... desde do sitio, na época cuidar da bicharada, sabe. Dai eu saio de madrugada. Dai era 4 hora, 3 e meio eu já tava no trabalho, ensinando as vaca, alimentando a porcada.tratando a ração, os bois, fazendo o serviço, as vezes o cara tem aquilo ali... só que nunca me pesou né, esse serviço... (Entrevistado Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017).

Oswaldo diz que foi com este movimento, com sua luta que conseguiu tudo que tem, que pode ser mais bem representado no trecho:

Oswaldo: eu prefiro nas coisas na verdade, eu gosto de ser dono de uma coisa minha, eu sempre dois horários eu fazia, de cozinheiro, de cozinheiro ali, eu era o cozinheiro e era o geral deles. E na segunda eu pegava folga e trabalhava de guarda, trabalhava de guarda. Dai trabalhei 8 anos desse tipo assim, né. 4 anos trabalhei no restaurante, depois trabalhei lá em cima, ali, no vale assim, e hoje já fiquei ali, eu era carreirista deles ali, mais 4 anos. 2 horários também

Ana: uhum

Oswaldo: eu pegava das 5 da manhã até as 10, 11 horas da noite. Então depois eu comprei casa, comprei tudo. E dai tive minhas coisas também né, dai ela já não ta nem ai (Entrevista Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)

Sobre esta colocação ainda cabe ressaltar sobre como Oswaldo posiciona seu “poder” de ter conquistado coisas materiais nas brigas com sua ex-esposa. Segundo relato da briga que causara a denúncia de violência, Oswaldo discorre:

dai bota um cd novo que eu comprei. Ai botou né. Tava escutando, dai a pouco ela veio com as criança lá né. E, quase enlouqueceu, veio lá, já mandou eu ficar quieto, já. E mandou eu desligar, não sabia as musica né. Cala boca, manda nada. Parece que tava com o diabo no corpo. E como que não manda? Essa casa é minha! Ta tudo no meu nome. Eu não vou mandar? Né. Dai começou a berrar comigo né. Tao ta eu não mando nada então, vou pegar e procurar meus direito né. Dai começou a botar minhas coisas pra fora. Logo lá fora. Ai sabe, peguei minha roupa. Você sabe. Você contra eu. Ai aquele tipo de mae né. Você sabe. Aquelas mulher barraqueira, que gosta de berrar, gritar, faz ta pronto(Entrevista Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017).

A partir destes trechos da entrevista de Oswaldo, penso sobre como o entrevistado enfatiza e expõe sua masculinidade, em prol de ser reconhecido como um homem com “H” maiúsculo. Assim como apontado por Beiras (2008), as masculinidades se correlacionam com outros âmbitos presentes na nossa sociedade, tais como o trabalho, o tecido social, a família, a sexualidade, a homofobia, a globalização, a corporeidade e etc. Frente ao exposto, entende-se que para se analisar a subjetividade masculina, é necessário estar atento e levar em consideração a micro e macro influência que estes âmbitos possuem na construção social da subjetividade do homem (Beiras, 2008).

No caso do trabalho e da economia, percebe-se que o reconhecimento do “ser homem” é tangenciado por uma configuração de “ser provedor”, aquele que possui, também através do poder aquisitivo “a ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão” (Connell, 2013, p. 245). Através da narrativa de Oswaldo, ele é quem manda, pois “a casa é dele e tudo está em seu nome” (Entrevistado Oswaldo). Frente à isso, ele tem o poder de controle sobre a estrutura doméstica e sobre sua esposa.

Ainda a respeito das tramas narrativas apresentadas por Oswaldo, dou atenção à frase “Eu pegava das 5 da manhã até às 10, 11 horas da noite. Então depois eu comprei casa, comprei tudo” (Entrevistado Oswaldo). Destaco-a por ela representar dois pontos

importantes: um sobre a questão da performatização da miséria e outro sobre a questão da meritocracia. Dessa forma, para discorrer a respeito do primeiro ponto, trago novamente Fassin (2014). No relato de Oswaldo, há a especificação dos horários exaustivos de jornada trabalho, para enfatizar a quantidade de horas trabalhadas por dia para, então, conseguir comprar “tudo”.

Vemos que Oswaldo, assim como Mário que retratou sobre suas mãos calejadas, performatizaram, por meio de argumentos morais, o sofrimento do labor, da dificuldade de terem construído e conquistado as coisas que possuem hoje. Colocando o corpo como fonte de direitos e de sinais de incorporação do poder pelos dominados (Fassin, 2014), os entrevistados se ancoram na produção de uma narrativa convincente e legítima de que são corpos vitimizados e autorreferidos pela desordem da desigualdade social historicamente e culturalmente construída (Hollanda, 1996; Fassin, 2014). Parece, desta maneira, que os entrevistados buscaram enfatizar, em suas narrativas, uma justificação da própria história de vida e da produção de documentos sobre o seu próprio corpo para adquirir reconhecimento e compaixão pelo Outro (Butler, 2015; Axel, 2003; Fassin, 2014), desmistificando o estigma de um ser violento, um ser agressivo.

No que tange ao manto da ideologia meritocrática que consigo identificar na fala de Oswaldo, percebo um movimento e uma relação de causa-efeito retratada pelo entrevistado. Oswaldo relata que trabalhava em uma rotina exaustiva de muitas horas diárias e, como consequência desse sofrimento, ele “mereceu” tudo que tem. Ele conquistou, foi um vencedor, o “seu suor foi recompensado”. Neste sentido, aponto a presença da ideologia liberal meritocrática presente neste trecho de fala: há a ideia de que o mérito é de Oswaldo e de mais ninguém. Foi ele quem suou, “trabalhou duro” por horas e horas e em razão disso “ganhou”, “construiu” o que tem hoje. Implícito neste pensamento, também há a compreensão de que se alguém não lutar, não batalhar, a culpa é dela ou se conseguiu sem suor ou batalha, o ganho é indevido, questionável (Fonseca, 2015).

Retomando os trechos de Oswaldo e Rogério a respeito do trabalho, acrescento que as narrativas são condizentes com o significado latim deste termo confeccionando uma ideia de que aquele que trabalha sofre e está em constante luta e imerso em um tecido de “torturas”. Em termos de modelo econômico liberal e assim como sinalizado por Oswaldo, “ganha-se” algo quem “faz por merecer”. Logo, evidencia-se uma lógica liberal aqui: quem não possui bens materiais é aquele que não lutou, não suou, não “fez por onde”.

Ainda sobre estes trechos, saliento outro aspecto importante, a respeito da correlação entre o “ser bom” e o “ser trabalhador”, possível de ser identificada nas narrativas dos participantes. Pautando-se em princípios dicotômicos religiosos, de “ser bom” e “ser ruim”, analiso que os entrevistados pareceram concordar com a premissa weberiana de que “o trabalho enobrece o homem”, ao evidenciarem o raciocínio lógico de que ser “bom” é ser “trabalhador, batalhador”.

Isso faz sentido, pois, ao enfatizarem o fato de eu estar falando com homens que “vieram da roça”, que “trabalharam duro”, que são “madrugadores”, com “um homem com princípios de educação” tem-se, juntamente com estas falas, uma ideia de que eu não estava conversando com um “homem mau”, com um “homem violento”. Analisando esta premissa, parece que os entrevistados utilizaram do fato de serem trabalhadores, ou seja, serem “bons” perante à sociedade, para camuflarem a etiqueta de homem violento/criminoso. Pois, se um homem violento/criminoso é considerado “mau” pelas pessoas e um trabalhador “bom”, como estes dois adjetivos podem coexistir em um mesmo sujeito? Existiria uma correlação entre ser trabalhador e ser não-violento? Como estas narrativas operam para construir um sujeito considerado “bom” e não “mau” para ser mais bem reconhecido pela sociedade?

Pensando sobre estas perguntas, destaco que os entrevistadores pareceram ter certo “cuidado” ao relarem sobre si. Eles não queriam ser vistos por mim como alguém que exerce violência, alguém “mau”. Sobre este pensamento, considerando o contexto específico, a apresentação do TCLE e o fato de que todos os entrevistados, ao serem participantes de um grupo reflexivo para homens autores de violência, são identificados como tais, pareceu-me que os entrevistados demonstraram uma “necessidade” de se colocar alheio às categorizações de “homem autor de violência”, “um ser agressivo”, “um ser violento” ou, como no caso de Frederico, justificar o “porquê” da agressividade.

De antemão, considero que este movimento dos entrevistados se justifica devido ao modo pelo qual eles quiseram ser reconhecidos e vistos por mim, para além da “primeira impressão” que já era posta previamente no TCLE e configurada por toda conjuntura sócio-histórica específica. Para melhor entendimento deste movimento, retomo o estudo de Goffman (1981) sobre a apresentação de uma pessoa na vida cotidiana. Este estudo revelou que o sujeito, ao se colocar ante o Outro, arquiteta a impressão que gostaria de ser vista, se ancorando ao que o autor vai chamar de status, lugar social ou posição. O lugar social, neste sentido, é imaterial e se pauta em condutas articuladas em prol da confecção da impressão que o sujeito deseja passar ao Outro.

As condutas e comportamentos discorridos nas narrativas dos entrevistados, neste sentido, pareceram revelar, além de um movimento de justificativa perante à como eu e a sociedade os reconhecia, os “fortes” sentidos que as concepções de “um ser violento”, “um ser agressivo” possuem.

Enquadrados pela Lei Maria da Penha e pela denúncia de violência contra uma mulher, os sujeitos ali presentes pareciam ter uma etiqueta intitulada: “sou homem autor de violência”. Pensando sobre isso e entendendo que as palavras e seus significados se dão articuladas às tramas narrativas, relacionais e de sentidos construídos sócio-historicamente e culturalmente (Gergen, 1999), identifico que “possuir” um rótulo de violentador fez com que os entrevistados se justificassem e tentassem deslocar minha atenção da etiqueta “pregada na testa” para os calos presentes nas mãos de homens “bons e trabalhadores”.

Eu era, ali, a personificação do “Outro” que Judith Butler discorre em seu livro “Relatar a si mesmo”, em 2015. Retomando os dizeres desta autora, aponto que os participantes, pareciam ansiar por um reconhecimento “positivo” que “quebrasse” com qualquer visão que o alocasse no lugar de “homem autor de violência”. Ao ser reconhecido por ser trabalhador e batalhador, características consideradas “nobres” em nossa sociedade, os sujeitos, então, romperiam/camuflariam a visão de maltrador/violento entregue à ele pela Lei Maria da Penha. Enaltecendo suas “qualidades sociais”, o relato dirigido a mim, pode ser visto como um relato dirigido a si próprio: uma vez propagado que, na verdade, ele é um homem “bom”, sua subjetividade e inteligibilidade confecciona uma concepção de si tal como ele gostaria de ser reconhecido socialmente.

Ainda sobre este pensamento, percebo quanto que as expressões “agressivo”, “violento” e “homem autor de violência” podem ser identificadas como marcos identitários marcantes na vida destes sujeitos e como os significados destas expressões se tornaram justificativas para o movimento dos entrevistados de negação ou explicação destes marcos.

Este movimento dos entrevistados faz jus aos escritos de Butler (2015), em “Relatar a si mesmo”, bem como traz à tona o pensar construcionista. Digo isso, pois, na medida em que entendemos que o sujeito está em constante movimento e construção dados culturalmente e socialmente, a concepção de si deste sujeito se talha a partir do olhar do Outro, de um olhar social. Este Outro, que ao mesmo tempo torna o sujeito inteligível, pode também o despossuir, por meio de julgamentos e atribuições esperadas.

Neste movimento, o sujeito, desejando condizer ao que se espera dele, luta pelo reconhecimento social, disseminando narrativas que se alinham

aos moldes de comportamentos socialmente “mais bem aceitos” (Butler, 2015; Axel, 2003; Rasera & Japur, 2005).

Mergulhando nesta linha de raciocínio, aqui, também faço uma ressalva a respeito do acontecimento que ocorreu no início da entrevista com Rogério. Assim como já relatado em outro apartado desta dissertação, Rogério levantou a voz comigo e ficou nervoso quando leu que a pesquisa era com “homens autores de violência”. Caracterizando como um “absurdo” eu pensar isso dele, Rogério, sem ser questionado, já apontou que estava ali por uma “ética justa¹⁷” (Jenkins, 2009), pois “defendeu três crianças” (Entrevistado Rogério). Entendo, portanto, que o participante não queria ser reconhecido por mim como um autor de violência, um maltrador. Esta etiqueta social não é, no julgamento de Rogério, parte de sua subjetividade. Ele não se reconhece como tal. Os atos violentos que praticou são todos justificados. Foi em prol da defesa de “suas” crianças, da sua prole. Ele, como macho/defensor/valente apenas fez o que deveria e se esperava que ele fizesse: agiu como um homem e quis que eu o enxergasse e reconhecesse a partir dessa concepção que ele tem de si.

Em adendo e citando estudo realizado por Beiras & Cantera (2012) intitulado “Narrativas Personales, Construcción de Masculinidades – Aportaciones para la Atención Psicosocial a Hombres Autores de Violencia”, saliento que as narrativas pessoais de homens autores de violência dizem respeito a forma pela qual estes sujeitos concebem sua própria subjetividade, masculinidade e ato violento. A partir dessa compreensão, tem-se que, por meio da linguagem e utilizando seu caráter performático, os sujeitos constroem seu mundo e se tornam inteligíveis.

Este pensamento é mais bem exemplificado na leitura sobre a narrativa de um homem autor de violência que foi participante deste respectivo estudo. Neste, o homem diz que não se considera maltratador, mas, por vezes, é violento se “alguém se meter com ele”. Concordando com a reflexão de Beiras & Cantera (2012) e articulando com as narrativas dos participantes desta dissertação, ressalvo que o sujeito também não quis ser reconhecido como “maltrador” por este termo ter um sentido pejorativo ante à sociedade. No entanto, como exercer violência, demonstrar valentia, proteção e virilidade são atributos referentes ao masculino, ser concebido por estes não se torna um problema. Desta forma, pergunto a leitora ou o leitor: quais as relações de sentidos

¹⁷ Termo apresentado por Jenkins (2009) para se referir às justificativas de homens autores de violência sobre da ação.

existentes entre violência, gênero e masculinidades? Por quais razões/justificativas os homens autores de violências perpetuam o ato violento?

Pensando sobre estas perguntas, levo a cabo a compreensão de Connell (1995), Kimmel (1997), Butler (1990, 2015) e Gergen (1999) acerca dos fenômenos sociais que atravessam a violência de gênero contra mulheres. Considerando que as categorias masculino/feminino foram moldadas socialmente e culturalmente, à estas lhe foram atribuídas certos comportamentos e modos de ser. MasculinidadeS, então, são confeccionadas, ante a uma masculinidade tradicional que é disseminada por práticas discursivas. O ato violento, desse modo, faz parte do “ser homem”. Pelas narrativas dos homens autores de violência, é possível considerar que estes atos são “pontuais”, justificáveis por uma “ética justa” (Jenkins, 2009). A respeito desta ética, compreendo também, analisando toda a conjuntura das falas, que os homens atribuíram sentido e justificativa ao ato violento quando a mulher e algum Outro não se alinharam às atribuições morais e éticas esperadas por ele e pela sociedade.

Compreender, portanto, a concepção de si dos sujeitos participantes se faz condizente para lapidar o conhecimento sobre os sentidos que eles atribuem às suas ações, bem como as justificam em prol de valores morais e princípios éticos que entornam os sentidos de “mulher”, “homem”, “família” e “violência”.

Ainda, considero que este tópico desta primeira categoria se apresenta como importante para a reflexão acerca do “ser” e do “estar” violento/agressivo. Retomando Beiras & Cantera (2012) e o exemplo do participante citado acima, é possível pensar que os sujeitos entrevistados, tanto neste estudo destes autores como nesta pesquisa de mestrado, distinguiram os verbos de ser e estar violento. Eles não se consideram violentos, apenas cometeram um ato violento que “com toda certeza” é justificável, já que são “homens”.

Desta maneira, entendo que o fato dos entrevistados não se reconhecerem como “agressivos” ou “violentos” ou justificarem sua agressividade e violência, traz à tona sobre o quanto os juízos de valor sobre os homens e as mulheres em situação de violência podem não auxiliar ou até mesmo manter a dicotomia de “mulher-vítima” e “homem-agressor”. Falo isso, pois, uma vez submetidos à julgamentos e etiquetas sociais, põe-se “em xeque”, primeiramente, não a conjuntura social onde a violência contra as mulheres se apresenta, mas sim, a humanidade daqueles seres.

Questionados acerca de sua humanidade, o ser humano, então, se justifica. Seja pela natureza, pela limitação humana, pelo modo como foi criado ou até mesmo pelo amor, as justificativas são possíveis de serem identificadas, tanto nas narrativas dos homens autores de violências deste estudo, como em outros, como o de Jenkins (2009), Bronz & Beiras (2012) ou Beiras (2009). Frente a isso, questiono: até que ponto o ato de justificar-se se faz um movimento útil para a transformação social que leva a cabo a diminuição da violência contra as mulheres?

Pensando sobre isso e levando em consideração que os juízos são necessários para uma vida política, jurídica e pessoal (Butler, 2015), aponto que talvez seja interessante trabalhar com eles de uma maneira distinta. Ao que me pareceu, após analisar as narrativas dos homens autores de violência, a “necessidade” que os homens pareciam ter de se justificar para mim não pareceu ser um ato vantajoso para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Talvez pelo modo como são julgados, pela categoria na qual estão submetidos e pelo modo como foram e são construídos, suas justificativas se pautavam em uma “ética justa” que, quando analisada, parecia não contribuir para a mudança de pensamentos e modos de ser e estar que conversem com uma possível diminuição da violência contra as mulheres.

Neste sentido, vejo que uma postura construcionista de (re)negociação de sentidos e aberta ao diálogo poderia ser uma tentativa eficaz para que os juízos depositados aos homens autores de violência sejam pensados por meio do seu caráter de responsabilização daquele que comete um ato violento, produzindo, assim uma vida política, jurídica e pessoal que não seja pautada na divisão simbólica de desigualdade entre homens e mulheres.

A partir disso, portanto, penso que novas formas de enfrentamento, sob a perspectiva de gênero, possam ser mais bem lapidadas e moldadas, buscando a transformação subjetiva dos envolvidos na ação. Assim sendo, a análise de como o sujeito se vê e narra a si próprio se fez importante não só para atingir os objetivos desta pesquisa, mas nos fazem pensar acerca de como a subjetividade masculina é narrada pelos homens autores de violência e como este relato de si é calcado em justificativas e traça molduras e posturas para o surgimento da violência contra as mulheres.

Apoiada neste entendimento e considerando que o ser social só se torna inteligível em relação com o Outro, a seguir, apresento uma outra

face deste cubo mágico¹⁸ para o entendimento do processo de subjetivação dos sujeitos desta pesquisa.

9.1.2 O RELATO DO OUTRO

*You don't know me
Bet you'll never get to know me
You don't know me at all
Feel so lonely
The world is spinning round slowly
There's nothing you can show me
From behind the wall
Caetano Veloso- Transa*

A partir do trecho de música do cantor Caetano Veloso de seu álbum denominado Transa, ancore-me nos dizeres de Butler (2015) para perguntar: entendendo que somos seres “opacos” e “despossuídos” pelo Outro e por nós mesmos, como o Outro pode dizer que nos conhece? Como este Outro pode deliberar juízos sobre mim? Frente a estes questionamentos, afirmo que pode ser que eu não sei que eu “sou”, mas posso saber que não sou aquilo que os outros pensam que eu seja.

No entanto, apesar disso, é necessário levar em consideração que, como seres relacionais (Gergen, 1999), performatizamos práticas morais que moldam, a partir do contato e da troca com o Outro, nosso modo de ser e estar no mundo (Gergen, 1999; Souza, 2014). Ainda, inerente à todo este processo, está a busca pelo reconhecimento deste Outro que está, a todo momento, nos (des)construindo (Honneth, 2003; Fraser, 2007; Butler, 2015). Neste sentido, o modo como o Outro me reconhece e como eu “vejo” este Outro são nuances que, ao serem analisadas, dão suporte para o entendimento de como, neste processo, entendimentos, compreensões, estigmas, condutas, comportamentos e ações são socialmente e culturalmente construídos. Este tópico, desta maneira, destina-se à apresentação da análise dos sentidos dos sujeitos acerca da concepção da ação do Outro sobre suas vidas e trajetórias, bem como a

¹⁸ Utilizo a metáfora do Cubo Mágico para demonstrar a complexidade que é (des)construir conhecimentos sobre o processo de subjetivação dos sujeitos.

“função” desse processo no que tange à emersão da violência contra mulheres.

Frente às informações coletadas pelas entrevistas, os participantes relataram a forte influência do Outro em sua subjetividade e como justificativa para a ação violenta. Este pensamento pode ser representado em alguns trechos de fala. Na entrevista de Mário, por exemplo, o Outro, representado pela sogra, pelos vizinhos ou pela bebida em sua narrativa, se configurou como uma “ameaça”, que fez “*tudo desandar*” (*Entrevista Mário*).

Segundo Mário, a “função” da sua sogra era a de atrapalhar e “inventar” coisas ao seu respeito, o que afetou a relação com sua esposa como também, segundo Mário, culminou na separação. A respeito da bebida, Mário comenta que tanto em seu caso como no caso que discorreu em que um homem batia frequentemente em sua esposa, “*Foi tudo em virtude da bebida*” (*Entrevista Mário*). A bebida, nesta entrevista, pode ser entendida como um “mal”, uma “ameaça”, um “Outro” que leva as pessoas a cometerem delitos, violências e serem reconhecidas como pessoas violentas/agressivas. Com relação à “função” dos vizinhos, Mário relata que eram eles que falavam para seus pais sobre sua vida, criando “*novidades*” (*Entrevista Mário*) que faziam com que os seus pais o chamasse a atenção. Os vizinhos, neste sentido, são vistos por Mário como seres que “atrapalharam” o diálogo de dentro de casa, fazendo ele “*ficar mais bravo ainda*” (*Entrevista Mário*). Nas palavras de Mário, ilustra-se essa análise:

Ana: você acha que essas conversas atrapalharam dentro de casa?

Mário: sim. Ai eu ficava mais bravo ainda

Ana: ficava bravo com quem?

Mário: com eles. Eles nunca chegaram e falaram... são vizinhos... mas eles nunca chegaram a dizer o nome, porque eles sabiam que eu ia tirar satisfações.

(Entrevista Mário, diário de campo, Agosto de 2017)

A visão que o Outro tem sobre si também foi um ponto marcante discorrido por Rogério. Alinhando-se a ideia de que “ser homem” é não apresentar sensibilidade frente às situações da vida e que assumir um papel de valente e de proteção ante os seus (Núñez Noriega, 2008), Rogério, demonstra, em diversas partes que gostaria de ser visto como um

“ser que protege”, “um comandante” pelos seus filhos e pela sua esposa. Segundo ele:

Rogério: O homem, no meu caso, da porta pra fora, a mulher tem que deixar o homem pensar mais.

Ana: uhum

Rogério: porque ele a protegerá, de qualquer jeito. Se vir alguém roubar a casa, se vir alguém mexer, se vir alguém mexer com os filhos, ele vai ta ali pra defender

(Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017)

Como um homem que “protege”, que “cuida”, que “defende”, Rogério se vê como “um homem sério”. Desta maneira, ele acredita que os Outros, especificamente, seus filhos e sua esposa, devem entendê-lo como tal. Deve, segundo ele, respeitá-lo e oferecer amor. Este amor, a saber, se conquistou a partir de suas condutas enquanto homem-macho, enquanto um homem valente e viril (Rodríguez & Vázquez, 2008). Pelo “amor” conquistado, Rogério relata que consegue exercer domínio e controle ante aos seus. De acordo com o entrevistado: “*Hoje eu tenho os filhos na palma da minha mão porque eu não compro. Eu não dou bolacha, eu não compro com roupa, eu não compro com nada. Eu tenho o amor. E esse amor remove todas as montanhas*” (Entrevistado Rogério). A partir desse trecho, é possível pensar a respeito da relação que o entrevistado coloca entre receber amor e exercer domínio (representado pelos dizeres: “hoje tenho os meus filhos na palma da minha mão”). O Outro aqui, parece se configurar como um serviçal, um submisso que dá a ele amor e é conivente com a figura de virilidade, dominante, “macho” e soberania que Rogério acredita ter (Rodríguez & Vázquez, 2008; Connell, 2013).

Outro exemplo desse controle exercido por Rogério é possível ser identificado na sua fala a respeito da relação homem-mulher. Segundo o entrevistado:

Rogério: o exemplo da proteção do homem é que no meu caso. No meu caso. Se eu olho de cima, eu deixo a mulher livre, ela usa a roupa que quer. Mas se eu chegar até ela e der uma reclamada, vou fazer uma crítica, não é que

eu vou humilhar ela... eu topo... como é que eu te falei hoje?

Ana: você tá protegendo...

Rogério: isso. Basicamente o que aconteceu comigo (...)

(Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

É possível perceber, a partir da leitura dos trechos destacados, que Rogério, ao se ver em uma posição de privilégio e poder, dentro de uma sociedade patriarcal (Núñez Noriega ,2008) acredita que o Outro, aqui ilustrado pela sua esposa e filhos, deve servi-lo, obedecê-lo e dar suporte para que sua dominação masculina (Bourdieu, 2007). No que se refere especificamente à figura feminina, é possível pensar também sobre este “olhar feminino” acerca deste “homem sério”, deste “homem que protege”. Considerando que o reconhecimento só se molda a partir do olhar do Outro, a partir da relação com o Outro (Butler, 2015), o “como” o Outro nos enxerga possui um papel importante para a concepção de si.

O “olhar feminino”, neste sentido, se torna “duplamente” importante. Em primeiro lugar, por ser lapidado a partir de uma visão para além da visão de si, este olhar possui uma funcionalidade para a construção do Outro, assim como qualquer outra “visão de fora” possuiria. No entanto, este olhar, ao estar carregado do advérbio “feminino”, ele possui uma especificidade diferenciada, já que o modo pelo qual a figura feminina observa/enxerga/reconhece o homem se relaciona também a maneira como o “feminino” pode reconhecer a masculinidade deste homem (Wexler, 2007). Assim sendo e de acordo com Wexler (2007), muitos homens apresentam certa dependência deste reconhecimento feminino por sentir que sua masculinidade pode ser reafirmada a partir deste olhar.

A visão do Outro também pode ser entendido como uma “ameaça” nas entrevistas com os homens autores de violência. Como exemplo disso, trago o trecho da entrevista de Frederico:

Frederico: E hoje pra ser agressivo, já não vale mais. Entendesse? Hoje a própria lei não deixa você ser agressivo dentro da própria família... do teu lar, entendesse?

Eles já tem as formas, é, não sei... conseguir através de grupos...e...e... reuniões, e outras coisas, conselhos, né? A você, retirada, tirou

*de você o que tinha no passado, entendesse?”
(Entrevista Frederico, diário de campo,
Agosto de 2017)*

Neste fragmento de narrativa, Frederico traz que a implementação da lei pareceu “quebrar” o que antes era naturalizado, recorrente, cotidiano. A partir da lei não se pode mais ser agressivo dentro da própria família. Frente à esta colocação, pergunto: Isso seria um “absurdo” para Frederico? Isso seria visto pelo entrevistado como uma intervenção do “fora de casa” (Carvalho & Mansano, 2017) que afetou a dinâmica familiar que “retirou” de Frederico o que antes ele tinha?

A partir destes questionamentos, retomo o que Carvalho & Mansano (2017) trazem em seu artigo. Neste documento, os autores discorrem que o modelo burguês-liberal, configurado nos séculos XVI e XVIII, traz em si, um “fechamento” ao considerado “público”. Os problemas familiares, então, são entendidos como problemas a serem resolvidos “entre quatro paredes” (Carvalho & Mansano, 2017), ou, em outras palavras, sem que haja a intervenção do público.

Diante desse quadro, compreendo que a fala de Frederico sinaliza este movimento trazido pelo estudo de Carvalho & Mansano (2017). As leis parecem ser entendidas pelo entrevistado como uma “intervenção inadequada” do público, que fez com que lhe fosse “retirado” o que antes ele tinha no passado: a agressividade dentro da própria família.

A ideia do público como uma “ameaça”, como um “conjunto de condutas inadequadas” para a entidade familiar também é possível ser identificada na fala de Mário. Para ele, os problemas familiares, antes de tudo, devem ser resolvidos “dentro de casa”. Nas palavras dele, os pais foram “atrás de vizinhos”, da fala de vizinhos, o que ocasionou uma série de discussões. Segundo Mário, os problemas não devem ser apontados por pessoas externas à família, nem os pais deveriam ter dado “ouvidos” aos vizinhos. Deve, de acordo com o entrevistado: *“Dá um problema. Senta, conversa. O que tem pra resolver, da melhor forma. Através da discussão e briga, cada vez o problema aumenta mais”* (Entrevista Mário).

É possível inferir, portanto, a partir destes trechos analisados, que a linguagem e todas as suas formas de performatizações possui uma representatividade nas relações sociais (Gergen, 1999). O modo como ela se apresenta, como molda narrativas, visões e olhares constroem subjetividades e se articula às dinâmicas relacionais, fazendo com que o olhar do Outro, o entendimento do Outro se constitui importante para a confecção de modos de ser e de estar no mundo. A partir dessa

compreensão, portanto, entendo que a construção da subjetividade, das condutas, das ações e comportamentos se dá mediante a como o processo relacional com o Outro se constrói.

Neste sentido, as “verdades” e as visões sobre o mundo devem ser entendidas como uma produção coletiva e relacional e não individual, moldadas pelo contexto histórico, cultural e relacional (Gergen, 2006; Spink, 2010). Seguindo essa linha de pensamento, entende-se que a visão que o Outro tem de nós, a maneira como ele nos reconhece se faz um processo importante a ser analisado para ampliar o entendimento sobre a dinâmica relacional que afeta/constrói e dá lugar para que as subjetividades sejam confeccionadas. Frente a essa compreensão, entende-se também que, uma vez que as visões de mundo, os fenômenos sociais e as subjetividades são construídas socialmente e culturalmente (Gergen, 1999; Spink, 2010), entender como elas se formam, como é a compreensão do si mesmo e do Outro se faz necessário para o estudo dos fenômenos sociais, como no caso da violência contra mulheres. Isso, por sua vez, auxilia para que sejam identificados recursos e possibilidades de intervenção que objetivam a diminuição e enfrentamento da violência contra as mulheres.

9.2 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: Categoria II: sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família".

Na segunda categoria, denominada "Sentidos produzidos acerca das categorias: "mulher", "homem" e "família" faz referência ao modo como os sujeitos entrevistados atribuem características e ações esperadas pela mulher, pelo homem e pela família. Compreendendo que é a partir da relação com o Outro que sentidos, narrativas, pensamentos e modos de ser e estar no mundo são construídos (Gergen, 1999), essa categoria engloba a análise das narrativas dos participantes que enfatizam como estes sujeitos percebem e dão sentidos à estas três etiquetas sociais. Esta categoria, então, divide-se em três tópicos: a) Os sentidos de “homem” nas narrativas dos homens autores de violência b) Os sentidos de “mulher” nas narrativas dos homens autores de violência c) Os sentidos de “família” nas narrativas dos homens autores de violência.

9.2.1 OS SENTIDOS DE “HOMEM” NAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Na subcategoria “Os sentidos de “homem” nas narrativas dos homens autores de violência” destacamos relatos de como os participantes deste estudo descreve o modo de ser “homem” em nossa sociedade. Começo, em primeiro lugar, pelos trechos retirados da entrevista de Rogério. Nela, o participante diz que existem dois tipos de homem:

Tem o homem meloso, que é o homem que vai dando flores pra mulher, fazendo isso, fazendo aquilo, mas na hora que pega pra casar, pula fora. E tem o homem sério que é o homem real, ele vive no tempo real. Ele chega e fala, de cima embaixo (Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

Compreendendo-se como um “homem sério” (Entrevista Rogério) e descrevendo o homem meloso como aquele que a mulher não dá “credibilidade” à mulher, o participante, ao longo da entrevista, atribui algumas características à este tipo de homem. Para ele, o homem sério é o “homem real, que vive no tempo real” (Entrevista Rogério). A respeito desta “realidade” vivenciada por este homem, destaco dois trechos interessantes para problematizar: no primeiro, Rogério diz que:

o homem que é homem só tem uma mulher na vida. Ele não tem duas, três. Ele pode ter sentimentos por outra mulher, gostar de outra mulher. Mas a mulher dele, que ele tem os filhos, é um vínculo pra sempre. Pode mor...Só vai separar depois que morrer” (Entrevista Rogério).

Já no segundo, o entrevistado ressalta que:

porque se você chega em casa e começa a andar tipo uma velha e qualquer coisa chutando seu marido então automaticamente pegando o teu marido, teu namorado, jogando

pra fora, então aquelas que tao la fora tao louca pra ter outro homem, já tão de zóio. Nem todo homem tem, como vai respeitar a mulher. Já tem o instinto de trair, mas se você começa...da-lhe pancada, da-lhe pancada, dai ele vai sair, ele vai te trair, porque você não tratou ele bem dentro de casa. Só que o homem que respeita ele vai te respeitar. O homem que é homem de verdade, que conhece você, é fiel a ti, pode vir duas, três mulheres que ele vai rejeitar (Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017)

Analisando estes trechos, pergunto: que construções relacionais de significados poderiam ser identificadas na fala de Rogério? Como o entrevistado dá sentido à fidelidade masculina? Meio a estes questionamentos, percebo que Rogério alinha a fidelidade ao sentimento do que ele concebe como “amor”, entendendo que por mais que o homem possa gostar de outras mulheres, ele só ama “verdadeiramente” uma, segundo sua concepção. Ainda, sobre esse “gostar”, sobre esses “sentimentos” para com outras mulheres, podemos pensar a respeito da fidelidade masculina no casal.

Neste sentido, entendo que o pensamento do entrevistado muito condiz com o que é postulado por Salem (2004). Segundo este autor, a traição masculina se remete à vínculos simultâneos com diferentes parceiras e é explicado pela “quase vocação masculina” em trair, justificada por uma “vontade sexual incontrolável” naturalmente concretizada (Salem, 2004). Como dito por Rogério: “*Já tem o instinto de trair, mas se você começa...da-lhe pancada, da-lhe pancada, dai ele vai sair, ele vai te trair*”. Compreendo, dessa maneira, que o homem, visto por Rogério, possui essa “vontade sexual incontrolável” (Salem, 2004), mas ela pode ser cessada se, e apenas se, a mulher der ao homem o “amor” que ele espera.

Este “amor”, a saber, é possível ser percebido por Rogério pelos gestos e ações da mulher. Segundo ele “Dentro da família, como ela tem todo o poder, ela deve saber usá-lo. Como usa-lo? Quando o marido chega, não vai chutar ele. É perguntar: como é que foi hoje? Você está bem? Como foi teu dia? Mas se ele chegou com uma cara feia, vai lá dá um abraço nele, vai lá dá um beijo. Não é só na hora do rala e rola lá na cama e depois vira as costas”.

O “usar” o “poder” que a mulher tem na relação é, de acordo com o entrevistado, oferecer ao marido um abraço, um beijo, mesmo que ele chegue de “cara feia”. É estar condizente ao que se espera do “ser feminino” socialmente e culturalmente, que é apresentar comportamentos sutis, delicados, sensíveis e maternais (Ferreira, 2013). Ser essa mulher, “essa mulher maravilhosa” (Entrevista Rogério) fará com que a mulher não seja traída, segundo a concepção de Rogério.

Outro aspecto possível de ser analisado pela narrativa de Rogério é com relação a uma possível ideia de “supervisão” e “proteção” que homem possui ante à mulher. Para Rogério,

O homem mesmo, que é homem, ele vai te olhar, de cima pra abaixo, normal... vai te respeitar, se ele te ver la fora e te chamar a atenção, não é pra te destruir é pra te livrar de certas ocasiões que tu pode se constranger” (Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

A partir desses trechos retirados, é possível pensar que o participante muito se alinha com as atribuições sociais historicamente e culturalmente moldadas da etiqueta de “homem” que são estudadas pelos estudos acerca das masculinidades e masculinidade hegemônica. Em contraste como o conceito de feminilidade (Connell, 1995), entende-se que uma série de condutas e posturas são vistas como adequadas para homens, definindo o conceito de masculinidade (Moreno, 2016) que molda uma figura simbólica composta de uma infinidade de sentidos. Vemos, diante desse quadro, que Rogério atribui a essa figura simbólica masculina padrões de comportamento condizentes com os construtos de proteção, segurança, provisão material, força e liderança (Ferreira, 2013).

Pensando sobre estas atribuições e retomando os estudos sobre masculinidades, é plausível pensar que não só Rogério, como também os outros entrevistados, atribuem sentidos de homem justificados por um “modelo biológico” (Kimmel, 2008). Em termos explicativos, os homens parecem explicitar que seu corpo e seu modo de ser seria baseado em uma pré-disposição biológica que aparenta ser naturalizado, essencializado, imutável e uma explicação racional e coerente. A este respeito, podemos pensar também que as relações de poder e a masculinidade, construída culturalmente e socialmente nos homens, seriam, também, justificadas por este enfoque na biologia. Assim, os sentidos sobre o homem como um ser detentor do poder, da dominação,

do controle e da proteção do ser feminino, já que a masculinidade estaria fixa e ligada ao corpo e à biologia. O fato de ter nascido com pênis parece ser uma razão para que o este ser desempenhe comportamentos “protetivos”, de controle, de supervisão, de “cautela”, de “macho”.

Sobre essas atribuições relativas à “proteção” e “supervisão” dadas pelo Rogério à figura masculina também estão relacionadas às mesmas atribuições possíveis de serem identificadas na narrativa de Mário e Rogério. Mário, por sua vez, ao discorrer a respeito de sua relação com sua ex-esposa, destaca:

Mário: tá certo, a gente vivia de favor, mas eu nunca deixei faltar comida. Ela saia 4:30 da manhã e eu levava ela no ponto de ônibus. Naquela escuridão ali. Sempre procurei defender ela, porque deus me livre. Mas, em matéria de comida. As vezes não tinha serviço, eu lavava louça, eu lavava roupa, deixava a casa um brilho, quando ela chegava 14:30, 15h da tarde. Pode descansar. Meu, eu sou um amor de pessoa. Tudo que eu posso fazer eu faço. Mas tudo em vão. Não fui reconhecido.

Ana: você falou... que você levava ela até o ponto de ônibus pra defendê-la

Mário: sim. Porque na rua ali tinha uma turma, ali, um ninho bravo

Ana: e, você acha que o homem defender a mulher?

Mário:não, eu sou dessa opinião. Ainda mais ela sendo minha esposa.

Ana: se fosse seu pai ou seu irmão você iria levar, ela... eles, até o ponto de ônibus?

Mário:levava. Quantas vezes eu fui levar minha mãe, porque eles já são de idade...

Ana: não, se fosse, seu irmão? Você acha que você deveria ir acompanhá-lo até o ponto ou você acha que sendo sua mulher... é...

Mário: não, não, se meu irmão fosse maior de idade, não. Ai, eu acho que ele teria capacidade suficiente pra se defender, agora a mulher não (Entrevista Mário).

Já Rogério, diz que:

Rogério: é que é assim, o homem que é agressivo é aquele que não deixa você por um short, não deixa você por uma roupa mais curta. Esse já começa ser um tom agressivo. O homem mesmo, que é homem, ele vai te olhar, de cima pra abaixo, normal... vai te respeitar, se ele te ver la fora e te chamar a atenção, não é pra te destruir é pra te livrar de certas ocasiões que tu pode se constranger (Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

A partir dos trechos de fala destacados que a figura feminina pode ser entendida pelo entrevistado como aquela pessoa que não conseguiria se defender do “ninho bravo da turma da rua ali” de “certas ocasiões que tu pode se constranger”. Este figura, então, precisaria de sua proteção, de sua supervisão. Já seu irmão, “uma figura masculina”, se for maior de idade, já não necessitaria. Compondo um grupo de pessoas que também não conseguiria se defender do “ninho bravo da turma da rua ali” (Entrevista Mário). Mário engloba pessoas idosas e pessoas menores de idade.

É interessante que, com a diferença de ser mulheres casadas e não só mulheres, estas pessoas identificadas pelo entrevistado são as mesmas que podem escusar-se de exercer tutela segundo o Código Civil Brasileiro de 2002, de acordo com o Art. 1.736. No rol dessas pessoas estão: I - mulheres casadas; II - maiores de sessenta anos; III - aqueles que tiverem sob sua autoridade mais de três filhos; IV - os impossibilitados por enfermidade; V - aqueles que habitarem longe do lugar onde se haja de exercer a tutela; VI - aqueles que já exerceram tutela ou curatela; VII - militares em serviço (Art. 1.736). Diante desse quadro, pergunto: por que exatamente estas pessoas poderiam se abdicar da tutela ou são colocadas como pessoas que não são capazes de se defender do “ninho bravo”? Seriam elas vulneráveis/ocupadas demais/incapazes? Como a sociedade civil compreendem e dão sentidos à estas categorias de pessoas?

Deixando que o leitor ou leitora problematize acerca destes questionamentos, retomo ao exemplo recortado da narrativa de Mário, mais precisamente ao trecho “*tá certo, a gente vivia de favor, mas eu nunca deixei faltar comida*” (Entrevista Mário). Analisando esta frase, compreendo que Mário entende que seria seu “papel” dar comida e sustentar a casa, apesar deles viverem “de favor”. Essa ênfase no “*tá*

certo, a gente vivia de favor” (Entrevista Mário), parece uma lamentação, um desabafo feito pelo entrevistado de uma possível vergonha de viver de favor. A respeito disso, entendo que Mário compreende que o homem deveria performatizar o “papel de provedor” atribuído simbolicamente à figura masculina (Moreno, 2016; Connell, 1997).

Com relação às outras atribuições comumente atribuídas ao masculino, destaco trechos de narrativas dos entrevistados para discorrer sobre a função do “ser homem” dentro do ambiente doméstico, focando, especificamente sobre a relação “ser homem e desempenhar tarefas domésticas”. No que tange à este ponto, saliento que, por intermédio da análise das narrativas, foi demonstrado que o homem, dentro de casa, seria um auxiliar da mulher nos afazeres domésticos. Dou ênfase aqui no “auxiliar” e trago a fala de Oswaldo para ilustrar este pensamento:

Oswaldo: o homem, ah, ele também, o certo é dar uma mão né. Se o homem faz, dai a mulher joga tudo por causa do homem né. Dai fica um ali atrás. Porque uma vez eu até fiquei com vergonha. Que dai ontem, porque eu não tenho muitos dias junto, morando, eu cheguei, ficava mais na casa do meu irmão né. Mas você vê, esquece tudo, eu falei, com meus piá, com meus irmão, que com as visita... eu que tinha que fazer o café!! Eu que botava pra visita. Como se fosse mulher, na verdade né. Quando eu vou na casa dos outros, eu sou bem recebido, me dão com cafezinho, me dão tudo. Ali, se eu fosse esperar, não faz, eu pegava e fazia, botava na mesa ali né

(..)

Oswaldo: dai chegou ô poliana, a situação ta feia. O marido que tem que fazer o café, tirar e lavar a louça depois? Dai quando eu ia andando (Entrevistado Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)

Neste exemplo, Oswaldo relata que ele que tinha que fazer o café para as visitas em sua casa. Traz isso com uma indignação: “O marido que tem que fazer o café, tirar e lavar a louça depois? (Entrevistado Oswaldo)” e aponta que, ao fazer isso, ele se apresentava “Como se fosse mulher, na verdade né” (Entrevistado Oswaldo)”. Mediante a isso, analiso

que Oswaldo parece não ter achado “certo” ter de servir um café às visitas. Isto, assim como “chefiar” as tarefas domésticas, seria, para ele, uma atribuição à figura feminina e que à ele “o certo é dar uma mão né (Entrevistado Oswaldo)”. Parece haver aqui valores morais e éticos atribuídos à figura da mulher e do homem pelo participante Oswaldo. Neste sentido, frente ao exposto, entendo que a fala de Oswaldo se remete à uma linguagem que legitima a distinção/dominação masculina e estabelece ações e atribuições simbólicas para a socialização dos homens e detenção de privilégios ante às mulheres (Núñez Noriega, 2008).

Estas ações e atribuições simbólicas, a saber, faz referência à comparação entre os sexos e demonstra a desigualdade culturalmente e socialmente construída entre os dois (Castillo & Oliveira, 2005). No que tange à estas diferenças, o participante Frederico narra:

Ana: hm. Que mais que a mulher é e o homem é?

Frederico: por exemplo. É... no modo de reagir.

Ana: então vamos lá, o homem e a mulher.

Frederico: é reagir. A reação do homem é totalmente diferente da mulher.

Ana: e como é que é essa diferença?

Frederico: a diferença é na... na... a mulher tem a emoção quando vê as coisas acontecer... entendesse? Por exemplo, ela vê assim, por exemplo, o filho faz um, um... uma bagunça no lugar, ela tem aquela calma, aquela facilidade de esperar logo mais pra conversar com o filho

Ana: hmmm

Frederico: e na minha opinião o pai ele já chega, já é mais duro. Ele vê na hora e já cobra na hora o filho. A bagunça que ele fez. Pra consertar a bagunça. E a mãe é mais leve, mais, deixa mais ... vamo dizer assim, ela não tem muita atitude de... de... que o pai tem, na minha opinião (Entrevistado Frederico)”

(...)

“Frederico: é por causa da mulher ser sensível. Se ela falar uma palavra agressiva pro filho, pra filha, ela vai ficar pensando com

aquilo na cabeça “meu deus”, vai se arrepender, talvez, até, se culpar... entendes? E voltar e pedir desculpa pra filha do que ela falou... entendes? E dai já é uma brecha pra filha falar... talvez até fazer a mesma coisa que ela fez antes. E o pai, falando com o filho, entendes? É mais diferente. O pai chegar e falar com o filho, ele só fala uma vez. Entendes? E não tem, não tem negócio de voltar atrás e pedir desculpa (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017)

A partir desses trechos de fala, percebemos que Frederico parece entender que a figura materna pode possuir as seguintes atribuições: é leve, tem mais emoção, calma, tem facilidade em esperar logo mais para conversar com o filho, não tem muita atitude. Já à figura masculina, o participante diz que o pai chega e fala só uma vez, não tem esse negócio de voltar atrás e pedir desculpa e tem um modo de reagir diferente da mulher. Sobre isso, aponto que estes sentidos destinados à figura feminina e à figura masculina dão visibilidade para sustentar o que as teóricas pós-estruturalistas de análise de gênero falam a respeito do caráter performativo, repetitivo e contínuo do gênero, que produz modos de ser e de se pensar em nossa sociedade (Butler, 2006; Butler, 2015, Scott, 1990). Além disso, analisar estes trechos nos leva a pensar como as subjetividades destes homens são passíveis de serem vistas como produtos culturais, históricos e sociais alocadas em um contexto específico (Gergen & Gergen, 2010; Iñiguez, 2003).

Logo, podemos inferir que, uma vez sendo a subjetividade construída desta maneira, o fazer pensar sobre novas possibilidades de se compreender o caráter performático do gênero, faz com que sejam problematizados os pilares simbólicos que sustentam a “diferença” entre os sexos. Essa ação, por sua vez, se configura como uma ferramenta interessante de ser utilizada para o enfrentamento da violência contra as mulheres, uma vez que podemos pensar que este fenômeno se molda por meio das tramas narrativas, relacionais e de significados disseminados pela linguagem.

Entender como os participantes dão sentido à etiqueta social “homem” e atribui à esta figura ações e comportamentos esperados, além de ser uma via para compreender como os sujeitos desta pesquisa compreendem à própria subjetividade, a análise sobre isso também auxilia

para que seja confeccionado um “olhar mais amplo” sobre a violência contra as mulheres, já que, para ter uma compreensão do “todo”, faz-se necessário analisar os dois pilares que se sustentam esta relação.

Neste sentido, um olhar direcionado ao entendimento do “ser mulher” e do “ser homem” em nossa sociedade e como estes “seres” e as atribuições dadas destinadas à cada um formam valores morais e éticos, auxilia para que pensemos a respeito de como a ética e a moral confeccionadas a partir de tais etiquetas podem ou não criar um terreno propício para o surgimento da violência contra as mulheres.

Ainda, analisar esta conjuntura contribui para que pensemos a respeito de como estas atribuições, valores morais e éticos relativos ao ser homem e ao ser mulher na nossa sociedade pode moldar sentidos de família ideal, baseando-se na performance esperada por cada membro familiar, sob perspectiva do gênero. Problematizando sobre isto, pergunto à leitora ou ao leitor: existiria uma relação entre o não cumprimento de expectativas sobre o “ser mulher” em uma família, uma justificativa para ação violenta? Até que ponto o homem, por “ter de ser homem” e por ser construído mediante uma conjuntura de regras de uma masculinidade ideal que, comumente, está correlacionada a uma figura forte/viril/valente, entende que o ato violento poderia ser uma “característica” do “ser homem” na nossa sociedade e a (re)produz?

Aprofundando mais sobre o entendimento da construção do “ser homem” em nossa sociedade e ancorando-me em um estudo realizado por Banin & Beiras (2016) aponto que ante às regras de uma masculinidade ideal socialmente e culturalmente construída, frequentemente, os sujeitos deram a entender que parece existir, em suas compreensões de mundo, uma relação existente entre violência contra as mulheres e masculinidade. Digo isto, pois, as criações em contextos com ausência de carinho, especialmente paterno e “*no estilo de brutalidade*” (Entrevistado Frederico), parecem ter contribuído para que as trajetórias de vida dos participantes construíssem modos de ser e de se pensar que consideram o ato violento como um resultante de toda esta conjuntura, como uma ação passível de justificativas baseadas no processo de subjetivação dos homens ante a uma masculinidade ideal tão esperada. A violência, então, pode ser entendida como parte deste processo, parte das ações e comportamentos esperados do “ser homem” em nossa sociedade.

Seguindo esta linha de raciocínio, vale ressaltar aqui que este pensamento não tangencia para que olhemos para os homens como vítimas. Pelo contrário. Volto à atenção para o processo de construção das masculinidades dos homens para pensarmos acerca de como os seres humanos são integrados nos contextos sociais e, especialmente, como nós

somos construídos por eles. A intenção, então, foi de enfatizar que, pensando que existem atribuições, descrições e “moldes”, disseminados pela linguagem e relativos ao masculino e ao feminino, modos de ser e de se pensar são construídos e atravessados por pensamentos e por práticas discursivas relacionados a isto, fazendo com que implicações e efeitos de sentido adquirem lugar no processo de subjetivação destes sujeitos. Vale ressaltar também que pensar sobre o masculino não é (re)vitimizar as mulheres. Aqui, não me centro nos homens e/ou invisibilizo as mulheres. A preocupação é entender o fenômeno da violência como “um todo”, logo, dou atenção especial para ambos os polos que constroem a relação violenta. Neste sentido, pergunto à leitora ou ao leitor: até que ponto o modo pelo qual os processos de subjetivação dos sujeitos e os sentidos dados às etiquetas “homem” e “mulher” que moldam valores morais e éticos baseando-se nelas, contribui para justificar e/ou ocasionar a ação violenta?

Pensando sobre isso e constatando que os sentidos de masculinidade se dão em contraste com os sentidos de feminilidade (Connell, 1995), vejo a necessidade também de apresentar, para dar prosseguimento à esta discussão, sobre os sentidos de “mulher” nas narrativas dos homens autores de violência.

9.2.2 OS SENTIDOS DE “MULHER” NAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Paralelo aos sentidos de masculinidade (Connell, 1995), os sentidos atribuídos à figura feminina são também ações sociais (Connell, 1997) que constantemente se refere à corpos e aos seus comportamentos, mas não é uma prática social reduzida a um corpo, pois a biologia não determina o social ¹⁹(Connell, 1997, p. 6). Compreendido acerca disso, esta subcategoria é caracterizada por narrativas que demonstram como os sujeitos desta pesquisa concebem, compreendem, dão sentido e atribui funções e comportamentos ao “ser feminino”. Para iniciar esta discussão, trago trechos da narrativa de Rogério:

Rogério: Do que tu quer mais do lado feminino? O lado feminino é da mulher, da

¹⁹ Tradução livre de trecho na língua espanhola retirado do texto de Connell (1997).

*porta pra dentro da casa, ela sabe tudo, ela sabe tudo que rola. O homem fala que sabe. Mas não é 100% não. A mulher sabe dentro da porta de casa a mulher sabe tudo, se tem papel higiênico, tudo que falta dentro de uma casa. Comida. ai é o lado feminino da mulher, ela saber respeitar, educar os filhos. E também ser feminina com o macho né, com o marido dela, não pros outros, pra fora.
(Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017)*

Nestes trechos destacados, é possível interpretar que a narrativa do participante está relacionada à manutenção do que se atribui, comumente, à figura feminina em nossa sociedade. No que tange à isso, aponto que, para Rogério “o lado feminino”, o “ser feminino” é caracterizado por alguém que sabe tudo de dentro de casa, principalmente no que se refere aos afazeres e manutenção física doméstica; alguém que educa os filhos, alguém que sabe “respeitar”; alguém que é feminina ao “macho”, ao marido e não para os outros”.

A respeito dessa interpretação e de acordo com Ferreira (2013) aponto que o participante sustenta a ideia dicotômica de homem versus mulher, trazendo, em sua fala, que à mulher, espera-se que ela engravide, cuide dos membros da família e eduque os filhos do casal e que desempenhe comportamentos sutis, delicados, sensíveis e maternais.

Ainda sobre as atribuições dadas à figura feminina em contraste com à figura masculina e reafirmando o que já discutido na subcategoria anterior, destaco o trecho de fala de Frederico que diz:

Ana: então o homem consegue...

Frederico: consegue administrar mais

Ana: administrar mais?

*Frederico: porque a mulher é mais sensível
(Entrevista Frederico)*

Diante desse trecho, retomo o que os teóricos Beiras (2008) & Rodríguez & Vázquez (2008) apontam em seus trabalhos. De acordo com as autoras e os autores, a masculinidade se relaciona também com diferentes categorias sociais como o trabalho, tecido social, família, sexualidade, homofobia, globalização, corporeidade e etc (Beiras, 2008; Rodríguez & Vázquez, 2008). No que se refere ao trabalho, espera-se que

os homens sejam responsáveis e provedores do lar. Em outras palavras, espera-se que eles administrem, comandem e coordenem o lar e as atividades sociais em que se impliquem. Em contraste, à mulher, como é entendida como “um ser mais sensível” (Ferreira, 2013) à ela, atividades relacionadas mais à emoção, ao cuidado do lar e dos filhos são destinadas. Ainda, percebe-se, nas falas dos entrevistados, que “o homem, ah, ele também, o certo é dar uma mão né”(Entrevista Oswaldo), mas que “a rainha do lar é a mulher” (Entrevistado Rogério). Este pensamento também pode ser mais bem ilustrado no trecho de narrativa do participante Oswaldo:

Oswaldo: as tarefas da mulher é cuidar da casa, né. É manter o que faz na casa, uma limpeza, aquilo outro...

Ana: uhum

Oswaldo: mas se os dois se entende, dai os dois vai lá. Que nem uma vez, eu nem peço pra ela! Eu olho tá faltando uma coisa na casa, uma coisa ou outra, eu mesmo levo pra casa. Eu já nem peço. Eu vou lá e já comprei e já trouxe!

Ana: e as tarefas dos homens?

Oswaldo: os homens é manter o serviço, ver né, ver a casa, ver no que tem pra ajudar, né

Ana: uhum”. (Entrevista Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)

No entanto, é possível inferir que esta “mão”, essa “ajuda”, pode ter certos limites. Seguindo este pensamento, Frederico diz que:

Frederico: só que as vezes... a mulher, a mulher, no final de semana, ela acha que eu faço muito pouco.

Ana: hm

Frederico: Entendesse? Ela as vezes é mais exigente e quer que ele faz mais coisa do que ela! Entendesse? E na verdade tem homem que não faz nada dentro de casa! Tem homem que só chega e senta. Toma seu banho e senta na mesa e pergunta que que fez pra ele, Entendesse?

Ana: *uhum... então o homem*

Frederico: *e dessa forma, eu acho errado! Eu não concordo de agir dessa forma...porque eu sei que ela trabalhou também. Entendes? Eu sei que eu tenho meus filho pra cuidar também... e eu sei que tem pessoa que ajuda nas tarefa de casa, entendes? E...*

Ana: *então, o homem pega então e aux... você acha que é certo então o homem auxiliar as mulheres nas tarefas de casa?*

Frederico: *auxiliarem as mulheres na tarefa de casa. Fazer, e ver. Não precisa nem dela mandar. Se ta dentro de casa, tem que tá no controle e ver o que a mulher ta fazendo.*

Frederico: *cobra mais da mulher do que ela o homem. Porque a mulher tem o preconceito de dizer pro homem varrer, dai ta o banheiro cheio de calcinha, vai lá fora e estende, lá no varal, lá. O homem não vai. Tem homem que não aceita.*

Ana: *hm*

Frederico: *porque os amigo vao ver. Ai vem o preconceito: oh, o cara lá, a mulher dentro de casa e ele lá estendendo calcinha na... na... que coisa feia*

Ana: *aah... ai não pode, né? Vem... o*

Frederico: *vem o preconceito. Vem o preconceito do machismo.*

Ana: *hmmm*

(Entrevista Frederico, diário de campo, Agosto de 2017)

Ao analisar o trecho de narrativa, é possível inferir que, para Frederico, a mulher é quem deve fazer mais na casa, mas que o homem tem que auxiliar. Entretanto, este auxílio tem limites: pendurar as calcinhas da mulher no varal, por exemplo, já ultrapassa os limites da ajuda dentro de casa.

Outro ponto relevante que destaco é a respeito da “supervisão/proteção” atribuída à figura masculina. O homem, segundo Frederico “*Se tá dentro de casa, tem que tá no controle e ver o que a mulher tá fazendo*”. Analisando este trecho, parece haver aqui a

reafirmação de uma disparidade entre a figura feminina e a figura masculina (Ferreira, 2013; Connell, 1997; Moreno, 2016, Beiras, 2008). É possível pensar que o homem é quem deve estar no poder. É quem deve controlar e supervisionar. A mulher, no caso, deve ser a protegida, a amparada.

Pensando sobre estas atribuições de comportamento, bem como na naturalização destes pensamentos, pergunto: até que ponto a naturalização destes comportamentos pode manter uma ordem que dá legitimidade para a ação violenta? Questiono isto, pois, uma vez que ao homem dá-se a força e a proteção e à mulher o amparo e o cuidado, podemos pensar que os comportamentos considerados desviantes à estas expectativas, podem sofrer sanções. Podem sofrer questionamentos, na medida em que não são considerados “corretos”. Disseminada pela linguagem e possível de ser identificada nas narrativas uma distinção entre comportamentos certos e errados, segundo uma perspectiva de gênero, os participantes, então, parecem utilizar destas noções dicotômicas para justificar, mais uma vez, sua ação violenta.

Outro exemplo que reafirma essa disparidade, essa diferença simbólica entre homem e mulher e que dá espaço para importantes problematizações é outro trecho de fala de Frederico. Segundo o participante:

Frederico: companheirismo é você tá junto com a mulher né. E a mulher com o homem, porque hoje tá tudo meio individual. Hoje a mulher levanta de manhã cedo e fala: ah, hoje eu vou pro centro. Entendesse? Ai o homem, ele já fica quieto né? Porque é serviço de mulher. Entendesse? Ela... ela não tem a estrutura de dizer assim, ah vou lá comprar uma roupa, vamo junto comigo? Não! Ela pega e vai sozinha comprar roupa. Entendesse? O homem também, se ele vai no bar ou ele vai numa festa, que é só homem, entendesse, ele não tem aquela atitude de convidar e falar, não... mesmo que seja homem, eu vou levar minha mulher junto! Entendeu? Então tem muita diferença entre os comportamento...as desculpa... tá faltando muito união sobre o casal, hoje em dia

*(Entrevistado Frederico, diário de campo,
Agosto de 2017)*

Ao analisar este trecho, de antemão, volto a atenção para a palavra “estrutura”. Parece que o entrevistado se remete à série de comportamentos e atitudes esperadas do “ser mulher” em nossa sociedade. O “*ela não tem estrutura de dizer assim...*” parece referir à uma “falta de capacidade” da mulher atribuída pelo participante de expor o que sente, o que deseja. Ainda, destaco aqui é a respeito da escolha dos exemplos para definir as atividades de lazer de cada um: Frederico cita ir ao centro/fazer compras/comprar roupa, como atividades femininas e diz que ele vai ao bar, ao boteco, que, aparentemente parece ser lugar “só de homem”.

Pensando a respeito do “porquê” destas atribuições, retomo brevemente o processo histórico no qual a categoria da mulher esteve submetida. Antigamente, a mulher era considerada um “homem inacabado”(Laqueur, 2001) e o ser feminino era visto como um ser inferior, ligado, estritamente, à reprodução humana. Na idade média, houve uma associação entre a mulher e a bruxaria. Calamidades e tragédias, dessa forma, foram atribuídas como resultados da “ação maligna” das ditas “bruxas”. Com isso, muitos corpos femininos foram queimados vivos nas fogueiras da Inquisição.

A visão sobre corpo feminino, correlacionada à constructos como a reprodução, a sexualidade, a pureza, a beleza e a delicadeza, permaneceu entre os séculos XVIII e XIX. A sociedade ocidental via um corpo belo, mas não o reconhecia enquanto um ser capaz de se profissionalizar, votar e estar presente em salas de aula. Para justificar isto, a medicina da época afirmava que a educação poderia atrofiar os órgãos reprodutivos e/ou masculinizar as mulheres.

O século XX, mais precisamente a feminista Simone de Beauvoir merece destaque na História das Mulheres. Em seu livro “O Segundo Sexo”, publicado em 1970, Simone inicia uma “reviravolta” ao afirmar que a mulher é um Outro, diferente do que se compreende por “ser homem”. Sobre o “ser homem”, vale apontar que, até o presente momento, não se falava do ser humano se referindo à mulheres. Livros e enciclopédias, versavam sobre a figura do “homem” correlacionando ela à ideia de humanidade. Fala-se de “Homem de Neandertal”, “Homem pré-colombino”, como se as mulheres de neandertal ou pré-colombinas não existissem. Nesse contexto, pergunto à leitora ou ao leitor: quantos materiais efetuados por teóricas mulheres são lidas durante a escolarização?

Há de se reconhecer, portanto, que as mulheres, ao longo do tempo, foram invisibilizadas e estigmatizadas como seres inferiores. Isso, ainda hoje, é explicitado: basta entrar em uma loja de brinquedos infantis e se reparar com o fato de que na seção de “meninas” as bonecas, panelinhas e jogos destinados ao cuidado do Outro estão em massa nas prateleiras, enquanto na seção de “meninos”, objetos de “movimento” e ação são os mais cobiçados. Este processo, a saber, remete-se a famosa frase de Beauvoir (1990) “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”.

Neste processo de tornar-se um sujeito nos moldes femininos ou masculinos, as atribuições sexuais de gênero fazem sentido. Faz sentido dizer que tal comportamento é de homem ou de mulher, pois, no decorrer da história aprendemos dessa forma. Torna-se estranho pensar de outra maneira. Mais do que estranho, por vezes, é crime, é motivo de calúnia e difamação. Os seres humanos não somente moldam a história e a cultura, mas moldam corpos, a depender do que se espera deles.

Após este longo parêntese, saliento, mais uma vez, que o conceito de gênero e estudos que versam sobre a dicotomia entre homens e mulheres socialmente e culturalmente construída são muito importantes para oferecer subsídios para o questionamento da desigualdade simbólica existente entre o masculino e o feminino, bem como sobre as atribuições sociais relativas a cada gênero.

Ainda pensando a respeito desta emancipação feminina possível de ser retratada no trecho acima e para finalizar esta subcategoria, destaco duas falas, uma de Rogério e outra de Frederico. Frederico diz que:

Frederico: (...) Por isso que hoje, hoje ta mais fácil de você temos que conversar pra se entender sobre esses objetivo. Entendesse? Já.. hoje... consegue... A mulher não concorda de você palpitar? Vai lá sai com uma mini-saia. O homem hoje ele deixa, ele não tem uma preocupação de outro homem olhar pra ela. Tanto que nem antigamente. Porque antigamente o que era teu, era teu!”

(Entrevista Frederico)

Ana: E, que você tinha dito né... elas tão virando “machões”...

Rogério: Machões! Ela quer bater de frente com o homem, ela ta sendo... ela quer, porque assim, não é a lei não protege elas. Protege

sim. Mas aqui no papel. Lá na vida lá fora, não. Então ela tem que ser feminina, porque ela tem tudo com o homem se ela souber usar o que tem melhor. Uhum... Porque quando ela foi pra casar com aquele homem ela de repente ela enfrentou a irmã, de repente enfrentou o pai, de repente ela enfrentou a mãe, porque eu quero fulano!”

(Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017)

Mediante estes dois trechos, percebo que Rogério e Frederico parecem demonstrar certa “saúde” da mulher de “antigamente”. Aqui, parece-me que os participantes desejam que as condutas normativas relativas a desigualdade de gênero sejam mantidas e que a mulher seja ainda compreendida como um ser dócil, delicado e amoroso.

Atentando-me à expressão “machões” da fala de Rogério, é possível inferir que, arraigado nela, está a ideia de que as mulheres “de hoje em dia” estão batendo de frente com o homem, não tem preocupação de outro homem olhar para ela, “logo”, estão deixando de ser “femininas”. A esta colocação, pergunto: como é possível compreender o que diz esta fala? Como ela se remete aos padrões socialmente e culturalmente construídos à figura do feminino e do masculino?

Mergulhando com este entendimento, portanto, é possível inferir também, que os participantes dizem que antigamente, parecia que ser mais fácil lidar com as mulheres, já que “o que era teu era teu!”. Neste sentido, os entrevistados parecem fazer alusão ao modo como o patriarcado operou/opera na sociedade: atribuindo privilégios aos homens e domínio sobre as mulheres (Macedo & Amaral, 2005).

Isso é possível de ser pensado, pois, nem Rogério, nem Frederico parecem legitimar a vontade das mulheres de exercerem domínio sobre si própria. Parece que elas “devem” seguir um padrão, operar conforme a divisão dicotômica, binária e heteronormativa socialmente e culturalmente construída (Butler, 1990, 1993, 1997, 2006). Parece que, se acaso não desempenharem tais condutas e atribuições sustentadas pelo processo histórico do “ser mulher” (Rodríguez, 2001), elas estão sujeitas à juízos de valor, a etiqueta de “machões”. Ainda, visto que a figura do feminino só existe em contraponto com a figura do masculino, a apresentação de comportamentos desviantes aos destinados à figura da mulher, seriam, assim, representações do masculino, do macho. Com isso, parece que a “mulher de hoje em dia”, estaria tomando o “lugar” do homem. Antes, a

divisão era mais clara. Hoje, a mulher está se apropriando de um lugar, de um posto que não é o seu. É do macho. É do homem. Pensando neste sentido, o que podemos inferir acerca disso?

Debruçando mais além da dicotomia homem-mulher, parece que ao “tomar o lugar do homem”, a mulher então parece questionar/desmistificar e desapropriar a performatização do “legítimo homem” que está ao seu lado. Isso, por sua vez, pode fazer com que o homem se sinta “menos” homem ao lado desta mulher. Parece que perde a sua função, a sua “identidade”. Estar ao lado de uma mulher “machão” o faz sentir-se como? Mais “feminino”? Menos viril, importante, “útil” ou, até mesmo, menos “ele mesmo”? Isto seriam motivos para se afastarem desta “mulher-machão”?

Pensando sobre isso, parece que a emancipação da mulher e sua apresentação enquanto um ser independente e forte estaria ligada a um “roubo” do lugar do homem socialmente e culturalmente construído. Este “delito”, por si só, parece não muito bem aceito. Compreendendo ele desta maneira, então, ele seria questionável e passível de problematizações. Por que um ser, historicamente, culturalmente e socialmente moldado para ser submisso, sem “opinião própria” e à disposição do homem é hoje alguém que dita também normas, regras e tornou-se um sujeito propriamente dito? Isto poderia ser interpretado como uma “ameaça” ao “homem legítimo” desta mulher? Como os entrevistados apresentam, em suas narrativas, estas questões? Parece que eles trazem uma pressão para que homens e mulheres mantenham estas posições já legitimadas, por serem mais “fáceis” de lidar?

Ainda pensando sobre estas perguntas, retomo um outro ponto que merece destaque e dialoga com as posições legitimadas ao ser masculino e ao ser feminino. Este ponto, refere-se ao uso das roupas pela categoria mulheres. Problematizando esta questão, é possível inferir que Frederico, ao dizer sobre o uso da mini-saia, não estaria se referindo à vestimenta como um material cuja “função social” seria o de aquecer o corpo e mantê-lo protegido do contato com microrganismos que o causam mal.

Enfatizando que, hoje em dia, o homem deixa a mulher usar mini-saia, porque “não tem uma preocupação de outro homem olhar pra ela”(Entrevistado Frederico), é possível pensar como o participante evidenciar o uso da mini-saia como um ato político. Neste trecho, ele ressalta a mini-saia e não outra peça de vestuário. Por que este foco? Por que o homem deveria deixar ou não deixar a mulher usar mini-saia? Por que parece que antigamente ela não poderia usar e hoje o homem “deixa”?

Pensando nestas perguntas, vejo a necessidade de discutir sobre como a vestimenta pode referir-se à uma ação social do vestir-se, e como entender desta maneira traz a ideia de que as roupas podem falar de “lugares” políticos, sobre o “de onde vem”, “para onde vai”, “o que questionam” os seres.

Para discorrer sobre este primeiro ponto, convido o autor Lipovestky (2007) para a discussão. Em seu texto, ele ressalta que a vestimenta enquanto instrumento de moda surgiu para propagar padrões normativos de se vestir e se portar. Neste sentido, roupas específicas eram destinadas para compor a aparência de nobres e burguês, com o intuito de diferenciá-los como pertencentes às classes e funções sociais distintas. Pensando sobre isso, questiono: o que a mini-saia, então, diz a respeito sobre o “ser e estar mulher” na sociedade?

Refletindo acerca disso, é possível compreender que o processo de subjetivação da mulher e o modo pelo qual esta categoria foi submetida ao longo dos anos, pode estar ligada também aos utensílios de moda e de vestimenta destinada à ela. Neste sentido e ancorando-me, novamente no que diz Lipovestky (2007), saliento a necessidade de investigação da possível relação existente entre os padrões estéticos propostos e as questões de gênero pertinentes.

Um exemplo disso é o caso do uso das calças jeans pelas mulheres, um símbolo e um movimento de uso que pode ser considerado representativo para a história das mulheres do Ocidente. Em termos explicativos, durante a década 30, raramente se via uma mulher andando nas ruas da cidade usando calças. Esta peça fazia parte do vestuário masculino. Às mulheres o correto seria usar chapéus, luvas e meias e, inclusive o uso das calças por mulheres era proibido por lei em Paris, pelo decreto de 1799. No entanto, com todas as reverberações oriundas da Segunda Guerra Mundial e com a criação da calça comprida pela francesa Coco Chanel, as mulheres não só conseguiram conquistar o direito de usarem calças, mas este movimento caracteriza-se como um ato político, uma revolução que questionou o lugar da mulher na sociedade (Crane, 2006).

Após este parênteses histórico, direciono meu olhar, novamente aos trechos destacados para discorrer a respeito de um outro ponto importante: sobre a questão do belo, da beleza e da delicadeza. Pensando sobre estas atribuições e adjetivos, é possível compreender que, uma vez que somos seres sociais confeccionados por meio da linguagem (Gergen, 1999) e somos interpelados a todo momento pelo Outro que pode nos julgar (Butler, 2015; Adorno, 2001), a nossa noção de “belo” e de

“beleza” não é subjetiva. Ela é uma construção social: o que hoje é considerado belo, pode ser que, antigamente, não o era.

Destrinchando a fala de Rogério, em que ele diz que a mulher “*tem que ser feminina*” e ancorando-me aos sentidos comumente atribuídos à figura feminina, é possível inferir que esta postura, este lugar fixo feminino pode ser afetado pelos padrões do belo e da beleza disseminado na sociedade. Se analisarmos, por exemplo, revistas destinadas ao público feminino, deparamo-nos com anúncios de dietas para emagrecer, truques de beleza, problematizações acerca das relações amorosas e outras questões que parecem reforçar a ideia da beleza como uma responsabilidade social da mulher (Lipovetsky, 2000). Sobre este pensamento, pergunto: o que podemos inferir sobre isso? Como a noção socialmente e culturalmente construída do belo e da beleza depositada na figura da mulher pode dar margem para o aparecimento da violência contra as mulheres? Por fim, pensando sobre estas perguntas e problematizações oriundas do processo de análise destes trechos, destaco: como as características e comportamentos comumente atribuídos à figura feminina e à figura masculina em nossa sociedade se relacionam com a violência de gênero?

Deixando estas perguntas em aberto para que a leitora ou o leitor possa pensar sobre e com o intuito de dar prosseguimento na análise da última subcategoria e desta pesquisa, destaco que problematizar a respeito dos sentidos dados à figura feminina em nossa sociedade é, por si só, problematizar e inferir sobre como estes sentidos atravessam e confeccionam fenômenos e dinâmicas sociais. Além disso, aponto a importância de se pensar sobre os lugares fixos do ser homem e do ser mulher, para dar espaço para que sejam legitimadas outras formas de ser e de estar no tecido social. Com este pensamento, passo para a terceira última subcategoria que se refere aos sentidos de família atribuídos pelos homens autores de violência.

9.2.3 OS SENTIDOS DE “FAMÍLIA” NAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

*Que a sua família precisa de você
Lado a lado se ganhar pra te apoiar se
perder*

*Falo do amor entre homem, filho e mulher
A única verdade universal que mantém a fé
(Racionais Mc's)*

Apresentados os sentidos atribuídos às etiquetas “homem” e “mulher”, esta subcategoria reúne conteúdos referentes aos sentidos de “família” que foram possíveis de serem identificados nas narrativas dos homens autores de violência. De antemão e inspirada pelos dizeres da letra dos Racionais Mc's que representa como a entidade familiar é percebida pela sociedade, destaco que, em todas as narrativas, percebi uma valorização da entidade familiar. Levando isso em consideração, começo com o trecho de fala do participante Rogério:

Rogério: Só que a família é a básico é o ... de tudo, independente . Cada um vai criar um caminho se separou. Mas a união entre os dois tem que permanecer. Pela geração dos filhos que tem.

Ana: Ai você falou muito do valor do respeito, você pode contar um pouquinho?

Rogério: O respeito é simples, o filho tem que respeitar o pai, o pai tem que respeitar o filho, isso é normal. Mas o respeito maior é entre o homem e a mulher.

(Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017)

Entendida como “o básico de tudo” (*Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017*), a visão de família do participante em questão se remete ao modelo burguês-liberal, que entende que a família se justifica a partir de um vínculo amoroso entre homem-mulher (Carvalho & Mansano, 2017). Podemos perceber isso pela ideia passada de que independente da mulher e do homem estar junto ou não, a família é o básico de tudo e que esta união é a responsável, pela óptica de Rogério, pela “geração dos filhos que tem” (*Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017*).

Rogério, dessa forma, ilustra para nós a visão tradicional de família, centrada nas relações de aliança (relação entre os pais), filiação (relação entre pais e filhos) e consanguinidade (relação entre irmãos) (Osório, 1996). Ainda, pode-se perceber que o entrevistado prevê que a união entre homem-mulher pode ser rompida, o que nos remete a pensar

que há uma ideia de que a eternidade das relações é questionável e que as famílias podem ser remodeladas (Vaistman, 1994). No entanto, por mais que este pensamento seja demonstrado pelo participante, o respeito, a união, a “estrutura familiar” deve permanecer.

A respeito dessa “modelo burguês-liberal”, percebo um “lamento” pela sua ausência ou “desestruturação” na fala do participante. Para ele, “independente da mulher e do homem tá junto ou não”, a união tem que permanecer. Ao analisar esta fala, o “independente” traz, em si, uma ideia de que o “certo” era a mulher e o homem estarem junto, mas, devido às causalidades da vida, “independente” deles estarem juntos ou não, a união deve permanecer.

Para Frederico este modelo, bem como o respeito também são considerados valores importantes de uma família. Para este participante, “*os valores importantes de uma família... é em primeiro lugar, é o entendimento. Poder sentar e conversar. Um filho, a esposa*” (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017). A colocação de “*um filho, a esposa*” na narrativa de Frederico, nos faz pensar que este participante também entende a família no modelo burguês, pautado na relação pai-mãe-filho. Ainda, percebe-se que, na concepção de Frederico, para que haja uma “boa” relação permeada nesta dinâmica triangular é necessário que haja “entendimento”, o que Rogério aponta que é o “respeito”.

É possível inferir também que este “entendimento”, este “respeito” possui uma forma de ser construído, de ser apresentado. Para Frederico, por exemplo, para que haja o “entendimento” cabe aos membros familiares entender que o pai deve falar com o filho e a mãe não deve se “meter”. Segundo ele:

*“Frederico: ah, o que seria errado numa família que eu acho assim na convivência, o pai assim, com o filho...entendesse? é o... quando o pai falar com o filho...a mãe não se envolver. Entendesse? Porque os conflitos que existem hoje com a mãe, o pai e o filho, é porque, geralmente, a mãe apoia sempre os filhos. Se o pai quiser dar uma bronca ela não vai aceitar. Então essas coisas negativa que tem dentro da da de uma família hoje né
Ana: então quando o pai tá conversando com o filho... a mãe não...*

Frederico: Não! Não. Porque dá um vínculo de vantagem por causa que é mãe, entendesse?

Ana: por que? Al...

Frederico: porque a mãe sempre passa a mão na cabeça

(...)

Ana: hmm... e aí a mulher então, teria que fazer o que?

Frederico: ela teria que deixar o pai conversar com o filho. entendesse? O que ele tinha que dizer, escutar ou ficar de lado, pra depois... pra depois ela chegar e conversar com o pai. Pra ver o que tava certo. O que o pai falou certo pro filho. Primeiro o pai com o filho, depois a mãe e o pai junto. Pra entrar num consenso pra ver qual seria a fo... o mais certo pra poder resolver o problema do filho.

(Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017)

Frente ao exposto, é possível inferir que Frederico entende que a mãe é a responsável “*pelas coisas negativa que tem dentro de uma família*” (Entrevistado Frederico), pois ela “*passa a mão na cabeça*” do filho, causando o desentendimento na relação pai-filho. Em termos interpretativos e buscando entender “o que diz este texto?”, considero que, para Frederico, existem princípios éticos e valores morais a serem seguidos dentro de uma família.

Sobre eles, interpreto, por meio da análise da fala de Frederico, que o “errado” é a mãe se “envolver” na conversa entre ele e o filho. Se ela se envolver, há conflitos, segundo sua concepção. Vemos, então que há uma dinâmica relacional possível de ser identificada: à mulher, cabe a ela não se envolver na relação entre pai-filho. Se ela se envolver, há conflitos, há violência. Se não se envolver, a dinâmica flui, há o entendimento familiar.

Ainda sobre este trecho e ancorando-me nos estudos sobre masculinidades, aqui também consigo perceber que Frederico atribui à figura do pai uma “força”, um modo de ser coercitivo que, segundo ele, é mais eficaz para a educação dos filhos. Pois os filhos respondem por “respeito”. Um respeito que, por mais que se apresente como um medo, dá a resposta que se espera: o filho escuta e faz o que se espera que ele

faça. Para o participante, a mulher deveria entender isso. Deveria entender que o pai possui mais “voz” ao falar com a criança que ela, pois seu jeito de conversar é diferente, pois ela sempre apoia os filhos. Para não haver violência e “coisas negativas dentro da família” é preciso que a mulher não se intrometa na relação do pai com o filho. É necessário que ela se insira nas posturas adequadas à figura feminina e deixar com que ele, o homem, exerça sua série de condutas e posturas que se alinham com uma figura simbólica masculina (Connell, 1995; Ferreira, 2013, Moreno, 2016).

A partir destas análises, encontra-se que tanto Frederico, como Rogério, apontam um lugar pré-estabelecido para cada membro familiar da tríade pai-mãe-filho. Este lugar, a saber, tem atribuições e elas devem ser respeitadas conforme se espera, para que os problemas e conflitos não emerjam. Rogério, neste sentido, aponta que a mulher é “*rainha do lar*” e que e

ela sempre vai ser a rainha do lar. Nunca. é insubstituível... é insubstituível. Só que se ela não se colocar em seu devido ponto-lugar, ela vai ser simplesmente ... porque aí ela deixou extrapolar as coisas” (Entrevistado Rogério).

Sobre este “ponto-lugar”, o entrevistado diz que “*se ela se colocar em seu lugar. No respeito dela com os filhos, ela pode trilhar o caminho com outro homem mas ela tem que pôr o respeito, proteger os filhos e não expor os filhos*” (Entrevistado Rogério). Ao ser questionado sobre os comportamentos que faz com que a mulher se mantenha no lugar dela, Rogério diz: “*É simples. É só saber quando ela entrou pra dentro de casa e chega a pessoa que ela gosta, os filhos que ela ama, que veio dela né. Chegar, dar um beijo, dar um carinho, dar um respeito. Mostrar uma união, juntar eles. O fato principal*” (Entrevistado Rogério). Observamos, então, que segundo Rogério, cabe à mulher cuidar, amparar, dar carinho aos filhos e que estes comportamentos são traduzidos como o “respeito” para com a família.

O respeito, o entendimento, os comportamentos também são traduzidos e podem ser compreendidos como um compromisso, um pacto social (Pateman, 1993) nas narrativas dos entrevistados. Ancorando-me no conceito de Carole Pateman (1993) de “contrato sexual”, observo que a diferença simbólica e política sexual pode ser muito bem identificada nas falas dos participantes. Para eles, é evidente uma divisão entre o que é ser do “homem” e o que é ser “da mulher” dentro de uma família que se

referem à uma subordinação/submissão/sujeição feminina (Pateman, 1993).

Condizente com este apontamento, trago trechos da entrevista de Oswaldo. Para ele,

Oswaldo: família é um compromisso né, na verdade

Ana: um compromisso... um compromisso de quem?

Oswaldo: dos dois (risos). Dos dois né. Os dois tem que se entender e servir de exemplo pros filhos né. Que nem eu já sou um cara que vive pelo certo né, eu já não sou toda hora... tá tá tá tá tá. Ela não, ela já bate e berra, grita. É difícil isso.

Ana: vamos supor. Eu to assumindo um compromisso com você de pesquisa, né. Eu tenho minhas tarefas, você tem suas tarefas. Numa família, é que compromisso que existe? Quais são os compromissos de cada um?

Oswaldo: as tarefas da mulher é cuidar da casa, né. É manter o que faz na casa, uma limpeza, aquilo outro...

Ana: uhum

Oswaldo: mas se os dois se entende, dai os dois vai lá. Que nem uma vez, eu nem peço pra ela! Eu olho tá faltando uma coisa na casa, uma coisa ou outra, eu mesmo levo pra casa. Eu já nem peço. Eu vou lá e já comprei e já trouxe!

Ana: e as tarefas dos homens?

Oswaldo: os homens é manter o serviço, ver o serviço né, ver a casa, ver no que tem pra ajudar, né

(Entrevista Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)

Analisando este trecho destacado, é possível pensar que Oswaldo fala também de um modelo burguês de família, onde há o compromisso dos “dois” e que estes dois é, explicitamente, um homem e uma mulher. Ainda, à cada um, há uma série de tarefas a serem desempenhadas, que reafirmam uma posição de subordinação e submissão feminina,

condizente com tarefas comumente atribuídas ao “ser feminino” em nossa sociedade (Pateman, 1993). É possível inferir também que o entendimento “dos dois” (Entrevista Oswaldo) se baseia no fato dessas tarefas estarem sendo desempenhadas ou não. Baseando-se neste pensamento, parece existir uma ética circundada de valores morais envolvidos nestas atribuições: se, para mim, você desempenha as tarefas corretamente, de acordo com o que eu e a sociedade esperamos de você, ok, tudo fluirá. No entanto, se caso você não desempenhe, haverá conflitos, problemas.

Podemos pensar que estes conflitos e problemas podem ser derivados da expectativa que criamos a partir da figura do Outro que concebemos em nós. No caso de Oswaldo, analiso que ele esperava que sua esposa desempenhasse certas tarefas. Para ele, desempenhar aquelas tarefas é considerado “certo”. Na medida que não há o cumprimento do que ele esperava desta figura da mulher/esposa, existe uma quebra de expectativas em relação ao Outro.

Neste sentido, podemos entender que a moldagem destes conflitos é inerte ao tecido relacional do eu com o Outro: a partir da minha relação com o Outro, considerando que ela é contextual e está imersa em uma cultura e em uma sociedade específica, eu moldo valores éticos e princípios morais frente aos comportamentos deste Outro. Assim sendo, se acaso ele não suprir com o que “eu” (vulgo a sociedade também, pois o “eu” só é “eu” quando está em relação (Gergen, 1985; Gergen, 1999; Rasesa & Japur, 2005) espero, eu o julgarei, eu questionarei suas ações (Butler, 2015), portanto, crio um terreno propício para o surgimento de conflitos, discórdias. Neste sentido, percebo que o que o “eu” atribui ao Outro, ao como ele atribui, como ele entende o Outro e as relações, pode construir sentidos, conflitos, emoções e violências. Qualquer ação, qualquer acontecimento, dessa forma, deve ser entendido no âmbito relacional, no âmbito da relação, expectativas, desejos e sentimentos inerentes na relação eu-Outro.

As relações familiares, a partir dessa compreensão, também devem ser vistas a partir dessa perspectiva. O que o “eu” observa delas, entende delas e como ele atribui comportamentos e “pontos-lugares” (Entrevistado Rogério) à cada membro familiar tem relação com os acontecimentos e fenômenos que se inserem nestas relações, visto que somos seres construídos socialmente. Para ilustrar este pensamento, trago trechos da narrativa de Mário.

Mário: é. A mãe dela faleceu, né. Mas ela não foi capaz de nem ir no velório? “Essa aí, não incomoda mais”

Ana: ela quem?

Mário: mãe da minha mãe. Minha avó. Eu fui. Pra ver. Me tratou bem. Nem era pra ter ido, correr atrás?

Ana: mas por que você não era pra ter ido no velório? era sua avó?

Mário: “a casa que meu pai construiu, com muito sacrifício... veja, agora não dividiu? Essa outra ali que vem só nos domingo, comer... e beber nas costas dela”

Mário: mas como eu falei, é muita influência dos outros. Por exemplo, a única que veio visitar, a irmã lá da minha mãe, os parentes não quer nem saber. E família pra dar encrenca, eu quero distância! Ai já dava até um exemplo... a própria família não quer fazer uma visita, nem natal, nem páscoa. Só uma vez ou outra, também to vendo, não vai longe. Na frente trata na palma da mão, depois, por traz, eu já escutei cada coisa, mas eu fico quieto. Muita falsidade.

(Entrevistado Mário, diário de campo, Agosto de 2017)

A partir da análise desse trecho, compreendo que Mário entende que a família deve fazer visitas e promover festividades, como natal e páscoa. Frente à esta colocação, parece que o fato de não fazerem visitas e comemorarem certas festividades são alguns exemplos para sustentar a ideia de que a família em questão é uma família que “dá encrenca”(Entrevistado Mário, *diário de campo, Agosto de 2017*). Analisando este trecho, é possível entender também que Mário entende a família na " ideia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens" (Holanda, 1936, p.80), que se volta para o “cuidado”, para a “proteção” de seus membros. Mário também se apresenta horrorizado quando relata que sua mãe não fora no velório de sua avó. Interpreto o “*Ela não foi capaz de ir no velório!*” (Entrevistado Mário *diário de campo, Agosto de 2017*), então, como uma colocação de horror, de justificativa para sustentar a ideia de que sua mãe

pode ser vista como uma pessoa que não dá importância para a família e, conseqüentemente, contribui para que sua família seja um agrupamento “que dê encrenca”.

A partir da exposição e análise dos trechos acima, portanto, ressalvo que os entrevistados trouxeram, em suas narrativas, o entendimento da família enquanto aquela que deve estar condizente com o modelo burguês-romano, pautado na relação pai-mãe-filhos. Além disso, retomo os dizeres de Carvalho & Mansano (2017) para reafirmar a ideia de que constantemente, os problemas familiares são postos como problemas a serem resolvidos "entre quatro paredes", longe do olhar dos Outros e do Público. Deve-se “*sentar e conversar*” (*Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017*) para que haja entendimento e respeito na família e sequências de comportamentos, bem como atribuições de cada membro familiar devem ser seguidas para que tudo funcione.

É possível inferir também que, principalmente a mulher, ao não suprir com as expectativas depositadas à ela e “acordadas” no contrato sexual, lhe são questionadas suas ações e todo este movimento faz com que surja um ambiente não-amistoso, cenário propício para o surgimento de violências e desentendimentos. Finalizo a apresentação desta subcategoria com uma pergunta: como os sentidos atribuídos à entidade familiar se correlacionam com o aparecimento da violência contra as mulheres?

9.3 ANÁLISE TEMÁTICA DAS NARRATIVAS DOS HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA: Categoria III: Reflexões acerca da ética, moralidade, masculinidades e sentidos de família que criam justificativas para a ação violenta

Nesta última categoria convido a leitora ou o leitor a mergulhar na complexidade da temática desta dissertação para identificar como os sentidos acerca da noção de família e como os valores morais e princípios éticos envolvidos nesta conjuntura possuem relação com a violência contra mulheres. Esta categoria subdivide em: a) Princípios éticos e valores morais para a família, mulher e homem e sua relação com a violência contra as mulheres; b) Expressões de Masculinidades, Masculinidade Hegemônica e sua relação com a violência contra as mulheres. A primeira categoria busca localizar os sentidos de família e os

valores morais e princípios éticos envolvidos nesta conjuntura possuem relação com a violência contra mulheres. A segunda categoria visa identificar sentidos relacionados com as Masculinidades e com a Masculinidade Hegemônica idealizada pelo homem autor de violência.

9.3.1 PRINCÍPIOS ÉTICOS E VALORES MORAIS PARA A FAMÍLIA, MULHER E HOMEM E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Esta subcategoria buscou englobar os conteúdos presentes nas narrativas dos homens autores de violência que sinalizam como os princípios éticos e valores morais para a família, mulher e homem se relacionam com a violência contra as mulheres. De antemão, vale ressaltar que compreendo as etiquetas²⁰ sociais de “família”, “mulher” e “homem” como sentidos socialmente construídos. A família, a partir dessa compreensão, se configura como uma realização discursiva (Mcnamee; Martins & Guanaes-Lorenzi, 2015), logo, os sentidos acerca desta entidade social são moldados e negociados em cada momento sócio-histórico, a depender das práticas compartilhadas (Gergen, 1997). Isto quer dizer que entendo a dinâmica familiar como sendo relacionada às narrativas possíveis de serem acessadas na cultura em que estamos inseridos e a comunicação familiar se refere à vínculos afetivos construídos ao longo de um contexto histórico e cultural específico (Andolfi, 1988).

Com as etiquetas de “homem” e “mulher” vejo que acontece da mesma maneira: os comportamentos, atitudes e sentidos que são comumente atribuídos a elas são socialmente negociados e construídos ao

²⁰ No vocabulário português utilizamos a expressão “etiqueta” para nos referirmos a um conjunto o conjunto de regras cerimoniais que indicam a ordem de precedência, de usos a serem observados pela corte em eventos, públicos ou não. Também nominamos a marcação de uma roupa por “etiqueta de roupa”. Criando ou reformulando outra noção de etiqueta, utilizo este termo para me referir ao modo “adequado” do ser masculino, feminino e da família que foi/é socialmente e culturalmente construído. Neste sentido, pensando em uma etiqueta de roupa, parece que, ao nascer, dá-se uma etiqueta a criança, a depender de sua genitália, explicando a ela e aos outros como ela deve se comportar, como deve agir, quais os “cuidados” deve-se ter, individualmente ou em coletividade.

longo da história e se tornam realidades discursivas, passíveis de transformações. Dito isso, a título de ampliação deste ponto, os valores morais e princípios éticos também são moldados de acordo com a dinâmica social. Vejo, então, esses apontamentos como alusões à um holograma, onde as partes estão no todo e o todo está nas partes, formando um sistema complexo de retroalimentação. E neste sistema, tudo está em constante transformação e movimento.

Exposta esta linha de raciocínio, retomo ao objetivo desta subcategoria analisando a seguinte narrativa de Frederico:

Ana: então vamos pensar num exemplo. De briga de casal...

Frederico: hm

Ana: é... Tem um problema.

Frederico: uhum

Ana: daí você acha que a mulher tem mais jeito de conversar com o homem?

Frederico: uhum

Ana: se ela for conversar... que maneira que ela vai conversar, que pode fazer com que ele exploda com ela?

Frederico: é... agressão verbal né. Maioria, 99% é agressão verbal. É chamar você de mulherego, de...de...isso, de aquilo, que você não cuida da sua família. Essas coisas assim. Entendes? Isso deixa o homem mais explosivo, Entendes? Porque ela não vai procurar saber se é verdade. Muitas coisas. Ela não vai, ela não vai chegar e eu vou lá. Eu... contaram pra mim que tu tava conversando com uma mulher no telefone... não ! Entendes? Ela não tem, ela não... nesse sentido ela é explosiva porque ela não, ela não. Ela não se sente segura, mas ela não vai procurar a realidade. Quem é a pessoa? Se chegarem pra mim... quem é aquela pessoa que tu tava conversando no terminal? Entendes? A mulher já chega já te exculachando!

(Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017)

Na tarefa de entender sobre o que este trecho de narrativa pode explicitar sobre como os princípios éticos e valores morais para a família, mulher e homem se relacionam com a violência contra as mulheres, atento-me, primeiramente ao trecho: “*É chamar você de mulherengo, de...de...isso, de aquilo, que você não cuida da sua família*” (Entrevistado Frederico, *diário de campo, Agosto de 2017*). A partir da análise deste trecho, é possível inferir que Frederico enfatiza que uma mulher dizer para ele que ele é mulherengo e que não cuida da sua família são agressões verbais.

Debruçando-me neste trecho, considero que ser etiquetado como mulherengo ou não cuidador só se tornaram uma ofensa/uma agressão para o participante, na medida em que estas categorias se construíram se performatizam como categorias com ações sociais. Isso quer dizer que, ser chamado de outra coisa, poderia não ser ofensivo para ele e que, especificamente, estas atribuições levam em si um caráter “pesado” que poderia fazer com que um homem explodisse com uma mulher.

Neste sentido, pergunto à leitora ou ao leitor: por que dizer que o homem é mulherengo ou que acusá-lo de não cuidar da família seria uma agressão verbal que poderia fazer com que um homem “explodisse” com uma mulher? Pensando sobre esta pergunta, retomo que os sentidos de família atravessam e podem se tornar justificativas para a ação violenta. Digo isto, pois, tentando pensar como Frederico, a acusação de não ser um bom cuidador para a família ou possuir muitas mulheres, atribuições que seriam contraditórias para o modelo ideal burguês se tornaram ofensas aos ouvidos de Frederico. Neste contexto, questiono novamente: Frederico, ao dizer isso, estaria “aplaudindo” o modelo tradicional de família, em que o homem seria aquele ser provedor/supervisor dos entes familiares e que deveria preservar a ideia de “amor único e verdadeiro”?

Uma vez que o lugar do amor está associado à mudança na caracterização e na função da família, a partir do século XIX, cabe aqui destrinchar mais a respeito do “mito do amor romântico”. Como já dito anteriormente, o molde da família na sociedade burguesa passou a ser pautada na crença do amor único e verdadeiro: um homem e uma mulher, a partir da união de um casamento, passam a ser “um só” e desta junção ideal e única, os filhos deste casal passam a ser considerados como “frutos de amor”. Não obstante, comumente, em contos de fadas, vemos a disseminação desta ideia no decorrer das histórias até na frase célebre: “e foram felizes para sempre”.

Para além de histórias fictícias, doutrinas cristãs e religiosas talharam também “diretrizes” a serem seguidas pelos sujeitos.

Considerando que a organização social é produto de como as ideias foram/são construídas e repercutem na vida e nos modos de ser e estar dos sujeitos, é possível inferir que este pensamento aqui destrinchado a partir da fala de Frederico evidencia que nossas práticas discursivas podem estar calcadas numa proposta de valorização do amor e da família.

Sobre este pensamento, trago, brevemente, o filósofo Rousseau para o diálogo. De acordo com Rousseau (1978), o amor seria um mecanismo propulsor de transformações, traz com seu pensamento a ideia de que a família representava o berço da educação e do amor. Segundo este filósofo, para se haver um bem-estar social comum, a sociedade deveria ser mais do que aglomerados de indivíduos, mas um conjunto de uniões em pares com o objetivo de promover amor, cuidado, atenção e carinho aos membros familiares.

Retomando a fala de Frederico, penso que a filosofia rousseauriana parece fazer sentido a este sujeito. Considero isto, pois, se acaso pensasse que a família não representasse este ideal romantizado, composto da tríade pai-mãe-filhos e que tivesse como objetivo o cuidado dos membros entre si, a acusação de não ser aquele que cuida, que ampara, que protege ou que supervisiona não iria afetá-lo e o participante não colocaria que esta acusação como passível de ser entendida como uma agressão verbal.

Frederico também traz outro ponto relevante de ser discutido aqui, a respeito do trabalho do homem e da mulher e o que esta divisão de trabalho pode estar relacionada à violência contra as mulheres. Segundo o participante:

Frederico: o homem chega em casa morto de cansa.

Ana: tendi.

Frederico: a mulher vai trabalhar ali, ali sentada. Mesmo que seja o serviço a mesma coisa, o mesmo horário e tudo... mas sempre o homem é acima do peso que carrega...da...da mulher! Então ele tem essa agressividade, não é de conversar! De discutir. Não de conversar, de discutir, Entendes? De tocar ali pra mim. Chego do trabalho, o dia todo, eu trabalhava de pedreiro, antigamente. Entendeu? Trabalho o dia todo no pesado. Chegar em casa no cansado. Entendes? E ela pegar e vir

conversar comigo, e deixa pra conversar comigo logo mais tarde quando eu tava na cama deitado ou depois do banho, ou depois da janta? Não! Ela já chega e já, já atropela na hora

Ana: chega e fala...

Gilberto: chega e fala na lata. Você não tem reação a não ser agredir ela verbalmente (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017)

Analisando este trecho, Frederico aponta que “sempre” o trabalho do homem vai ser mais pesado do que da mulher, independente se eles exercerem a mesma função, pois o homem carregará mais peso do que a mulher. Ainda que o participante tenha dito no sentido literal, indo mais além deste “peso” citado pelo entrevistado, questiono: qual o peso simbólico de ser homem que poderíamos identificar aqui? O de supervisão? De provedor? De ser aquele que deve se aproximar da “masculinidade ideal”?

Nas entrelinhas deste trecho e nos outros citados pelo mesmo participante, também vejo que é possível entender que Frederico vê a figura da mulher como sendo aquela que cobra, investiga. Sob os olhos de Frederico, seria isto uma “cobrança” acerca da fidelidade recíproca? Por que parece existir uma direção única de que aquele quem cobra é a mulher e o que é cobrado é o homem na narrativa de Frederico?

Ainda, e, um ponto bem importante aqui de ser analisado aqui é sobre a consequência das “exigências” da mulher. Ante o trecho em questão, é possível inferir que Frederico parece trazer uma lógica sequencial: a mulher deixou pra conversar com ele logo mais tarde, após um dia de trabalho mais “duro” que o dela, logo, ele não teve outra reação a não ser agredir ela verbalmente. Em termos defensivos, a mulher, para “fugir” dessa agressão, deveria então respeitar o seu momento pós-trabalho para, então falar sobre as coisas que a incomodava?

Parece também que Frederico já justifica outro ponto: neste exemplo, a mulher também poderia ter trabalhado, também poderia estar cansada, mas seu cansaço é menos legitimado que o dele, pois “*mesmo que seja o serviço a mesma coisa, o mesmo horário e tudo... mas sempre o homem é acima do peso que carrega...da...da mulher!*” (Entrevistado Frederico, diário de campo, Agosto de 2017). Focalizando novamente no “sempre”, questiono: considerando que o homem “sempre” possuirá um trabalho mais árduo e argiloso que o da mulher, a mulher então deve agir

de que forma para não receber agressões verbais dentro de casa, já que ele pode estar cansado? E como o cansaço da mulher que, comumente, possui três jornadas de trabalho, como é cuidado e reconhecido?

A título de aprofundamento, aqui trago um estudo efetuado Vieira e Amaral (2013) que visou analisar os mecanismos de dominação refletidos nas ações de mulheres que “conciliam” as atividades profissionais, o cuidado com a família e as exigências da educação continuada. Sobre este trabalho, evidenciou-se que:

a inserção da mulher no espaço de produção social não significou sua liberação relativa às tarefas domésticas, pelo contrário, gerou outro grande desafio no que diz respeito ao trabalho feminino: a reformulação da estrutura familiar (Vieira & Amaral, 2013, p. 404).

Ainda, as autoras salientaram que, tal como um beija-flor, que conjuga trabalho e reprodução das espécies botânicas, as mulheres esperam desempenhar suas tarefas com rapidez, graça e leveza. A este respeito e retomando os dizeres do entrevistado Frederico, pergunto: analisando a história das mulheres, as lutas dos movimentos feministas e a inserção das mulheres no mercado laboral, o trabalho “masculino” é mais pesado que o “feminino”? Se, tal como postulam as autoras deste artigo em questão, as mulheres possuem jornadas triplas, por que Frederico utiliza do “peso” do trabalho como sendo uma justificativa para ser mais bem “tratado” ou menos questionado após um dia de “canseira”? Seria esta justificativa ligada a uma não validação das “atividades femininas” e a uma espera de ser reconhecido enquanto um homem tradicionalmente circundado por valores morais e éticos que o validam como um “ser superior” que deve ser cuidado pela mulher?

Por fim e retomando ao objetivo desta subcategoria, questiono: existem “certas” atribuições e condutas esperadas que sejam atravessadas pelo gênero que são possíveis de serem identificadas no contexto familiar? Se sim, como a ausência ou não cumprimento delas podem ser fatores que contribuem/auxiliam para a violência contra as mulheres?

A este respeito e pensando sobre estas perguntas, trago um trecho da narrativa de Mário para evidenciar como os sentidos relativos à família, bem como as posturas esperadas de cada membro familiar pode estar relacionado ao surgimento ou não da violência contra as mulheres. Neste trecho abaixo, Mário estava discorrendo a respeito de sua sogra, que segundo ele, “palpitava” bastante na sua vida conjugal. Apesar da

esposa não ter sido a envolvida no caso que foi condenado, este trecho abaixo é passível de análise:

Ana: e você acha que os pais deveriam fazer com os filhos? e que que uma sogra deveria fazer? Na família?

Mário: deveria colaborar, com o genro, respeitar a filha, o genro também. Nunca cheguei a ofender ela. Nem a minha ex-cunhada. Tanto que ela saiu de casa, porque ela não aturava mais também. Mas hoje em dia ela tá com quase 76... ou 78 anos. Vai pra Santos fazer uma cirurgia muito séria. Dai eu conversei com ela. Desde aquela época. Só os primeiros dois meses. Nem contato na rua, nada. Como ta sendo comigo agora. Não posso nem ligar pra casa”.

(Entrevistado Mário, diário de campo, Agosto de 2017).

A partir da análise deste trecho, portanto, é possível inferir que, para um bem-estar coletivo e familiar, cada qual deve agir conforme se espera dele. Ainda, Mário parece reafirmar o modelo burguês tradicional, ao dizer que, cabe à sogra “respeitar” a filha e o genro, o participante parece atribuir certas condutas “certas” condutas a serem desempenhadas pela sogra. Pensando sobre isto, como a ausência ou não cumprimento destas condutas podem repercutir no bom funcionamento da dinâmica relacional familiar?

Adentrando na temática da dinâmica relacional familiar, atento meu olhar para a fala de Oswaldo, que retrata sobre uma ocasião da briga com a esposa:

Oswaldo: eu na verdade briguei eu mais minha mulher né.

Ana: hm

Oswaldo: discutimo na verdade né. Porque eu não bati nela, quem me bateu foi ela né (risos) ela é brava né. Cala boca ela... mandar cala a boca... o que tem joga na gente né?

Ana: uhum

Oswaldo: dai um dia eu dei um tapa né. Dai tu sabe. Lei Maria da Penha, a mulher tem

razão. Dai cai preso né. Dai fui lá na juíza né. Ela viu que eu era um cara legal né. Isso tudo. Ai me liberou né

Ana: e como é que aconteceu?

Oswaldo: na verdade né, não é necessário. Sabe.

Ana: uhum

Oswaldo: do nada faz... como é que chama... um furacão sabe. Porque é mais grande. A mulher manda mais que o homem né. Você sabe. Cala a boca, fica quieto. Vou falar uma palavra, dai ela já fala 10, 20...

Oswaldo: e, dai eu tava trabalhando embaixo, no outro andar

Ana: uhum

Oswaldo: dando uma geral, entende. Tava chovendo igual hoje, sabe. Chuva. Dai assa uma carne pra nois ai, né que eu to aqui, tudo chovendo, tudo molhado, né. Eu não vou ter tempo. Ai ta, eu peguei, faço a carne e ai tudo trabalhando. Dai eu gosto de música na verdade né

Ana: uhum

Oswaldo: dai bota um cd novo que eu comprei. Ai botou né. Tava escutando, dai a pouco ela veio com as criança lá né. E, quase enlouqueceu, veio lá, já mandou eu ficar quieto, já. E mandou eu desligar, não sabia as musica né. Cala boca, manda nada. Parece que tava com o diabo no corpo. E como que não manda? Essa casa é minha! Ta tudo no meu nome. Eu não vou mandar? Né. Dai começou a berrar comigo né. Tao ta eu não mando nada então, vou pegar e procurar meus direito né. Dai começou a botar minhas coisas pra fora. Logo lá fora. Ai sabe, peguei minha roupa. Você sabe. Você contra eu. Ai aquele tipo de mae né. Você sabe. Aquelas mulher barraqueira, que gosta de berrar, gritar, faz tá pronto.

(Entrevistado Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)

Oswaldo, aqui, justifica a violência como decorrente da “loucura” de sua esposa. Ela é “*aquelas mulher barraqueira, que gosta de berrar, gritar, faz tá pronto* (Entrevistado Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)”. A “culpa” de toda a cena, se decai à mulher. Parece que se ela se comportasse como “deveria”, não questionasse, agisse “corretamente”, o conflito não teria existido. Outro aspecto importante de ser ressaltado aqui é a respeito dos sentidos que Oswaldo atribui à Lei Maria da Penha. Com certo deboche, o participante relata que “*dai um dia eu dei um tapa né. Dai tu sabe. Lei Maria da Penha, a mulher tem razão. Dai cai preso né. Dai fui lá na juíza né. Ela viu que eu era um cara legal né. Isso tudo. Ai me liberou né*” (Entrevistado Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017). Sobre esta fala, questiono à leitora ou ao leitor: como a lei é compreendida pela sociedade? Seria ela interpretada como um “arrego” à mulher ou como uma ferramenta de garantia de direitos à um público que vivencia uma desigualdade simbólica de gêneros?

Retomando sobre a ideia “culpa” que se recai à mulher, é possível inferir também que este ponto pode ser identificado nos trechos de fala de Rogério:

Ana: ai você tinha dito que...é vestir igual velha, como é que é mesmo?

Rogério: é, vestir pro marido, dentro de casa, igual velha, e sai pra fora igual uma piriguete.

Ana: tá errado?

Rogério: tá errado. Porque que tá errado, porque ela tá se colocando ao vulgar né. Quem precisa olhar ela mesmo como mulher? É o marido dela! Lá fora todo mundo sabe que ela é uma mulher. Ela não faltou com o respeito. O cidadão não respeita as mulheres hoje em dia, que eles falam que são violentos... porque ela se pôs em uma situação totalmente ao ridículo.

Ana: Ai tem que ser ao contrário...

Rogério: tem que ser ao contrário!

Ana: A velha lá fora e a piriguete...

Rogério: não quer dizer que seja igual velha né... mas uma roupa mais decente né? porque

se você chega em casa e começa a andar tipo uma velha e qualquer coisa chutando seu marido então automaticamente pegando o teu marido, teu namorado, jogando pra fora, então aquelas que tão lá fora tão louca pra ter outro homem, já tão de “zóio”. Nem todo homem tem, como vai respeitar a mulher. Já tem o instinto de trair, mas se você começa...dá-lhe pancada, dá-lhe pancada, daí ele vai sair, ele vai te trair, porque você não tratou ele bem dentro de casa. Só que o homem que respeita ele vai te respeitar. O homem que é homem de verdade, que conhece você, é fiel a ti, pode vir duas, três mulheres que ele vai rejeitar.
(Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

A partir do trecho de fala, destaco alguns pontos relevantes para interpretação. Em primeiro lugar, no trecho “*O cidadão não respeita as mulheres hoje em dia, que eles falam que são violentos...*” observando que o entrevistado especifica o gênero no adjetivo “violentos”, podemos inferir que Rogério se refere à homens que maltratam mulheres e acrescenta que “ela se pôs em uma situação totalmente ao ridículo”. Frente a esses trechos, interpreto que pode haver uma correlação entre a mulher se pôs em uma “situação totalmente ao ridículo” e sofrer violência daqueles que são “violentos”.

A centralização do “ridículo” na vestimenta da mulher também merece destaque aqui. À primeira vista, interpreto que Rogério, ao falar da roupa da mulher, sinaliza que, a depender da escolha do modo de se vestir, a mulher estaria sujeita à uma situação ridícula. Usando o termo “piriguete” que estigmatiza mulheres que utilizam roupas “decotadas”, “curtas” e “coladas” ao corpo, o participante parece correlacionar a roupa à personalidade de quem a usa. É como se ele tivesse se referindo à uma “simbologia da roupa”: assim como a burca é um símbolo do regime talibã, os trajes de banho são usados para banhar-se e kimonos são usados em lutas marciais, o uso de roupas curtas/decotadas/coladas fora de casa por mulheres é um desrespeito ao homem e dá margem para que as mulheres sejam violentadas, bem como sejam culpabilizada pela traição do marido que, por “já ter instinto de trair”, dará atenção às “loucas” que lá fora esperam para ter outro homem.

Para evitar isto, o entrevistado parece atribuir uma solução para que a mulher não sofra violências nem perca o marido, o “homem dela”. Primeiramente, dado os sentidos atribuídos ao modo de se vestir da mulher, segundo o entrevistado, a mulher deveria se comportar como “piriguete” em casa e usar uma roupa “mais decente” lá fora. Ela, não pode se vestir igual “velha” em casa, pois isso seria “*chutar seu marido*”. Tampouco pode se vestir igual “piriguete” na rua, tem que ser ao contrário: “piriguete” em casa e “igual velha” na rua. Aliás, assim como o participante me corrigiu: não é igual velha, mas “mais decente”.

É curioso que Rogério, neste momento, corrige minha atribuição que ele mesmo diz sobre se vestir igual velha, mas não faz objeção ao “piriguete” dentro de casa. Ele parece dar prosseguimento a esta afirmação ao dizer que: visto que o homem tem em si um instinto de trair e que, “por se viril e forte”, ele atrai uma série de mulheres “*que tão lá fora tão louca pra ter outro homem*”, que “*já tão de “zóio*”, então, a mulher não pode se vestir “igual velha” em casa. Por isso, vestir-se igual piriguete em casa parece ser uma solução para que a mulher consiga manter o “homem de verdade”?

Pensando sobre este “homem de verdade”, aponto que, na fala de Rogério há uma contradição. Primeiro ele diz que o homem já tem o instinto de trair, depois, sinaliza que “*o homem que é homem de verdade, que conhece você, é fiel a ti, pode vir duas, três mulheres que ele vai rejeitar*”(Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017). Analisando esta contradição e baseando-me na entrevista como um todo e, mais especificamente, neste trecho, é possível entender que Rogério parece atribuir uma série de condições para que o homem não traia a mulher. Compreendi que para o participante, a figura do homem é por ele circundada pela ideia da masculinidade ideal: homem forte, viril, atraente, másculo, protetor, provedor e que, enraizado neste “ser superior e supremo” há o “instinto de trair”. Ao redor do homem, quando considerado um “homem de verdade”, as mulheres ficam “loucas” e de “zóio” em cima dele.

No entanto, se a mulher “escolhida” para ser “sua” mulher comporta-se como o esperado, ou seja, usa roupas “decentes” fora de casa e é “provocativa”, uma “piriguete” em casa, bem como atinge a série das atribuições constantemente correlacionadas à ideia do feminino, ela terá um homem fiel, que “*pode vir duas, três mulheres que ele vai rejeitar*”(Entrevistado Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

Ao analisar isto, a ideia de um “palanque” que muito se aproxima da disparidade simbólica entre o masculino e o feminino, veio-me à cabeça: acima, um ser superior, alguém que a mulher deseja, um “homem

de verdade”. Abaixo, as mulheres, as “loucas” que se estapeiam para consegui-lo. Vence aquela que mais se submete à figura de um ser indefeso, delicado, dócil, que se vestirá decente fora de casa e manterá a atração do marido em casa. Neste contexto, aquelas que não se adequarem a isto, sofrerão violências. Afinal, elas se puseram ao ridículo.

Seguindo esse mesmo raciocínio, o participante também aponta, em outro momento da entrevista que:

(...) E a mulher, ele nem curou o coração, ele nem cicatrizou a ferida e ela vai lá, arruma outro homem com cinco, seis filhos, só pra dizer que ficou com um homem na frente do cara e é onde as mulheres tão sendo violentadas, tão sendo quebradas, tao sendo morta, porque ela não respeitou o tempo do coração do homem (Entrevista Rogério, diário de campo, Agosto de 2017).

Chamando a atenção, em especial, para a última sentença da fala de Rogério, entendo que aqui pode haver uma causa-efeito em sua fala: a mulher (culpada da violência) que não deixou o coração do homem ser curado e arrumou outro homem foi, então, violentada e quebrada, pois não respeitou o tempo do coração do homem. Parece um pensamento lógico aristotélico: a mulher não respeitou o coração do homem; quem não respeita o coração do homem é violentado; logo, a mulher foi violentada.

Esta lógica sequencial é uma das tantas outras possíveis de serem confeccionadas em prol das justificativas de violências. Parece que, ante uma “acusação”, o ser humano, na luta para que seu reconhecimento seja condizente com a sua concepção de si ou como gostaria de ser reconhecido pelos Outros, parece promover uma série de justificativas para uma ação considerada como “errada” pela sociedade. Não é “à toa” que, em todas as entrevistas, os participantes buscaram explicar o porquê da ação violenta. É como se seu ser tivesse sido reduzido a este ato. E, por serem o que fizeram, precisam se explicar.

Pensando sobre isso, considero que uma postura que narra sobre lógicas e raciocínios que justificam sua ação violenta não seria “vantajosa” para moldar novos pensamentos em prol de uma transformação social. Digo isto, pois, estas explicações me parecem cristalizantes e enrijecidas e não pensam sobre o problema em si, apenas o camuflavam dando um respaldo “confortável” para aquele que narra.

Pois, “eu bati, eu violencei, porque ela era assim...”, ou “porque fui criado assim”. Aqui, não se questiona a complexidade do problema ou abre espaço para se pensar em alternativas para a moldagem para novas ações que o enfrenta. Este movimento só dá respaldo para que a ação violenta seja vista como passível de justificativas, confeccionando um círculo vicioso que dificulta toda e qualquer mudança.

Por isso e entendendo que somente uma reforma intelectual e moral da sociedade pode fazer com que hajam transformações sociais, questiono: como fazer destas explicações/justificativas, muitas vezes maçantes e prolixas, serem disparadores para uma transformação de modos de ser e de se pensar de homens autores de violência? Ainda, considerando que os profissionais que trabalham com estes homens em grupos reflexivos também são susceptíveis à confecção destas lógicas, como trabalhar com os facilitadores para que as lógicas e justificativas que acabam por sustentar a violência contra as mulheres não se (re)produzem?

Retomando o exemplo de Rogério, penso também que pode haver uma culpabilização da mulher e colocação da mulher em uma posição submissa, já que quem tem que respeitar o coração do homem é a mulher. Sustentando este pensamento, podemos observar também que, em nenhum momento, Rogério deu atenção ao fato de que a mulher poderia querer simplesmente estar com outro homem que não aquele que dispensou. Pela maneira que Rogério narra a situação e dá sentido a ela e à dinâmica relacional, poderíamos dizer que ele aparenta não estar respeitando o desejo da mulher, apenas os desejos/sentimentos do homem.

Podemos perceber, portanto, a partir da análise dos trechos retirados das entrevistas realizadas, a possível existência da relação entre o aparecimento e manutenção da violência contra as mulheres quando as atribuições sociais da mulher e da família não são bem desempenhadas na perspectiva dos homens. Os trechos reafirmam noções dicotômicas tais como tarefas domésticas e cuidado dos filhos atribuídas à mulher e atividades laborais/proteção e poder ao homem. Estas noções, a saber, uma vez aludindo à posturas fixas, cristalizam sentidos e auxiliam para que conflitos se insiram neste contexto. Os conflitos e violências encontram lugar, já que os sentidos fixos não permitem que haja a (re) negociação de posturas, entendimentos e compreensões. Tudo é enrijecido e se não condiz com o que se estabelece, há conflitos e violências.

Por fim, aponto que refletir sobre os princípios éticos e valores morais que estão em relação com a violência contra mulheres e com as

etiquetas sociais “homem”, “mulher” e “família” se justifica, em primeiro lugar, considerando o fato de que o sujeito não está alheio às condições sociais em que está inserido (Butler, 2015). Nossas ações, dessa maneira, são resultados de uma troca com o social, bem como se pautam nos sentidos e atribuições que as sustentam. Em constante relação com estes sentidos e atribuições, a moralidade e a ética são duas nuances que, inseridas entre o eu e o mundo (Butler, 2015) formam "eus" que deliberam ações que valem como uma realização moral de si mesmos, em busca do reconhecimento (Foucault, 1990; Moscheta, 2014, Axel, 2003, Fraser, 2007). Dessa forma, atentar-se sobre como os sujeitos dão sentido a estes princípios e valores é entender como eles justificam suas próprias ações. No caso, refletir sobre os princípios éticos e valores morais que estão em relação com a violência contra mulheres e com as etiquetas sociais “homem”, “mulher” e “família” é estudar como a subjetividade dos homens se forma perante o social e como ele mesmo atribui sentido às suas ações e mantém ou reproduz a violência.

9.3.2 EXPRESSÕES DE MASCULINIDADES, MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E SUA RELAÇÃO COM A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Na primeira subcategoria da Categoria II, discorri a respeito de relatos e trechos das narrativas dos homens autores de violência que descrevem os sentidos dados pelos participantes acerca da categoria “homem”. Como síntese desta subcategoria, apontei o quão alinhados estão os sentidos possíveis de serem identificados nas narrativas com as atribuições sociais historicamente e culturalmente moldadas da etiqueta de “homem” que são estudadas pelos estudos acerca das masculinidades e masculinidade hegemônica. A partir disso, portanto, nesta subcategoria em questão, discorro a respeito como esses sentidos e percepções da realidade do olhar dos participantes se tornam “justificativas” ou se relacionam com o ato violento. .

Para tal, começo com o trecho de fala de Rogério, já citado em outras análises: “E a mulher, ele nem curou o coração, ele nem cicatrizou a ferida e ela vai lá, arruma outro homem com cinco, seis filhos, só pra dizer que ficou com um homem na frente do cara e é onde as mulheres tao sendo violentadas, tao sendo quebradas, tao sendo morta, porque ela não respeitou o tempo do coração do homem”. Em termos interpretativos, entendo que Rogério correlaciona seu entendimento acerca do que ele

entende o “ser homem” na sociedade com a emersão da violência contra a mulher. Para ele, as mulheres “tão sendo quebradas, sendo morta, porque ela não respeitou o tempo do coração do homem” (Entrevistado Rogério). O que analiso desta colocação é que, aparecer com outro homem na frente daquele que ainda não conseguiu “curar” seu coração é afetar/questionar a virilidade deste homem que não teve o tempo do coração respeitado.

Rogério parece culpar a mulher que age assim. Para ele, ela é a responsável da violência que sofre. Pois, afinal, se ela respeitar o tempo do coração do homem, ela não será quebrada, violentada. Ela deve manter o homem em seu devido lugar, caracterizado pela virilidade, força, proteção, “um homem sério”(Entrevistado Rogério). Cabe à ela não “cutucar a onça com vara curta”, pois, se acaso fizer, o homem “lavar a sua honra”, mesmo que seja preciso findar-se uma vida.

Narrativas sobre a “honra ferida” também pode ser identificada na fala de Oswaldo:

Oswaldo: mas aquele dia, as vezes ela tava nos dia dela, meteu a boca em mim, não manda nada... como que não manda? Tá no nome de quem essa casa ai? Ai ta no meu nome e eu não mando nada... engraçado... uma vez separemo já. Separemo e botamo a casa a fora. Dai ela não quis mais voltar pra essa casa né. Dai queria ficar com eu de volta e ela foi pagar o aluguel, só que passou uns 3 meses eu não fui atrás, nem pra ver os filho... ai me mandou me buscar pra ver os filhos... queriam me ver, queriam me ver e eu disse: não, não mandei sair, saiu agora vem e traz eles pra me ver. Tá, dai fui. Dai tá, agora você vai ficar aqui. Só que ali eu não volto mais morar, eu não vou deixar minha casa abandonada por causa de você que abandonou e saiu do nada né. Se fosse por piriguete, por uma briga né. Dai tá, enfiei a cabeça e vim né...(Entrevistado Oswaldo, diário de campo, Agosto de 2017)

Diante desse trecho, analiso que Oswaldo demonstrou resistência ao voltar pra casa. Após a briga que fizeram eles se separarem e ocasionou

a denúncia respaldada pela Lei Maria da Penha, Oswaldo teve sua masculinidade questionada, sua função protetiva/de amparo/de homem posta em questão. Afinal, o nome de quem estava a casa? Dele! Do homem. De quem manda. Ela quis mandar ele tirar o som que lhe desagradava. Ela mandou buscá-lo para ver os filhos. Ela mandou. Mas ela não pode mandar. Quem manda é ele. “Ele que é o homem”. Ele que é o dono da casa. Assim sendo, se acaso ela questionar isso, haverá violência? Haverá conflitos? São algumas questões que me surgiram frente a este trecho.

Por fim, para fechar com esta subcategoria, trago trecho da entrevista com Mário de um momento que ele discorre a respeito de um caso de violência contra as mulheres que ele vivenciou no trabalho:

Mário: muitas vezes, como ela contou para mim, sempre porque... da janta ali

Ana: da janta. Que que aconteceu com a janta?

Mário: não tinha.

Ana: não tinha?

Mário: não estava na mesa. Não servia a mesa dai “tum”, ele saia novamente pro bar e voltava de madrugada

Ana: então, ele... ela não fez a janta então ele ficou nervoso?

Mário: sim. Ela não fazia porque nunca tinha um dia certo pra ele chegar. Deixar na mesa, 18, 19h e ele vinha meia noite, uma hora da manhã.

Ana: ai não tinha, dai ele ficava nervoso e batia nela.

Mário: não tinha, ela já tinha tirado da mesa

Ana: entendi

Mário: ai quando ela repôs pra ele, ele já não queria mais. E simplesmente jogava tudo no chão, ou jogava no rosto dela.

Ana: uhum. E você acha que a mulher que deveria fazer a janta dele?

Mário: não. Ela fazia.

Ana: ela fazia?

Mário: mas se não tivesse de acordo como ele queria... e começaram a encher a cabeça dele,

que ele tava ganhando um par de chifre. Nada a ver. Ali que o caldo aumentou logo de uma vez.

(Entrevistado Mário, diário de campo, Agosto de 2017)

Lembrando-me de uma situação parecida que me motivou a escrever esta dissertação, analiso que existem atribuições entendidas como corretas para cada membro familiar, que também foi apontado por Mário. À mulher, cabe fazer a janta, no horário certo, no jeito que o homem quer. Ao homem, não se deve ferir sua honra, ele não pode ganhar um par de chifres e deve ser aquele que deve ser tratado como um ser que deve ser servido, sempre. Seja por uma janta, seja pela limpeza da casa. Se fossemos pensar em uma relação laboral, o homem seria o chefe e a mulher, a serviçal. Enfatizo aqui que a serviçal é, constantemente, humilhada e não reconhecida. Analiso também que há aqui uma lógica: o homem, assim como ele é, assim como ele “merece” ser visto pela sociedade e como exerce sua masculinidade, condizente com a masculinidade hegemônica relatada por Connell (1997), ele deve ser servido por “sua” mulher. Afinal, quando se casaram, realizaram um pacto sexual (Pateman, 1993), isto estava “escrito”, estava acordado.

Dessa maneira, vê-se que a mulher não está suprindo com que o homem esperava dela. Ela não pôs a janta no horário que ele queria. Ora, mereceu apanhar. Mereceu ser violentada, pois, também, ao não fazer o que se espera dela, ao mesmo tempo ela questiona, “põe em xeque” a masculinidade daquele homem. Isto faz sentido, porque, uma vez que somos construídos socialmente e culturalmente na relação com o Outro (Butler, 2015; Gergen, 1999), a masculinidade, junto com os princípios éticos e valores morais envolvidos, é construída em relação. Enfatizando o “em relação” resalto que se o Outro, na relação, não realiza as condutas adequadas que eu espero dele, vou julgá-lo, vou questioná-lo (Butler, 2015), pois o meu reconhecimento se faz pelo que eu entendo desta relação.

Em outras palavras, o homem só se vê homem, em relação com a social que diz quais são as condutas e posturas do “ser homem” em nossa sociedade. Assim, se, em uma relação, mais precisamente, em uma relação com uma mulher, este homem ver que suas posturas, suas atribuições, suas condutas estão sendo questionadas, seu próprio “eu” é questionado, seu próprio “ser homem” em uma sociedade é questionado. A resposta disso, é “lavar sua honra”, demonstrar que “quem manda,

quem é o homem, quem é o viril, sou eu”, daí que surge um terreno propício para a emersão de violências.

Mergulhando nesta análise, destaco ainda sobre o quão importante é entender que, problematizar a respeito da disseminação de uma série de práticas discursivas referentes à “masculinidade ideal” é também relativizar “o lugar do homem dado”, de um modelo de homem pré-concebido. Fazer isto também auxilia para que seja visibilizada e reconhecida a existência das várias formas possíveis de ser homem.

É possível inferir também que visibilizar e reconhecer que existem masculinidades e que este termo deve ser usado no plural, são ações que podem auxiliar no atendimento à homens autores de violência. O trabalho na tentativa de reconhecer que existem diversas formas de ser homem pode ser analisado como um movimento de (re)construção de outras formas de olhar as relações de gênero e a ordem patriarcal, conjugal ou parental, uma vez que esta ação pode lapidar problematizações acerca da figura cristalizante do homem ideal e dos valores morais e éticos que a sustenta.

Com este pensamento, portanto, reafirmo a importância do trabalho com homens autores de violência e do diálogo como um meio disparador para questionar lugares fixos que dão suporte para o surgimento da violência contra as mulheres. Assim como aponta Trujillo & Fajardo (2006), sinalizar que a masculinidade e a feminilidade são heterogêneas e baseadas em um contexto cultural e de construção social é um ato educativo e político, visto que este entendimento põe à tona a ideia de que os seres humanos não são iguais e descola a concepção de que o masculino deveria possuir arquétipos de virilidade/força/domínio, enquanto o feminino deveria possuir arquétipos de submissão e obediência.

Por fim, destaco que aqui não pressuponho um método fixo e adequado para o trabalho em prol do enfrentamento da violência contra as mulheres, pois isso seria congelar o caráter cultural e social do trabalho. Minha atenção aqui foi o de sinalizar que alguns pontos relevantes deveriam ser convidados à reflexão no combate à violência, como por exemplo: o trabalho voltado à problematização de lugares fixos do masculino e do feminino em nossa sociedade, a possível relação existente entre as atribuições morais e éticas esperadas por cada figura e sua relação com a violência contra as mulheres e com a entidade familiar. Ainda empenhada nesta tarefa de continuar a análise crítica desta conjuntura, na sequência, então, apresento a síntese da análise das informações adquiridas.

10 POSSÍVEIS CONCLUSÕES

*Eu tô te explicando
 Prá te confundir
 Eu tô te confundindo
 Prá te esclarecer
 Tô iluminado
 Prá poder cegar
 Tô ficando cego
 Prá poder guiar*
 (Trecho da música “Tô” - Tom Zé)

Cito o trecho de música de Tom Zé com o intuito de demonstrar como o ato de concluir um estudo é uma tarefa em aberto. Aqui, eu expliquei, remexi, revirei e analisei narrativas de homens autores de violência, buscando identificar como a construção de moralidade e as ações éticas relacionadas ao conceito de família são utilizadas como justificativas para a ação violenta. No entanto, almejo que a leitora ou o leitor, após o término da leitura desta dissertação, esteja “confuso” em seu esclarecimento acerca do mundo e, principalmente, acerca de suas “verdades” prévias sobre a violência contra as mulheres. A partir dessa confusão, espero que “pontos iluminados” possam ser talhados e transformações e movimentos sejam adquiridos, para confeccionarmos novas estratégias de enfrentamento deste fenômeno tão abrangente e complexo.

Como já dito por Cazusa, “Você precisa se perder pra poder se encontrar”, logo meu objetivo aqui não foi dar respostas prontas e acabadas, mas convidar o leitor ou leitora a adentrar comigo em reflexões que entendo que se mergulham em um movimento para a construção de novas realidades, novos modos de ser, para que um dia, quem sabe, este fenômeno que tanto discorri sobre não seja um assunto tão importante de ser discutido, visto que a sua importância só foi adquirida devido às várias vidas que chegaram ao fim, por ele(s).

A partir disso, aponto que, buscando dar a importância necessária ao tema e ao trabalho político-feminista, confeccionei um material que teve como pilares teóricos principais o construcionismo social em diálogo com as autoras pós-estruturalistas de análise de gênero e masculinidades. Assim como já mencionado e discutido, retomo que a escolha destes pilares se justifica frente à complexidade do tema, bem como deram suporte para atingir os objetivos desta pesquisa, pois com esse

delineamento foi possível analisar que a seu uso nesta pesquisa possibilitou a identificação dos discursos hegemônicos e socialmente legitimados. Isso se faz condizente, pois, considerando que o ato de narrar-se ou narrar uma história faz parte do processo de tornar-se sujeito e de se compreender enquanto um ser social (Gergen 1999; Riesmann, 1993; Goolishian, & Anderson 1996), aponto que a utilização de uma metodologia que utiliza das narrativas como um instrumento de análise permitiu para que fosse identificado a respeito de como a linguagem é produtora de realidades e subjetividades.

Mergulhando neste entendimento e compreendendo o discorrer desta dissertação como um processo de narração, destaco aqui que este movimento pode tanto se configurar como uma limitação como uma possível contribuição. Como dito, entendendo a linguagem é produtora de realidades e subjetividades, o modo como expus e dialoguei com a leitora ou com o leitor a respeito de tema, diz respeito ao como meu olhar foi lapidado a compreender o fenômeno e a pesquisa em questão. Dessa forma, meu olhar frente ao objeto de estudo pode contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre a área, ao mesmo tempo que é limitado e diz respeito ao modo como consigo “enxergar” e analisar certas coisas e deixar outras perpassarem ante meus olhos.

Trazendo, novamente, a pergunta norteadora desta pesquisa: *“Como refletir a respeito da ética, moralidade e sentidos de família utilizados como justificativas em narrativas de homens autores de violência?”* sinalizo, por fim, que alguns pontos chaves poderiam ser considerados. Em primeiro lugar, no debruçar da escrita desta pesquisa, observei que a questão da desconstrução da dicotomia homem-mulher a partir de uma perspectiva de gênero se fez necessária para confeccionar esta dissertação.

Isso se fez importante, pois, primeiramente, ao falarmos de violência contra as mulheres, estamos falando de um processo relacional, onde, dialogicamente, seres se encontram em relação, mais precisamente, o “ser homem” e o “ser mulher”. Atento-me para estes dois polos, não com um olhar reducionista, nem mesmo para afirmar que a violência contra as mulheres se dá quando um homem ataca uma mulher, mas com um olhar curioso que almejou entender como a sociedade moldou posições de sujeito masculinos e femininos e estabeleceu, até mesmo em instrumentos jurídicos, que existe uma dicotomia entre homem-agressor e mulher-vítima.

Neste sentido, vejo que estudos e intervenções que visem analisar, problematizar e dialogar com as posturas e lugares cristalizantes de “vítima” e de “agressor” são importantes para o caminho em prol do

enfrentamento das tramas relacionais e de sentidos que podem sustentar a experiência e o aparecimento da violência contra as mulheres. Ainda, este movimento se faz justificável pela possível possibilidade dessa dicotomia moldar atribuições referentes a valores morais e éticos sobre a conduta dos sujeitos e se tornar justificativas para a ação violenta.

A respeito destas justificativas, foi possível considerar também que elas parecem não contribuir para a mudança social, pois seriam segundo estudo de Moraes & Ribeiro (2012), comportamentos que objetivam a rejeição da acusação e a sua negação. Neste sentido, o acusado, então, tende a “criar” explicações para o ato. Esta atitude, por sua vez, não é uma reflexão, mas sim, se configura como uma “desculpa” ou como justificativas sobre a ação. Neste sentido, pergunto à leitora ou ao leitor: Justificativas, desculpas e explicações contribuem para que? Elas auxiliam para a confecção de novas formas de se pensar, estar e ser ou se apresenta como um círculo vicioso sem fim em si mesmo?

Ancorando-me, novamente, no estudo de Moraes & Ribeiro (2012), considero também que, comumente, os homens autores de violência justificam a ação pela traição, falta de respeito, ciúmes, desconfiança e falta de cuidado com os filhos. A este respeito e pensando em toda reflexão que esta pesquisa de mestrado discorreu sobre, pergunto à leitora ou ao leitor: como podemos refletir a partir destes apontamentos encontrados no referido estudo? Princípios éticos e valores morais são possíveis de serem identificados nestes apontamentos? Identificá-los seria um movimento para que novas formas de se pensar sejam lapidadas?

Pensando sobre estas perguntas, e considerando que existem diversas posições de sujeito masculinos e femininos, creio que um movimento que dê visibilidade para o reconhecimento dos diversos modos de ser e estar no mundo se torna importante para que os sujeitos possam construir maneiras distintas que se descolam de padrões tradicionais que acabam por (re)produzir violências. Por isso, considero que o trabalho em prol do enfrentamento da violência contra as mulheres deve ser realizado frisando a (re) negociação de sentidos que talham e sustentam os lugares cristalizantes calcados na desigualdade de gênero. Neste sentido, ressalto a importância da implementação de grupos reflexivos, bem como de políticas públicas que consiga articular com os temas das moralidades e éticas justas comumente possíveis de serem identificadas nas narrativas dos homens autores de violência.

Ainda que eu concorde que cada grupo funciona de uma maneira e constrói uma unidade dinâmica única, considero que temas como: o trabalho com o gênero, com a religião, com os preconceitos e com a ética e a moral que circundam os sentidos de família e acabam por ocasionar

violências, devem ser abordados nestes grupos. Digo isso, pois, considerando que a violência contra as mulheres é atravessada pela suposta diferença sexual (Perea, 2003; Butler, 2015), o entendimento acerca do conceito de gênero e sua performatividade se faz justificável, na medida em que oferece a (re)negociação de sentidos acerca de pensamentos “certos” e “inquestionáveis” sobre a concepção de “homem” e “mulher”. Além disso, trabalhar com as noções e atribuições dadas ao feminino e masculino é relevante, já que, conforme Partman (1993), disseminadas pela linguagem, atribuições sexuais são esperadas e moldam um contrato sexual que legitima a subordinação/submissão/sujeição feminina que, aspectos estes que podem respaldar a violência contra as mulheres.

Como estas atribuições sexuais também são justificadas por religiões, abordar a interferência que a religião possui na confecção da violência contra as mulheres também deve fazer parte da agenda destes grupos. Configurando-se como um dos pilares de sustentação da normatividade social, a Religião, comumente, dissemina um modelo tradicional de família e “aplaude” a cisheteronormatividade dos sujeitos. Este movimento, a saber, acaba excluindo outros modos de vida e criando preconceitos ao redor de pessoas que não se encontram nas doutrinas postuladas por ela. Em razão disso, um diálogo com os preceitos religiosos, bem como com os atributos comumente dados à homens e mulheres deve ser inserido nestes grupos, para a (re)moldagem de novos pensamentos que não sustentem a violência contra as mulheres.

Ainda, recomendo estudos e intervenções com os profissionais que trabalham com a temática para identificar sobre como o conceito de gênero, as atribuições sexuais esperadas, bem como os planos de trabalho estão sendo construídos. Sinalizo também que ações e políticas voltadas para a capacitação dos profissionais são relevantes. Em acréscimo também considero que estudos que versem sobre o debate do atravessamento da religião na violência contra as mulheres seja interessante para ampliação de conhecimentos sobre o tema.

Dessa maneira, frente à complexidade da violência contra as mulheres e de sua relevância social e científica, destaco que o enfrentamento para a diminuição das decorrências de sua manifestação deve ser diário e é dependente também da articulação entre órgãos públicos.

Sugiro, além da ampliação de estudos que versem colocar em debate sobre a moralidade, a ética e os sentidos de família que se inserem nas justificativas dos homens autores de violência, movimentos que garantem o diálogo em rede, capacitações, pesquisas e políticas públicas

que visem oferecer subsídios para repensar melhores formas e programas voltados ao atendimento dos homens parecem ser alternativas para o enfrentamento da violência contra as mulheres. Dessa forma, acredito que isto auxiliaria para que seja realizada uma reforma intelectual e moral que engloba, em si, a transformação da concepção de mundos e de modos de ser adequados que podem (re) produzir violências.

Assim, deixando em aberto o fechamento desta dissertação, convido a leitora ou o leitor a questionar: como os princípios éticos e valores morais das etiquetas “homem”, “mulher” e “família” podem atravessar e fazer emergir a violência contra as mulheres? Esta relação faz sentido? Como é possível modificar realidades que tanto matam/agridem/violentam? Como vocês podem contribuir para a mudança destas realidades?

Por fim, então, acredito que esta dissertação pode ter contribuído para a confecção de pensamentos e problematizações sobre ações que podem talhar formas e maneiras de se pensar que, em uma abordagem micropolítica, possam ir lapidando subsídios para uma transformação social de enfrentamento da violência contra as mulheres.

E, sigamos caminhando, pois aqui (ainda) se respira luta.

11 REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2001). *Problems of Moral Philosophy* (Schroder, T, Trad). Cambridge: Polity.
- Anderson, H. (1997). *Conversation, language and possibilities – a postmodern approach to therapy*. New York: Basic Books.
- Andolfi, M. e Angelo, C. (1988), *Tempo e mito em psicoterapia familiar*, Ed. Artes Médicas, Porto Alegre. Título original: Tempo e mito nella psicoterapia familiare, Torino, Boringhieri, 1987.
- Andrade, C.D. (1992) *Amar se aprende amando: poesia do convívio e de humor*. Rio de Janeiro: 13ª ed. Record.
- Bandeira, L.M (2017). Violência, gênero e poder: múltiplas faces. In: Steves, C; Oliveira, S; Zanello, V, Silva E & Portela, C. *Mulheres e violências: interseccionalidades* (Org). (pp 14-35). Brasília, DF : Technopolitik.
- Banin, S. A. & Beiras, A. (2016). A categoria homem nas políticas públicas e leis brasileiras. *Psicologia em Estudo*, 21(3), 523-535. <http://doi.org/b9w2>
- Barros, M de. (2005) *Poemas concebidos sem pecado*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record.
- Barros, R. P.; Carvalho, M. (2003) *Desafios para a política social brasileira*. Rio de Janeiro, IPEA.
- Barus-Michel, J. A. (2011) Violência complexa, paradoxal e multivoca. In: Souza, M. de; Martins, F. M. M. C.; & Araujo, J. N. G. de. (Org.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. (pp. p. 19-34). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Beauvoir, S. de (1990). *A velhice*. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Beiras, A. & Bronz, A. (2016). *Metodologia de grupos reflexivos de gênero*. Rio de. Janeiro: Instituto Noos.
- Beiras, A. & Cantera, L.M. (2012). Narrativas Personales, Construcción de Masculinidades – Aportaciones para la Atención Psicosocial a Hombres Autores de Violencia. *PSICOΨ*, 43 (2), 251-259. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/10023/8035> <
- Beiras, A. & Nascimento, M (2017). *Homens e violência contra mulheres: pesquisas e intervenções no contexto brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

- Beiras, A. (2008). Intervenções grupais com homens autores de violência - um enfoque sistêmico. Disponível em: http://www.institutofamiliares.com.br/download_anexo/adriano-beiras-2008.pdf.
- Beiras, A. (2009). Grupos de homens autores de violência - possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. En S. L. R. Rovinski, & R. M. C. (Eds.). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp. 129-144). São Paulo: Vetor Editora Psico-Pedagógica.
- Beiras, A. (2014). Relatório Mapeamento de Serviços de atenção grupal a homens autores de violência contra mulheres no contexto brasileiro. Disponível em: < [http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento SHAV site.pdf](http://noos.org.br/portal/wp-content/uploads/2015/04/Relatorio-Mapeamento_SHAV_site.pdf) >
- Blay, E.A (2008). *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: USP.
- Bourdieu, P. (2007) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Branden, N (2002) *Auto-estima e os seus pilares*. Tradução de Vera Caputo. 7. ed. São Paulo: Saraiva
- Brasil (2010). Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília.
- Burr V. (2003). *Social constructionism* (2nd Ed.). New York, NY: Routledge.
- Butler, J. (1999) *Subjects of desire: Hegelian reflections on twentieth-century France*. New York: Columbia University Press.
- Butler, J. (2003) *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2015) *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Buytendijk, F.J.J. (1976) *A mulher. Sua maneira de ser, de parecer, de existir. Ensaio de psicologia existencial*. Trad. por Evelina e Telmo Verdelho. Pref: Suzanne Nouvion. Coimbra, Atlântida.
- Cantera, L. (2005). Violencia en la pareja: fenómenos, procesos y teorías. In T. Sánchez (Ed.), *Maltrato de género, infantil y de ancianos* (pp. 55-94). Salamanca: Publicaciones Universidad Pontificia de Salamanca.
- Capra, F. (1996) *A teia da vida: uma nova compreensão dos sistemas vivos*. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix.
- Carvalho, P.B & Mansano, S.R.V (2017) Família e biopolítica: a destruição da intimidade nas sociedades contemporâneas, *Psicologia em estudo*, 22(2), pp. 265-276

- Castillo, M.M, & Oliveira, S. (2005). *Marcadas a ferro: violência contra a mulher - uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as mulheres.
- Chagoya, M. F. (2014). Tendencias discursivas en el activismo de varones profeministas en México: algunas provocaciones a propósito del “cambio” en los hombres. *Conexões Psi*, 1(2) 31-56.
- Charmaz, K. (2009). *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Chauí, M. (1982) *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 3 ed. São
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. *Em Perspectivas Antropológicas da Mulher* (pp. 25-62). Rio de Janeiro: Zahar.
- Clavero, B. (2017) *Constitucionalismo Global*. Goiânia: Palavrear.
- Código Civil Brasileiro de 2002*. (2002) Diário Oficial da União. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
- Connell, R. W. (1997) La organización social de la masculinidad. En: Valdes, Teresa y José Olavarría (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis* (pp.31-48). ISIS-FLACSO: Ediciones de las Mujeres. Disponible en: http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresxigualdad/fondo_documentoal/Identidad_masculina/la_organizacion_social_de_la_masculinidad.pdf
- Connell, R.W. (1995). *Masculinities*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Connell, Robert & Messerschmidt, James. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241-282. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v21n1/14.pdf>
- Crane, D. (2006) *A Moda e seu Papel Social - Classe, Gênero e Identidade das Roupas*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo.
- Debert, G. G., & Gregori, M. F. (2008). Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), pp. 165-21.
- Dejours, C.(2011) Violência ou dominação? In: Souza, M. de; Martins, F. M. M. C.; & Araujo, J. N. G. de. (Org.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico* (pp. 57-72). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Diaz-aguado, M.J. (2005). La violencia de los adolescentes como reflejo de la sociedad adulta (pp. 51-72). In: *Ser adolescente hoy*. Madrid: FAD
- Fassin, D (2005) L'ordre moral du monde. Essai d'anthropologie de l'intolérable. In: Fassin D & Bourdelais, P (eds.) *Les constructions de l'intolérable: Etudes d'anthropologie et d'histoire sur les frontières de l'espace moral*. (p. 17-50.) Paris: La Découverte.

- Fassin, D (2014) “Compassion and repression: the moral economy of immigration policies in France”, *Cultural Anthropology*, 20 (3): 362-387
- Ferreira, F.M (2013) Família, gênero e violência doméstica na infância. *Cad. Esp. Fem. Uberlândia/MG*, 26 (1), 241-262
- Ferreira, W (2010) Justiça e Reconhecimento em Nancy Fraser: Interpretação teórica das ações afirmativas no caso brasileiro. *Perspectiva Sociológica*, 5(1)
- Flick, U (2004). *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Bookma
- Flood, M. (2011). Involving men in efforts to end violence against women. *Men and Masculinities*, 14(3), 358-377.
- Fonseca, C. (2005) Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e sociedade*, 1 (2), 50-59. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902005000200006> >
- Foucault (1990) *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (2001). *Os Anormais*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fraser, N (2007). Reconhecimento sem ética?. *Lua Nova*, São Paulo, 70: 101-138.
- Galeano, E. (2002). *O livro dos abraços*. Porto Alegre: L&PM.
- Geldschläger, H, Ginés, O., Ponce, A. (2011). Grupo psicoterapêutico con hombres que ejercen violencia de género. En N. Roca Cortés, & J. Masip Serra (Eds.), *Intervención grupal en violencia sexista* (pp.344-368). Barcelona: Herder Editorial.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1997). The place of the psyche in a constructed world. *Theory and Psychology*, 7(6):723-746
- Gergen, K. J. (1999). *An Invitation to Social Construction*. London: Sage
- Gergen, K. J. (2006). *Construir la realidad*. Buenos Aires: Paidós
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2010). *Construccionismo social: um convite ao diálogo*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Glasser, B., & Strauss, A. (1965). *Awareness of dying*. Chicago: Aldine.
- Godelier, M. (1995) “Du quadruple rapport entre les catégories de masculin et de féminin”. In: EPHESIA, *La place des femmes, les enjeux de l'égalité au regard des sciences sociales*. Paris: La Découverte, 439-442.
- Goolishian, H. A. & Anderson H. (1996). Narrativa e self: Alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia (J. H. Rodrigues, Trad.). Em D. F. Schnitnam (Org.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 191-203). Porto Alegre: Artes Médicas.

- Grossi, K. (1996) Violência contra a mulher: implicações para os profissionais de saúde (pp. 133-149) In: Lopes, M. J. M.; Meyer, D. E.; Waldow, V. R. (Orgs.) (1996). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas
- Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M. S., Corradi-Webster C. M. & Souza L. V. (2014). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*, Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes
- Haraway, D.(1995) Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5),7-41.
- Heise, L.(1994) Gender-based Abuse: The Global Epidemic. *Cadernos de Saúde Pública*, 10, 135-45
- Hernández, A.R. (2002) Violencia masculina en el hogar. *El Cotidiano*, 18, (113), pp. 28-36
- Höfling, Ede M. (2001) Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, Campinas, 21 (55), 30-41,
- Holanda, S.B (1936) Raízes do Brasil, Rio de Janeiro: Editora José Olympio
- homofobia. *Revista Estudos Feministas*, 2, 460-482.
- Honneth, A. (2003) *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*.
- hooks, bell(2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.16, pp. 193-210.
- Iniguéz, L. (2003). La psicología social en la encrucijada postconstruccionista. Identidad, subjetivacion, preformatividad, red, multiplicidad, acción. Conferência de abertura do XII Encontro Nacional da ABRAPSO: Estratégias de construção do presente – a Psicologia Social no contemporâneo. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 14-17 de outubro.
- Jenkins, A (2009) *Becoming Ethical: A Parallel, Political Journey with Men Who Have Abused*, Russell House Publishing, London.
- Kaye, J. (1995). Postfuncionalism and the language of psychotherapy research, in J. Siegfried (ed.), *Therapeutic and Everyday Discourse as Behavior Change: Towards a Micro-Analysis in Psychotherapy Process Research*. Norwood, NJ: Ablex Publishing Corporation, 29-59.
- Kimmel, M. (2008). Los estudios de la masculinidad: una introducción. En: Àngels Carabí & Josep M. Armengol (eds). *La masculinidad a debate*. (pp.15-31). Barcelona: Icaria.

- Krug, E. G.; Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., Lozano, R. (2002). World Report on violence and health. Geneva: World Health Organization.
- Kubler-Ross E. (1996). Sobre a morte e o morrer. Rio de Janeiro: Editora Martins Fontes.
- Lago, M.C, de S; Toneli, M.J.F, Souza, M. (2013). *Sexualidade, gênero, diversidades*. Florianópolis: Casa do Psicólogo.
- Laqueur, T. (2001) *Inventando o Sexo: Corpo e gênero dos gregos à Freud*. Relume Dumará: Rio de Janeiro
- László, J. (2008) *The Science of Stories: An Introduction to Narrative Psychology*. New York: Routledge
- Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 (2006). Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
- Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015 (2015). Altera o art. 121 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1o da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Exército Brasileiro.
- Lima, D. C., Buchele, F., & Clímaco, D. A. (2008). Homens, gênero e violência contra a mulher. *Saúde e Sociedade*, 17, 69-81.
- Lipovetsky, G. (2007). A felicidade paradoxal: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras.
- Macedo, A.G & Amaral, A.L (orgs.) (2005). *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Edições Afrontamento.
- Marchi-Costa, M. I. et al.(2013). Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora. *Mimesis, Bauru*, 34(1), pp. 91-114.
- Martins, P. P. S., McNamee, S., & Guanaes-Lorenzi, C. (2014). Family as a discursive achievement: A relational account, *Marriage & Family Review*, 50(7), 621-637
- Mattos, A.R & Cidade, M.L.R (2016) Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo

- . Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades 1 (5), 132-153
- Mayorga, C. (2014). Algumas contribuições do feminismo à Psicologia Social Comunitária. *Atheneia Digital* 14(1), 221-236. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53730481010>.
- Mcnamee, S. (2010). Research as social construction: transformative inquiry. *Saúde e Transformação social*, 1 (1), 9-19.
- Mcnamee, S. (2014). Construindo conhecimento/construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M. S., Corradi-Webster C. M. & Souza L. V. (2014). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*, (cap 5, pp 105-131). Rio de Janeiro: Instituto Noos
- Moscheta, M.S.dos (2014) A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social In Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M. S., Corradi-Webster C. M. & Souza L. V. (2014). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*, (cap 1, pp 23-47). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Medrado, B & Lyra, J. (2003) Nos homens, a violência de gênero. In. BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Programa de prevenção, assistência e combate à violência contra a mulher Plano Nacional. Brasília, DF, p. 68.
- Minayo, M. C. S.(2006). Violência e saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, M.C. (2010). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Hucitec-Abraco: Rio de Janeiro.
- Ministério da Justiça e Cidadania – MJC. (2010). Secretaria de Enfrentamento à violência contra a Mulher. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, DF. Acesso em 12 de Setembro, 2017, em <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/pacto-nacional>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011). Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília, DF. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf> >
- Moraes, A. F., & Ribeiro, L. (2012). As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. *Sexualidad, Salud y Sociedad Revista Latinoamericana*, 11, 37-58.

- Moreno, S.Y.F. (2016). Varones y masculinidades en clave feminista: trascendiendo invisibilidades, ausencias y omisiones. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), (22), 249-277. <https://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.22.11.a>
- Morin, E (2000) *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand
- Motta, N. de S. (1984). *Ética e vida profissional*. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural
- Neves, A.S. (2008). *Família no singular, histórias no plural – a violência física de pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU.
- Núñez Noriega, G. (2008). Los “hombres” en los estudios de género de los “hombres”: un reto desde los estudios queer. In: Ramirez, Rodriguez, J.C & Uribe Vásquez, G. (Org). (2009). *Masculinidades: el juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*. Madrid: Plaza y valdés, p.43-57
- Oliveira, E.R (2012). Violência doméstica e familiar contra a mulher: um cenário de subjugação do gênero feminino. *Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP-Marília*, 9.ed.
- Oliveira, G.R.S.A, & Lopes, R. L. M. (2010). Estudo fenomenológico com mulheres denunciadoras da violência conjugal. In: *IV Seminário Internacional de pesquisa e estudos qualitativos*, 2010, Rio Claro. *Anais IV SIPEQ*. Rio Claro: UNESP.
- Osório, L. C. (1996). *Família hoje*. Porto Alegre: Artes Médicas
- pais e mães contra filhos*. Uberlândia: EDUFU
- Palhares, D & Squinca, F (2013). Os desafios éticos da mutilação genital feminina e da circuncisão masculina. *Rev. bioét. (Impr.)*. 21 (3), pp. 432-437.
- Pasinato, W, & Santos, C.M (2008) Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. *PAGU/UNICAMP*.
- Pateman, Carole (1993) *The Sexual Contract*. Stanford: Stanford University Press.
- Paulo: Moderna.
- Pedro, A. P (2014). Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum, *Kriterion*, 55(130)
- Perea, J.G.F (2003). La evaluación ética de proyectos de investigación desde una perspectiva de género. *Revista Mexicana de Bioética*, 1 (1), pp. 65-77.
- Pinafi, T (2007). Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. São Paulo: *Revista Histórica*, n. 21.
- Pinto, C.R.J (2010). Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, 18, (36), pp. 15-23,

- Ponce-Antenaza, A. (2012). Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, n.42, p.9-25, 2012.
- Preciado, B. (2011) Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, 1 (19).
- Quaglia Cerruti, M. & Debieux Rosa, M. (2008). Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 8(4), 1047-1076
- Rampage, C. & Avis, J. M. (1998). Identidade sexual, feminismo e terapia familiar. Em
- Rapizo, R. (2002). *Terapia Sistêmica de Família: da instrução à construção*. 2 ed. Rio de Janeiro: Instituto NOOS.
- Rasera, E. F. & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a Psicologia. *Paidéia - Cadernos de Psicologia e Educação. Revista de Psicologia da UNESP* 9(1), 2010. 35 (online), Ribeirão Preto, v. 15 (30). Disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/30/04.htm>
- Referência de Assistência Social – CRAS. Acesso em 26 de Agosto, 2017, em http://www.mds.gov.br/suas/guia_protecao/cras-centros-de-referencia-da-assistencia-social/copy_of_orientacoes_cras_1.pdf
- Ribeiro, P.M.C.M (2004) Lidando com a violência doméstica. In: Franco, F.; Ribeiro, P.M; Gryner, S. (Orgs.) (2004) *A violência começa quando a palavra perde o valor*. Rio de Janeiro: Núcleo de Atenção à Violência (NAV), p. 11-16.
- Riessman, C. K. (2008). *Narrative methods for the human sciences*. Los Angeles: Sage Publications.
- Riessman, C.K. (1993) *Narrative Analysis*. Qualitative Research Methods Series, No. 30. Newbury Park, CA: Sage.
- Rifiotis, T. (1997) Nos campos da violência: diferença e positividade. *Antropologia em Primeira Mão* (19), Florianópolis, PPAS/UFSC, 11-19.
- Rifiotis, T. (1999) A Mídia, o leitor-modelo e a denúncia da violência policial: o caso Favela Naval. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 13 (4), pp. 28-41.
- Rifiotis, T. (2004) As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a judicialização dos conflitos conjugais. *Revista Sociedade e Estado*. Brasília, 19(1), 85-119.
- Rodríguez, & G. Vázquez (Eds.) (2008) *Masculinidades. El juego de género de los hombres en el que participan las mujeres* Madrid: Plaza y Valdés

- Rodríguez, M. (2001). *Violencia Contra las Mujeres y Políticas Públicas*. Argentina: UNIFEM.
- Rousseau, J. J. (1978) *Do contrato social*. 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural.
- Ruffino, C.M.C (2014) Formação do mediador de conflitos numa perspectiva construcionista social In Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M. S.,Corradi-Webster C. M. & Souza L. V. (2014). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*, (cap 16, pp 325-340). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Salvadori, M (2011) HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais Trad. de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003. *Conjectura*, 16
- Santos, A. C. W dos & Moré, C.L.O.O (2011) Repercussão da violência na mulher e suas formas de enfrentamento. *Paidéia*, 21 (49), 227-235.
- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372
- Secretaria da Transparência (2013). Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Disponível em: https://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSena do-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Smigay, K. (2002). Sexismo, homofobia e outras expressões correlatas de violência: desafios para a psicologia política. *Psicologia em Revista*, 8(11), pp. 32-46.
- Souza, L.V (2014). Discurso construcionista social: uma apresentação possível In Guanaes-Lorenzi, C., Moscheta, M.S.,Corradi-Webster C. M. & Souza L. V. (2014). *Construcionismo social: discurso, prática e produção do conhecimento*, (cap 2, pp 49-72). Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Spink, M. J. & Frezza, R. M. (2004). Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp.17-40). São Paulo: Cortez
- Spink, M. J. (2010). Psicologia Social e Saúde: trabalhando com a complexidade. *Quaderns de Psicologia*, 12, 41-56
- Timm, F.; Pereira, O.& Gontijo, D. (2011). Psicologia, Violência contra Mulheres e Feminismo: em defesa de uma clínica política. *Psicologia Política*, 11(22), 247-259.

- Toneli, M. J. F., Beiras, A., Clímaco, D., & Lago, M. C. S. (2010). *Atendimento a homens autores de violência contra mulheres: Experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Toneli, M. J. F., Beiras, A., Clímaco, D., & Lago, M. C. S. (2010). *Atendimento a homens autores de violência contra mulheres: Experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- Toneli, M. J.F, Beiras, A, & Ried, J. (2017) Homens autores de violência contra mulheres: políticas públicas, desafios e intervenções possíveis na América Latina e Portugal, *Revista de Ciências HUMANAS*, 51 (1), 174-193. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n1p174> >
- Trad: Luis Repa. São Paulo: Ed.34.
- Trujillo, C. D & Fajardo, J. A Revilla (2006) Masculinidad entre padres (madre y padre) e hijos. *La Ventana Revista de Estudios de Género*, 3 (23) 95-126.
- Vaitsman, J. (1994) *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- Vasconcellos, M. J. E (2003) *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. Campinas: Papirus.
- Veríssimo, L.F. (2000) *As mentiras que os homens contam*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Villela, W. V., & Lago, T. (2007). Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(2), 471-475.
- Waiselfisz, J.J (2012). *Mapa da Violência 2012: homicídios de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.
- Welzer-Lang, D. (2001). *A construção do masculino: dominação das mulheres e*
- Wexler, D. Welland, C. (2007). *Sin golpes. Cómo transformar la respuesta violenta de los hombres en la pareja y la familia*. México, DF: Editorial Pax México
- White, M. & Epston, D. (1990). *Medíós narrativos para fines terapéuticos*. Barcelona: Paidós.
- Zaffaroni, E.R. (2007) *O inimigo do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Revan.
- Zimmerman, D. E. (1997). Fundamentos teóricos. In D. E. Zimmerman & L. C. Osorio (Orgs.), *Como trabalhamos com grupos* (pp. 23-31). Porto Alegre: Artes Médicas.

12 APÊNDICES

APÊNDICE I: PUBLICAÇÕES ORIUNDAS A PARTIR DA
CONFECÇÃO DESTA DISSERTAÇÃO*Artigo publicado em revista*

1. Garcia, A. L. C.; Beiras, A.; Espinosa, L. M. C. (2017) La construcción de una metodología feminista cualitativa de enfoque narrativo-crítico. *Psicoperspectivas. Individuo y sociedad*, 2 (16), 54-65. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol16-issue2-fulltext-1012> >

Trabalhos completos

1. Garcia, A. L. C.; Beiras, A. (2016, dezembro) Normatividade e monogamia: uma construção social legitimada pelo código civil brasileiro de 2002. Trabalho Completo apresentado no Simpósio [Trans] Gênero e Religião, Florianópolis, SC, Brasil.
2. Beiras, A.; Garcia, A. L. C. (2017, abril). Masculinidades, homens e violências: Desafios contemporâneos para tensionar e desnaturalizar esta relação. . Trabalho Completo apresentado no VI Colóquio Internacional sobre Homens e Masculinidades, 2017, Recife, PE, Brasil.

Resumos expandidos publicados em anais de congressos

1. Garcia, A. L. C.; Beiras, A. (2017, novembro). Grupos reflexivos para homens autores de violência: uma política pública para a (re)negociação de sentidos que sustentam a violência contra as mulheres. Resumo expandido apresentado no 2º Encuentro Suramericano de Psicología Política - Crisis, Conflictos, Avances y Desafíos, Bogotá, Colômbia.
2. Garcia, A. L. C.; Beiras, A. (2017, novembro). Normas e discursos nas palavras do Código Civil de 2002. Resumo expandido apresentado no 2º Encuentro Suramericano de Psicología Política - Crisis, Conflictos, Avances y Desafíos, Bogotá, Colômbia.

Resumos publicados em anais de congressos

1. Garcia, A. L. C.; Beiras, A. (2016, novembro). Construcionismo social e pós-estruturalismo: um diálogo possível?. Resumo

apresentado no IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, Natal, CE, Brasil.

2. Garcia, A. L. C.; Beiras, A. (2016, novembro). Masculinidades e Feminilidades: uma construção social legitimada pelo código civil brasileiro de 2002. Resumo apresentado no IX Simpósio Brasileiro de Psicologia Política, Natal, CE, Brasil.

APÊNDICE 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA EM PROFUNDIDADE

- Conte-me mais sobre você
- O que é família para você?
- O que é importante em uma família para você?
- O que é ser homem? O que é ser mulher?